

# COMENTÁRIO FILOSÓFICO



PIERRE BAYLE

TRADUÇÃO DE MARCELO PRIMO

COLEÇÃO ACERVO



PIERRE BAYLE

COMENTÁRIO FILOSÓFICO

TRADUÇÃO DE MARCELO PRIMO

1ª edição  
Seropédica, RJ  
PPGFIL-UFRRJ  
2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
- UFRRJ

**Reitor:** Ricardo Berbara

**Vice-Reitor:** Luiz Carlos Oliveira Lima

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Alexandre Fortes

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia:** Affonso Henrique Vieira da Costa

**EDITORA DO PPGFIL-UFRRJ**



[www.editorappgfilufrj.org](http://www.editorappgfilufrj.org)

**Editor-chefe:** Cristiane Almeida de Azevedo

**Editor adjunto:** Francisco José Dias de Moraes

#### **Comitê Editorial**

Affonso Henrique Costa

Alessandro Bandeira Duarte

Danilo Bilate

José Nicolao Julião

Renato Valois

Walter Valdevino Oliveira Silva

#### **Conselho Editorial**

Abilio Azambuja Rodrigues Filho (UFMG)

Antônio Augusto Passos Videira (UERJ)

Arley Ramos Moreno (Unicamp)

Domenico M. Fazio (Università del Salento – Itália)

Edgar de Brito Lyra Netto (PUC-RJ)

Eduardo Brandão (USP)

Ernani Pinheiro Chaves (UFPA)

Evandro Barbosa (UFPEL)

Fernando José de Santoro Moreira (UFRJ)

Gilvan Luiz Fogel (UFRJ)

Guido Antônio de Almeida (PPGLM-UFRJ / PRO-NEX-CNPq)

Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI)

Julio Cesar Ramos Esteves (UENF)

Luisa Severo Buarque de Holanda (PUC-RJ)

Marco Antonio Caron Ruffino (UNICAMP)

Marco Antonio Valentim (UFPR)

Marcos Fanton (UFPE)

Maria Aparecida de Paiva Montenegro (UFCE)

Maria Lucia Mello e Oliveira Cacciola (USP)

Markus Figueira da Silva (UFRN)

Pedro Sússekind Viveiros de Castro (UFF)

Rodrigo Antonio de Paiva Duarte (UFMG)

Tiegue Vieira Rodrigues (UFMT)

Walter Gomide do Nascimento Junior (UFMT)

Comentário filosófico sobre estas palavras do evangelho segundo São Lucas, Cap. XIV, Verso 23 “E o mestre disse ao servidor: Vás pelas ruas e pelos becos, e forçai-os a entrar, para que fique cheia a minha casa” / Pierre Bayle. Tradução de Marcelo Primo. Prefácio de Danilo Bilate - Seropédica, RJ: PPGFIL-UFRRJ, 2019.

230 p.

ISBN 978-85-68541-08-1

1. Tolerância. 2. Religião. 3. Filosofia. I. Título. II. Bayle, Pierre.

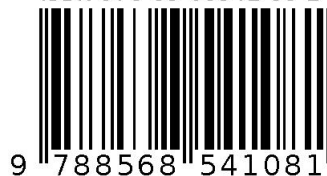


Creative Commons 2019 Editora do PPGFIL - UFRRJ

Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial Sem Derivações 4.0 Internacional.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-68541-08-1



9 788568 541081

COMENTÁRIO  
FILOSÓFICO  
SOBRE ESTAS PALAVRAS  
DO EVANGELHO SEGUNDO SÃO LUCAS  
CAP. XIV. VERSO 23

E o mestre disse ao servidor: Vós pelas ruas e pelos becos,  
E FORÇAI-OS A ENTRAR,  
para que fique cheia a minha casa.

Tradução por Marcelo Primo da edição encontrada em BAYLE, Pierre. *Oeuvres diverses*. La Haye: Compagnie des Librairies, 1737, 4 tomes [Paris: Hachette BnF, 2012].

Acrescido de:

*Commentaire philosophique sur ces paroles de Jésus-Christ Contrains-les d'entrer. Troisième partie. Contenant la refutation de l'Apologie que S. Agustin a faite des Convertisseurs à la contrainte.* Cantorbery: Thomas Litwel, 1687.

# Sumário

PREFÁCIO À TRADUÇÃO	vi
I Primeira Parte	1
CAPÍTULO PRIMEIRO	2
CAPÍTULO II	9
CAPÍTULO III	13
CAPÍTULO VI	18
CAPÍTULO V	23
CAPÍTULO VI	31
CAPÍTULO VII	44
CAPÍTULO VIII	46
CAPÍTULO IX	49
CAPÍTULO X	54
II Segunda Parte	58
CAPÍTULO PRIMEIRO	59
CAPÍTULO II	68
CAPÍTULO III	77

	V
CAPÍTULO IV	87
CAPÍTULO V	95
CAPÍTULO VI	105
CAPÍTULO VII	114
CAPÍTULO VIII	120
CAPÍTULO IX	131
CAPÍTULO X	144
CAPÍTULO XI	165
III Terceira Parte	167

# PREFÁCIO À TRADUÇÃO

## Bayle: tolerância como bom senso

Danilo Bilate

Quem mo disse?

Um pouco de bom senso que a natureza me deu,  
com a ajuda do qual eu me persuado  
(*Pensamentos diversos*, §237)

Pierre Bayle pode ser localizado na aurora das Luzes francesas, tendo escrito a esmagadora maior parte de sua obra no final do século anterior ao prestigiado 18. Se o prestígio de tal século é vinculado nominalmente sobretudo aos franceses, entretanto, é precisamente essa nação filosófica a mais diminuída por comparação a outras, como a alemã, a inglesa e a escocesa. Resultado desse cenário *post mortem*, Bayle permanece marginalizado e, o que é ainda pior, esquecido.

Assim, raros são os trabalhos sobre o pensador — e não apenas em nossa língua —, como também raras são as traduções de suas obras para o português, das quais, até onde pude saber, nenhuma realizada integralmente. Esta edição do chamado *Comentário filosófico* tem a enorme importância de se opor a esse estado de coisas miserável. Traduzida por Marcelo Primo, um dos poucos especialistas em Bayle atualmente, tem também o mérito de contar inclusive com uma terceira e última parte, publicada em vida pelo autor um ano após as duas primeiras partes, e mesmo por edições francesas contemporâneas a nós, apenas em separado.

Mais conhecido, quando o é, por seus *Pensamentos diversos sobre o cometa* ou por seu *Dicionário filosófico*, Bayle faz conhecer ao público o seu Comentário em 1686, como um esforço especulativo metucioso de combate à intolerância, notadamente a religiosa, meta filosófica principal para a qual a discussão sobre as interpretações da fala de Jesus “Forçai-os a entrar” serve apenas de pretexto. Nessa empreitada, o texto acaba por ter uma faceta datada, parecendo por vezes digno apenas aos debates de sua época. Que o leitor não se deixe enganar por essa armadilha imprevista. Encontra-se no Comentário argumentos filosóficos atuais para enfrentar esse mal lamentavelmente tão presente ainda hoje em nossas vidas. De resto, há a sua importância para a História da Filosofia — afora para a hermenêutica teológica —

própria a todos os textos que veiculam o bom debate filosófico extemporâneo, bem como por suas palavras de oposição a Agostinho, presentes na terceira e última parte do livro.

Essa defesa da tolerância, que se veste inclusive de todo o respeito e reverência à ética evangélica, pressupõe, é claro (é claro?), o combate à superstição: iluminista de vanguarda, filósofo orgulhoso de seu *métier*, Bayle luta socraticamente contra a opinião, tendo como arma a razão, que ele considera fundamento do bom senso: “Que não me digam mais então que a teologia é uma rainha da qual a filosofia é somente a serva” (*Comentário filosófico*, Primeira parte, cap. I). Bayle luta, portanto, com uma “boa e sólida filosofia que, como um outro Hércules” pode “exterminar os monstros dos erros populares” (*Pensamentos diversos*, §22), cuja autoridade deriva apenas de serem compartilhados pelo “grande número” (§23) — movimento de rebanho que se explica pelo “pouco de cuidado que têm os homens em consultar a razão quando eles acrescentam fé ao que eles escutam dizer por outros” (§46; ver também o §100). O bom senso se perde quando não se usa a razão, mas tampouco a experiência: “Tudo isso é bonito e bom de dizer quando se olha as coisas em sua ideia e que se faz abstrações metafísicas. Mas o mal é que isso não se encontra conforme à experiência” (§134; ver também o §145). E com essa dupla falta, conquista-se a cegueira própria aos preconceitos (“Eu creio ter provado muito evidentemente, para os que não se deixam, de modo algum, se cegarem com seus preconceitos”, diz Bayle na terceira parte deste seu Comentário, seção XXVI).

Precisamente pela falta desse bom senso que consiste em a razão se fazer presente e estar conforme à experiência, os homens generalizam o singular e impõem à diferença a violência da unidade. Porém, Bayle evita cancelar a supremacia de uma moral, qualquer que seja ela<sup>1</sup>. E ao dizê-lo, podemos compreender a sua tese mais conhecida: “que uma sociedade de ateus praticaria as ações civis e morais tão bem quanto as praticam as outras sociedades” (*Pensamentos diversos*, §172), dado que “a origem do desregramento dos costumes não é a incredulidade” (§159) e “que a religião não é um freio capaz de reter nossas paixões” (§165). Mas, curiosamente, é a religião que, inconsciente de sua incapacidade de controle passional, constitui “a grande máquina com a qual tem-se o costume de remoer os povos” (§249).

Alcançamos finalmente o debate do Comentário: como pode a ética evangélica do amor ser pervertida, como por vezes foi — e por vezes ainda é —, em seu contrário, o ódio, núcleo duro da intolerância? Trata-se talvez, uma vez mais, de falta de bom senso. Trata-se da arrogância humana, contrária a um sadio ceticismo, de o indivíduo supor para si o domínio da verdade — quando, ao contrário, o bom senso mostra que, para nós, a verdade é sempre “aparente” (ver o cap. X da Segunda Parte do *Comentário*). De novo, é a incapacidade de se abrir à diferença e de, pois, querer oprimi-la pela forma da unidade. O peso que não se pode suportar (*tolerare*) é do outro em sua singularidade. E, nessa feita, nenhum critério pode servir adequadamente (racionalmente, universalmente) para um apenas imaginado (e,

<sup>1</sup> “Assim, é uma ignorância crassa do mundo, e de um homem principalmente, julgar o gosto de outrem pelo nosso” (*Comentário*, Segunda parte, cap. I).



portanto, falso) direito à intolerância e à perseguição:

[...] cada um supõe que o partido que ele persegue é inimigo de Deus: de modo que se essa suposição bastasse para perseguir, eis que ficamos armados todo o tempo uns contra os outros, sempre sobre os mesmos pretextos. Dizer que só há os que supõem isso com razão para que possam perseguir não é dizer nada, porque esperando que seja mostrado aos maus perseguidores que eles se creem bem fundados e não o são, eles perseguirão toda a sua vida. E somente será disputar sobre o fundo e não curar a horrível tempestade que oprimirá aqui a verdadeira Igreja, lá a falsa, e causará por toda parte esse amontoado horroroso de insolências, crueldades, sacrilégios, hipocrisias, as quais cada um pode imaginar (*Comentário*, Terceira parte, seção XIX).<sup>2</sup>

Ademais, a noção mesma de perseguição é racionalmente (e evangelicamente!) absurda. Se a religião como tal, por si mesma, já é incapaz de controlar as paixões humanas, o auxílio da coerção lhe é completa e igualmente ineficaz. “Se o coração não é tocado, movido e convencido, todo o resto não serve de nada e Deus mesmo não saberia salvar-nos pela força, visto que a graça mais eficaz e a mais necessária é a que nos faz consentir ao que Deus quer e querer o mais ardorosamente o que Deus quer”. Falta ao perseguidor o mais ínfimo bom senso quanto à psicologia. Se se trata de fazer querer, é preciso convencer, é preciso tocar no homem a sua vontade: “A única via de salvar um homem que cavalga a toda velocidade e com um grande zelo no caminho do inferno é de fazer-lhe perder a vontade que ele tem de andar sobre esse caminho e inspirar-lhe a marchar sobre o caminho oposto; a que de nada servem, geralmente falando, nem os exílios, nem as prisões, nem as ameaças”. Para trabalhar a vontade humana, deve-se antes pensar os afetos, refletir sobre as paixões. E isso porque, para Bayle, o valor moral da ação humana não se resume à sua exteriorização, mas envolve também e talvez mais ainda, o mundo interior, o espírito. A opressão, assim, “pode bem impedir que se faça exteriormente o que se fazia, mas não que o faça interiormente e é no interior que é o principal e o capital veneno” (Terceira parte, seção IV). No mundo interior, a vontade só é transformada pela consciência. E é por isso que a inspiração religiosa não pode

<sup>2</sup> Argumento muitas vezes repetido ao longo do *Comentário*, como por exemplo: “*Eu tenho direito porque me chamo leão; é o que é reduzir os homens à ridícula controvérsia de se dizer reciprocamente, tu és obstinado porque eu sustento a verdade, sem que nenhuma regra comum nos possa vir tirar desse jogo de palavras e deste combate de crianças que lançam e relançam a mesma pedra, deste jogo de péla onde a mesma bola vai e volta incessantemente*” (Segunda parte, cap. I). E ainda: “*Isso será sempre pura petição de princípio, nada de claro e de preciso, um reenvio perpétuo, no fundo. Em uma palavra, cada um disporá do dicionário a seu capricho, começando por se apoderar desta hipótese, eu tenho razão e você não tem razão; o que é lançar o mundo em um caos mais horrendo do que o de Ovídio*” (Segunda parte, cap. VII). Ou, com ironia, colocando à boca do perseguidor essas palavras: “*De resto, monsenhor, não se segue do fato de que temos o direito de constranger, que vós o tendes também: falamos com a verdade e devido a isso a nós é permitido cometer violência aos povos; mas as falsas religiões não possuem esse privilégio: o que elas fazem é uma crueldade bárbara; o que fazemos é completamente divino e uma santa caridade*” (Primeira parte, cap. IX). Ver também a seção XVII da Terceira parte.

ser imposta: “a religião é um processo de consciência que não se comanda” (Segunda parte, cap. VII). Questão de consciência, questão de espírito, o erro moral não é evitado por punições meramente físicas: “A falsidade deve ser combatida por outras armas que não sejam as da verdade? Combater seus erros a golpes de bastão, é a mesma absurdidade de se bater contra fortificações com arengas e silogismos” (Segunda parte, cap. V).

A consideração da consciência como critério moral antecipa o kantismo. A consciência, aí, é esclarecedora porque racional, suas luzes constituindo a única possibilidade de distinção entre a boa e a má ações: “Concluo legitimamente de todos esses princípios, que a primeira e a mais indispensável de todas nossas obrigações é a de não agir de modo algum contra a inspiração da consciência, e que toda ação que é feita contra as luzes da consciência é essencialmente má” (Segunda parte, cap. VIII). A razão, fundamento universal da verdade, precisa ser consultada necessariamente se se quer alcançar a segurança possível de se conhecer adequadamente e, por extensão, de se agir adequadamente: “[...] todo dogma que não é de maneira alguma homologado, por assim dizer, verificado e registrado no parlamento supremo da razão e da luz natural, só pode ser uma autoridade vacilante e frágil como o vidro” (Primeira parte, cap. I). E o que a consciência racional mostra incessantemente é o valor moral da equidade: “Quero dizer que, sem exceção, é preciso submeter todas as leis morais a essa ideia natural da equidade que, tanto como a luz metafísica, *ilumina todo homem vindo ao mundo*” (Primeira parte, cap. I). E a ideia natural de equidade mostra que devo supor a cada homem como sendo seu direito inalienável aquele direito que suponho o ser a mim mesmo.

É, portanto, por essa via que devemos compreender, finalmente, a inteireza do título do Comentário: Comentário filosófico sobre estas palavras do evangelho segundo São Lucas, Cap. XIV, Verso 23: “E o mestre disse ao servidor: Vás pelas ruas e pelos becos, e forçai-os a entrar, para que fique cheia a minha casa”. Para Bayle, é “uma necessidade dizer que o sentido literal é não somente uma falsa interpretação da Escritura, mas também uma impiedade execrável”, pois não apenas todo o ensinamento do evangelho, mas sobretudo as luzes da consciência racional contradizem o imperativo “forçai”. Como forçar alguém a fazer o que quer que seja, se, tendo como guia a noção de equidade, não há consciência moral que me faça conceber que eu mesmo deva ser forçado para o que quer que seja? Forçar, não é, portanto, um crime do ponto de vista do bom senso? A conclusão não pode ser outra e Bayle já a apresenta logo no início do Comentário: “Eu me apoio sobre o princípio da luz natural, *que todo sentido literal que contém a obrigação de cometer crimes é falso*” (Primeira parte, cap. I).

Assim, todo o esforço de Bayle é o de mostrar que alguns cristãos — em nome apenas da literalidade de um pequeno trecho — deixaram de ser cristãos, pois feriram de morte o ensinamento nodal e repetitivo de toda a letra evangélica, tornando-se o inverso daquilo que sua religião prega: “Digamos então que os homens não sendo muito acostumados a viver conseqüentemente com seus princípios, os cristãos não têm seguido os seus, e que têm sido violentos, pregando um Evangelho que só lhes ordena a complacência; conheceremos por aí

o cristianismo em detrimento de seus sectários”. Precisamente por isso é que Bayle se permite um conselho político, ao afirmar que se um príncipe quiser “impedir, no tanto que lhe cabe, que seus súditos não se tornem maus e não cometam o crime o mais desagradável a Deus que se possa cometer, e certamente o maior crime, deve expulsar cuidadosamente os cristãos perseguidores” (Primeira parte, cap. V). É moral e politicamente imperativo, portanto, que de São Lucas se ignore o “forçai” e se ressalte o essencial da ética do amor: “para que fique cheia a minha casa”. Afinal, a intolerância não pode ser tolerada e a perseguição é que deve ser perseguida: doutrina da laicidade, doutrina do amor, que a humanidade, ontem e hoje, deixa esquecer — porque esquecemos o bom senso.

## **Parte I**

**Contendo a refutação do sentido literal  
dessa passagem**

# CAPÍTULO PRIMEIRO

*Que a luz natural, ou os princípios gerais de nossos conhecimentos, é a regra matriz e original de toda interpretação da Escritura, em matéria de costumes principalmente*

Deixo aos teólogos e aos críticos comentarem essa passagem, comparando-a com outras, examinando o que precede e o que se segue a ela, fazendo ver a força dos termos do original e os diversos sentidos que são suscetíveis e que eles têm efetivamente em muitas passagens da Escritura. Pretendo fazer um comentário de um novo gênero e apoiar sobre os princípios mais gerais e mais infalíveis que todo o estudo das línguas, da crítica e das ideias comuns poder-me-iam fornecer. Não buscarei do mesmo modo o porquê de Jesus Cristo ter se servido dessa expressão *constranger*, nem a qual sentido legítimo se deve reduzi-lo, nem se há mistérios sob a aparência desse termo; não me contento em refutar o sentido literal que lhe dão os perseguidores.

Eu me apoio, para refutá-lo invencivelmente, sobre o princípio da luz natural, *que todo sentido literal que contém a obrigação de cometer crimes é falso*. Santo Agostinho<sup>3</sup> dá essa regra e por assim dizer, este *criterium*, para discernir o sentido figurado do sentido literal. Jesus Cristo, disse ele, declara que se nós não comemos a carne do filho do homem, não seremos salvos; parece que isso seja nos ordenar um crime: é então uma figura que nos impõe comunicar à paixão do Senhor, e de pôr agradavelmente e utilmente na memória que sua carne foi crucificada e afligida por nós. Não é aqui o lugar de examinar se essas palavras provam que santo Agostinho não foi da opinião dos da Igreja romana, ou se aplica bem sua regra; basta dizer que raciocina sobre o princípio fundamental e sobre essa chave segura para bem entender a Escritura que é *se se a toma literalmente, se se exorta o homem a cometer crimes, ou (para tirar todo equívoco) a cometer ações que a luz natural, os preceitos do decálogo e a moral do Evangelho nos proibem, é preciso ter por tudo assegurado que lhe dão um falso sentido, e que no lugar da revelação divina, se propõe às pessoas suas próprias visões, suas paixões e seus preconceitos*.

A Deus não apraz que eu queira entender, como fazem os socinianos, a jurisdição da luz natural e dos princípios metafísicos, quando pretendem que todo sentido dado à Escritura que não é conforme a essa luz e a esses princípios significa rejeitá-lo, e que em virtude dessa máxima refuta-se crer na trindade e na encarnação: Não, não é o que pretendo sem marcos e sem limites. Sei bem que há axiomas contra os quais as palavras mais expressas e as mais

---

<sup>3</sup> No terceiro livro da *Doutrina Cristã*.

evidentes da Escritura não ganhariam nada, que *o todo é maior que sua parte; que se de coisas iguais se tira coisas iguais, os resultados serão iguais; que é impossível que duas contraditórias sejam verdadeiras, ou que a essência de um sujeito subsiste realmente após a destruição do sujeito*. Quando se mostra cem vezes na Escritura o contrário dessas proposições; quando se faz mil e mil miragens, mais que Moisés e os apóstolos, para estabelecer a doutrina oposta a essas máximas universais do senso comum, o homem faz como não se acreditasse em nada; e persuadir-se-ia ou que a Escritura só falava por metáforas e por inverdades, ou que essas miragens viriam do demônio, antes do que crer que a luz natural fosse falsa nessas máximas. Isso é tão verdadeiro que os da Igreja romana, tão interessados como são em sacrificar sua metafísica, e nos tornar suspeitos todos os princípios do senso comum, reconhecem que nem a Escritura, nem a Igreja, nem as miragens podem coisa alguma contra as luzes evidentes da razão; por exemplo, contra esse princípio, *o todo é maior que a sua parte*. É preciso ver sobre isso o padre Valérien Magni, capuchinho célebre, nos capítulos 8 e 9 do primeiro livro de julgamento sobre a regra de fé dos católicos; e de medo que não me objetem que é somente um particular, e que esta objeção não me empenhe a citar uma infinidade de outros autores católicos, observarei em geral que os controversistas desse partido negam que a transubstanciação seja contrária à boa filosofia, e que inventam mil distinções e mil sutilezas, para mostrar que não arruínam os princípios metafísicos. Os protestantes, não mais que eles, não concordam de modo algum com os socinianos, que a trindade ou a encarnação sejam dogmas contraditórios; sustentam e mostram que não se saberia provar isso. Assim, para todos os teólogos, de qualquer partido que sejam, após ter relevado tanto como lhes agradaram a revelação, o mérito da fé, e a profundidade dos mistérios; vêm fazer homenagem de tudo isso aos pés do trono da razão, e reconhecem, ainda que não o digam em tantas palavras (mas sua conduta é uma linguagem bastante expressiva e eloquente) que o tribunal supremo da razão e que julga em última instância e sem apelo tudo que nos é proposto, é a razão falando pelos axiomas da luz natural ou da metafísica. Que não me digam mais então que a teologia é uma rainha da qual a filosofia é somente a serva; porque os próprios teólogos testemunham por sua conduta, que veem a filosofia como a rainha e a teologia como a serva; e daí vêm os esforços e as contorções que eles livram de seu espírito, para evitar que os acusem de serem contrários à boa filosofia. Antes de se expor a isso, eles mudam os princípios da filosofia, degradam aqui ou acolá, segundo o que aí acharem melhor; mas por todas essas tentativas, eles reconhecem claramente a superioridade da filosofia, e a necessidade essencial que têm de fazê-la como o seu tribunal superior. Não fariam tantos esforços para lhes torná-la favorável e para estar de acordo com suas leis, se não reconhecessem que todo dogma que não é de maneira alguma homologado, por assim dizer, verificado e registrado no parlamento supremo da razão e da luz natural, só pode ser uma autoridade vacilante e frágil como o vidro.

Se se busca a verdadeira razão disso, não se deixa de encontrá-la de modo algum; é que aí tendo uma luz viva e distinta que esclarece todos os homens, desde o momento em que abrem

os olhos para atentá-la, e que os convence invencivelmente de sua verdade, precisando concluir que é o próprio Deus, a verdade essencial e substancial, que nos esclarece então muito imediatamente e que nos faz contemplar em sua essência as ideias das verdades eternas, contidas nos princípios, ou nas noções comuns de metafísica. Ora, por que fariam isso a respeito das verdades particulares, por que revelá-las-iam assim em todos os tempos, a todos os povos da Terra mediante um pouco de atenção e sem lhe deixar a liberdade de suspender seu julgamento? Por que, digo, governar-se-ia assim o homem, senão para lhe dar uma regra e um *critério* dos outros objetos que se oferecem continuamente a nós, em parte falsos, em parte verdadeiros, ora muito confusos e muito obscuros, ora um pouco mais revelados? Deus que previu que as leis da união da alma com a essência divina (união que parece real aos espíritos atentos e meditativos, ainda que não a concebiam distintamente) lhe manifestara claramente toda sorte de verdades, e a garantia do erro, quis, entretanto, apresentar à alma um recurso que não lhe faltasse jamais para discernir o verdadeiro do falso; e esse recurso é a luz natural, são os princípios metafísicos, aos quais se comparam as doutrinas particulares que se encontram nos livros, ou que se aprende de seus preceptores, que se pode entender por uma medida e uma regra original se elas são legítimas ou falseadas. Segue-se então que não podemos estar seguros que uma coisa é verdadeira, senão que enquanto ela se encontra de acordo com essa luz primitiva e universal que Deus propagou na alma de todos os homens, e que ocasiona infalivelmente e invencivelmente sua persuasão, desde que eles sejam bem atentos. É por essa luz primitiva e metafísica que se penetrou o verdadeiro sentido de uma infinidade de passagens da Escritura, que sendo tomadas segundo o sentido literal e popular das palavras, ter-nos-iam lançado nas mais baixas ideias da Divindade que se possam conceber.

Eu o repito mais uma vez. A Deus não apraz que eu queira entender esse princípio como fazem os socinianos; mas se se pode ter certas limitações a respeito das verdades especulativas, não penso que se deva ter nenhuma a respeito dos princípios práticos e gerais que se reportam aos costumes. Quero dizer que, sem exceção, é preciso submeter todas as leis morais a essa ideia natural da equidade que, tanto como a luz metafísica, *ilumina todo homem vindo ao mundo*. Mas como as paixões e os preconceitos só obscurecem muito frequentemente as ideias da equidade natural, quero que um homem que tem o desejo de bem conhecê-las, as considerasse em geral, e fazendo abstração de seu interesse particular, e dos costumes de sua pátria. Porque pode acontecer que uma paixão acabe, e todo o conjunto bem enraizado persuadirá um homem que uma ação que considere como bastante útil e bastante agradável para ele é conforme à razão; pode acontecer que a força do costume, e a direção que se deu à alma ao instruí-la desde a infância, farão encontrar honestidade onde não se tem. Para então se desfazer desses dois obstáculos, quero que um homem, que quer conhecer distintamente a luz natural em relação à moral, se eleve acima de seu interesse pessoal, e do costume de seu país, e se pergunte em geral: *Uma tal coisa é justa, e se se tratasse de introduzir em um país onde ela não fosse costume, e onde fosse possível levá-la em consideração ou não, ver-se-ia, examinando-a*

*friamente, que ela é bastante justa para merecer ser adotada?* Creio que essa abstração dissiparia muitas nuvens que se põem algumas vezes entre nosso espírito e essa luz primitiva e universal que emana de Deus para mostrar a todos os homens os princípios gerais da equidade, para ser a pedra de toque de todos os preceitos e de todas as leis particulares, sem excetuar mesmo as que Deus nos revelou depois extraordinariamente, ou ele próprio falando a nossos ouvidos, ou nos enviando profetas inspirados por ele.

Estou persuadido, que antes que Deus tivesse feito ouvir alguma voz a Adão, para lhe ensinar o que deveria fazer, antes tivesse lhe falado interiormente, fazendo-o ver a ideia vasta e imensa do Ser soberanamente perfeito, e as leis eternas da honestidade e do equitativo; de sorte que Adão não se acreditou tanto obrigado a obedecer a Deus, devido a uma certa proibição que teria surpreendido seus ouvidos, devido à luz natural que o teria esclarecido, antes que Deus tivesse falado, continuasse a lhe mostrar a ideia de seu dever e de sua dependência do Ser supremo. Assim, a respeito do próprio Adão, será verdadeiro dizer que a verdade revelada estava como que submetida à luz natural, para receber sua ligação, seu selo, seu registro e sua verificação, e o direito de obrigar a título de lei; e para dizer isso brevemente, é bem provável que se os sentimentos confusos que se excitaram na alma de nossos primeiros ascendentes, quando a proposição de deixar o fruto proibido lhes foi feita, não lhes tivessem feito perder de vista as ideias eternas da equidade, pela limitação essencial dos espíritos criados, que não lhes permitem serem aplicados às especulações imateriais, enquanto as sensações vivas e confusas do prazer ocupam-nas; é, digo, bem provável que sem isso não teriam de modo algum transgredido a lei de Deus. O que nos deve ser uma advertência contínua de jamais perder de vista a luz natural, ainda que seja que nos venha fazer proposições de fazer isso, ou aquilo, em relação à moral.

Se então um casuísta nos viesse dizer que encontra na Escritura que é bom e santo mal-dizer seus inimigos, e aqueles que perseguem os fieis, voltemos antes a vista sobre a religião natural fortificada e aperfeiçoada pelo Evangelho, e veremos à luz dessa verdade interior que fala a nosso espírito sem dizer palavra, mas que fala bem inteligivelmente àqueles que têm atenção; veremos, digo, que a pretensa Escritura deste casuísta é somente um vapor bilioso de temperamento. Em três palavras refutar-se-á o exemplo que o salmista lhe dá, que um fato particular que Deus terá presidido por uma providência especial não é a luz que nos conduz e não derroga a lei positiva que é proposta universalmente a todos os homens do Evangelho, de serem bondosos e humildes de coração, e de orar para aqueles que nos perseguem; ainda menos a lei natural e eterna que mostra a todos os homens as ideias da honestidade, e que faz ver a tantos pagãos que é louvável e muito digno ao homem perdoar aqueles que nos ofenderam, e de fazer-lhes bem, no lugar do mal que eles nos fazem.

Mas o que é bem evidente a respeito de Adão, a saber, que conheceu a justiça da proibição verbal de Deus, comparando-a com a ideia que tinha antes do ser Supremo, isso mesmo se tornou uma necessidade indispensável após a sua queda; porque tendo provado que aí teria



duas espécies de anjos, que enredar-se-iam em propor o que ele deveria fazer, precisou de toda necessidade que tivesse uma regra de discernimento, para não confundir o que Deus lhe revelasse exteriormente com o que o demônio, disfarçado sob belas aparências, viesse lhe aconselhar, ou lhe ordenar. E essa regra só poderia ser uma coisa como a luz natural, como os sentimentos de honestidade impressos na alma de todos os homens; em uma palavra, como essa razão universal que esclarece todos os espíritos e que não deixa jamais aqueles que a consultam atentamente, e, sobretudo, nesses intervalos lúcidos, onde os objetos corporais não substituem a capacidade da alma, seja por suas imagens, seja pelas paixões que elas excitam em nosso coração. Todos os sonhos, todas as visões dos patriarcas, todos os discursos que surpreenderam seus ouvidos, como da parte de Deus, todas as aparições de anjos, todos os milagres, tudo em geral deve passar pelo exame da luz natural; de outro modo, como se teria sabido se isso viria do mau princípio que teria seduzido Adão, ou do Criador de todas as coisas? Foi preciso que Deus tivesse indicado o que viria dele por uma certa impressão, que fosse conforme à luz interior que se comunica imediatamente a todos os espíritos, ou que, pelo menos, não parecesse o contrário; e isso feito, receber-se-ia agradavelmente, e como vindo de Deus, todas as leis particulares de um Moisés e de um outro profeta, ainda que elas ordenassem coisas diferentes de sua natureza. Sabe-se que o próprio Moisés ordenara da parte de Deus aos judeus de não se fiarem a todo fazedor de milagres, nem a todo profeta, mas examinarem o que ele disse, e recebê-lo ou rejeitá-lo, segundo o que fosse conforme ou não à lei vinda de Deus. Há então essa diferença entre os judeus segundo Moisés e os primeiros patriarcas, que esses deveriam somente comparar a revelação com a luz natural e os outros com a luz natural e com a lei positiva. Porque essa lei positiva uma vez verificada sobre a luz natural, adquiriria a qualidade de regra e de *criterium*, da mesma maneira como em geometria uma proposição demonstrada por princípios incontestáveis, torna-se um princípio a respeito de outras proposições. Ora, assim como há proposições que se resolveriam facilmente ao se embarçarem, se elas não tivessem consequências deploráveis, mas que se rejeita tão logo que se veja as consequências; de sorte que no lugar de dizer *essas consequências são verdadeiras, visto que elas nascem de um princípio que é verdadeiro, diz-se esse princípio é falso, visto que nasce das consequências que são falsas*; há pessoas que acreditariam sem dificuldade que certas coisas foram reveladas por Deus, se não considerassem as consequências; mas quando veem ao que essas coisas conduzem, concluem que elas não vêm de Deus, e é uma prova *a posteriori* para eles que lhes vale uma demonstração.

É assim que no começo do império dos sarracenos<sup>4</sup>, muitos judeus abandonaram sua religião para se consagrarem à filosofia pagã, porque pretendiam encontrar na lei cerimonial de Moisés uma infinidade de preceitos inúteis ou absurdos, que eles não viam fundados sobre nenhuma boa razão de proibição ou de ordem, de onde concluíram que isso não era de modo algum vindo de Deus. Sua consequência era, sem dúvida, bem tirada, mas supuseram

<sup>4</sup> (1686) Guilielmus, *Parisiensis de legibus*.

mal; não eram bastante aplicados às provas incontestáveis da divindade, que o próprio Deus lhes deu da missão de Moisés; provas que sustentaram amplamente e com todo rigor seu exame, perante às ideias puras e vivas da metafísica natural; após o quê cada lei de Moisés portaria implicitamente uma boa razão consigo. Além disso, não tiveram o espírito bastante forte ou bastante vasto para considerar o alvo das leis cerimoniais que, em relação ao caráter dos judeus, e a sua propensão idólatra, ou à representação típica do Evangelho, eram todas fundadas sobre bons motivos; assim eles erram no fato; e ainda que sua consequência saísse legitimamente e necessariamente de seu falso princípio, eles se extraviaram: mas se vê por esse exemplo o quanto importa que a luz natural não encontre nada de absurdo no que lhe propõem como revelado; porque o que poderia parecer como muito certamente revelado, não mais o parecerá desde que se encontre contrário à regra matriz, primitiva e universal de julgar e discernir o verdadeiro e o falso, o bom e o mau. Um espírito atento e filósofo concebe claramente que a luz viva e distinta, que acompanha-nos em todos os lugares e em todos os tempos, e que nos mostra que *o todo é maior que a sua parte, que é honesto ter gratidão por seus benfeitores, de não fazer de modo algum a outrem o que não quiséssemos que nos fosse feito, de ter sua palavra, e de agir segundo sua consciência*; ele concebe, digo, que essa luz vem de Deus, e que é uma revelação natural; como então imaginar-se-á que Deus vem após isso se contradizer e soprar o quente e o frio, falando ele mesmo a nós exteriormente, ou enviando-nos outros homens, para nos ensinar todo o contrário das noções comuns da razão? Um filósofo<sup>5</sup> epicurista raciocina muito justamente (ainda que aplique mal seu princípio) quando diz que, visto que nossos sentidos são a primeira regra de nossos conhecimentos e a via original por onde as verdades entram em nossas almas, é preciso que eles não estejam sujeitos ao erro. Ele se engana pondo a regra ou a pedra de toque da verdade no testemunho dos sentidos; mas tem razão, supondo isso, em concluir que nossos sentidos devam ser os juizes de nossas controvérsias e decidir sobre nossas dúvidas. Se então a luz natural e metafísica, se os princípios gerais das ciências, se essas ideias primitivas que portam elas mesmas sua persuasão, nos foram dadas para nos fazer bem julgar as coisas e para nos servir de regra de discernimento, é de toda necessidade que elas sejam nosso juiz soberano, e que submetamos à sua decisão todos os litígios que teremos sobre os conhecimentos obscuros. De sorte que se alguém refletir em sustentar que Deus nos revelou um preceito de moral diretamente oposto aos primeiros princípios, é preciso negar-lhe e sustentar que isso leva a um sentido falso, e que é bem mais justo rejeitar o testemunho de sua crítica e de sua gramática do que o da razão. Se não se chega aí, adeus toda nossa fé, segundo a observação do bom Padre Valeriano. *Se alguém, diz ele, me faz uma instância, que é preciso cativar nosso entendimento na obediência da fé, até revogar em dúvida ou mesmo crer falsa em certo caso a regra de julgar que a natureza nos deu, digo que por isso mesmo se arruína a fé necessariamente, visto que é absolutamente impossível crer que o seja, sem um raciocínio que conclua que aquele que se crê não engane, nem é enganado: raciocínio*

<sup>5</sup> Lucrécio, *Da natureza*, livro 4.

*que, como é manifesto, não saberia valer sem a regra natural de julgar que foi explicada até aqui. É a que se limitam todos os grandes discursos dos católicos romanos contra a via da razão e para a autoridade da Igreja. Sem nisso pensar, só fazem um grande circuito para retornar após mil fadigas, onde os outros vão tão reto. Os outros dizem francamente e sem rodeios, que é preciso ter o sentido que nos pareça o melhor: mas eles dizem que é preciso bem se preservar, porque nossas luzes poderiam nos enganar, e que nossa razão é só trevas e ilusão; que é preciso então se apoiar no julgamento da Igreja. Não significa isso voltar à razão? Por que não é preciso que aquele que prefere o julgamento da Igreja no sentido próprio o faça em virtude desse raciocínio: *A Igreja tem mais luzes que eu, então ela é mais crível que eu?* É então sobre suas próprias luzes que cada um se determina; se crê em alguma coisa como revelada, é porque seu bom senso, sua luz natural, e sua razão ditam-lhe que as provas de que ela é revelada são boas. Mas onde se estará, se é preciso que um particular desconfie de sua razão, como de um princípio tenebroso e ilusório? Não precisará desconfiar mesmo do que ela disser: *A Igreja tem mais luzes que eu, então ela é mais crível que eu?* Não precisará temer que ela se engane quanto ao princípio e quanto à conclusão que ela tira? Que será feito também desse argumento? *Tudo o que Deus diz é verdadeiro: Ora, ele disse por Moisés que criou um primeiro homem, então isso é verdadeiro.* Se nós não temos uma luz natural que seja uma regra segura e infalível, e pela qual precise julgar absolutamente tudo que vem em questão, sem excetuar mesmo a questão, *se uma tal ou tal coisa está contida na Escritura*, não teríamos nós razão de duvidar do predicado maior desse argumento, e por consequência, da conclusão? Como então isso seria o caos mais assustador, e o pirronismo mais execrável que se possa imaginar, é preciso necessariamente concluir *que todo dogma particular, seja que se o associe como contido na Escritura, seja que se o proponha de outro modo, é falso, quando é refutado pelas noções claras e distintas da luz natural, principalmente a respeito da moral.**

## CAPÍTULO II

*Primeira refutação do sentido destas palavras Forçai-os a entrar, pela razão que é contrário às mais distintas ideias da luz natural.*

Após essas observações preliminares, que creio dever pôr diante dos olhos de meus leitores sob uma imagem de universalidade, chego ao assunto particular e à matéria específica de meu Comentário, sobre estas palavras da parábola, *Forçai-os a entrar*, e eis como raciocino.

O sentido literal destas palavras é contrário às ideias mais puras e mais distintas da razão. Então é falso.

Não se trata mais do que provar o *antecedente*; porque creio ter provado o bastante a consequência no primeiro capítulo. Eu disse então;

I. Que pelas mais puras e mais distintas ideias da razão, conhecemos que há um Ser soberanamente perfeito, que governa todas as coisas, que deve ser adorado pelo homem, que aprova certas ações e as recompensa, e que desaprova outras e pune-as.

II. Conhecemos pela mesma via que a adoração principal que o homem deve a este Ser, consiste nos atos do espírito; porque se concebemos que um rei não aprovaria de modo algum uma homenagem feita a sua pessoa por estátuas, como a situação onde o vento as poria fazendo-as cair por acaso quando passasse, ou bem a situação de joelhos na qual se colocasse marionetes, com mais forte razão deve-se crer que Deus que julga certamente todas as coisas, não considera de modo algum como ato de submissão e de culto o que se faz por ele exteriormente. É preciso então dizer que todos os atos externos de religião, todas as despesas que se faz em sacrifícios, em altares, e em templos, só são aprovados por Deus à proporção dos atos internos da alma que os acompanham.

III. Segue-se claramente daí que a essência da religião consiste nos julgamentos que nosso espírito forma de Deus, e nos movimentos de respeito, de temor e de amor que nossa vontade sente por ele; de sorte que é possível que por isso somente um homem faça seu dever para com Deus, sem nenhum ato exterior. Mas como esses casos não são, de maneira alguma, ordinários, vale mais dizer que a disposição interior em quê consiste a essência da religião, se produz externamente por humilhações corporais, e por signos que façam conhecer a honra que a alma rende à majestade de Deus. Ainda que o sejam, é sempre verdadeiro que os signos exteriores em um homem que não sente nada por Deus, quero dizer, que não tem nem os julgamentos, nem as vontades convenientes a respeito de Deus, não são mais uma

honra rendida a Deus do que a queda de uma estátua, por um golpe ocasional de vento, é uma homenagem rendida por esta estátua.

É então claro, que a única via legítima de inspirar a religião é produzir na alma certos julgamentos, e certos movimentos da vontade, em relação a Deus. Ora, como as ameaças, as prisões, as multas, os exílios, os golpes de bastão, os suplícios, e geralmente tudo o que está contido sob a significação literal do constrangimento, não podem formar na alma os julgamentos da vontade, em relação a Deus, que constituem a essência da religião; é claro que essa via de estabelecer uma religião é falsa, e por consequência, que Jesus Cristo não a ordenou.

Não nego que as vias do constrangimento, além dos movimentos exteriores do corpo, que são os signos ordinários da religião interior, também não produzem na alma julgamentos e movimentos de vontade; mas não o é em relação a Deus, é só em relação aos autores do constrangimento. Julga-se deles que eles devem ser temidos, e se os teme, com efeito; mas aqueles que antes não tenham da Divindade as ideias convenientes, ou que não sintam respeito por ela, o amor e o temor que lhe são dados, não adquirem nem essas ideias, nem esses sentimentos, quando o constrangimento lhes extorque os signos externos da religião. Aquelles que tiverem antes por Deus certos julgamentos, e que creem que só precisariam honrá-lo de uma certa maneira, oposta àquela em favor de que se cometam violências, não mudam tampouco de estado interior ao olhar de Deus. Todos os seus novos pensamentos se limitam a temer os perseguidores e a querer conservar os bens temporais que ameaçam tirá-los. Assim, esses constrangimentos não fazem nada para Deus; porque os atos interiores que eles produzem, não se reportam a ele de modo algum; e sobre o que é dos exteriores, é notório que só podem ser para Deus na medida em que estão acompanhados dessas disposições interiores da alma, que constituem a essência da religião: o que dá margem a obter assim toda essa prova.

A natureza da religião é a de ser uma certa persuasão da alma em relação a Deus, que produz na vontade o amor, o respeito e o temor que merece esse Ser supremo, e nos membros do corpo os signos convenientes a essa persuasão, e a essa disposição da vontade; de sorte que os signos externos estão em um estado interior da alma que aí responde, ou com um estado interior da alma que lhe seja contrário, são atos de hipocrisia e de má fé, ou de infidelidade e de revolta contra a consciência.

Então se se quer agir segundo a natureza das coisas, e segundo essa ordem que é a reta razão e a soberana razão que o próprio Deus deve consultar, não se deve jamais se servir, para o estabelecimento da religião, daquilo que não é capaz, de um lado, de persuadir o espírito, e de imprimir no coração o amor e o temor a Deus, tanto quanto, por outro lado, é capaz de produzir nos membros do corpo atos externos que não sejam de modo algum o signo de uma disposição religiosa da alma, ou que seja o signo oposto de uma disposição interior de uma alma.

Ora, é um fato que a violência é incapaz, de um lado, de persuadir o espírito, e de imprimir no coração o amor e o temor a Deus, e é muito capaz, de outro, de produzir nos corpos atos externos que não sejam acompanhados de nenhuma realidade interior, ou que sejam os signos de uma disposição interior muito diferente da que se tem verdadeiramente; isso é, que esses atos externos são, ou hipocrisia e má fé, ou revolta contra a consciência.

É então uma coisa manifestamente oposta ao bom senso e à luz natural, aos princípios gerais da razão, em uma palavra, à regra primitiva do verdadeiro e do falso, do bom e do mal, empregar a violência para inspirar uma religião àqueles que não a professam.

Como então as ideias claras e distintas que temos da essência de certas coisas, nos persuadem invencivelmente que Deus não pode nos revelar o que seria contrário a essas coisas (por exemplo, estamos muito seguros de que Deus não pode nos revelar que o todo é menor que a sua parte; que é honesto preferir o vício à virtude; que é preciso preferir seu cão a todos os seus amigos e à sua pátria; que para ir por mar de um lugar a outro, é preciso galopar rapidamente sobre um cavalo; que para bem preparar uma terra para produzir uma abundante colheita, não é preciso tocá-la) é evidente que Deus não nos mandou, em sua palavra, forçar as pessoas a golpes de bastão, ou por tais outras violências, a adotar o Evangelho; e, assim, se encontramos no Evangelho uma passagem que nos ordena o constrangimento, é preciso ter por tudo assegurado que é em um sentido metafórico e não literal, talvez da mesma maneira como se encontrássemos na Escritura uma passagem que nos ordenasse a nos tornarmos bastante sábios nas línguas e em todas as espécies de faculdades sem estudar, creríamos que isso deveria ser entendido figuradamente; creríamos, antes, ou que a passagem é falseada; ou que não entendemos todas as significações dos termos do original, ou que é um mistério que não nos concerne, mas a outras pessoas que virão depois de nós, e que não se assemelharão a nós de modo algum, ou enfim que é um preceito dado à maneira das nações orientais, isso é, por emblemas, e por imagens simbólicas e enigmáticas; creríamos, digo, nisso antes de nos persuadirmos que Deus, sábio como é, ordenasse a criaturas, tais como o homem, literalmente e propriamente a ter uma ciência profunda sem estudá-la.

A única coisa que se pode me opor é que não se pretende se servir das violências, como uma maneira direta e imediata de estabelecer a religião, mas como uma maneira indireta e mediata; isso é, que se permaneça de acordo comigo, que a via natural e legítima de inspirar a religião, é esclarecer o espírito pelos bons doutrinamentos, e de purificar a vontade pelo amor que se inspira por Deus; mas como para pôr em obra essa via é algumas vezes necessário violentar as pessoas, porque sem essas violências elas não se aplicariam a se instruírem e a se livrarem de seus preconceitos; que assim a violência só serve para levar obstáculos à instrução, após o quê se serve da via legítima, se entra na ordem, se instrui as pessoas, se trata segundo as luzes primitivas, que eu tanto prego como o tribunal soberano, ou como o comissário que deve passar em revista suas revelações, para rejeitar as que não terão seu caráter.

Reservo-me a refutar em um<sup>6</sup> outro lugar esta exposição que é uma chicana muito especiosamente torneada, uma ilusão engenhosa, e espero refutá-la tão plenamente, que ela só poderá servir a estes escritores do baixo império, a esses missionários de vila, que não têm jamais vergonha de produzir as mesmas objeções, sem se propor as respostas que eles arruinaram inteiramente.

---

<sup>6</sup> Vejam a segunda parte, cap. 1.

## CAPÍTULO III

*Segunda refutação do mesmo sentido literal, pela razão que é contrário ao espírito do Evangelho.*

Tendo que propor minha segunda prova, eu chamo meu leitor a se lembrar do que eu disse no capítulo I. *Que uma lei positiva uma vez verificada sobre a luz natural adquire a qualidade de regra e de criterium, do mesmo modo como em Geometria uma proposição demonstrada por princípios incontestáveis, torna-se um princípio a respeito de outras proposições.* A razão pela qual repito aqui esta observação é que quero provar neste capítulo a falsidade do sentido literal destas palavras, *Forçai-os a entrar*, fazendo ver que é contrário ao espírito geral do Evangelho. Se eu fizesse esse Comentário em teologia, não teria necessidade de subir mais alto; suporia de pleno direito que o Evangelho é a primeira regra da moral, e que não ser conforme à moral do Evangelho é sem outra prova estar manifestamente no crime; mas como eu trato de filosofia, sou levado a remontar até a regra matriz e original que é a luz natural. Digo então que sendo o Evangelho uma regra que foi verificada sobre as mais puras ideias da reta razão, que são a regra primitiva e original de toda verdade e retidão, é pecar contra a própria regra primitiva, ou o que é a mesma coisa, contra a revelação interior e muda, pela qual Deus ensina a todos os homens os primeiros princípios, pecar contra o Evangelho. Acrescento mesmo essa consideração, que o Evangelho tendo melhor desenvolvido os deveres da moral e sendo uma extensão muito considerável do bem honesto, que Deus ter-nos-ia revelado pela religião natural, se segue que toda ação de cristão não conforme ao Evangelho é maior e mais injusta do que se ela fosse simplesmente contrária à razão; porque quanto mais as regras da justiça e os princípios dos costumes são desenvolvidos, esclarecidos e entendidos, mais se é indesculpável de aí não se conformar; de sorte que se se entende que o constrangimento em matéria de religião é contrário ao espírito do Evangelho, isso será uma segunda prova mais forte do que a primeira para mostrar que esse constrangimento é injusto e contrário à regra primitiva e original da equidade e da razão.

Mas para não deixar nenhum estorvo em nosso caminho, digamos uma palavra sobre uma dificuldade que se apresenta. Dir-me-ão que pelo princípio que estabeleci no capítulo I, o Evangelho não deveria ser recebido como uma revelação divina, visto que se compareis os preceitos com minha regra original, aí não os encontrareis conformes; porque nada é mais conforme à luz natural do que se defender quando se é atacado, do que se vingar de seu inimigo, do que ter atenção com o seu corpo, etc., e nada é mais oposto ao Evange-



lho. Se precisasse então julgar como uma doutrina que nos pregam como descida do céu, não é divina desde que ela não é conforme à luz natural, à revelação primitiva, perpétua e universal da divindade para com o homem, teria precisado rejeitar como falsa a doutrina de Jesus Cristo; e hoje ele não poderia passar por uma segunda regra consultada sobre a original, e por consequência, eu não poderia nada provar pelo meu método, provando aqui que o constrangimento é contra o espírito da moral evangélica.

Respondo que todos os ensinamentos morais de Jesus Cristo são tais que sendo pesados na balança da religião natural, serão tidos de boa estima; de sorte que como Jesus Cristo fez, aliás, um tão grande número de milagres que só haveria a oposição de sua doutrina a alguma verdade evidente da revelação natural por quem tivesse podido fazer duvidar da divindade de sua missão, deve-se estar totalmente em paz desse lado. Fez milagres para a conservação de uma doutrina, que bem longe de ser contrária às noções da razão e aos mais puros princípios da equidade natural, os propaga, os esclarece, os desenvolve, os aperfeiçoa; ele então falou da parte de Deus. A luz natural não diz claramente a todos que a consultam com atenção, que Deus é justo, que ama a virtude, que desaprova o mal, que merece nossos respeitos e nossa obediência, que é a fonte de nossa bondade, e que é a ele que se deve recorrer para ter o que nos é necessário? Essa luz não diz àqueles que a contemplam com atenção e que se elevam acima das nuvens sombrias que suas paixões e a materialidade de seus hábitos formam sobre seu espírito, que é honesto e louvável perdoarem a seus inimigos, moderarem sua cólera, domarem todas as suas paixões? De onde vieram todas essas belas máximas, das quais os livros dos pagãos são tão repletos, se aí não tivesse para isso uma revelação natural endereçada a todos os homens? Assim sendo, foi fácil de ver que não há nada de mais racional, e de mais conforme à ordem do que mandar ao homem a humildade, o olvido das ofensas, a mortificação e a caridade; porque nossa razão conhecendo muito claramente que Deus é o soberano bem, gosta e aprova as máximas que nos unem a ele. Ora, nada é mais capaz de nos unir a Deus do que o desprezo a este mundo e a mortificação das paixões; então a razão se encontrou totalmente na ordem a moral do Evangelho; e não que essa moral tivesse feito duvidar que os milagres de Jesus Cristo provariam sua divindade, ela deveu, ao contrário, ser uma sua sólida confirmação. Isso não ocorreria do mesmo modo com a moral que se pretende encontrar nestas palavras, *forçai-os a entrar*; porque elas significariam *empregais as prisões, as torturas e os suplícios, para obrigar à profissão do cristianismo todos aqueles que aí não se queiram submeter de bom grado*, nossa razão, nossa religião natural teriam tido motivo de entrar em grandes desconfianças e de ver Jesus Cristo como um emissário do demônio, que viria sob as belas aparências de uma moral austera e muito espiritualizada, sustentada por grandes prodígios, introduzir o mais mortal veneno que possa arruinar o gênero humano e torná-lo o teatro medonho e contínuo das mais sangrentas e das mais assustadoras tragédias. Mas proponhamos por ordem essa segunda prova. Eis meu raciocínio.

Uma interpretação da Escritura totalmente contrária ao espírito do Evangelho só pode ser

falsa.

Ora, é que o sentido literal destas palavras, *Forçai-os a entrar*, é totalmente contrária ao espírito do Evangelho.

Então o sentido literal dessas palavras só pode ser falso.

Suponho com razão, que a premissa maior deste argumento não tem necessidade de ser provada. Só provarei então a menor.

Para esse efeito, observo primeiramente que a excelência do Evangelho sob a lei de Moisés, consiste, entre outras coisas, no que espiritualiza o homem, que o trata mais como criatura racional e de um julgamento formado e não mais como filho que teria necessidade de ser distraído por espetáculos e por grandes cerimônias que divertissem a sua propensão em face da idolatria pagã. Ora, daí se segue que o Evangelho exige muito particularmente que se o siga por razão, que quer antes de tudo esclarecer o espírito de suas luzes e suscitar nosso amor e nosso zelo, que não quer que o temor dos homens, ou o medo de serem miseráveis, empenhe-nos em segui-lo exteriormente, sem que nosso coração seja tocado, nem nossa razão persuadida; isso seria tratar o homem como escravo, e tudo como se não quisesse se servir dele como para uma ação manual e maquinal, onde importa pouco que trabalhe de bom grado, contanto que trabalhe: mas em matéria de religião, de modo algum que isso seja fazer alguma coisa contra seu grado, quereria mais viver totalmente em paz que trabalhar à força. É preciso que o coração se envolva e com conhecimento de causa; é preciso então que quanto mais uma religião procure o coração, o bom grado, o culto racional, uma persuasão bem iluminada, como faz o Evangelho, mais ela seja afastada de todo o constrangimento.

Observo em segundo lugar que o principal caráter de Jesus Cristo, e a qualidade, por assim dizer, dominante de sua pessoa, foi a humildade, a paciência, a complacência. *Aprendereis comigo*, dizia ele a seus discípulos, *que sou complacente e humilde de coração*. É comparado a um cordeiro que foi conduzido ao matadouro sem se lastimar: Ele disse que bem-aventurados são os complacentes, os pacíficos e os misericordiosos. Quando lhe disseram ultrajes, ele não se pronunciou de modo algum, mas se entregou àquele que julga justamente. Ele quer que abençoemos aqueles que nos maldizem e que oremos por aqueles que nos perseguem; e bem longe de permitir a seus sectários a perseguirem os infiéis, ele não quer mesmo que eles oponham à sua perseguição outra coisa além da fuga: *Se alguém vos persegue em uma vila*, disse ele, *fugis para uma outra*. Não lhes disse, esforçais em fazê-la sublevar contra aqueles que a governam, chameis em vosso socorro as vilas que são por vós, e vendes sitiá-la a que vós perseguistes, para forçá-la a vós crerdes; lhes disse, saíeis, para vós transportardes para um outro lugar. Quer bem, em uma outra passagem, que eles protestem nas ruas contra aqueles que não quiseram escutá-los: mas é todo o procedimento que ele lhes permite, após o quê ele lhes ordena a se retirarem. Compara-se a um pastor que vai à frente de suas ovelhas, *e elas seguem-no; porque conhecem a sua voz*. Que se observe bem essas palavras; ele não disse que afaste de si o rebanho a golpes de vara, como quando se quer constranger a ir para um lugar

contra sua inclinação; ele disse que se põe à frente, e que elas o seguem, porque o conhecem; o que indica a plena liberdade que ele lhe dá de seguir enquanto elas o conhecerem e de se afastar se elas virem a desconhecê-lo, e que só quer uma obediência voluntária, precedida e fundada sobre o conhecimento. Faz oposição de sua missão a dos ladrões e dos bandidos, que, como lobos, se lançam ao curral, para arrancar à força ovelhas que não lhes pertenciam de modo algum e que não conhecem sua voz. Quando se vê abandonado pelas tropas, ele não arma de maneira alguma essas legiões de anjos, que estavam sempre como a seu soldo, e não os envia à caça de seus desertores, para constrangê-los a retornar; de modo algum ele pede a seus apóstolos que o tivessem deixado, se eles não têm a vontade de fazê-lo, *e vós, não desejais de maneira alguma ir também?* Como para ensinar-lhes que não queria reter ninguém para seu serviço, que não fosse bem contente. Quando sobe ao céu, não ordena a seus apóstolos de não converter as nações que os ensinam, os doutrinam, os batizam. Seus apóstolos seguiam o exemplo de sua complacência e nos ordenam ser os imitadores deles e de seu mestre. Precisaria copiar quase todo o Novo Testamento, se quisesse trazer todas as provas que ele fornece da bondade, da doçura e da paciência, que constituem o caráter essencial e distintivo do Evangelho.

Raciocinemos agora assim.

O sentido literal desse texto do Evangelho, *Forçai-os a entrar*, é não somente contrário às luzes da religião natural, lei primitiva e original da equidade, mas também ao espírito dominante e essencial desse mesmo Evangelho e de seu autor; porque nada pode ser mais oposto a esse espírito do que os calabouços, os exílios, a pilhagem, as galeras, a insolência dos soldados, os suplícios e as torturas:

Então o sentido literal é falso.

Não creio que se possa nada imaginar de mais ímpio e de mais injurioso a Jesus Cristo, nem de uma mais perigosa consequência, do que sustentar que deu um preceito geral aos cristãos de fazer conversões pelo constrangimento; porque não somente uma máxima também contrária como aquela ao bom senso, à razão e aos princípios gerais da moral, poderia fazer crer que aquele que a vende não fala da parte desse mesmo Deus que antes revelou uma tão diferente, pela via da luz natural; de Deus, digo, incapaz de contradizer-se tão grosseiramente; além disso, qual ideia se pode formar do Evangelho, se aí se vê de um lado, tantos preceitos de clemência e de doçura, e de outro, uma ordem geral que encerra em sua volta todos os crimes de embuste e de crueldade que o inferno pode imaginar? Quem não diria que é um cúmulo bizarro de pensamentos contraditórios, de um espírito que não aprendeu bem a lição, e que a si próprio não se entendia? Ou antes, quem não diria que saberia demasiado sua lição e que o inimigo do gênero humano que o teria seduzido, se serviu de seu órgão para introduzir no mundo o mais assustador dilúvio que possa ser conhecido, e que afim de aí medrar ele lhe fez cobrir seu jogo de uma fingida e açucarada moderação, para tudo, de um só golpe, lhe fazer afrouxar o arresto fulminante e funesto de constranger e forçar todas

as nações a professar o cristianismo? Eis os abismos onde se lançam os infames defensores do sentido literal da parábola, que poderiam antes ser nomeados como diretores gerais dos açougueiros e dos carrascos, do que intérpretes da Escritura. Um padre da Oratória, chamado Amelote, dizia durante as altercações dos jansenistas, que *se se<sup>7</sup> tivesse, sobre Jansenius, uma evidência da natureza como a que se tem pelos sentidos ou pelos primeiros princípios, então aqueles que tivessem os olhos aclarados por uma tal luz, teriam motivo de desconfiar da diligência e da fidelidade do papa e dos bispos que ser-lhe-iam opostos, e poderiam exigir uma revelação evidente daqueles que quisessem obrigar a sacrificar sua persuasão, e de submetê-la malgrado sua consciência.* Ele chamou a evidência fundada sobre os sentidos, ou sobre os primeiros princípios, um *posto inexpugnável*. Concluo de seu princípio que o menos que um homem deva fazer, para nos persuadir do sentido literal dessas palavras, *Forçai-os a entrar*, oposto a todas as luzes da razão e do Evangelho, é nos provar por uma revelação nova e muito evidente, que interprete bem essa passagem. E não creio mesmo que fora algum caso particular onde Deus pode fazer exceções a suas leis, se deva jamais se fiar a uma revelação semelhante, por mais evidente que ela fosse. Quero dizer, que se um profeta fazendo milagres para a conservação do sentido literal, fizesse um preceito geral e não limitado a alguma circunstância particular, como foi, por exemplo, o homicídio de Fineias, teríamos direito de prendê-lo, com seus milagres, como um impostor.

---

<sup>7</sup> Ver o *Tratado da fé humana*, I, particularmente o cap. 7.

## CAPÍTULO IV

*Terceira refutação do sentido literal, pela razão que transtorna os limites que separam a justiça da injustiça, e que confunde o vício com a virtude, na ruína universal das sociedades.*

Mas é muito distrair a comissão com provas que só são mediocrementemente boas em comparação ao que se vai dizer. Desfiram aqui o grande golpe esmagando a cabeça do sentido literal da parábola.

Um sentido literal da escritura é necessariamente falso, quando contém a ruína geral da moral humana e divina, que confunde o vício com a virtude, e que por aí abre a porta a todas as confusões imagináveis.

Ora, é o que faz o sentido literal dessas palavras, *Forçai-os a entrar*:

Então é necessariamente falso. A premissa maior é tão clara por ela mesma que seria ridículo querer prová-la. Passemos então à prova da premissa menor que parecerá, antes de mais nada, paradoxal.

Eu sou de bastante boa fé para confessar aos conversores da França, que supondo que Jesus Cristo teria ordenado converter os povos pela força, só fizeram-no obedecendo a Deus, constringendo os reformados pelos alojamentos de soldados, pelas prisões e por outras vias violentas, a se fazerem católicos, e que assim essas violências, de modo algum são crimes, mas bastante boas ações. Mas eu lhes pergunto se não é verdadeiro que a única razão pela qual são boas ações, é que elas foram feitas em proveito da Igreja, e com vistas a amplificar o reino de Jesus Cristo. Não penso que me o negais; porque se me respondeis que um rei, tão absoluto como o da França, pode alojar os soldados onde lhe apraz, permitir-lhes tal ou tal licença, retirar de sua casa um homem que mereceu essa distinção assinando um formulário, e que assim a razão pela qual as violências não são criminosas é porque elas são permitidas a um rei em seus Estados; se, digo, me dessem essa resposta, eu não teria grande dificuldade em repreender-me.

Supondo que o que o mesmo rei da França venha a fazer, o tivesse feito sem outra razão, vista, nem motivo além do de se divertir por um caprichoso exercício de seu poder, não seria uma ação injusta, eu perguntaria, e que Deus poderia punir muito justamente? Não concebo que aí tenham pessoas bastante lisonjeiras, ou bastante cegas, para me responder que não; é preciso então que um rei, que vexa assim uma parte de seus súditos, pilhando seus bens, separando seus filhos dos pais, as mulheres dos maridos, aprisionando uns, enclausurando

os outros, demolindo casas, talhando os bois, permitindo mesmo que soldados atormentem os habitantes em pessoa, tenha outra razão de agir assim, senão a de sua soberania e de seu bel-prazer; de outro modo, todo o mundo vê que é um abuso injusto e tirânico do poder real.

Dir-me-eis, talvez, que essas vexações têm sido fundadas sobre o fato de que uma parte dos súditos não se conformaria com os editos do rei. Ora, um rei pune justamente aqueles dentre seus súditos que não obedecem a seus editos. Mas esta resposta não somente supõe-se ser falsa, a saber, que não se tenha castigado por alojamentos de soldados de guerra, como aqueles que não teriam obedecido aos editos reais, visto que é certo que esses alojamentos precederam a revogação do edito de Nantes, ou no tempo em que essa revogação concordava aos protestantes o direito de se instruírem, mas também essa resposta é muito vaga para ser boa; porque as penas de que o rei faz sofrer seus súditos que não obedeceram a suas ordens, que sejam justas, é preciso que essas ordens sejam fundadas sobre alguma boa razão; de outro modo, um rei poderia justamente punir aqueles dentre seus súditos que não tivessem os olhos azuis, o nariz aquilino, os cabelos loiros, que não achassem boas certas carnes, que não adorassem a caça, a música, o estudo, etc., ele poderia, digo, puni-los muito justamente, suposto que tivesse publicado ordens que mandassem a todos os súditos terem em um certo tempo, os olhos azuis, etc., e de se amar o estudo, etc. Mas cada um vê que como essas ordens seriam injustas, as penas dos contraventores o seriam também: de sorte que é preciso permanecer de acordo que para não vexar súditos injustamente, não basta dizer de uma maneira vaga que eles transgrediram às ordens; é preciso dizer em particular que eles transgrediram a ordens ou justas, ou pelo menos tais que aí só tivesse uma negligência irracional que as fizesse transgredir. Dir-me-ão que as ordens do rei Luís XIV eram dessa natureza. Não o discutirei; mas que se concorde comigo então que a razão pela qual ele pôde tratar, sem fazer nenhuma injustiça, seus súditos da religião como ele os tratou, é que ele fez tudo isso em proveito da Igreja romana, que é, segundo ele, a única boa Igreja que haveria no mundo. É preciso convir, e tudo se reduz a este fundamento, que o que se venha a fazer na França àqueles da religião [reformada] seria injusto, se fosse feito não para o proveito da verdadeira religião, mas para fazer, por exemplo, com que confessassem que estão persuadidos que a terra gira; que o calor que atribuímos ao fogo é uma sensação de nossa alma; que um tal molho é melhor que outro; mas visto que não violentaram os huguenotes, para fazê-los confessar coisas dessa natureza, mas as verdades reveladas aos cristãos, o tratamento que eles têm recebido é bastante justo, sendo conforme ao mandamento de Jesus Cristo. Acrescentar-se-á então que é abusar dos termos chamar esses tratamentos de perseguição. Não há como fazer com que os males que se comete aos fiéis seja considerado perseguição. Aqueles que se fazem aos heréticos só são atos de bondade, de equidade, de justiça e de razão. Eis o que é então. Convirdes então *que uma coisa que seria injusta, se ela não fosse feita em favor da boa religião, torna-se justa quando ela é feita para a boa religião*. Essa máxima é muito claramente contida nestas palavras, *Forçai-os a entrar*, suposto que Jesus Cristo as tenha entendido literalmente; porque elas significam,

*bateis, fustigueis, aprisioneis, pilheis, mateis todos os que serão obstinados, tirai-lhes suas mulheres e seus filhos; tudo isso é bom quando se o pratica por minha casa: em outras circunstâncias esses seriam enormes crimes, mas o bem que atinge à minha Igreja purga e limpa essas ações perfeitamente.*

Ora, é a que digo ser a mais abominável doutrina jamais imaginada, e duvido que haveria nos infernos diabos bastante maus para desejar que o gênero humano se conduza por esse espírito. De modo que atribuir isso ao Filho eterno de Deus, que só é vindo ao mundo para aí trazer a salvação, e para aí ensinar aos homens as verdades mais santas e mais caridosas, é fazer-lhe a mais sangrenta de todas as injúrias, porque considereis, vos convoco, os horrores e as abominações que se seguem, em consequência, dessa moral detestável, é que todas as barreiras que separam a virtude do vício, sendo levantadas, não se terá aí ação mais infame que não torne um ato de piedade e de religião, desde que se a cometa para o enfraquecimento da heresia. Assim, desde que um herético por seu espírito, por sua eloquência, por seus bons costumes confirmasse os outros em sua heresia, e persuadissem mesmo os fieis que se enganam, será permitido assassiná-lo, ou aprisioná-lo, ou divulgar contra sua reputação mil calúnias infames, e ganhar falsos testemunhos para apoiá-las. Porque ter-se-á bem dito que isso é injusto, a resposta está toda pronta. *Isso seria injusto na verdade em outros casos, mas se tratando do interesse da Igreja não há nada de mais justo.* Vedes, sem que eu entre em um detalhe odioso, que não haveria de modo algum crime que não se tornasse um ato de religião; os juízes condenariam injustamente os heréticos em todos os seus processos; perseguir-se-ia impunemente os heréticos, e faltar-lhe-iam a palavra nos trabalhos mais importantes; tirar-lhe-iam suas crianças, suscitar-lhe-iam falsos testemunhos, debochar-se-ia de seus filhos, afim de que uma grosseria vergonhosa obrigasse-nos a buscar apoio na boa religião; em uma palavra, fariam a eles todas as avanias imagináveis; a violência e a velhacaria se sucederiam contra eles, persuadido de que assim seria deixando-os viver, e que obrigaria a mudarem de religião; e graças a esse motivo que se teria, persuadir-se-ia de bem fazê-lo. Quê de mais horrível?

Esse não seria o único partido que teria direito, no fundo, a fazer todo esse belo manejo; cada um acreditaria estar em direito de fazê-lo, porque cada religião se crê a única verdadeira, ou pelo menos, a mais verdadeira, e vê as outras como inimigas de Deus, ou como defeituosas, e pretende que, as convertendo, renda um grande serviço a Deus. Não entro no momento na questão sobre se todas elas têm um direito igual, sendo suposta a persuasão de boa fé de agir para extirpação do que elas creem falso; mas, ao menos, é verdadeiro que Jesus Cristo teria previsto que seu mandamento levaria todos os cristãos a usar de violência, contra aqueles que não seriam de sua seita; o que seria uma fonte inesgotável de crimes, e uma Ilíada de misérias para o bom partido. Ora, não parece de modo algum que só a previsão de tantas desordens, às quais seu mandamento formal daria lugar e para as quais serviria de uma desculpa muito plausível, não tenha evitado que ele o comandasse, quando ele não teria sido impedido, aliás, suficientemente pela injustiça essencial e inalienável que se encontra nas perseguições de religião.

Ainda que eu não queira especificar em detalhe as confusões abomináveis que nasceriam de as ações mais injustas se tornarem justas, pelo emprego que se faria para a extirpação do erro, também é preciso que eu diga que nascendo, entre outros, esse grande inconveniente, que os reis e os soberanos não estariam jamais em segurança, quando seus súditos fossem de uma religião diferente. Os sujeitos acreditariam ser obrigados em consciência a depô-los, e a expulsá-los vergonhosamente, se não quisessem abjurar sua religião, e creriam nisso fazer uma ação muito legítima; porque, enfim, diriam eles, o Evangelho quer que se force a entrar; é preciso então que forcemos nosso rei a mudar, que lhe recusemos nossa obediência, até que ele tenha mudado, e se se obstina, que o deponhamos e que o confinemos em um monastério. Talvez a vista de tantos males temporais o aplicará a instruir-se e o afastará de seus preconceitos: em todo caso, procuraremos o proveito da religião, expulsando um rei que lhe é contrário, e substituindo-o por um outro que a favorecerá. Ora, isso basta para tornar justas as ações que seriam sem isso muito criminosas. Deponhamos então, ou mesmo matemos nossos reis heréticos, visto que ainda que isso seja um parricídio infernal, quando se dirige por outras considerações, é uma boa obra desde que se dirija para o bem da religião. Assim, alternativamente os soberanos e os súditos se perseguiriam rigorosamente. Aqueles constrangeriam à viva força seus súditos de religião diferente a deixá-la, e os últimos desde que o pudessem, fariam do mesmo modo com seu príncipe, uns e outros obedecendo às ordens do Filho de Deus. Não haveria uma bela obrigação a Jesus Cristo de ser encarnado, e de ter sido crucificado por nós, se nestas três palavras, *Forçai-os a entrar*, nos viesse levar todos os frágeis restos da religião natural, que se salvaram do naufrágio do primeiro homem; se viesse a confundir todas as ideias do vício e da virtude, e transtornar os limites que desunissem esses dois Estados, fazendo que o homicídio, o roubo, a pilhagem, a tirania, a revolta, a calúnia, o perjúrio, e geralmente todos os crimes cessassem de ser más ações, desde que as fizesse contra as heterodoxias, e tornassem virtudes de obrigação e muito necessário praticá-las. Isso seria ter tido por objetivo arruinar todas as sociedades e de confinar o homem nas cavernas, a fim de evitar sua semelhança como a mais perigosa besta que se possa encontrar.

O que há de absurdo em muitos dos católicos romanos, e principalmente nos franceses, é que querendo de uma parte que Jesus Cristo nos tenha ordenado o constrangimento, não querem que isso vise aos reis, nem que a Igreja tenha direito de depô-los. Isso é o extremo do lamentável. Querem então que os reis, em consequência dessa passagem, sejam autorizados por Deus a arruinar seus súditos heréticos, aprisioná-los, encurralá-los, prendê-los e queimá-los, e não querem que a mesma passagem dê direito às pessoas, desde que o papa ou a assembleia eclesiástica julgara que a vez chegou, de expulsar um rei que não queira converter-se, e de instituir em seu lugar um homem ortodoxo. Qual o sentido disso? Jesus Cristo teria ordenado as violências por toda parte alhures, exceto nos casos onde eles podem ser os mais vantajosos à Igreja, pela perda de um único homem! Por que não vê que a ruína de um príncipe herético e devoto pode evitar mais mal à outra religião, que a ruína de cem



mil camponeses ou artesãos? Assim, supondo-se que essas palavras, *Forçai-os a entrar*, significam: pilhai, matai, aprisionai, enforcai, espancai até que ninguém ouse se recusar a assinar, não vejo qual direito alguém caça de Suarez, de Becan e de muitos outros que dizem que nessas palavras, *Apascenta os meus cordeiros*, está contido o poder de tratar os reis heréticos totalmente do mesmo modo que os pastores tratam os lobos, que exterminem *omnis modo quo possunt*, por todos os meios a eles possíveis.

Dir-me-eis que Deus declara expressamente que é por Ele que os reis reinam, e que quem resiste a suas ordens resiste a Deus, mas isso não importa. Não é incontestável que o homicídio, a calúnia, o roubo, o perjúrio, são expressamente proibidos por Deus? Se então não obstante essa proibição, se tornem boas ações quando são empregadas para o bem da religião, não se deve dizer a mesma coisa de qualquer outra ação proibida, sem excetuar a deposição de um rei? E a verdade é que aqueles que testemunham tanto esclarecimento em expor os reis à pena de deposição, quando eles não são ortodoxos, se desmentem na prática, como se viu na França nos tempos da Liga. Tanto é verdadeiro que é uma consequência natural e necessária do sentido literal que eu refuto, não poupar nem cabeças coroadas, nem nada que esteja no mundo, quando se trata de avançar a prosperidade da religião.

Convoco meus leitores a refletir um pouco sobre esses pensamentos, e me asseguro que entenderão que uma ordem que seria naturalmente encadeada (vista como o mundo é feito) com essa horrível série de profanações, e com essa extinção total dos princípios gerais da equidade natural, que são leis eternas e imutáveis, não pode ter partido da boca daquele que é a verdade essencial e substancial. O sentido literal então que combato é falso.

## CAPÍTULO V

*Quinta refutação do sentido literal, pela razão que ela fornece um pretexto muito plausível e muito razoável aos infiéis para não deixar entrar nenhum cristão em seu país, e de expulsá-los de todos os lugares onde eles se encontrem.*

Tenho dito que não desejaria abordar em detalhe as desordens que nasceriam do princípio que eu refuto; entretanto, apercebo-me que existem algumas que é necessário desenvolver, a fim de fazer melhor compreender os horrores e a enormidade do pensamento que se imputa tão falsamente ao Filho de Deus. Cometeria então injustiça à minha causa, se evitasse o detalhe a esse respeito. Aí entrarei então em certos pontos que me parecem consideráveis. Eu argumento assim.

Todo sentido literal da Escritura que fornece aos infiéis um motivo legítimo e racional de proibir a entrada e a estada em seus Estados aos pregadores do Evangelho, é falso;

Ora, o sentido literal destas palavras: *Forçai-os a entrar*, dá motivo aos infiéis:

Então ele é falso.

Não se pode negar a premissa maior; porque qual sentido aí teria de ordenar, de um lado, a todos os homens se converterem e de lhes dar, de outro, motivos muito racionais de não o fazer? Não seria isso brincar cruelmente com o homem, e frustrar a Providência de seus fins, que é de tornar indesculpáveis os homens, se não se servem dos subsídios que Deus lhes fornece? Provamos somente a premissa menor.

Suponhais para isso que missionários do papa se apresentem hoje pela primeira vez ao reino da China, a fim de aí pregar o Evangelho, e que eles sejam bastante sinceros para responder claramente às questões que alguém lhes fará. Suponho ao mesmo tempo um princípio que me negarão talvez, se não o examinar atentamente, mas se se examiná-lo bem, é que todo homem tendo aprovado que está sujeito ao erro, e que vê ou crê ver, ao envelhecer, a falsidade de muitas coisas que teria crido verdadeiras, deve estar sempre disposto a escutar aqueles que lhe oferecem instruções, em matéria mesmo de religião<sup>8</sup>. Não excetuo os cristãos, e estou persuadido que se nos viesse uma frota da terra Austrália, onde houvesse povos que fizessem saber que eles desejassem conferenciar com nós sobre a natureza de Deus, e sobre o culto que o homem lhe deve, tendo aprendido que temos sobre isso erros condenáveis, não nos faríamos mal em escutá-los, não somente porque seria o meio de desenganá-los dos erros onde

<sup>8</sup> Ver ainda a este respeito o cap. V da parte II, tomo II.

acreditaríamos que eles estariam, mas também porque poderíamos lucrar com suas luzes, e que devemos nos fazer de Deus uma ideia tão vasta e infinita, que podemos suspeitar que ela elevará nossos conhecimentos ao infinito, e por graus e maneiras cuja variedade será infinita. Como então somos persuadidos de que os povos da terra Austrália estariam na obrigação de escutar nossos missionários, em virtude da única proposição que os missionários lhes fariam em geral, que venham para desenganarem-se de seus erros sobre a religião, devemos crer que estaríamos na mesma obrigação a respeito da frota de que falo; porque a obrigação dos povos australianos não poderia ser fundada no fato de nossos missionários lhes anunciarem a verdade, visto que suponho que eles estariam na obrigação em virtude da oferta geral que seria feita, e antes que se lhes tivesse feito conhecer por prova alguma, pequena ou grande, a verdade do que querer-se-ia anunciar, ou antes que eles fossem adentrados em alguma dúvida sobre a verdade de suas crenças. Entendo uma dúvida distinta e particular e não uma certa dúvida implícita, vaga e geral, que pareça inseparável de todo homem que sabe raciocinar sobre essas máximas: *Cri em mil coisas que não creio mais, e o que ainda creio vejo como um grande número de pessoas que valem tanto que eu não creio nelas mais; determino-me a crer que me pareçam não poder ser de outro modo, e que pareçam tais aos outros homens, mas sobre razões prováveis que não a pareçam aos outros homens.* Se então os povos da terra Austrália seriam obrigados a escutar nossos missionários, antes que algum preconceito particular determinasse-nos ou a duvidar de sua antiga religião, ou a suspeitar que alguém lhe vem oferecer a verdade, é evidente que sua obrigação seria fundada sobre um princípio que concerne a todos os homens, a saber, que é preciso aproveitar todas as ocasiões que se ocasiona de ampliar nossos conhecimentos, pelo exame das razões que se podem propor contra nós, ou pela opinião dos outros.

Mas para não nos desviarmos, deixemos aí essas reflexões: não é necessário mostrar que os chineses seriam obrigados a escutar os missionários do papa em questão. Representemos um pouco sua primeira conversação: Que o imperador da China em meio a seu conselho faça vir esses bons padres, e que lhes pergunte antes de mais nada por qual motivo eles empreenderam essa longa viagem. Responderão, sem dúvida, que é para anunciar a verdadeira religião que o próprio Deus revelou por seu filho único, e aí dirão cem belas coisas sobre a pureza da moral de Jesus Cristo, sobre a felicidade que ele promete a seus fiéis, e sobre a injustiça que se faz à Divindade nas religiões pagãs. Poderia bem acontecer que esse príncipe lhes respondesse, como fez nosso Ethelrede aos monges que santo Gregório, o grande, enviara neste país, que o que eles viriam a dizer era belo dado que era verdadeiro, e com o que de bom coração ele concordaria, se não encontrasse mais certeza no que aprendera de seus ancestrais; que consentiria que todos os que o achassem verdadeiro fizessem aberta profissão. Mas suponhais que o conselho da China resolvesse colocar esta questão aos missionários: *Quais ordens vós tendes para aqueles que após terem ouvido cem vezes vossos sermões, não desejarem nelas crer?* E que esses monges, na sinceridade que lhe supusemos de antemão, respondessem: Nós recebemos ordem da parte de nosso Deus que é feito homem, de se forçar a tornar

cristãos todos os obstinados, isso é, todos aqueles que após nossas instruções recusarão a se batizar; e em consequência desta ordem, nossa consciência nos obriga, desde que tenhamos o poder, e que aí não terá um grande mal a temer, de expulsar a golpes de bastão nas igrejas cristãs todos os chineses idólatras, de aprisioná-los, de reduzi-los à esmola, de enforcar alguns, por exemplo, de arrebatá-los seus filhos, de abandoná-los à mercê do soldado, eles suas mulheres, e seus bens. Se duvidais, eis o Evangelho; eis o mandamento claro e transparente, *Forçai-os a entrar*: isso é, empregais todas as violências mais próprias a conseguir da resistência obstinada dos homens.

Concebe-se facilmente que a sinceridade que suponho a esses missionários é uma quimera; mas posso, entretanto, fazer essa suposição, a fim de conduzir mais claramente meu leitor aonde desejo que ele chegue. Que pensamos nós neste momento sobre o que se pensaria e o que se diria no conselho? Ou seriam conselheiros sem espírito, sem julgamento, sem razão, máquinas falantes, ou eles aconselhariam ao imperador a fazer sair incessantemente desses Estados todos esses missionários, como pestes públicas, e a fazer proibições expressas de jamais deixar entrar algum. Por que não vê que é introduzir em seu reino a semente perpétua da carnagem e da desolação das cidades e do raso país, deixar essas pessoas aí pregarem? No começo, eles não farão mais que pregar, que instruir, que lisonjear, que prometer um paraíso, que ameaçar de um inferno, persuadirão muitas pessoas, e chegará o dia em que eles terão em todas as cidades e em todos os portos muitos sectários; e então, ou pelos socorros estrangeiros, ou mesmo pelas únicas forças daqueles que os seguem, começarão suas violências contra todos aqueles que desejarem perseverar em sua antiga religião. Esses se absteriam de suportar que se os vexem nos lugares onde eles poderão se defender; assim, brigarão de todos os lados, e matar-se-á como moscas, e quantos cristãos morrerem no combate, tantos mártires, no dizer dos missionários, visto que eles terão perdido a vida executando a ordem precisa e formal de Jesus Cristo, *Forçai-os a entrar*. Onde está a alma bastante papal ou monacal, para não se arrepiar de horror com a vista dessas horrendas desolações? Mas isso não é tudo, é preciso que o próprio imperador salte cedo ou tarde, se não tem forças bastante contra seus súditos cristãos.

Porque, como eu já disse antes, seria absurdo que Jesus Cristo tivesse ordenado o constrangimento a respeito de um pobre pequeno burguês, artesão e camponês, cuja conversão não é tão importante em relação à amplitude da Igreja, e que não tivesse mandado a respeito dos reis, cujo exemplo e autoridade é tão útil para fomentar uma religião. Assim, suposto o sentido literal que eu refuto, a primeira coisa que deveriam fazer os missionários, desde que tivessem convertido uma parte dos chineses capaz de se fazer temer, era de comunicar ao imperador que se não se tornasse cristão, eles não lhe obedeceriam mais, que fariam vir cruzadas do ocidente para lhe tirar a coroa, que se dariam um outro rei fiel filho da Igreja, e que tendo aumentado seu número pelas vias do constrangimento, obrigá-lo-iam, enfim, a se tornar monge, a ficar toda sua vida entre quatro muralhas ou a abraçar sua religião. E

se acontecesse que se pondo em campanha para repelir a força pela força, ele vencesse seus súditos cristãos, e obrigasse-os a lhe prestar sermão de fidelidade e a lhe prometer de não mais violentar ninguém; não poderia instituir solo algum sobre esse tratado, nem sobre esse sermão, porque compreenderia bem que visto que a lei do cristianismo legitimaria o roubo, o homicídio, a revolta, quando isso fosse útil à religião, ela autorizaria também a infidelidade em seus sermões; de sorte que ele teria motivo de temer que desde que tivesse retirado suas tropas, seus súditos cristãos não recomeçassem seus furores sem consideração pelos seus sermões, que subordinariam sempre, como a uma condição subentendida, a uma amplificação da Igreja. Não estaria então jamais em paz nem para ele, nem para seus súditos, ao passo que teria em seus Estados tais perturbadores da paz pública, que nada é capaz de unir, e que acreditam ser tudo permitido e necessário desde que servisse à sua religião.

Por consequência, todas as espécies de razões desejariam que fizesse sair de seu reino, após uma audiência de duas horas, todos os missionários cristãos; e assim com razão e justiça ele permaneceria em sua falsa religião. Consequência horrível, e que surgindo muito naturalmente do sentido literal, mostra que ele é falso, ímpio e abominável.

Digo que com razão e justiça ele expulsaria esses missionários; porque, primeiramente, a razão e a justiça querem que um príncipe que vê vir estrangeiros em seu Estado, para aí anunciarem uma nova religião, se informe o que é uma tal religião, e se ela concorda a fidelidade que os súditos devem a seu príncipe com a que eles devem a Deus; e por consequência esse imperador da China deve, desde a primeira conversação, se informar dos missionários, de qual natureza é sua doutrina, em relação ao bem público e às leis fundamentais que fazem a felicidade dos súditos e dos soberanos. Não tenho dificuldade em dizer que um rei que não se informasse disso, pecaria contra as leis eternas, que querem que ele deseje a paz pública do povo que Deus lhe submeteu. Seja então concluído que em boa justiça ele deve questionar os missionários sobre o ponto que toquei, da maneira a qual eles se comportariam em face daqueles que acreditariam obstinados. Ora, como ele aprenderia, antes de mais nada, coisas horríveis, contrárias à equidade natural, e perniciosas a seus súditos, perigosas a seu trono; que ele aprendesse, digo, isso antes de ser levado a esse grau de consciência do cristianismo que obriga o homem a abraçá-lo, é claro que de duas obrigações onde não se pode representar sucessivamente, uma de trabalhar para a paz de seus súditos, a outra de professar o cristianismo, aquela precede a última; e assim ele expulsa muito justamente os cristãos de seu Estado, e não querendo mais ouvir falar, após o que a segunda obrigação não acontecerá jamais, visto que implica contradição que um príncipe seja obrigado a se tornar cristão, tendo que ser bem instruído da verdade do cristianismo segundo a marcha das coisas humanas, sem ter muitas conferências com cristãos. Que alguém se recorde da máxima de um autor<sup>9</sup> moderno, que para não ser cismático não basta ser separado de uma falsa Igreja, mas que é preciso de mais ter tido uma certeza legítima da falsidade dessa Igreja. Assim, para que

<sup>9</sup> Nicolau, *Os Pretensos Reformados convencidos do cismo*.

um rei da China abandone justamente sua Religião, não basta que ele abrace a cristandade que é boa, é preciso no mais que ele conheça por boas e sólidas instruções, que ela é boa; de outro modo, ele só daria um golpe temerário e aturdido, ao qual Deus não daria nenhuma importância. É então certo que o cristianismo só obriga aqueles que conhecem claramente a divindade ou que estão em condição de instruir-se. Aqueles que não estão nessa condição, porque um dever indispensável os obrigou a expulsar aqueles que poderiam instruí-los, permanecem legitimamente fora do cristianismo; de onde aparece cada vez mais a enormidade do sentido literal pelas consequências funestas que surgem.

Mas digo, em segundo lugar, que esse imperador não poderá ser censurado como uma pessoa irracional, disso que ele julgará por essa primeira conversação, que a religião dos missionários é ridícula e diabólica; ridícula no que ele verá que ela é fundada por um autor que diz de um lado, que é preciso ser humilde, bondoso, paciente, sem aspereza, perdoando as injúrias, e de outro, que é preciso espancar violentamente a golpes de bastão, aprisionar, exilar, enforcar, chicotear, abandonar à pilhagem do soldado todos os que não desejarem segui-la. Verá que é diabólica, visto que, além de sua diametral oposição às luzes da reta razão, verá que ela autoriza todos os crimes, desde que sejam empregados para sua vantagem, e que não deixa mais outra regra do justo e do injusto, que seu proveito, ou sua perda; que ela só tende a tornar o universo um teatro horrendo de carnagem e de violência.

Enfim, digo que se esse imperador crê em uma Divindade, como ele está seguro que todos os pagãos conheceram uma, deve por um princípio de consciência, lei eterna e anterior a todas as religiões do direito positivo, afastar os cristãos de seu Estado. Aqui está a prova. Ele aprenderia por esses missionários, que é uma das leis fundamentais do cristianismo, e uma das ordens mais expressas e mais claras do filho de Deus, forçar os homens pelos tormentos e as violências à profissão do Evangelho. Ora, é uma coisa, humanamente falando, muito inseparável de uma infinidade de crimes contra a primeira e a mais indispensável de todas as leis, mais negra por consequência e mais injuriosa à divindade, que tudo o que se poderia fazer contra o cristianismo mal conhecido. Então todo príncipe é obrigado em consciência a impedir que uma tal coisa não se introduza em seu reino, e não se conceba que Deus possa censurá-lo do que afastou os cristãos, quando claramente reconheceu que eles tornariam as causas moralmente necessárias dessa longa série de crimes; porque todo homem crente em Deus deve empregar toda sua autoridade em prevenir o crime; e quais crimes aí têm que ele precise prevenir antes, como as hipocrisias de religião, como os atos que se faz contra os instintos e as luzes da consciência? Ora, eis o que produzem infalivelmente as máximas do sentido literal. Estabeleceis penas contra todos os que praticarem certos atos de religião, e que recusarem a praticar outras, exponhai-os à violência dos povos de guerra, privai-os das honras e dos cargos, enviai-os às minas ou às galeras, enforcai aqueles que mais se farão de importantes, cumulais de bens e de honras aqueles que abandonarem seu culto, podereis estar seguros que uma infinidade de pessoas reconhecerá, quanto ao exterior, a religião que

creem boa, e professarão a que creem má. Atos de hipocrisia e de felonias contra a divina majestade, antes de qualquer outro, visto que a divina majestade jamais é ofendida diretamente, que quando se faz o que a consciência, digo, a consciência mais errônea, dita claramente lhe ser desagradável. De sorte que um príncipe que quer impedir, no tanto que lhe cabe, que seus súditos não se tornem maus e não cometam o crime o mais desagradável a Deus que se possa cometer, e certamente o maior crime, deve expulsar cuidadosamente os cristãos perseguidores. E que não me digam que é um erro de fato nele; porque absolutamente, universalmente, e nas ideias eternas de Deus, regra primitiva, original e infalível da equidade, é um pecado muito gritante se disfarçar de cristão, quando a consciência nos mostra que a religião chinesa, que abjuramos exteriormente, é a melhor de todas. Assim, esse imperador não poderia se impedir de afastar esses missionários, sem expor seus súditos à tentação quase invencível de cometer o maior de todos os crimes, e sem aí expor ele mesmo; porque como ninguém pode se assegurar que uma religião nova que se lhe apresenta pareça-lhe verdadeira, e que um rei exposto à alternativa ou de se ver destronado, ou de disfarçar ser de uma religião que crê falsa, deve temer muito razoavelmente sucumbir à tentação, o amor que tem pela equidade e pela divindade que reluz em sua consciência, ainda que se engane, engajando-o necessariamente em prevenir esses perigos, pela expulsão daqueles que os trazem com eles, por toda parte aonde eles chegam com sua pretensa máxima evangélica, *Forçai-os a entrar*.

Não penso, daqui em diante, que aí tenha alguma coisa a apetecer à prova da segunda proposição de meu silogismo; porque não vê que um príncipe expulse de seus Estados os missionários cristãos com razão e justiça, quando os expulsa.

1. Porque sua qualidade de rei aí empenha-o, contanto que a ordem necessária e imutável queira que ele afaste de seus Estados tudo o que traga a desordem, a confusão, as guerras civis, as sedições e as revoltas.

2. Porque a religião natural aí empenha-o e todas as ideias do direito moral, contanto que a ordem necessária e imutável queira que toda pessoa, e os reis principalmente, expulsa e afaste tudo o que vem transgredir os limites que separam o vício e a virtude, e converter as ações mais abomináveis em ações de piedade, desde que se as faça para a amplificação da religião.

3. Porque os direitos da consciência, que são diretamente os do próprio Deus, aí o empenham, contanto que a ordem necessária e imutável quer que se afaste, o tanto que puder, todas as circunstâncias que põem o homem na ocasião próxima e em um perigo quase inevitável de trair sua consciência e seu Deus.

Após isso, não é mais preciso provar em particular que todo príncipe que encontrasse os cristãos estabelecidos em seus Estados, seja pela negligência de seus ancestrais, seja porque ele tivesse conquistado seu país, teria direito de afastá-los, todas as vezes que fizesse reflexão sobre suas perniciosas máximas.

A única coisa que poder-se-ia me opor, isso me parece, é dizer que ao imperador chinês fal-

taria o pretexto que lhe dou, visto que não precisaria dizer-lhe, de antemão, que Jesus Cristo nos ordenou a usar o constrangimento. Mas além de eu ter previsto essa objeção, mostrando que ele e seu conselho cairiam em uma negligência muito criminosa se não questionassem esses recém-chegados sobre a natureza de sua doutrina, em relação aos príncipes e aos súditos que não quisessem dar em suas novidades; questão que sendo feita, precisaria que nossos missionários se explicassem prontamente ou fossem patifes; além disso, digo, quem não vê não somente que é confessar que o sentido literal da parábola é uma doutrina a qual se tem vergonha, mas também que é tratar a publicação do Evangelho à maneira das intrigas de um Maquiavel? O que causa horror quando sobre isso se pensa e que somente seria capaz de fazer detestar o cristianismo como uma patifaria maldita. Encontrar-se-ia quem se se insinuasse no reino da China, sob as aparências de uma grande moderação, como a de raposas, a fim de agir em seguida como tigres e como leões, sobre essas boas pessoas que aí seriam enganadas por essas belas aparências? Não, isso não se pode, e nada seria mais capaz de depreciar a moral de Jesus Cristo, que supor que ele teria ordenado a seus discípulos a usar de violência, desde que o pudessem seguramente; mas, como esperando isso eles se prestassem bem em dizê-lo, que isso devia ser um mistério entre eles em fazer despontar somente quando eles seriam os mais fortes e em ocultar cuidadosamente sob uma moderação e uma paciência a mais hipócrita que eles puderem, a fim de que não se suspeitasse de nada, talvez como um assassino, que não quer que se desconfie dele, esconda cuidadosamente seu punhal ou sua pistola em seu bolso, e só tira-o quando vai dar seu golpe. Para mim, se assim é, não vejo que se possa negar que ocorra do mesmo modo com a religião cristã, como de um homem que se eleva em Tartufo nas altas dignidades pelo desprezo das injúrias, pelas austeridades, pela submissão, pela civilidade a mais popular, e que de uma só vez levante, mascare-o sendo levado a seus fins, tornando-se o flagelo do gênero por suas crueldades, e por sua altivez tirânica. Se um historiador comparou o império romano a um homem, o que nos impedirá de *personificar* o cristianismo por uma semelhante comparação? Sua infância e sua primeira juventude foram empregadas em crescer, malgrado os obstáculos da fortuna; ele fez o doce e o modesto, o humilde e o bom sujeito, o caridoso e o oficioso, e se é tirado, enfim, por esse meio da miséria, e até mesmo se é elevado ao topo; mas após ter assim ganhado o auge deixou sua hipocrisia, e fez agir sua violência, assolando tudo o que quis se opor a ele; trazendo por suas cruzadas a desolação em todos os sentidos, e enfim destruindo o novo mundo por crueldades que causam horror, e buscando fazer hoje igualmente ao resto da Terra que ainda não está ensanguentada, a China, o Japão, a Tartária, etc. Não saberíamos impedir que os infiéis não digam isso, visto que eles podem vê-lo na história; e a Igreja romana que teve o alto posto no cristianismo durante tão longo tempo, não pode impedir que as seitas que a deixaram não lhe ponham toda a carga dessas censuras sobre as costas. Mas se não podemos impedir que a religião cristã não permaneça coberta dessa infâmia, ao menos conhecemos a honra de seu fundador e de suas leis, e não iremos dizer que tudo isso é feito



porque ele nos ordenou o constrangimento. Digamos então que os homens não sendo muito acostumados a viver consequentemente com seus princípios, os cristãos não têm seguido os seus, e que têm sido violentos, pregando um Evangelho que só lhes ordena a complacência; conheceremos por aí o cristianismo em detrimento de seus sectários. Mas se não dizemos que todas as violências que o papismo exerceu, foram as consequências legítimas e naturais do preceito de Jesus Cristo, *Forçai-os a entrar*, então isso será tudo ao contrário; colocaremos a honra dos cristãos à salvo, em detrimento de sua religião, e do fundador adorável de sua religião. Ora, qual abominação não é a de imputar a Jesus Cristo todas as crueldades dos papas e dos príncipes, que o reconheceram como chefe da Igreja? Entretanto, não há como evitá-lo, se se segue o sentido literal da parábola. Tudo o que eles terão feito em matéria de violências e de barbáries, não serão mais do que atos de piedade e de filial obediência ao filho de Deus. É então uma necessidade dizer que o sentido literal é não somente uma falsa interpretação da Escritura, mas também uma impiedade execrável.

## CAPÍTULO VI

*Quinta refutação do sentido literal pela razão de que ele não pode ser executado sem crimes inevitáveis. Que não é uma desculpa dizer que se puniram os heréticos, como porque eles transgrediram os editos.*

Acabamos de ver quanto o pretense preceito de Jesus Cristo tornava odiosa justamente por toda a Terra sua divina religião: instituimos do que foi dito no capítulo precedente uma nova prova, nesta maneira:

Todo sentido literal que encerra um mandamento universal cuja execução só pode envolver muitos crimes, é falso.

Ora, tal seria o sentido literal destas palavras, *Forçai-os a entrar*.

Então ele é falso.

A premissa maior é uma proposição que persuade a ela mesma, portanto, seria uma dificuldade inútil prová-la. Detenhamo-nos então unicamente sobre a segunda proposição: mas aí pouco nos detenhamos, visto que em todas as provas antes estabelecidas se encontra o esclarecimento daquela que, propriamente falando, não é mais do que um ramo do nosso meio termo geral. Coloco-me em pouca dificuldade se acusarem-me de multiplicar minhas provas sem necessidade; acho melhor proceder assim, que deixar demasiado encobertas e conglomeradas as diversas faces de meu argumento geral. Terá sem dúvida mais força, quando se considerar separadamente as partes.

Os maiores perseguidores confessar-me-ão, que a ordem de forçar não foi cometida por capricho de cada particular; assim, não quero censurar-lhes as desordens assustadoras que nasceriam de seu princípio, pelas emoções populares, e pelo zelo inconsiderado de um pequeno cura ou juiz de vila, que faria soar o toque de sino sobre os sectários de seu meio, todas as vezes que a fantasia o tomasse. Responder-me-íeis facilmente, que não é assim que eles tomam a coisa; que eles pretendem que Jesus Cristo só enderece sua ordem àqueles que em cada país têm o direito do gládio, e a autoridade política, aos quais ele quer que as pessoas da Igreja tenham seu recurso, quando é preciso forçar a entrar os heréticos. Vejamos então como esta explicação que põe fora de importância as violências tumultuosas dos particulares sediciosos e enfurecidos, se encontrarmos na maneira legítima de executar a ordem de Jesus Cristo, uma grande complicação de crimes. Eu mesmo estenderia minha complacência a eles, até não me servir mais dessas execuções sanguinárias que a história nos assinala; limitar-me-

ei àquela que eles creem a mais regular e a mais moderada de todas, a saber, a que vem a se formar na França.

Quantos crimes, bom Deus!, não são cometidos durante o curso dessa perseguição? Quantas sentenças do Conselho sem sinceridade e sem boa fé? Quantas sentenças do Parlamento contra as regras? Quantos testemunhos subordinados? Quantas chicanas? Que não se diga que isso são as faltas pessoais dos executores da parábola; porque são consequências naturais e inevitáveis do sentido literal que alguém lhe dá. Com efeito, esse sentido contido, como se pretende, o constrangimento, é, aos príncipes de cada país a escolher segundo seu zelo e sua prudência, a espécie de constrangimento que lhes pareça a melhor. Escolhera-se, antes de mais nada, na França, o dos processos contra os ministros e os templos, e dos reverses de cada particular nos afazeres civis. Eis então uma escolha fundada sobre a ordem de Jesus Cristo: se segue então que as vias que se imagina para constranger nesse gênero, são das dependências dessa escolha; e se essas dependências são de tal modo necessárias, que sem elas não haveria constrangimento, é claro que elas são um resultado natural e legítimo da ordem de Jesus Cristo, e não uma falta pessoal daquele que obedece a essa ordem. Ora, é bem certo que o constrangimento tivesse sido muito pouca coisa, se não tivesse sido levada nos processos a equidade e a boa fé. Precisaria, entretanto, constranger a ordem e a má fé nos procedimentos, a fim de que o prejuízo temporal que eles causariam aos protestantes, forçasse-os a tornarem-se católicos.

Eis então crimes em decorrência desse constrangimento que se escolheu, executando as ordens de Deus; por que se crê que isso não excita mil paixões na alma daqueles que sofrem, e na alma daqueles que fazem sofrer? Isso não agride os espíritos? Isso não inflama absolutamente o ódio no coração uns contra os outros? Isso não impele a maldizer cruelmente uns aos outros, e se tornar ainda, mutuamente, mais mal do que se é? Suposto que o papismo fosse a boa religião, isso não impeliria os heréticos que sofrem, a blasfemar contra ela na alma, a detestá-la, e por aí não são levados à ocasião oportuna de pecar e de se obstinar em sua heresia? Que aí se reflita um pouco friamente, asseguro-me que, convir-se-á, nada é mais próprio para banir do coração essa tranquilidade evangélica, essa calma das paixões humanas e desregradadas que é tão conforme ao espírito da piedade e que faz tanto prosperar as virtudes cristãs.

Mas o mal sobre o qual acabo de falar não é nada, em comparação ao que é feito, enfim, no mesmo reino, quando pelos alojamentos dos soldados se força os protestantes a prometer que renunciariam à sua religião; porque, de um lado, quantas insolências esses soldados não cometeram, e de outro, quantas hipocrisias e profanações os protestantes que assinaram não lhes cometeram? Quantas intemperanças pelos soldados, quantas rapinas, quantas blasfêmias, quantas injúrias contra seu próximo? Não é preciso levar na conta da perseguição todos os desregramentos que cometeram? Eu estaria bastante curioso em saber como um confessor se comporta, quando um dragão confessa que abateu seu hóspede huguenote. Se

o confessor não toma isso por um pecado, é preciso que ele caia no inconveniente que eu revelei mais acima, *que uma ação que seria um crime cessa de sê-lo, quando ela é cometida contra um homem de uma falsa religião que quer atirar-se à boa*; inconveniente que abre a porta ao caos mais assustador que jamais foi imaginado. Se o confessor toma isso por um pecado, como ele deve fazê-lo, se segue que a última perseguição impeliu, necessariamente e inevitavelmente, os soldados a cometerem uma infinidade de pecados, visto que precisou necessariamente que eles tenham maltratado seus hóspedes, ou em seus bens, ou em suas pessoas; de outro modo, aí não teria tido constrangimento, e não se teria seguido as ordens do Filho de Deus. Seja que o dragão se confesse ou que não se confesse da injustiça que fez a seu próximo, a ação não deixa de ser muito realmente contrária à proibição de que nos é feita no Evangelho, a de modo algum maltratar nosso próximo.

Perguntar-me-eis, aqui talvez, se na qualidade de executores das ordens do príncipe, os soldados não podem inocentemente abater seu hóspede, como inocentemente eles poderiam enforcá-lo, se encarregados do cargo de executores da alta justiça. Respondo a isso duas coisas. A primeira, que, em todo caso, as suas insolências e seus maus tratamentos não deixarão de ser pecados, pela conta daquele que lhes manda a agir assim; de sorte que o número dos crimes será sempre o mesmo. A segunda, que é tão infalível como as coisas humanas possam sê-lo, que todos os maus tratamentos que alguém mandara aos soldados, tornar-se-ão pecados para eles, porque os executaram com prazer, e que eles o farão até mais do que se lhes ordenarão. Cada um vê que um carrasco que enforca um homem inocentemente, quando não faz mais que obedecer às ordens da justiça, comete um pecado manifesto contra a caridade em face do próximo, quando é bem fácil fazer a sua função, quando se apraz em fazer sofrer seu paciente, e que busca modos para agravar seu sofrimento; assim, não se pode negar que dragões não se tornem bastante criminosos, executando com alegria, e com mil baixas e repreensíveis paixões, as ordens que recebem de vexar um homem. De onde se segue que todas as suas desordens são pecados e para eles, e para aqueles que os comanda, ou permite-nos; se bem que essas desordens sendo necessárias para forçar a entrar os heréticos, segundo nossas pessoas, serão porque Jesus Cristo terá ordenado um constrangimento, uma infinidade de crimes sendo necessários. Quem não tremeria em ouvir isso?

Que será se se acresce a todos os pecados dos soldados, as patifarias que se interpõem da parte das pessoas da Igreja, e da parte dos perseguidos? As pessoas da Igreja viriam a prometer que se contentaria com uma profissão de fé vaga, e submeteria mediante isso, com efeito, muitas pessoas à abjuração. Cometeriam também cem mentiras, impondo àqueles que resistissem, ou na prisão, ou nos claustros, que tais e tais teriam assinado, a fim de que por essas velhacarias eles abalasses a constância de um homem, que acreditam que conduzir-se-ia pelo exemplo de alguns outros. Essa má fé foi geral por todo o reino, como a de prometer pensões, bens, cargos, que se não se quisesse concordar, ao menos com tão grandes que se dissesse, ou por tão longo tempo que se dissesse. Mas os infelizes perseguidos estão afundados

ainda em uma velhacaria mais criminosa, visto que eles disfarçam renunciar à sua religião, ainda que em sua alma eles fossem mais persuadidos do que nunca. Quantos queixumes de consciência surgem todos os dias daí? Quantos remorsos, quantas amarguras de vida, seja para se esforçar em se salvar nos países estrangeiros no caso de aí serem pobres, seja vendo que alguém se salva se deixa seus filhos no abismo? Mas em relação à Igreja romana, quantas profanações de seus sacramentos mais augustos se cometem? Como é edificante ver que um homem não quer comungar com o artigo da morte, e que é preciso sevicar sobre seu cadáver, a fim de causar temor aos outros? Não é estranho que o corpo do Filho de Deus seja lançado diante de pessoas que não o querem de modo algum, e que uma ação que é a morte da alma, para aquele que não é legitimamente preparado pela fé e pelo amor, seja ordenado sob grandes penas a pessoas que se sabe que não têm nenhuma fé por isso, mas muita obstinação interior para o que se chama suas heresias? É manifesto que não é mais o zelo que leva a esses procedimentos, mas a pura vaidade de não o ter desmentido, e de não ter tido tanta dificuldade para o triunfo do papismo, e se ver em seguida enganado por falsas assinaturas.

Não compreendo como as pessoas de espírito, que têm sido cúmplices com sua majestade muito cristã, do propósito de inundar todo o seu reino com soldados, para fazer abjurar os huguenotes, têm podido sustentar a ideia dessa horrenda multiplicidade de crimes, acorrentados um após o outro, uns aos outros, em consequência dessa perseguição. Eles são bastante hábeis para aí não terem refletido; mas, então, como eles fazem para se encarregar de todas as brutalidades que cometeriam os dragões, de todas as mentiras as quais se serviriam os missionários, de todas as hipocrisias daqueles que sucumbiriam à tentação, de todas as comunhões sacrílegas, e profanações de sacramentos que eles cometeriam, de todos os suspiros e gemidos das consciências ternas, de todas as dilacerações de entranhas daqueles que seriam separados de seus bens e de seus filhos e, em uma palavra, de todas as paixões de ódio, de ressentimento, de vaidade, de insulto, que elevar-se-iam respectivamente nos perseguidos e nos perseguidores? Dizer após isso que Jesus Cristo é o autor de um semelhante propósito, e de um constrangimento tão bem ligado com esse grande aparato de crimes, é na verdade blasfemar o mais criminalmente do mundo.

Mas indiquemos aqui algumas objeções. Poder-me-eis dizer: 1º Que não é adequado prever todas essas consequências e que Jesus Cristo, que previra as desordens que seu Evangelho causou no mundo, não deixou de encarregar seus apóstolos de pregá-lo a todas as nações. 2º Que a grande utilidade que se alcançou na verdadeira Igreja, retifica todas essas desordens. 3º Que um rei sendo o senhor em seu reino, e o executor de suas leis, pode punir como bem lhe pareça aqueles que infringem as leis que ele publique, que têm de se conformar à sua religião.

Respondo à primeira dificuldade, que ainda que os homens não tenham uma consciência certa do porvir, o conjeturam, entretanto, a respeito de certas coisas com bastante evidência, para dever reger sobre isso seus desígnios e seus projetos; de maneira que quando conjeturas

muito prováveis e totalmente aparentes lhes ensinam que elas serão causa de muitos crimes, dando certas ordens, elas são muito criminais, se as dão. Ora, sustento que os perseguidores de França estão nesse caso: precisaria ignorar as coisas mais manifestas para não saber de modo algum que soldados alojados nos heréticos, com ordem de inquietá-los, e de arruiná-los até que prometam mudar de religião, cometerão cem insolências e cem violências, e farão sucumbir um enorme número de pessoas; isso é, que farão hipócritas e profanadores dos mistérios. Tendo visto a coisa muito aparente, e moralmente inevitável, não puderam fazer o que têm feito sem se tornarem bastante criminosos; e se Jesus Cristo lhes tivesse mandado fazê-lo, tê-los-ia impelido a cometerem crimes. É preciso então que eles estejam em um erro muito condenável, de crer que lhes tivesse ordenado a constranger os heréticos a se tornarem católicos. Não se pode negar que uma das qualidades que tornam o diabo mais odioso a Deus é a de tentador; é preciso então que ele peque gravemente quando nos tenta, ainda que veja somente por conjectura o sucesso de sua tentação. Assim, todo homem que pode ver por conjectura, que extorquirá de fingidas abjurações, tentando as pessoas pelo temor da miséria, e de uma soldadesca insolente, tem o bastante para ser um tentador muito criminoso. O envio dos apóstolos para a predicação do Evangelho não tem nada de semelhante; porque eles deveriam somente pregar, instruir; persuadir; e é a coisa mais inocente do mundo. Se ela irritou o mundo, e a levou a cem excessos, é unicamente pela falta do mundo; o Evangelho só a motivou por acidente; ele deixaria a cada um que não quisesse adotá-lo seus bens, sua casa, suas honras e sua família; e assim não tenderia à hipocrisia; não exigiria de modo algum de seus sectários que mentissem, que abatessem os obstinados; desejariam somente que os instruissem. Não se pode então lhe imputar nem as faltas dos conversores nem o arrebatamento dos pagãos: mas aqui é totalmente o contrário. Ordena-se aos conversores a maltratar as pessoas, a lhes tirar seus bens, a lhes tirar seus filhos, a pô-los na prisão, etc. Assim as violências dos conversores são diretamente ordenadas, e a tentação de assinar por hipocrisia é diretamente posta diante dos pés.

A segunda dificuldade não tem necessidade de resposta após o que foi dito mais acima; porque cada um vê que se se julga de uma ação pela utilidade que interessa à Igreja, não temos mais barreira que separa o vício e a virtude, e que a calúnia, o homicídio, o adultério, e em geral tudo o que se pode conceber de mais atroz, tornar-se uma ação piedosa, desde que ela seja executada contra os heterodoxos. Verdadeiramente, eis pessoas que aí se entendem! Faz-se desaparecer em pouco tempo todos os heréticos da França: então todos os crimes dos dragões, e todas as profanações dos sacramentos são tornadas boas obras:

*... Scelera ipsa nefasque*

*Hac mercede placent*

[É a esse preço que se dão  
os próprios crimes e sacrilégios],

Diziam antigamente para lisonjear Nero. Quantos Franceses existem que dizem hoje do

mesmo modo? Visto que todo esse grande aparato de crimes procurou em nossa invencível monarquia a glória e o contentamento de não ver mais que uma religião em seus Estados, é justo, belo e infinitamente agradável que os tenham cometido,

... Scelera ipsa nefasque

Hac mercede placent.

Há muito tempo que se diz na comunhão romana, que forçando os padres a serem hipócritas, ganhava-se ao menos os filhos: maldita e detestável máxima! E se o é, por que não envieis corsários arrebatarem em plena paz todos os filhos que puderem na Inglaterra, na Turquia, na Grécia, na Suécia e na Holanda? Por que se censurou aqueles que quiseram forçar os judeus a batizarem seus filhos? Por que não assassinariam ministros, que impedem por suas predicções que a Igreja não ganhe camponeses ignorantes? Oh, dir-vos-ei, aí não chegamos assim; não queremos sangue de modo algum; contentamo-nos com a prisão e as ameaças, e detestamos os perseguidores nas rodas e nos cadafalsos; pobres pessoas, estais em uma grande ilusão, e vos mostrarei em um outro lugar, que desde que se autorize o constrangimento, qualquer que seja, não há ponto fixo para se prender, e que as mesmas razões que provam que se pode pôr um homem na prisão pelo fato de heresia, provam ainda mais que se pode enforcá-lo.

Resta a terceira objeção que é uma ideia comum bastante rebatida por todos os lisonjeadores franceses, pessoas de que se pode dizer sem amargura que o espírito de uma baixa lisonja e indigna de cristãos, indigna mesmo desses infames delatores que viviam sob os dez ou doze primeiros imperadores, os têm de tal forma enfatuados, que não têm nenhuma consideração ao que eles dão assunto em toda a Europa de torná-los ridículos. Agradam todos os dias seu príncipe com seus elogios, que só converteu seus súditos pela sua caridade e pela justiça tão manifesta de seus editos. Se se quer saber o sentido disso, é que se se tem empregado algum rigor, só foi contra aqueles que teriam contrariado as sentenças de sua majestade, e nomeadamente na declaração que se é feita em cada vila, tendo que dar bilhetes aos soldados, que o rei não queria mais que uma religião em seu reino, e que faria sentir àqueles que não se conformassem à sua vontade, os efeitos de seu poder. Pôde condená-los, dir-vos-eis, ao exílio, à perda dos bens, da liberdade, da faculdade de exercer algum cargo ou profissão, no caso deles persistirem em sua heresia; eles aí persistindo, não é justo que os soldados lhes façam sofrer as penas incorridas por sua desobediência? Essa objeção merece do mesmo modo ser refutada, pois há honestos inimigos da perseguição e grandes partidários das imunidades da consciência que dizem que os soberanos não podem na verdade castigar aqueles dentre seus súditos que têm uma tal fé, mas que podem sob certas penas lhes proibir de fazer profissão pública; e se eles o fazem, castigá-los após isso não como imbuídos de tais ou tais opiniões, mas como infratores das leis. É vir miseravelmente a encalhar, após um longo circuito inútil, no mesmo escolho onde os outros passam diretamente.

Porque se não precisasse, para ser perseguidor, mais do que punir os sectários de uma

religião, antes de ter publicado leis contra ela, não haveria nada de mais fácil do que cometer as violências mais cruéis, sem ser perseguidor de modo algum; só precisaria ter a paciência de publicar um edito impondo a todas as pessoas a irem, por exemplo, a uma certa igreja assistir ao serviço divino, à pena da força, e após essa paciência de poucos dias, ver-se-ia aqueles que não tivessem assistido aos divinos ofícios, e se os enforcaria como rebeldes. Ora, como seria zombar do mundo pretender que isso não seria uma perseguição propriamente assim chamada, é fácil de ver que os editos primeiramente publicados e registrados nada importam à questão e não impedem que se violente a consciência e que se puna muito injustamente.

Eu desejaria que todos os escritores aduladores lessem um pouco São Tomás, ou ao menos o tratado *Da fé humana*, publicado pelos jansenistas; veriam aí no capítulo 8 da 7ª parte, *que uma lei que não é justa não é uma lei, e que ela não participa da lei à força, tanto como ela participa da justiça, ... que ela deve ser possível segundo a natureza, necessária, útil, visar à utilidade pública, e não ao interesse particular*. Porque, como dizem esses autores um pouco mais abaixo: *É preciso que as leis eclesiásticas tendam ao bem particular daqueles a quem elas são impostas, não sendo permitidas na Igreja fazer um mal a particulares, sob pretexto de procurar um bem ao público*. O que quer que seja dessas condições de uma lei, que não creio sempre necessárias, a fim que um particular aí se submeta (porque quando agirá somente por um temporal, agirá sabiamente se submetendo a uma lei injusta) digo, segundo a observação proposta mais acima no capítulo 4, que quando se quer provar que um príncipe castiga injustamente seus súditos, não basta alegar em geral, que eles não fizeram o que ele lhes teria ordenado; é preciso no mais que se mostre que eles poderiam fazer em honra e em consciência o que ele lhes teria ordenado: porque se um príncipe, mau poeta, decidindo fazer um edito impondo a todos os seus súditos declarar ao cartório da paróquia que eles estão persuadidos que os versos do rei são belos, à pena de serem condenados ao banimento, e se se encontrasse muitos súditos semelhantes à Filoxeno, que jamais pôde ser bastante dissimulado para louvar as poesias de Denis, o Tirano, achar-se-ia justo o exílio desses súditos? Entretanto, isso seria fundado sobre a desobediência de um edito. Achar-se-ia racionais as ameaças que se infligissem a pessoas que se recusassem a crer que a Terra gira, que as cores não estão nos objetos, que as bestas são autômatos, após um rei ter publicado que todos aqueles que não acreditassem de modo algum nessas três coisas seriam taxados por tantos em proveito do fisco. Ou então achar-se-ia justo que um rei ordenasse sob penas executáveis, que todos os seus súditos amassem o estudo, os perfumes, os peixes, certos molhos; que eles tivessem olhos azuis, a barba espessa, etc., não seria uma tirania tão visível, como mandar viver à vontade dos dragões em um homem que não obedeceria a essa espécie de editos? É então uma ignorância crassa, ou então uma adulação ridícula, pretender que os tratamentos feitos àqueles da religião são justos, porque eles não estão conformes à ordem verbal que lhe era feita um pouco antes da distribuição dos bilhetes às tropas, que eles tivessem de ser da religião do rei; porque para o edito notificado e registrado no tocante a essa ordem, não sei quê aí teria tido antes da expedição de uma parte do



reino, e eu disse antes da revogação do edito de Nantes que dava um certo tempo para avisar o que se teria que fazer, mas isso foi somente uma mentira a mais grosseiramente infiel que já se viu.

Então, geralmente falando, de que os súditos não estão conformes à vontade de seus príncipes, não se prova que eles sejam justamente punidos pelas penas as quais ele ameaçou os delinquentes; é preciso examinar em particular a qual sorte de leis eles não obedeceram, quando se quer saber se eles estão com justiça submetidos à pilhagem e à vontade da soldadesca. Ora, esse exame particular nos faria ver, se o fizermos, que os editos para a inobservância dos quais poder-se-ia pretender que os protestantes franceses mereceram ser expostos aos dragões, são essencialmente injustos; e por consequência, as penas que se fez sofrer àqueles que não os obedeceram, são injustas *ipso facto* e por sua natureza. Então, não se pode por aí evitar artificialmente a força de meu argumento, que é (o que provo pelo exemplo da última perseguição da França) que Jesus Cristo não mandou forçar a seguir sua religião, visto que seria uma ordem que não se poderia executar sem uma complicação de muitos crimes.

Para mostrar em poucas palavras a injustiça da declaração verbal que era feita aos protestantes, o rei não queria mais do que uma religião em seu reino, e todos aqueles que não se conformassem a essa sua vontade, provariam os rigores de sua justiça. Não me distrairei em citar o edito de Nantes, nem tantas outras promessas solenes; porque não são mais que bagatelas para os reis, promessas, sermões, editos, dos quais, na pior das hipóteses, eles se servem oportunamente, e que sopram como teias de aranhas desde que se tire alguma utilidade. Remonto a esse raciocínio primitivo e essencial.

Toda lei que é feita por um homem que não tem de modo algum direito de fazê-la e que ultrapassa seu poder é injusta; porque, como disse Tomás de Aquino, para que uma lei seja justa, é preciso, entre outras coisas, *que aquele<sup>10</sup> que a fez tenha a autoridade de fazê-la, e que não ultrapasse seu poder.*

Ora, toda lei que obriga a agir contra sua consciência é feita por um homem que não tem, de modo algum, direito de fazê-la, e que ultrapassa seu poder:

Então toda tal lei é injusta.

Para mostrar a verdade de minha segunda proposição, somente direi que toda a autoridade dos soberanos vem ou imediatamente de Deus ou dos homens que entram em sociedade sob certas condições.

Se ela vem de Deus, é claro que ela não se estende até poder fazer leis que empenhem os sujeitos a agir contra sua consciência; porque, de outro modo, seguir-se-ia que Deus poderia fazer conferir ao homem o poder de ordenar o ódio de Deus, o que é absurdo e necessariamente impossível, o ódio de Deus sendo um ato essencialmente mau. Por pouco que se examine a coisa, ver-se-á que a consciência, em relação a cada homem, é a voz e a lei de Deus, conhecida e aceita para tal por aquele que tem essa consciência: de sorte que violar essa cons-

<sup>10</sup> Vede o *Tratado da fé humana*, no fim do cap. 3.

ciência é essencialmente crer que se viola a lei de Deus. Ora, fazer uma coisa que se crê ser uma desobediência à lei de Deus, é essencialmente ou um ato de ódio, ou um ato de desprezo por Deus, e esse ato é essencialmente mau, segundo o testemunho de todo o mundo. Então é a mesma coisa mandar agir contra sua consciência e mandar odiar ou desprezar Deus. De sorte que Deus não podendo conferir o poder de ordenar que se o odeie ou o despreze, é evidente que não pode conferir a autoridade de comandar que se aja contra sua consciência.

Pela mesma razão, é evidente que jamais os homens que formaram sociedades, e que consentiram depositar sua liberdade entre as mãos de um soberano, não pretenderam dar-lhe direito sobre sua consciência. Isso seria uma contradição nos termos; porque enquanto um homem não será louco em obrigar-se, não consentirá de modo algum que lhes possam dar a ordem de odiar seus Deus e de desprezar suas leis claramente e evidentemente significadas na consciência e intimamente gravadas no coração; e é certo que quando uma multidão de pessoas se empenha para elas e para a posteridade, em estar em uma certa religião, é somente supondo um pouco demasiado ligeiramente, que elas e sua posteridade terão sempre a consciência tal como elas a sentem então; porque, se elas fizessem reflexão nas mudanças que acontecem no mundo e nas diferentes ideias que se sucedem em nosso espírito, jamais se empenhariam na consciência em geral; isso é, diriam, prometemos a nós e a nossa posteridade não renunciarmos jamais à religião que cremos a melhor; mas elas não fariam recair seu pacto sobre tal ou tal artigo de fé. Sabem eles se o que lhes parece verdadeiro hoje parecerá daqui a trinta anos, ou parecerá aos homens de um outro século? Assim, esses empenhos são nulos com toda a nulidade, e excedem o poder daqueles que os fazem, aí não tendo homem que possa se empenhar para o porvir, muito menos empenhar os outros a crer no que não lhes pareça verdadeiro. Visto então que os reis não têm nem de Deus, nem dos homens, o poder de ordenar a seus súditos que eles ajam contra sua consciência, é manifesto que todos os editos que eles publicam sobre isso são nulos de direito, e uma pura usurpação; e assim as penas que aí opõem para os contraventores são injustas.

Extraio daí uma nova prova demonstrativa contra o sentido literal da parábola; porque se fosse verdadeiro, ele daria direito aos príncipes de fazerem leis que empenhassem seus súditos a professar uma religião contra as luzes da consciência; o que seria a mesma coisa que dar aos reis a faculdade de estabelecer leis para o ódio e para o desprezo por Deus, em todos seus Estados: o que sendo da mais excessiva impiedade, se segue que estas palavras, *Forçai-os a entrar*, não significam o que se pretende; visto que se elas o significassem, seria sobretudo aos príncipes que elas seriam endereçadas, a fim de que, antes de mais nada, eles fizessem leis severas contra as outras religiões e que em seguida eles infligissem as penas alcançadas por essas leis, ainda que infligissem estas.

Examinarei alhures<sup>11</sup> a ilusão daqueles que dizem que os príncipes não pretendem fazer leis contra a consciência, mas fazer as pessoas mudar de consciência pelas ameaças e pelas

---

<sup>11</sup> Na segunda parte, cap. 1.

penas temporais; mas direi antecipadamente que se eles podem fazer isso, não é de forma alguma em virtude da parábola; é por razões de política, quando uma seita lhe é justamente odiosa, em relação ao bem público; e nesse caso, se creem que seu pouco de afeição pela pátria venha de sua religião, e que vejam que os meios naturais e legítimos de convertê-la, que são as conferências amigáveis, não a convertem, eles podem, julgando-o racionalmente necessário à paz do Estado, lhe ordenar a ir permanecer alhures, e de aí transportar seguramente seus bens e suas famílias: mas de fazer como na França onde não se quis nem sofrer que se saísse do país com seus bens, nem que se permanecesse sem exercício público, orando a Deus à sua maneira em seu quarto; mas onde se quis necessariamente uma ou outra dessas duas coisas, ou que se fosse à missa, ou que se fosse comido até os ossos pelos soldados, e atormentado a fogo lento de mil maneiras, é que não saber-se-ia desculpar, e que aumentaria sobre as mais injustas violências das quais se tenha memória.

Perguntemos um pouco a essas pessoas que vêm nos dizer que depois que o rei da França só fez infligir as penas com as quais ameaçou os infratores de seus editos, não se deve acusá-lo de injustiça, mas se o reconhecer culpado de obstinação, e de desobediência a seu legítimo príncipe; perguntemos-lhes, digo, se isso não é estabelecer que todas as penas são justamente infligidas, quando aqueles que as sofrem desobedeceram às leis do rei; porque se aí não tivesse mais que algumas penas que fossem justas, sua resposta seria ilusória; ela nos deixaria o embaraço de discutir em particular, se as penas dos huguenotes são do número das penas justas e assim somente entraríamos na disputa de fundo; é preciso então, se eles querem responder alguma coisa que valha, que eles se sirvam de uma proposição universal: mas nesse caso, o que se tornaria o suplício das crianças hebreias que foram lançadas na fornalha da Babilônia? Não precisaria ele dizer que foi justa? Não teriam então sido ameaçadas por edito público, se não se pusessem de joelhos diante da estátua do rei?

Perguntemos ainda a esses missionários o que eles pensariam se Luís, o grande ordenasse por um edito, que todos seus súditos se ajoelhassem diante da estátua que o duque de La Feuillade lhe fez levantar. De modo algum examino aqui as conjeturas de certos espíritos ociosos, que dizem que se as coisas acontecessem do modo que elas vão ainda quinze ou vinte anos, aconteceria de três coisas uma; ou que a corte da França ordenaria um culto público a essa estátua, ou que se a corte não o fizesse, o povo mesmo aí se encarregaria dele; ou que se o povo não o fizesse, o clero iniciaria o movimento por suas procissões e por seus apóstrofes de cadeira. Será tudo o que agradará a Deus, e estou bastante ocupado do presente, para não refletir em todas essas especulações vazias do porvir:

*Prudens futuri temporis exitum*

*Caliginosa nocte premit Deus:*

*Ridetque si mortalis ultra*

*Fas trepidat; quod adest, memento*

*Componere aequus, caetera fluminis*

*Ritu feruntur*<sup>12</sup>.

[Os sábios deuses envolveram  
Em uma densa noite os acontecimentos futuros,  
E riem se um mortal se esforça em penetrar além.  
Isso que é, recorda-te de regrá-lo  
Com equidade; o resto corre  
Ao modo dos rios...]

Mas pergunto se isso aconteceria, quero dizer, se o rei ordenasse que se invocasse sua estátua, que a lisonjeassem, que se prosternassem diante, sob pena de uma multa arbitrária, ou de castigo corporal, os católicos da França que se recusassem a fazê-lo (não duvido que se encontrasse sobretudo entre os laicos) não seriam eles postos sob multa muito injustamente e castigados criminalmente? Nem Maimburg, nem Varillas, nem Ferrand, ousariam dizer hoje o contrário.

Fala-se de Basilide, grande duque de Moscou, que fazia leis as mais duras, e que apoiava a pena de morte para os contraventores: ele ordenava a seus súditos atravessarem no inverno os rios semigelados, se enterrarem todos nus na neve, saltarem nas brasas ardentes, que lhes levassem ao acordarem, quando gelava rigorosamente, uma garrafa com seu suor, mil pulgas contadas, bem como sapos e rouxinóis. Suariam antes em meio às neves, tirariam antes de sua carne e de seus ossos vinho e azeite, que de sua alma uma tal ou tal afirmação. Confesso que a dificuldade não é tão considerável para a língua e para a mão; porque se pode dizer facilmente de boca e assinar de sua mão que se crê nisso ou aquilo, e fazer todas as posturas do corpo que um conversor exige; mas isso não é de modo algum o que um rei, que conserve ao menos as aparências da religião, deva exigir em primeira instância. Ele só deve ordenar que se fale ou que se assinie após a alma ter mudado interiormente; é então essa mudança interior, essas afirmações e essas negações da alma, que um rei que faz leis para a conversão dos súditos, lhe deve ordenar. Ora, é o que digo também impossível e mais até mesmo do que o suor que exigia o grande duque de Moscou; porque por pouco que se saiba que só cremos nas coisas quando elas nos parecem verdadeiras, e que não depende de nós que elas nos pareçam verdadeiras, não mais que não depende de nós que elas nos pareçam brancas ou negras, ver-se-á que é mais fácil encontrar pulgas e suor no inverno, do que afirmar mentalmente isso ou aquilo quando se é educado a ver, antes de mais nada, as razões que nos levam a negá-lo, e que se é acostumado a tomar essa negativa para o serviço do verdadeiro, e que se tem o espírito prevenido de um pavor religioso contra as razões que levam a afirmá-lo. Sei bem que o espírito se deixa algumas vezes corromper pelo coração, e que nas coisas duvidosas as paixões e a cupidez podem fazer afirmar à alma o que lhe pareça ainda confuso; mas isso mesmo seria uma horrível perversidade querer que um homem escolhesse uma religião, seduzindo ele mesmo seu espírito; e no mais essa sedução é pouco possível a respeito de

---

<sup>12</sup> Horácio, *Odes*, 29, l. 3.

certos dogmas que se é acostumado a encarar como absurdos e contraditórios, por exemplo, que é preciso comer seu Deus, que os ratos comem-no algumas vezes, que um corpo de homem está em mil lugares ao mesmo tempo, sem aí ocupar nenhum espaço. Enfim, como não depende de nossas paixões que a neve nos pareça negra, mas que precisaria para isso ou que alguém a enegrecesse ou que alguém nos colocasse em um certo posto e com certos olhos que causassem em nosso cérebro as mesmas modificações que os objetos negros; é preciso para nos fazer afirmar o que negamos, que o torne verdadeiro em relação a nós; o que supõe uma certa proporção entre os objetos e nossas faculdades, a qual não está em nosso poder sempre.

Temos exemplos menos odiosos que o de Nabucodonosor e de Basilídio. Que diria então se Alfonso, rei de Castela, tivesse enviado soldados por todos os burgos, cidades, e vilas de seu reino, para declarar que sua vontade era que todo o mundo fosse de sua opinião, a respeito do número dos céus, dos epiciclos, dos cristalinos, etc., e que a menos que não se assinasse que em tudo isso se creeria, ver-se-ia acabrunhado de soldados? Que diria se o papa<sup>13</sup> Adriano V que amava extremamente a merluza, e que teria do mesmo modo inspirado esse gosto nos cortesãos, de sorte que desse peixe bastante mau, aliás, se ordenasse, sob esse pontificado, à enorme risada de todos os pescadores, não tanto como papa, mas como soberano do Estado eclesiástico, que de hoje em diante cada um teria de se conformar a seu gosto, sob pena de uma grande multa, de prisão, ou alojamento de soldados? Não há de modo algum homem racional que não ache essa conduta ridícula e tirânica. Entretanto, bem considerando tudo, ela não o seria tanto, como se dizia em um país onde há muitas religiões, queremos e ordenamos que de hoje em diante cada um declare que tem sobre a religião os mesmos sentimentos que a corte, sob pena para aqueles que não o confessarão, da prisão ou do confisco de todos os seus bens: digo que essa conduta seria pior que a outra, porque é mais difícil de crer a um protestante que Jesus Cristo está presente segundo sua humanidade, em todos os lugares onde se celebra a missa, do que crer no sistema de Alfonso; e é mais fácil de acostumar seu palato a certas carnes, do que seu espírito a certas opiniões, e, sobretudo, quando se acha fortemente persuadido que elas expõem à condenação eterna. Todo homem honesto, bom católico romano, confessará, se se examina, que teria muito mais dificuldade em se acostumar aos maus gostos dos tártaros, ou em crer em todas as visões de Aristóteles e Descartes, do que crer que é ímpio invocar os santos, o que obrigaria a assinar aqui, se aí se tratasse os papistas como se tratou os reformados na França. Para longe então daqui esses maus ou esses ignorantes teólogos, que dizem que os reis podem ordenar a seus súditos a terem uma tal ou tal religião. Tudo o que eles podem, é de ordenar que se examine, que se estude uma religião: mas é também absurdo a um rei ordenar que o que lhe parece verdadeiro, pareça também a seus súditos, como ordenar que eles tenham a fisionomia feita como ele, ou o mesmo temperamento que ele. Grotius citou duas belas passagens de Orígenes e de São Crisóstomo, que mostram que de todos os costumes, não há de modo algum mais difíceis

---

<sup>13</sup> Jovius, *de piscibus*.

de deixar que aqueles dos dogmas de religião. *De juri belli ac pacis, l. 2, cap.20, art.50*. Ele cita o próprio Galeno, dizendo que não há sarna mais maléfica de curar do que os preconceitos de seita.

## CAPÍTULO VII

*Sexta refutação do sentido literal, pela razão que tira à religião cristã um forte argumento do qual ela se serve contra o maometismo.*

Este capítulo será muito mais curto do que os precedentes, porque há um doutor de Sorbonne, chamado M. Diroys, que fez há poucos anos um livro intitulado *Provas e preconceitos para a religião cristã*, onde mostra amplamente e por boas razões a falsidade das religiões idólatras, e da maometana, lhe dando, entre outros caracteres, o de perseguir, e de exigir das profissões à viva força; a quê ele opõe a maneira doce, pacífica, ensanguentada de perseguição que se suporta, e não ativa a qual o cristianismo se estabeleceu. É por aí que dissipamos a chicana que nos fazem os libertinos, quando lhes propomos, como uma prova da divindade da religião cristã, os grandes progressos que ela fez em todos os sentidos em pouco tempo. Eles nos respondem que se essa prova fosse boa, a religião de Maomé seria também, porque em pouco tempo ela se propagou em uma infinidade de países; mas replicamos que isso não é surpreendente, porque Maomé e seus sectários serviram-se do constrangimento, ao passo em que os cristãos só opuseram ao paganismo sua constância em sofrer. Não há nada que não seja bastante razoável e bastante forte da parte dos cristãos nessa disputa; mas se uma vez fosse provado que Jesus Cristo ordenou o constrangimento, não haveria nada de mais lamentável que esse ataque que faríamos aos maometanos: de onde argumento assim.

Um sentido literal que tira à religião cristã uma forte prova contra as falsas religiões, é falso.

Ora, tal é o sentido literal dessas palavras, *Forçai-os a entrar*.

Então ele é falso.

Que poderíeis dizer contra as violências dos pagãos e dos sarracenos? Vós iríeis censurá-las, como fez M. Diroys, de *que uma adoração forçada, uma hipocrisia evidente, um culto notoriamente contra a consciência, para obedecer aos homens, passam entre eles por atos de piedade e religião? Vós diríeis que seus deuses e seus adoradores só exigem o tanto de religião que é preciso para destruir a verdadeira, visto que estão tão satisfeitos com uma adoração forçada como com uma sincera?* Mas vede que zombarão de vós, e que vos enviarão à França para buscardes a respostas a vossas questões? Não vedes que alguém responderá que eles não fizeram o que Jesus Cristo ordenou tão expressamente; e ao lugar de deixar-vos pretender que seus primeiros discípulos estão mais a louvar que os de Maomé, responder-se-á ao contrário, que esses têm melhor praticado seu

dever, não tendo de modo algum perdido tempo em se servir de uma via comandada por Deus, curta e eficaz. Dir-vos-á que os cristãos dos três primeiros séculos foram ou puníveis contemptores das ordens de Jesus Cristo ou frouxos e poltrões, que não ousaram fazer o que lhes foi ordenado, ou pessoas simples e estúpidas que não conheciam a centésima parte de seus direitos, ao lugar que os maometanos aí foram, antes de mais nada, muito instruídos, e os fizeram valer em bravos povos, bastante zelosos para obedecer a uma lei que só pode ser justa, visto que somos forçados a confessar que ela é emanada de Jesus Cristo. E para o que é de seus grandes progressos, se de um lado diminuímos o mérito, por causa das forças que eles tiveram em mãos, eles o relevarão de outro, dizendo que Deus abençoou o zelo e a coragem, com a qual eles estabeleceram, sem perder tempo, a divina religião de seu profeta, pelas vias que nós mesmos confessamos ser muito santas e ordenadas expressamente por Deus.



## CAPÍTULO VIII

*Sétima refutação do sentido literal, pela razão que foi desconhecido aos padres durante uma longa série de anos.*

Esta prova seria forte contra aqueles da Igreja romana, se fossem pessoas que tivessem princípios fixos; mas são Proteus que se esquivam por mil giros de flexibilidade, e sob toda sorte de metamorfoses, quando creem tê-los. Dizem em qualquer ocasião, que se está em disputa sobre o sentido de alguma passagem, é preciso consultar a tradição e se ater à explicação dos Padres; de sorte que por mais racional que seja uma explicação da Escritura, se ela é nova, eles dizem que ela não vale nada, que ela vem muito tarde, e que há prescrição contra. Raciocinando bem sobre esse fundamento, teria precisado rejeitar, no século de Teodósio e santo Agostinho, todas as provas que se tirava do Evangelho em favor das violências, visto que era lhe dar um sentido completamente novo, que viria muito tarde, e contra o qual haveria prescrição. Mas nossos adversários não são de se espantar com tão pouca coisa; dirão que a verdadeira autoridade dos padres só se efetiva quando eles são participantes de alguma doutrina, mas então eles concordam unanimemente, e que assim as grandes luzes do século IV não tendo consentido aos sentimentos precedentes quanto à perseguição, os mais antigos padres não são um bom precedente para a opinião que sustento. Quando se os acossa, dizendo-lhes que não há em que todos os Padres concordem, eles têm outros giros de enguia para se esquivar, e não têm nenhuma vergonha de sustentar o sentido literal, ainda que de seu próprio testemunho, o consentimento unânime dos Padres, marca necessária da verdade, não lhes convém. Isso não me impede de modo algum de raciocinar desta maneira.

Não há evidência que se Jesus Cristo tivesse ordenado a fazer cristãos pela força, os padres dos três primeiros séculos tivessem raciocinado como muito persuadidos que o constrangimento é uma coisa muito oposta à religião; porque em fato de moral evangélica, de preceitos, ou de conselhos (se quiserdes) de Jesus Cristo não há de maneira alguma pessoas que foram melhor esclarecidas que eles sobre o sentido da Escritura; e se Deus lhes tivesse escondido o sentido de um preceito tão importante, até o ponto que tivessem raciocinado como crendo que um tal preceito seria ímpio, não há pessoa que não devesse estar chocada e escandalizada com isso. Digo então ainda uma vez, que é contra todas as evidências da verdade e da razão, que Jesus Cristo tivesse ordenado a forçar os judeus e os infiéis a se batizarem, e que, entretanto, os apóstolos ou não têm cumprido isso, ou que tendo-o cumprido, não têm

advertido seus principais discípulos, de estarem reservados para condenar as violências, de medo que eles condenando em geral, não pronunciassem uma heresia, e não dessem um cruel desmentido a Jesus Cristo e não fornecessem mesmo armas um dia àqueles que os cristãos violentariam e que poderiam se exprimir na enorme contradição que eles veriam entre o primeiro cristianismo e o seguinte. Era o menos que se deveria esperar dos apóstolos e de seus primeiros discípulos, os mais seguros depositários da tradição: se não fosse a propósito e de prudência executar a ordem de Jesus Cristo, forçando a entrar no início, ao menos precisaria advertir que um dia viria, onde isso se poderia praticar muito santamente, e que assim teve-se que se poupar nessa matéria, e não tratar geralmente essa conduta com a marca da falsidade. Entretanto, é o que fizeram os Padres e da maneira mais forte, mesmo no século IV, quando os arianos visaram perseguir. Isso somente, disse santo Atanásio, *é uma prova manifesta de que eles não têm nem piedade, nem medo de Deus. É próprio da piedade (diz ele<sup>14</sup>) não constranger; mas persuadir à imitação do Senhor, QUE NÃO CONSTRANGENDO NINGUÉM deixava à vontade de cada um de segui-lo: para o diabo, como não há nada de verdadeiro, ele vem com machados e lanças romper as portas daqueles que o recebem; mas nosso Salvador é tão bondoso que ensina bem a verdade, dizendo, se alguém quer vir após eu, e aquele que vir será meu Discípulo; mas não CONSTRANGENDO ninguém vindo até nós, batendo antes e dizendo, meu senhor, minha senhora, abra-me, e entre quando lhe abrirem, e se retire quando tardar e que se alguém não lhe querer abrir, é porque não é* (observai bem essas palavras, senhores do conselho de consciência de Luís XIV, Rei muito cristão da França e de Navarra) **COM AS ESPADAS, E OS DARDOS, NEM COM SOLDADOS E MÃO ARMADA, QUE SE ANUNCIA A VERDADE, MAS POR PERSUASÃO E CONSELHO.** Não é uma prova evidente que os apóstolos não teriam dito nada desse pretense mistério de perseguição contido na parábola, e que Jesus Cristo desejou não somente que ele permanecesse desconhecido aos primeiros séculos do cristianismo, mas também que achou bom que aí fosse condenado e fenecido de ignomínia, como uma impiedade cruel e diabólica: o que pareceria absurdo, se se supusesse que ele tivesse efetivamente ordenado as perseguições; porque, como compreender que tenha suportado que um ponto de moral dessa consequência tivesse sido fulminado e anatematizado pela mais santa e a mais pura parte do cristianismo, durante muito tempo, e que se servira desses anátemas para refutar os inimigos da verdade, sustentando que Jesus Cristo teria ensinado a seus discípulos a não constranger ninguém. Não somente se disse isso antes que os imperadores cristãos se servissem da violência; mas também muito tempo depois. Nosso<sup>15</sup> venerável Beda, falando do rei Ethelrede, para o qual o papa santo Gregório enviara o monge santo Agostinho e alguns outros, para converter nossa ilha, disse expressamente que o rei se convertendo à fé cristã, *não forçou nenhum de seus súditos a imitá-lo, contentando-se em testemunhar mais amizade àqueles que*

<sup>14</sup> *Epist. ad. solit.*

<sup>15</sup> *Ut nullum tamen cogere ad christianismum, sed tantummodo credentes arctiori dilectione quasi consives regni caelestis amplecteretur; dederat enim et a doctoribus auctoribusque suae salutis servitum Christi voluntarium, non coactitium, debere esse.* Beda, l. 1, cap. 26.

*se tornassem cristãos; porque ele teria aprendido, disse ele, com seus doutores e autores de sua salvação que o serviço de Jesus Cristo deve ser voluntário e não forçado.* Essa noção, a saber, que Jesus Cristo só ordenou a persuasão, a instrução, o serviço voluntário, e de forma alguma a violência, é tão fortemente gravada nos espíritos, que se a representa como indubitável, desde que não se sonha mais atualmente em lisonjear ou não irritar os príncipes que perseguem, ou que não se tome por motivo de um livro justificar as perseguições. Todos os dias se imprime na França livros onde essa noção se encontra expressa, o que faz um ridículo prodigioso para os escritores papistas desta nação; porque algumas vezes nos mesmos livros onde eles dizem que é lícito constranger, tendo atualmente em vistas as dragonadas que têm arruinado os protestantes, lhes escapa de dizer que o Evangelho é somente uma lei de doçura, e que só exige oferendas voluntárias; é que eles perdem de vista por esse momento seu fim principal de desculpar e de adular, e que então as noções do coração e do espírito se produzem delas mesmas. Acrescento que eles negam que seu rei se serviu da violência, em que eles parecem concordar com a falsidade do sentido literal.

Não relato as passagens dos Padres que condenam em geral as perseguições e as violências que se exercem em matéria de fé: elas são conhecidas de todo o mundo. Grotius<sup>16</sup>, citou algumas, e os Franceses mesmo pagos para fazer as apologias das perseguições, não dissimulam essas autoridades dos Padres, como se pôde ver no livro de um advogado chamado Ferrand<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> *Supra*, no fim do cap. VI.

<sup>17</sup> Louis FERRAND, *Tratado da Igreja contra os heréticos, principalmente contra os calvinistas*, Paris, 1685.

## CAPÍTULO IX

*Oitava refutação do sentido literal, pela razão que ela torna vãs as lamentações dos primeiros cristãos contra as perseguições pagãs.*

A prova contida no capítulo precedente não me parece, muito ao contrário, ainda forte como algumas outras, ainda que tomada *ad hominem* ela possa lançar em algum embaraço aqueles que só nos falam de tradição e da via de prescrição. De qualquer maneira, ela tem muito de conexão com aquela, e é por isso que serei menos demorado neste capítulo sobre o principal dessa prova como sobre seus acessórios. Eis meu golpe:

Um sentido literal que torna vãs as lamentações dos primeiros cristãos contra seus perseguidores, é falso;

Ora, tal é o sentido dessas palavras, *Forçai-os a entrar;*

Então ele é falso.

Eu provo desta maneira a premissa menor. Suponho que os cristãos tenham enviado deputados à corte para apresentarem suas apologias, e se lamentarem de que os exilaram, aprisionaram, entregaram-nos às bestas, supliciarão. Suponho que o sentido literal em questão fosse conhecido aos cristãos e aos pagãos, tendo sido lido por uns e por outros no Evangelho de são Lucas, do qual os pagãos teriam conhecimento, se quisessem. Suponho ainda que um comissário do imperador seja posto em conferência com esses deputados cristãos, e que tendo sido o motivo de suas lamentações, ter-lhes-ia dito: *Senhores, de que vos lamentais? Tratam a vós como nos tratariam, se estivestes em nosso lugar: assim deveis aprovar nossa prudência, e se lamentardes do tempo e não de nós. O tempo não vos é favorável, somos os mais fortes: a prudência quer que não deixemos às ocasiões que a fortuna nos dá de pisar com os pés uma seita, que quer não somente nossos templos, mas também nossas vidas e nossas consciências. Vosso Deus lhes ordenou expressamente a forçar a seguir tudo que se apresenta; que faríeis então, se tivestes a força em mão, senão matar todos aqueles que não poderiam se decidir em trair as luzes de sua consciência, para adorar vosso Deus crucificado?* Precisaria responder assim, se se fosse um pouco mais sincero e segundo os sentimentos que refuto: *Não é verdade, monsenhor, que se fôssemos os mais fortes, não deixaríamos ninguém no mundo que não se batizasse; mas nisso apareceria nossa caridade para com o próximo; vemos que se se condena eternamente, se não segue nossa religião; seríamos então bem cruéis em não empregar o constrangimento. Mas não faríamos isso cruelmente como fazem os pagãos; faríamos perder processos àqueles que não quisessem se converter, a eles faríamos chicanas, os aprisionaríamos por*

*terem assembleias de religião; e se isso não lhes tornasse a vida bastante triste, enviaríamos soldados que os arruinariam, que os abateriam; impediríamos que fugissem; se os pegássemos fugindo, os enviaríamos às galeras, sequestraríamos as mulheres e as crianças; em uma palavra, só restar-lhes-ia um dos desses dois partidos a tomar, ou vegetar sua vida na miséria de um calabouço, ou se batizar: mas para matá-los, a Deus não apraz; talvez algumas vezes os soldados ultrapassem a ordem dando-lhes tantos golpes que eles morreriam; mas isso seria raro e pouco aprovado. Vê-se que bem longe de enfarar a resposta, eu a reduzo aos termos mais honestos e mais moderados que nossos adversários possam desejar, visto que eu a levanto sobre o plano da perseguição da França, o modelo, segundo eles, o mais regular e o mais cristão que se já se viu do constrangimento evangélico. Só caberia a mim guiar essa resposta sobre a Inquisição, sobre as cruzadas de são Domingos, sobre as piras da rainha Maria, sobre os massacres de Cabriers e de Mérindol, e dos vales de Piémont, sobre os suplícios de Francisco I de Henrique II, e sobre o são Bartolomeu; mas adoço as coisas o tanto que me é possível. Vejamos o que replicaria o ministro do imperador pagão.*

Sem mentir, senhores, (diria ele, sem dúvida), vós sedes admiráveis pessoas; vós mostrais uma grande caridade não matar de uma só vez, mas tornar um homem miserável por muitíssimo tempo, seja que ele se decida a apodrecer em um calabouço, seja que ele tenha a fraqueza de fingir crer no que sua consciência lhe mostra como uma impiedade detestável. Ide, ide, senhores, além do que essa pretensa caridade não vos impediria de fazer como nós fazemos, isso é, de inventar cruéis suplícios, quando julgaríeis que o tempo e os lugares exigi-lo-iam (porque vosso mestre só vos ordena em geral a constranger e cabe a vós escolher a maneira de constrangimento que credes a melhor; a das chicanas e alojamentos de soldados, quando credes a mais própria que os massacres e que as invenções dos carrascos, e essa quando credes mais útil que as multas, as chicanas e a insolência da soldadesca). Além disso, digo, eu acho estranho que vós se glorificastes de um velhaco político, que é a verdadeira causa pela qual não querereis o sangue de vossos súditos; é que estando bem contentes de não diminuir o número, a fim de serem sempre poderosos temporalmente, e de gabar-vos de ter mais feitos sem suplícios, que os outros pelos suplícios. Tomai-lo como agradar-vos; não seremos bastante tolos se não pudermos impedi-lo, para deixar-vos vir ao Estado onde cometeríeis tantas desordens; resolveis então sofrer. Meu mestre, o imperador, deve esse sacrifício à paz pública de seu século e de toda a posteridade, da qual seríeis o flagelo.

A verossimilhança não suporta que eu faça ainda fala desses deputados; porque após a resposta que eu lhes fiz dar, não há evidência que se os tivesse deixado muito tempo em liberdade; entretanto, para melhor dar a entender a meu leitor o que eu quero lhe provar, suponho ainda essa tréplica aos deputados.

Monsenhor, perdoai-nos, se vos apraz, se vos afirmamos que nossa santa doutrina vos foi dissimulada por nossos inimigos; é só por acidente e com o maior desprazer do mundo que chegaríamos à violência. Esforçar-nos-íamos, antes de mais nada, por nossas instruções em

persuadir nossas verdades, servir-nos-íamos das vias mais doces e mais carinhosas; mas se tivéssemos a infelicidade de encontrar espíritos maliciosos e obstinados, que resistissem às luzes da verdade que faríamos brilhar em seu espírito; então, malgrado nós, mas por uma caridosa mordacidade, faríamos fazer à força o que eles não teriam feito voluntariamente e teríamos mesmo a caridade de não exigir deles que confessassem que assinam à força; isso seria um monumento de vergonha para eles e para seus filhos e para nós também; obrigá-lo-íamos a assinar que fazem tudo isso voluntariamente. De resto, monsenhor, não se segue do fato de que temos o direito de constranger, que vós o tendes também: falamos com a verdade e devido a isso a nós é permitido cometer violência aos povos; mas as falsas religiões não possuem esse privilégio: o que elas fazem é uma crueldade bárbara; o que fazemos é completamente divino e uma santa caridade.

Se eu choquei a verossimilhança supondo que esses deputados teriam sido admitidos na tréplica, chocaria muito mais, se eu supusesse que o ministro do imperador ainda replicasse a isso de outro modo do que por cem golpes de loro, que faria os seus lacaios darem nos deputados, sem prejuízo do anfiteatro onde eles mandariam mata-los no primeiro dia. Entretanto, suponhamos que seria bastante flegmático, para não se encolerizar em ouvir tantas absurdidades; suponhamo-lo, digo, para melhor conduzir o leitor aonde queremos chegar, não há a menor dúvida que ele lhes diria nesse caso:

Minhas caras pessoas, vossas máximas têm somente o defeito de serem mal aplicadas; não há como a religião de meu mestre poder falar assim, porque ela é a verdadeira. Vos prometo de sua parte que ele não os maltratará como os obstinados dentre vós: vos instruindo e vos convertendo, aprovareis os efeitos de sua clemência; mas de outro modo, vossa obstinação armará justamente seu braço, e com justiça, ao lugar que se vós usardes de violência contra a religião estabelecida após muito tempo, cairíeis em uma excessiva injustiça.

Um homem inimigo de toda perseguição, e que teria algum hábito com o espírito de raciocínio, poderia crescer o que segue dirigindo-se a esses deputados.

De resto, o que dissestes me parece raro, que é por acidente que aplicaríamos a pena; porque, visto que vosso mestre vos ordena a constranger as pessoas à viva força a entrar em seu partido, é preciso que vosso objetivo seja não somente fazer cristãos aqueles que vós persuadíeis; mas também aqueles que permanecerão convencidos que vossa religião é falsa. Mas se vosso fim direto se dirige àqueles, é preciso que ele encerre naturalmente e diretamente os meios que vos aí conduzem, a saber, a força e a violência; e assim, não o é mais por acidente que vexais o mundo, mas por uma consequência muito necessária e muito natural de vosso projeto.

Pode-se, talvez, chicanar sobre essa razão, mas no fundo eu a creio sólida e extraio essa nova prova contra o sentido literal da parábola:

Se alguma coisa pudesse desculpar as violências encerradas na ordem de tornar cristãos todos os homens, isso seria dizer que elas aí são encerradas por acidente.

Ora, é falso que elas seriam encerradas por acidente.

Então nada pode desculpá-las.

A premissa maior não é bastante evidente para espíritos que as paixões e uma infeliz educação dos princípios de religião, que não são, propriamente falando, outra coisa que a natureza corrompida jeitosamente escondida sob a profissão de servir a Deus, miseravelmente animalizou e cobriu de espessas trevas; esforcemo-nos então em esclarecê-la.

Digo que as perseguições encerradas diretamente e absolutamente no desígnio de converter os infiéis, seriam completamente indesculpáveis, eu o provo porque a ordem que Deus estabeleceu entre as operações dos espíritos, é que conheçam antes de amar, e que as luzes do entendimento precedem os atos da vontade. Essa ordem parece ser uma lei necessária e imutável; porque nós não sabemos mais claramente que dois e dois fazem quatro, do que sabemos que para agir racionalmente é preciso duvidar de uma coisa que pareça duvidosa, negar uma coisa que pareça evidentemente falsa, afirmar as que pareçam evidentemente verdadeiras, amar as que pareçam boas, odiar as que pareçam más. Isso está, de tal forma, na ordem, que convenhamos todos que um homem age temerariamente e até comete um crime, quando jura que uma tal coisa é feita, que é feita realmente, mas que crê que não é de modo algum feita; e não duvidamos que não seria uma grande desordem amar a virtude, se se fosse persuadido que ela fosse má e proibida por uma autoridade legítima. Sendo assim, um homem não pode estar na ordem quando abraça o Evangelho, se primeiramente não está convencido de sua verdade; assim todo desígnio e todo projeto de fazer abraçar o Evangelho um homem que não está persuadido de sua verdade, sai das regras e da rota da ordem eterna e necessária, que faz toda a retidão e toda a justiça de uma ação. Ora, todo desígnio que encerraria diretamente e em pleno ar as violências a se exercer sobre aqueles que não quisessem se converter ao Evangelho de bom grado, tenderia diretamente e em pleno ar a fazer abraçar o Evangelho mesmo àqueles que não crê-lo-iam verdadeiro; então um tal desígnio sairia das regras e da rota da ordem, e seria, por consequência, vicioso. É claro que não se pode ter intenção diretamente de violentar um homem, sem ter um desígnio direto de lhe fazer uma coisa, mesmo que aí se tenha repugnância; então, é claro, como tenho dito, que todo homem que destinasse as violências às assinaturas do símbolo dos apóstolos, como um meio direto de chegar a seus fins, teria desígnio diretamente de fazer assinar esse símbolo mesmo àqueles que crê-lo-iam falso. Pois sendo que esse desígnio seria evidentemente contra a ordem, é preciso que as violências diretamente encerradas no desígnio de converter, jamais sejam legítimas; de onde se segue que o único meio de as desculpar, é dizer que elas entram diretamente no projeto das conversões. Eis então, isso me parece, a premissa maior claramente provada. Vejamos a premissa menor.

Ou vós tendes esse desígnio em geral, ou vós propondes em particular certos meios. Se vós tendes esse desígnio em geral, todas as vias particulares serão acidentais; mas se vós tendes o desígnio particular de obter à grado ou à força o recebimento do batismo por todo o

mundo, é claro que encerreis propriamente e diretamente a violência em vosso desígnio, visto que, no caso que encontraríeis resistência, vós sedes resolutos a vencer pela força. Observo que a violência só esteja aí condicionalmente, isso é, que desejais transparecer vosso desejo amigavelmente; tanto o é, que se esse desejo não ocorre absolutamente, teríeis o projeto de chegar às violências. Daí, concludo manifestamente que essas violências não entram em vosso desígnio por acidente, mas por vossa própria escolha e por uma destinação que chamar-se-ia na escola de *secundariam*. Porque como aqueles que temem o mar, seriam bem cientes de não se servir de barcos em suas viagens; mas, entretanto, se eles decidem passar da França à Inglaterra, querem diretamente e propriamente se servir de um barco: assim, todo homem que seria bem ciente de converter os povos pela única pregação, desejaria não empregar a violência; mas se decidisse converter os humanos, mesmo que a pregação não bastasse e que a violência fosse necessária, desejaria propriamente e diretamente a perseguição. Em uma palavra, quando ele não tem de nos perseguir, ou de deixar um certo desígnio, à proporção que encontrássemos certos obstáculos, é claro que se perseguimos nesse caso, testemunhamos que propriamente quisemos essa perseguição, e que os meios indispensavelmente necessários a isso são quistos, e por nós consentidos propriamente. Então, aí não o são por acidente, no sentido que se toma essa palavra, quando ela pode desculpar as consequências de uma tarefa ou as faltas de uma pessoa.

Não é necessário nem provar que Jesus Cristo estaria no caso, visto que a ele não caberia forçar ninguém, nem provar por cem razões e por cem exemplos que todo homem que quisesse chegar a seu objetivo por um certo meio, preferivelmente a todos os outros, mas que está firmemente resolvido a aí chegar por um outro meio, se se vê excluído daquele, quer muito propriamente e por sua falta (se agir livremente e se falta aí houver) esse outro meio; de onde se segue que as violências estariam no desígnio da conversão dos homens ao Evangelho propriamente, e pela destinação de Jesus Cristo; de sorte que constituiria assim seu projeto: *Quero que os homens sejam persuadidos da verdade do Evangelho e façam profissão; mas se não posso persuadi-los, não deixo de entender que eles professam-no*. Ora, digo e sustento que esse desígnio chocaria as leis eternas da ordem, que é a lei indispensável do próprio Deus, e por consequência, que é impossível que Jesus Cristo a tenha constituído. Todas as chicanas imagináveis sobre a frase *ser por acidente*, não impedirão que a premissa menor de meu último silogismo seja demonstrada tanto como essas matérias o permitam. Ainda que o seja, o que pretendo nesse capítulo me parece claramente provado, a saber, que cristãos que deveriam convir, até o lugar dos pagãos, teriam feito, talvez, as mesmas perseguições, seriam capazes somente de lhes apresentar ridículas petições.



## CAPÍTULO X

*Nona e última refutação do sentido literal, pela razão que expunha os verdadeiros cristãos a uma opressão contínua, sem que se pudesse nada alegar para deter o curso como o próprio fundamento dos dogmas contestados entre os perseguidos e os perseguidores; o que somente uma medíocre petição de princípio, que não impediria que o mundo se arruinasse.*

Antes se observou em duas passagens, a saber, no capítulo precedente e no quinto, o prejuízo que causaria à verdadeira religião, a ordem de usar o constrangimento sobre aqueles que não quisessem se converter, e é certo que somente isso considerado no grosso e em geral, forma um preconceito bastante crível de falsidade; porque qual evidência que Deus quis ordenar à sua Igreja uma conduta que a torna ridícula, quando ela se queixa da opressão que sofre e que dá um razoável pretexto de expulsá-la. Se santo Agostinho estivesse bem lembrado dessa máxima, que mencionou em seu tratado *De genesi ad litteram*, não embarçar-se-ia, como ocorreu, em sustentar a causa dos perseguidores; porque ele diz nessa máxima que é vergonhosa, pernicioso e extremamente a evitar, que um cristão se enrede em falar coisas, segundo seus princípios, em presença dos infiéis, com tanta impertinência que os pagãos não se seguraram em rir. Como ele não viu que se expunha ao riso dos pagãos quando sustentava que Deus autoriza em sua palavra as perseguições de religião; com efeito, não há nada de mais insensato que censurar em outrem as mesmas ações que se canoniza, quando as faz por si mesmo, e nada é mais absurdo que achar mal que um príncipe que crê que a religião pagã é verdadeira, e que Deus ordena-lhe manter a paz pública, não tolere de modo algum uma seita que arruinaria o mundo por suas violências, se ela tivesse bastante forças. Mas o que não é mais que um preconceito, quando se o observa em geral, torna-se uma prova sólida quando se toma o trabalho de desenvolvê-lo um pouco exatamente. É o que temos nos esforçado em fazer nos dois capítulos citados, e que faremos ainda neste aqui o menos mal que pudermos. Eis nossa última prova:

Um sentido literal que lançasse todas as partes do cristianismo em uma guerra contínua, sem fornecer outro remédio a esse grande mal que será pronunciado no fim do mundo não pode ser verdadeiro.

Ora, tal é o sentido literal dessas palavras, *Forçai-os a entrar;*

Então ele não é verdadeiro.

A primeira proposição me parece bastante clara por ela mesma; porque ainda que Deus não tivesse falado em sua Escritura de uma maneira que tivesse sido perfeitamente própria para impedir as divisões dos cristãos, é preciso, portanto, crer que, se por um lado ele permitiu que sua Igreja se dividisse, não pôde de modo algum querer que ela fosse sem nenhuma regra, nem sem alguns princípios comuns, que contivessem as partes desunidas em seu dever, e que mostrassem que não precisam dilacerarem-se como bestas. As obscuridades da Escritura quase somente recaem sobre os dogmas de especulação: os de moral tendo sido mais necessários para a conservação das sociedades e para impedir que o vício não apagasse inteiramente o que resta de virtude, são mantidos mais inteligíveis a todo o mundo. Mas que sejam bastante claros ou não para impedir que se os deturpe com falso sentido e abusos, ao menos é certo que a intenção do Santo Espírito deve ser santa, justa e inocente, e bastante distante de servir de desculpa muito plausível às desordens do universo. Ora, é o que não se poderia dizer, se fosse verdadeiro que Jesus Cristo tivesse dado ordem a seus sectários de perseguir.

Passarei sob silêncio as desordens que chegariam ao mundo pela vantagem que os infiéis tomariam sobre os cristãos, vendo que os últimos autorizam as violências: não direi que eles se serviriam de todas as razões dos cristãos, para atormentar todos os que não teriam os mesmos sentimentos que eles; não observarei isso de modo algum; só considerarei o que se passava de seita a seita do cristianismo. É certo que se Jesus Cristo entendeu o sentido da perseguição e do constrangimento como assinar um formulário, quando ele disse *Forçai-os a entrar*, a parte ortodoxa do cristianismo pode violentar, tanto como ele julga conveniente, a parte que erra; isso é sem dificuldade. Mas como cada parte se crê ortodoxa, é claro que se Jesus Cristo tivesse ordenado a perseguição, cada seita crer-se-ia obrigada a obedecer-lhe, perseguindo por excesso todas as outras, inclusive aquelas que ele constrangeu a se conformarem à sua profissão de fé: assim, ver-se-ia uma guerra contínua seja nas ruas e nas vilas, seja nas planícies, seja entre as nações de sentimento distinto e o cristianismo seria somente um inferno perpétuo para aqueles que amam a paz, e para aqueles que se encontrassem no partido fraco. Mas o que há de ridículo nisso, é que não se saberia sobre quê fundar as censuras que se faria ao partido vitorioso e perseguidor; porque se alguém lhe dissesse, *é bem verdade que Jesus Cristo ordenou a seus discípulos perseguir, mas isso não vos concerne, vós que sois heréticos; não há como nós, que somos a verdadeira Igreja, podermos executar essa ordem*; responderia que se mantém de acordo com o princípio, mas não com a aplicação, e que ele é o único que tem direito de constranger, visto que tem a verdade de seu lado. Vê-se claramente, por aí, que não se poderia censurar nem a insolência que seria permitida aos dragões, nem os aprisionamentos, as multas, os raptos de crianças, nem nenhuma outra violência, porque ao invés de discutir esses fatos, e de examiná-los sob alguma regra comum de moral, precisaria tratar a fundo essas controvérsias, examinar quem tem injustiça ou quem tem razão em sua profissão de fé. Essa tarefa é de longo fôlego, como cada um sabe; não se vê jamais o fim; de sorte que

como esperando o julgamento definitivo do processo, não poder-se-ia nada pronunciar sobre as violências, elas permaneceriam em suspenso pelo menos, e isso seria vantagem sempre para o partido vitorioso: o partido sofredor só se aborreceria em tratar, uma por uma, suas controvérsias, e jamais poderia ter o prazer de dizer, *tratam-me injustamente*, senão supondo seu princípio e dizendo *eu sou a verdadeira Igreja*. Mas diriam eles imediatamente: *Vós não sois a verdadeira Igreja; então tratai-nos injustamente. Vós ainda não provastes vossa pretensão, negais ela; esperais então a vos queixar que o processo seja retirado.*

Não concebo de modo algum estado mais triste e totalmente mais digno da zombaria de todos os profanos e de todos os libertinos, e até de todos os homens, que aquele; é algo de belo e de muito glorioso ao nome cristão, como comparar os planos que foram feitos contra as perseguições pagãs e arianas, com as apologias da perseguição que se fazia sofrer aos donatistas. Quando se bem examinou tudo isso, se se encontra reduzido necessariamente a esse belo princípio: *Tenho a verdade a meu lado; então minhas violências são boas obras. Um tal erro; então suas violências são criminosas.* Não é preciso necessariamente para curar o furor de um violento que arruína todo um país, ou para fazê-lo conhecer, tirá-lo das disputas particulares, e chamá-lo a princípios comuns aos dois partidos, tais como são as máximas de moral, os preceitos do decálogo, de Jesus Cristo e de seus apóstolos, no tocante à equidade, à caridade, à abstinência do roubo, do assassinio, das injúrias do próximo? Então, isso antes seria um inconveniente no mandamento de Jesus Cristo, que tiraria aos cristãos a regra segura e comum de julgar se uma ação é boa ou má. Isso não seria o menos importante, que todos os cristãos tomassem o direito de perseguir aqueles que não seriam de sua comunhão; o que seria feito por mil violências de uma parte e por mil hipocrisias, de outra. Isso seria um terceiro fato muito considerável, que todos os cristãos poderiam sustentar com razão, que as perseguições que eles consagram aos outros são justas; de onde se seguiria que a perseguição da verdade seria uma ação piedosa; porque da mesma maneira que os preceitos de honrar seu pai e sua mãe, de modo algum sujar-se nas brutalidades da carne, de modo algum matar, nem furtrar, de amar seu próximo como a si mesmo, de amar Deus, de perdoar a seus inimigos, concernindo aí os arianos, pagãos, nestorianos, socinianos, tão plenamente como os reformados e os católicos e como aqueles que são a elite dos predestinados; assim, deve-se dizer que o preceito de constranger é destinado indiferentemente a todos os cristãos: de outro modo, se vós restringistes aos únicos ortodoxos, porque não usurpais também o mandamento de ser sóbrio, caridoso? Ora, se a ordem de constranger no sentido literal é destinada a todos aqueles que creem no Evangelho, cada seita deve aplicá-la e aí obedecer em favor dos dogmas que ela toma para o Evangelho, em favor da religião que ela crê a verdadeira; porque se não o fizesse, ela desobedeceria formalmente às ordens de seu Criador; seria então obrigada a perseguir para obedecer a Deus. Nova prova da falsidade deste preceito; porque implica que Deus ordena coisas as quais a maior parte daqueles que obedeceriam, cometeriam crimes. Mas será

falado mais amplamente em um outro lugar<sup>18</sup> do direito que as sociedades não ortodoxas podem ter sobre a parábola.

---

<sup>18</sup> Na 3ª parte, cap. XVII e seguinte.

## **Parte II**

**Contendo a resposta às objeções que se  
pode fazer contra o que foi provado  
mais acima**

# CAPÍTULO PRIMEIRO

*Primeira objeção. Não se usa de modo algum de violência a fim de constranger a consciência, mas para despertar aqueles que se recusam a examinar a verdade. Ilusão deste pensamento. Exame disso que se chama OBSTINAÇÃO.*

Para fazer ver a futilidade desta desculpa, eu somente me servirei de duas observações: uma, que o meio de examinar a verdade, que propõem esses missionários, é o mais insensato do mundo; a outra, que não lhes pode servir quase de nada, enquanto eles permanecerem nos termos onde parecem querer se reduzir. Desenvolvamos um pouco mais um pouco uma e outra dessas considerações.

Tudo que houve jamais de pessoas sábias e esclarecidas sobre a natureza das coisas e sobre a do homem em particular, reconheceu que um dos maiores obstáculos que se encontra na busca da verdade é que as paixões vêm nos obscurecer os objetos ou fazer uma diversão perpétua a expensas do nosso espírito. É por isso que eles tanto recomendaram de serem os mestres de suas paixões, de fazê-las calar, e de afastá-las. É por isso que eles dizem que o ofício de um bom juiz é de escutar as razões dos dois partidos friamente e sem paixão e acreditaram que sem isso não estaria em estado de fazer boa justiça. Não é, inclusive a piedade e a misericórdia, qualidade bastante necessária na sociedade civil e na religião, que eles não acreditassem capaz de obscurecer o espírito de um juiz e de fazer pender do lado do falso. É bastante certo que um espírito que permanecesse tranquilo em seu estado natural e que olhasse os miseráveis sem essas emoções de comiseração que enternecem o coração, seria bem mais próprio a fortalecer os artifícios do erro e a dar no ponto de vista da verdade; porque, enfim, um miserável do qual a equipagem lúgubre nos provoca piedade e nos agita todas as entranhas, pode ter feito os crimes os quais alguém o acusa; e se aí tivesse obscuridades e discórdias no fato de que um juiz inteligente e sem paixão poderia dissipar pela penetração de seu gênio, se encontraria incapaz, quando a piedade o enternecesse, e o prevenisse de boa opinião em favor do acusado. Em uma palavra, nada é mais verdadeiro que esta máxima de um historiador<sup>19</sup> romano: *Todos aqueles que consultam coisas duvidosas devem ser vazios de ódio; da amizade, da cólera, da compaixão; porque quando essas disposições impedem a alma, ela não discerne facilmente a verdade.* Eu poderia tomar vinte páginas de sentenças seme-

<sup>19</sup> *Omnes homines qui de rebus dubiis consultant, ab ódio, amicitia, irâ, atque misericordia, vácuos esse decet; nam animus haud facilè verum providet ubi illa officiunt.* Salustiano, *Conjuração de Catilina.*

lhantes, se eu quisesse somente consultar a *Polyanthea*. Quem não vê antes como é insensata a objeção que eu quero refutar neste capítulo? Nós não queremos (dizem os conversores) que um homem traísse as luzes de sua consciência, a fim de se livrar das incomodidades que nós os fazemos sofrer; queremos somente que o amor que ele tem pelas doçuras da vida e o temor da miséria afastem seu torpor, e o apliquem ao exame das duas religiões; e nós estamos seguros que esse exame lhe fará ver a falsidade da sua e a verdade da nossa. Quer dizer, nós queremos que se tratando do exame de duas coisas de grande importância, tanto à causa das razões a alegar a favor e contra, como à causa das consequências da boa e da má escolha, o homem aí se porta não com as luzes calmas e tranquilas da razão, as paixões sendo apaziguadas, mas com todas as obscuridades e as trevas que muitas paixões violentas excitam em seu espírito. Pode alguém ver nada de mais absurdo? Se se tratasse de terminar uma disputa de três escudos entre dois criados, alguém não acharia bom que lhe dessem um árbitro que fosse em cólera contra um deles, ou que esperasse algum serviço de um deles, ou que temesse o ressentimento; e aqui onde se trata da maior glória de Deus, e da salvação eterna da alma, vê-se bem que os árbitros que devem julgar que tem ou não razão, católicos ou protestantes, tivessem a alma repleta de ressentimento, de cobiça, de esperanças e de temores mundanos: vê-se que um homem que pese as razões de uma parte e de outra, ao lugar de aplicar todas suas luzes a esse exame, seja distraído de um lado pela vista imediata de sua família arruinada, exilada, enclausurada, de sua própria pessoa degradada de toda honra, atormentado pelos soldados, encerrado em um negro calabouço; e de outro lado, pela esperança de muitos bens tanto para ele como para sua família. Sem mentir, eis ele bem em estado de achar quem tem razão; porque é bem persuadido que sua religião seja boa, e se tem bastante temor de Deus para ter uma grande repugnância de professar uma religião que crê má, fortalecer-se-á mais na sua, pelo ódio que conserva para com os meios tirânicos que se quer empregar contra ele: ama-se o mundo mais que Deus e sua religião, fará de duas coisas uma: ou ele se cegará o mais que puder, a fim de se fazer acreditar que sua religião não é boa, ou ele a deixará sem ver que a outra seja melhor; determinar-se-á pelas vantagens temporais que aquela lhe oferece e pelas perseguições onde a outra o exporia. Tudo isso que eu digo é tão conhecido a todo aquele que se examinou a si mesmo e conheceu o poder imperioso das paixões, eu bem temo que se não lamente que eu insista muito sobre as provas de uma coisa que pessoa alguma crê duvidosa.

Mas sem temer essa censura, não deixemos nada a desejar, se se pode, para tornar palpável essa verdade, e tirar toda escapatória aos conversores. Creem eles que um homem que compara juntamente duas razões, das quais uma é sustentada pela esperança de um bem temporal e a outra enfraquecida pelo temor de um mal temporal, esteja em estado de bem encontrar o equilíbrio, ou a justa inclinação natural da balança? Creem eles que todas as coisas sendo iguais naturalmente, não se determinaria pela razão qual seria acompanhada do bem temporal? Creem eles que aí tendo mais evidência a seu respeito na razão que é enfra-

quecida pelo temor do mal temporal, não fará amiúde compensação dessa maior evidência com a maior do bem temporal que lhe é prometido de outro lado? Creem eles que a corrupção do coração não seja capaz não somente de fazer essa compensação, enquanto a maior evidência apareça de um lado, mas também de fazer que essa maior evidência não se fará segundo mais ou menos graus, à medida que a cobiça desse homem será maior; de sorte que se três graus de evidência de mais de um lado sucumbam pela contrabalança de duzentos escudos, em relação a um homem mediocrementemente avaro, seis graus de evidência de mais sucumbirão, quando elas serão equilibradas com uma carga lucrativa e gloriosa, em relação a um homem que tem muito de avareza e de vaidade? Se eles não creem em nada disso que eu suponho aqui como muito provável, eu não sei em qual país eles viveram, quais livros eles leram, e qual sorte de espíritos eles receberam, e eu seria fortemente da opinião de os tratar segundo a máxima, *adversus negantem principia non est disputandum*. Mas não parece que eles me possam negar os princípios que eu suponho, e de onde concludo necessariamente que não haveria nada de mais errôneo, nada de mais irregular, nada de mais indigno de uma inteligência medíocre, que de ter estabelecido como um meio legítimo de encontrar a verdade disputada, de a examinar precisamente no tempo que muitas paixões seriam excitadas no coração, e que não se saberia que, no caso de que alguém achasse verdadeiro uma das partes da questão, seria exposto às últimas ignomínias e misérias, e que no caso que se achasse verdadeiro a outra parte, seria honrado e recompensado de muitos favores. Todas as ideias da ordem, todas as luzes do bom senso, tudo o que a experiência das coisas humanas nos dá de julgamento, se eleva contra isso; de sorte que se Jesus Cristo ordenasse a maneira de constringer que se supõe nessa objeção, nós não poderíamos o justificar de ter mal emparelhado as coisas, e de ter muito mal adaptado os meios aos fins; isso que, sendo ímpio, não deve ser pensado de modo algum. Um exame de duas religiões feito em semelhantes circunstâncias, só pode produzir um grande embaraço e uma grande confusão em sua religião, em quaisquer outras, e uma determinação em direção ao partido quem tem o bem temporal de seu lado, seja que, aliás, tivesse também a falsidade, seja que não a tivesse, em todos aqueles que são possuídos do amor do mundo.

Isso se confirma por essa consideração, a de que todos os discursos de Jesus Cristo e de seus apóstolos nos preparam para sermos odiados no mundo, na tribulação, nas cruces, no exercício contínuo da paciência, dentre os perseguidores da verdade. Se bem que é natural crer em uma boa alma e que não quer se determinar que segundo o temor de Deus, que a verdade se encontra do lado dos males temporais, e não do lado que nos ameaça, que nos aflige, se nós perseverarmos em nossa fé, e que nos promete mil vantagens terrestres, se formos a ela. Eu não vejo que se possa encontrar obscuridade nesta hipótese, se aí se reflita bem; assim, quando se supor que aqueles que farão o exame das duas religiões, terão a alma bem cristã, esse será o meio de os impedir de conhecer seu erro ao invés de lhes dizer que os perseguirão, se não professam outra fé; por isso mesmo que os ameaçar de perseguição lhes



servirá de prova, ou de preconceito, que seguem essa verdade evangélica, que a Escritura vaticina que seria mal quisto do mundo e perseguido sobre a terra. Vê-se então que o meio de encontrar a verdade que esses missionários nos citam como ordenada por Jesus Cristo, é mais própria a confirmar no erro, e isso à causa das predições do próprio Jesus Cristo, toda alma que sinceramente prefere isso que ela crê a verdade às comodidades da vida. De resto, este meio é mais próprio de arrancar dos braços da verdade, exteriormente pelo menos, todas as almas fracas, e unidas no mundo por algumas fortes paixões; de onde eu concluo que este meio não viu nada e não foi jamais ordenado por Deus.

Passemos agora à nossa segunda observação. Eu quero saber dos senhores conversores se é verdadeiro que não querem de modo algum fazer violência à consciência, mas somente aplicar as pessoas a examinar as duas religiões, o que eles negligenciariam de fazer enquanto não lhes custasse nada as examinar. É, sem dúvida, que no caso que eles tenham essa intenção, as penas de suas prisões deverão ser somente ameaçadoras; quer dizer, que eles devem somente ameaçar de maus tratos aqueles que em um tempo observado, não se farão instruir; porque se eles passam inclusive à execução contra aqueles que ao pé da letra declararão que eles se esforçaram em vão por fazer instruir, que não são menos persuadidos como antes da divindade de sua religião, é manifesto que eles querem fazer violência à consciência e empenhar-se na profissão exterior de sua fé àqueles mesmo que, sendo aplicados a examinar cuidadosamente a controvérsia, não mudaram de crença. Eis então nossas pessoas em um apuro entre os dois pontos ameaçadores deste deplorável dilema.

Ou eles querem que seu constrangimento tombe unicamente sobre a aplicação de se fazer instruir, ou querem que, enfim, tombe sobre a consciência.

Sendo a primeira, eles entendem somente que alguém não permanecerá em sua religião apenas por costume e por hábito, sem examinar se ela é boa, e sem a comparar com a outra; mas que fará um exame muito exato e uma comparação com a outra bem atenta; e então não terão nada a pretender contra um homem que tendo escutado suas conferências e suas instruções, e lido seus livros, lhe declarará no fim das contas, que ainda que não possa lhe dar razão de todas suas objeções, permanece bastante persuadido interiormente que eles estão em um mau caminho, e que tem a verdade do seu lado, e assim todas as prisões ameaçadoras permanecem lá penduradas no gancho, sem força nem vigor, pois que se tem feito tudo o que era de intenção do legislador; a saber, que se examinaria cuidadosamente as razões de uma parte e de outra. De onde parece que, nesta suposição, esses senhores renunciam ao sentido literal das palavras *Forçai-os à entrar*, já que, na verdade, eles não constrangeriam ninguém; porque não é do constrangimento que se trata aqui, como aquele que obriga a disputar, a ler, a meditar.

Sendo a segunda, eles renunciam visivelmente à sua objeção; eles confessam que querem forçar a consciência, e assim minhas provas retornam sobre eles com toda a força que elas possam ter, tendo que eles aí tivessem oposto essa má posição.

Não lhes resta, isso me parece, senão dizer que as penas que afirmo não poder ser no máximo ameaçadoras, e como um ensaio disso que o exame pode produzir, são executadas legitimamente, quando se viu que todas as conferências, missões, disputas, livros, e instruções imagináveis, não persuadiram um homem; porque é uma marca que é uma obstinação e um teimosia prodigiosas; e se não merece ser punido pelo que não é da boa religião, merece por ser um obstinado e um teimoso. Mas quem não vê que é o mais miserável defeito do mundo, pois que sobre um semelhante fundamento Antiochus fez morrer uma quantidade de judeus, os considerando como culpados de uma louca obstinação, do mesmo modo que a ameaça de um suplício horrendo não poderia induzi-los a comer da carne de porco, ação nela mesma muito lícita. Sobre um semelhante fundamento, Plínio<sup>20</sup> fez morrer muitos cristãos. *Eu lhes perguntei, diz ele, se eles eram cristãos, e quando confessaram, lhes perguntei ainda duas vezes com ameaça de último suplício, do qual eu os faria punir atualmente quando eles persistissem; eu assegurei que por menor que fosse a coisa que eles confessassem, sua OBSTINAÇÃO, pelo menos, e TEIMOSIA inflexíveis seriam puníveis.* Vê-se antes que é uma ilusão pueril e um mau pretexto que os pagãos são subjugados tão brutalmente: mas aprofundemos um pouco a matéria. Que quer dizer quando se pretende que um homem, para o qual se teria, de resto, algumas considerações, não as mereça mais desde que se veja que ele é um obstinado? Isso significa que um homem que persevera em seus erros, após alguém ter lhe mostrado manifestamente que são erros grosseiros, e que lhe convenceram em sua consciência, mereça ser tratado sem consideração? Em boa hora, eu me interesso muito pouco na tolerância de um tal personagem, que, com efeito, não a merece de modo algum; porque já que ele persevera contra o ditame de sua consciência na profissão de uma opinião, é uma marca infalível que há do capricho e da malícia em seu feito, e que só tem por fim fazer indignação ao seu próximo, e por assim dizer, de fazer beijar [a contragosto] seus superiores que trabalham em sua mudança. Mas como saber se alguém convenceu esse homem de seus erros? Um conversor tem os olhos bastante agudos para ler na consciência de um homem? Partilha ele com Deus o atributo incomunicável de escrutador dos corações? Pensar isso seria a impertinência mais extravagante do mundo. Assim, considerando um homem que se instrui o melhor que pôde, vós direis que ele é sempre persuadido em sua consciência que sua religião é a única boa, não se tem o direito de pretender que alguém o convenceu interiormente e evidentemente de seus erros; e sobre essa base não será de modo algum obstinado, nem digno das penas que merece a teimosia; de sorte que se após dois meses, ou quatro, ou cinco, segundo o termo que tem agradado ao príncipe de conceder às pessoas para se instruírem, com ameaça que se após esse tempo persistam nos seus erros serão punidas, elas declaram que são os mesmos que antes, persuadidos como jamais da verdade de sua crença; é preciso ou os deixar aí, ou dar no constrangimento direto e imediato da consciência, o que se quer justificar nessa primeira objeção, e o vão pretexto da obstinação não é de modo algum aceito.

<sup>20</sup> *Epist.*, 1. 10.

Um conversor dirá muito seguramente (porque esses senhores estão em possessão de todos os falsos pensamentos) que ainda que não se seja escrutador dos corações, não se deixa de ter uma certeza racional que um homem está na obstinação sobre a qual nós falamos, quer dizer, na malignidade de professar suas antigas doutrinas, mesmo após tendo sido plenamente convencido que elas são falsas; se é assegurado, dirão, porque não soube o que responder quando impelido sobre as dificuldades de sua crença e seu próprio ministro em sua presença se reduziu a se calar; além do que, as verdades da Igreja são tão evidentes, que não há como querer as encarar sem prevenção para tocar o dedo a divindade, e a falsidade das opiniões calvinistas, por exemplo. Eis então dois meios de conhecer como se iluminou o espírito de um homem, ainda que ele o negue de boca; um, que se tem feito ou a ele mesmo, ou a seus ministros, objeções as quais não soube responder; o outro, que as razões que lhes disseram são claras como o dia: mais me será cômodo refutar plenamente estes dois meios.

Não há, para confundir esses senhores sobre o primeiro, como lhes perguntar se creem que um camponês, que um artesão, que uma dama católica romana, engajados na disputa de religião com um bispo de Lincoln, um doutor Stillingflet, um du Moulin, um Daillé, teriam podido responder a todas as objeções que lhe tivessem sido feitas; eu quero bem que essas pessoas ignorantes se façam assistir pela cura da paróquia, ou pelo seu vigário, por qualquer monge, ou outro controversista. Será bem assegurado neste caso, que todas as objeções propostas por um sábio protestante, que se será preparado sobre os mais embaraçados, serão claramente resolvidas, e que jamais não se verá reduzido a não saber o que dizer de racional? Necessitaria não ter nem meditação, nem conhecimento do espírito do homem para ter essas esperanças; porque quando se julga sabiamente as coisas, sabe-se que em matéria de disputas um homem de espírito presente, que tem a palavra em mão, que é sutil e grande lógico, e de uma grande memória, triunfará sempre nas matérias problemáticas sobre um outro homem sabendo da verdade, mas que não tem proteção, que se exprime com dificuldade, que é tímido, que não tem espírito presente, nem muita memória. Concluo daí que o que se deixa confundir sustenta a má religião, é pôr em risco sua própria causa, e tombar mesmo no inconveniente, ou que todas as religiões são falsas, ou que a mesma é verdadeira em um lugar, e falsa em um outro, se podendo fazer que em um mesmo lugar um ministro disputando contra um monge, o ponha sem resposta, e que um monge disputando em uma outra câmara contra um ministro, o desconcerte, e lhe faça perder terreno, como nos duelos, em muitos segundos ele conclui que há pessoas vencidas e vencedoras de uma parte e de outra. É preciso então alguém pecar contra o bom senso ou convir que não é um bom sinal de falsidade para uma religião, ver que todos aqueles que a professam não são capazes de responder a todas as dificuldades que os sábios controversistas de outro partido lhes propõem; e assim um protestante que terá provado que nem ele, nem seu ministro, não terão bem satisfeito a algumas questões sutis, e que acreditará mesmo trapaceiras, de um missionário, não deve crer necessariamente por causa disso que sua religião é falsa. É então temerariamente

que alguém julga que é convencido em sua consciência da falsidade de sua religião, ainda que sustente que essas disputas não o tenham enfraquecido de modo algum. Em uma palavra, se esse primeiro meio era legítimo, não haveria, de modo algum, católico ignorante que não se possa suspeitar de trair sua própria consciência, após ele ter disputado com nossos sábios; porque é bem certo que ele não saberia o que lhe responder em certas coisas, e que muitos monges aí encontrar-se-iam também embaraçados como ele. Um homem não deve ser bastante imprudente para fazer depender sua religião da habilidade, da memória, e da eloquência de um ministro. Seria uma outra coisa se algum ministro que fosse, disputando com qualquer papista que fosse, o mais sábio de todos os ministros com o mais ignorante de todos os papistas (não ousando tanto, contentemo-nos com o mais ignorante dos monges) era sempre humilhado inclusive a não responder nada que valha; eu confesso que então um particular estaria em uma obstinação indesculpável, se não desconfiasse de sua religião; mas como esse caso nunca chega, e que é impraticável, não serve de nada ao processo.

O segundo meio não é melhor que o precedente; porque apressa-se muito ao dizer que as matérias controversas são claras e evidentes como o dia, cada um sabe, ou deve saber, que a evidência é uma qualidade relativa; é porque nós não podemos apenas responder, se isso não se dá em relação a noções comuns, se isso nos parece evidente, o deve parecer também a um outro. Essa evidência que encontramos em certos objetos pode vir ou do lado segundo o qual nós os encaramos, ou da proporção que se encontra nos órgãos e eles, ou da educação e do hábito, ou de algumas outras causas; assim, não há, de modo algum, relação de consequência de nós a nosso próximo, porque um outro homem não encara as coisas do mesmo lado que nós, não tem os órgãos que servem à compreensão modificada como nós, não foi elevado como nós, e assim de resto. Muitas pessoas consideram um mesmo quadro, obra prima de um Michelangelo, e fazem mil julgamentos diferentes. Aquele que está no ponto de vista, e que é conhecedor, o acha admirável; outros que o consideram de um outro ponto, e que não são de nenhum gosto, nenhuma habilidade, o desprezam. O conhecedor poderá se gabar tanto que lhe agrada sua ignorância, ou terá piedade; mas seria ridículo se os acusasse de mentir, e de sustentar maliciosamente que o quadro não vale nada, enquanto que eles sabem o contrário. Oh! Mas a beleza deste quadro é tão visível que não há meio de não a ver! Que vós tendes a dizer disso, e tu mesmo que a conheces tão bem, vejam vós a bondade e a beleza de certas gemas que um joalheiro pretende que deva saltar aos olhos de todo o mundo? Vós acheis talvez o vinho de Canarie tão bom, que credes que é necessário somente ter uma língua para sentir essa bondade; mas a que ponto pessoas que valem tanto como vós, e que só bebem água, que não saberiam pôr em sua boca esse vinho sem o achar muito ruim. Assim, é uma ignorância crassa do mundo, e de um homem principalmente, julgar o gosto de outrem pelo nosso.

Mas, dirão os missionários, isso seria bom tendo nossos esclarecimentos, mas nós os demos tão manifestos que não é possível resistir a eles. Eu respondo que é muito justo ter bas-

tante má opinião do espírito da maior parte desses senhores, para crer que eles são sinceros, quando falam da sorte de seus esclarecimentos; isso seria lhes fazer mais honra do que eles não merecem, [seria] crer que eles estejam bastante libertos dos entraves tenebrosos de seus preconceitos, para se aperceberem que seus lugares comuns são lastimáveis e que alguém os refuta solidamente. Acreditemos então que eles os acham evidentes, pois eles os dizem; mas que não pretendem que os outros homens criados e elevados em outros princípios, que encarassem as coisas por um outro viés, e que não têm a mesma compreensão que eles, aí encontrem a mesma evidência. De onde parece que para julgar se há teimosia e obstinação em um homem, quer dizer, perseverança em uma profissão mesmo depois de ele ter conhecido a falsidade, ou desígnio formal, de modo algum deve-se não aplicar seu espírito às razões que o combatem, pelo medo de conhecer a falsidade que se quer não conhecer no caso em que ela seja, é preciso ser escrutador dos corações, e o próprio Deus; porque é uma pretensão extravagante dizer que alguém não persevera em sua religião, após muitas conferências dos missionários, que porque não se quer aplicar as forças de seu espírito à consideração dos argumentos desses missionários, por medo de os achar sólidos; ou porque os considerando sólidos e convincentes, ache melhor trair sua consciência, que dar aos conversores a satisfação de ir ao fim de sua empresa; essa pretensão, afirmo, é extravagante, já que existem tantas outras razões mais prováveis de pensar que os argumentos dos missionários não pareceram de modo algum evidentes, por causa do pouco espírito, ou dos preconceitos involuntários daqueles que quiseram converter. Eu digo e repito; não há, como Deus, quem conheça a medida dos espíritos, e os graus da luz que lhe bastam, essa medida de suficiência varia ao infinito, ou ao menos incomparavelmente mais que a medida dos alimentos suficientes. A porção das carnes que basta a um homem, se encontra ou muito grande ou muito pequena para um outro; mas isso não varia de modo algum entre termos também simples que aqueles que concernem os graus de clareza suficientes para a convicção de um tal ou tal, etc.

O único meio que resta de convencer um homem da obstinação é dizer, em geral, que toda recusa de compreender a verdade suficientemente explicada, é uma obstinação inteiramente pura; mas como fazer a aplicação desta definição? Não seria recair nas duas disputas inesgotáveis; a primeira sobre o fundo das desavenças; porque cada partido pretende ter a verdade de seu lado; de sorte que tendo que convir que seja obstinação segundo essa definição, exigirá que lhe prove que isso que se recusa a acreditar é verdadeiro, e quando é que se verá o fim disso? A segunda é sobre a suficiência da explicação; porque ninguém tendo uma ideia distinta dos espíritos, não da sua própria, é também absurdo dizer que uma certa explicação é suficiente para a convicção de uma tal alma, como dizer que uma tal porção de carne basta para os animais que estão no mundo da lua, que não conhecemos de modo algum. Acredita-se, por palavras obscuras, que é a mesma coisa que dizer:

*A razão do mais forte é sempre a melhor!* [La Fontaine]

*Eu tenho direito porque me chamo leão;* é o que é reduzir os homens à ridícula controvérsia de

se dizer reciprocamente, *tu és obstinado porque eu sustento a verdade*, sem que nenhuma regra comum nos possa vir tirar desse jogo de palavras e deste combate de crianças que lançam e relançam a mesma pedra, deste jogo de péla onde a mesma bola vai e volta incessantemente. Eis onde nós estamos, segundo os belos princípios desses senhores, sem nenhum meio de discernir a constância da obstinação senão pela petição de princípio e porque nos apraz dar belos nomes ao que nos cabe e nomes infames ao que convém aos outros.

## CAPÍTULO II

*Segunda objeção. Torna-se odioso o sentido literal julgando vias de Deus pelas vias dos homens, ainda que os homens estejam em estado de mal julgar quando agem por paixão, não se segue que Deus não faça sua obra a esse respeito pelos êxitos admiráveis de sua providência. Falsidade desse pensamento, e quais são os efeitos ordinários das perseguições.*

Tendo que passar a objeções mais consideráveis, responderei a uma instância que podem me fazer, sobre o que eu disse que nosso Senhor teria mal adaptado os meios aos fins, se quisesse que alguém excitasse as paixões na alma, a fim de lhe fazer discernir a boa religião da falsa. Dir-me-ão que se um homem a empregasse assim, faria muito mal, mas que as vias de Deus não sendo nossas vias, Jesus Cristo pôde muito bem agir dessa maneira; que quando quis curar um cego, fez uma coisa que pareceria cegá-lo, se não tivesse o sido antes; que, entretanto, ele lhe deu a via por um meio que parecesse tão mal apropriado. Por que ele não poderia empregar a assistência de seu espírito a um exame que se fizesse de duas religiões, durante as tempestades das esperanças e das crenças humanas? Respondamos a esta chicana.

Em primeiro lugar eu observo que esta proposição, *as vias de Deus não são nossas vias*, não pode ter este sentido geral, *jamais Deus não faz coisas pelos meios pelos quais os homens as fazem*, pois há cem exemplos onde se serve dos mesmos meios que os homens; não se pode nada concluir de favorável para a inteligência particular dessas palavras, *Force-os a entrar*, a menos que não se mostre de outra parte e por provas próprias, que se deve entendê-las no sentido literal, e que não há de modo algum consequências absurdas que nos impeçam de entendê-las. Se fosse uma vez provado claramente que Jesus Cristo nos ordena o constrangimento, então eu confesso que poder-se-ia justificar esse comando pela eminência suprema dos direitos de Deus, que lhe fez tomar algumas vezes rotas contrárias às quais nós tomamos; mas enquanto se disputar contra o sentido literal dessa passagem por razões inomináveis, tiradas do espírito universal do Evangelho, e querer recorrer à máxima, *as vias de Deus não são nossas vias*, isso é, na verdade, disparatar, e o que é pior, lançar todos os conhecimentos humanos e mesmo a revelação divina no pirronismo mais detestável. Porque não há de modo algum texto da Escritura para o qual, neste caso, não se possa dar um sentido inteiramente oposto às palavras; eu diria, por exemplo, que quando Jesus Cristo nos promete que recompensará nossas boas obras no céu, ele quer dizer que condenará aqueles que farão boas obras; porque as vias de

Deus não sendo as nossas, não deve falar como nós, mas entender as palavras em um sentido inteiramente contrário àquele que nós lhe damos; e assim não se poderia nada provar pela Escritura, nem mesmo pela razão, do mesmo modo que alguém diria que os princípios do raciocínio que seriam regras do verdadeiro e do falso, se um pai lhes desse a seu filho, não devem de modo algum ser vindas de Deus, que deve tomar a contrapartida do homem em todas as coisas. Afastemo-nos então daqui estas extravagâncias que nos objetam.

Em segundo lugar, eu digo que o exemplo do aviltamento empregado em restituir os olhos, encerra duas diferenças essenciais; uma, que é um fato particular de Jesus Cristo que nós não lemos que nem ele, nem seus apóstolos tivessem jamais reiterado, ao invés de a ordem de constranger ser concebida em termos universais; a outra, que a matéria não tendo nenhuma repugnância nem a esse movimento, nem àquele, nem a essa figura, nem a uma outra, pode servir muito comodamente entre as mãos de Deus à toda sorte de efeitos; mas a alma do homem se conduzindo pela razão, e por uma certa gradação de pensamento, a ordem quer que Deus se acomode a essa gradação; de sorte que se ocorre que as paixões sejam seguidas de trevas no entendimento, e de precipitação na vontade, Deus fará universalmente a via de desenredar a verdade da falsidade, dessas trevas do entendimento e da precipitação da vontade.

Quer-se exemplos infinitos da conformidade das vias de Deus, com as vias do homem, quando não se lê o Evangelho; do mesmo modo versículos que quase se lerá serão provas, já que é certo que Deus aí fala como faria um preceptor que instruisse discípulos. Um preceptor fala, e se serve de termos usados no país, ou conhecidos de seus auditores; eis as vias do homem quando doutrina. Não são também aquelas de Deus? Não fala ele a linguagem daqueles aos quais se dirige, e não dá muito frequentemente aos termos o mesmo sentido que lhe dão em toda parte? Mas eis exemplos que estão mais ainda de acordo com nosso assunto.

Quando Deus converteu os pagãos, é certo que empregou instrumentos inteiramente diversos daqueles que os homens teriam empregado para uma obra semelhante; mas, contudo, houve muitas maneiras humanas; porque a instrução de viva voz e por escrito, as censuras, as disputas, e semelhantes outras coisas com que os homens se instruem uns aos outros, aí são constantemente ocorridas, e não se tem de modo algum exemplo que algum povo seja convertido sem a via da pregação, não mais que não se tem de modo algum exemplo que um escolar que jamais ouviu falar de Platão, acredite inteiramente no que está em Platão. A ordem natural e humana é que um homem aprenda o que se disse de Platão ou lendo-o ou escutando aqueles que o sabem. Deus se serve igualmente desse meio, que é inesperado que nenhum homem teria sabido que existiu um Jesus Cristo senão que pela leitura do Evangelho, ou pelo testemunho de um outro homem. Não esperando que os povos da terra Austrália se façam cristãos, antes que predicadores cristãos lhes quisessem anunciar o Evangelho. Eu digo mais, que após o Santo Espírito ter convertido um homem ao cristianismo ele o acomoda



a seu temperamento, de onde vêm que os sinais desse temperamento se encontrem nas ações piedosas desse homem; prova evidente de que Deus não confunde a ordem estabelecida pela união da alma e do corpo, quando se trata de coisas de religião. Como então esta lei geral da união da alma e do corpo põe uma tal gradação entre os pensamentos da alma, que a crença de um mal temporal é seguida de uma perturbação que ofusca as luzes do juízo, que atravessa o uso do livre arbítrio, e faz pender a alma para o lado que lhe promete de a livrar desse mal; (eu digo o mesmo das outras paixões) é preciso crer que Deus não vai contra o fio desta cadeia natural de pensamentos, e eu não duvido mesmo que quando converte um pecador extraordinariamente, como converteu são Paulo, não entra na corrente dessa cadeia por qualquer lado, e que não a segue depois segundo sua progressão natural. Sei bem que se serve dessas paixões para nos levar a ele, para nos desprender do mundo: mas é de tal sorte que nos defende de fazer a nosso próximo o mal do qual sua providência se servirá para a salvação de nosso próximo. Por exemplo, não há, de modo algum, dúvida de que Deus não se possa servir, para converter um jovem aturdido, de uma ferida que o estropiara, de um roubo que o reduzira à esmola, de uma calúnia que o arruinara a reputação, e que o constrangera de se confinar em um retiro, onde não sonhara mais que as coisas do céu; mas esses bons usos que Deus sabe tirar dessas desgraças, não impedem que aquele que estropia, que rouba, que calunia esse homem, não cometa um grande pecado. Assim, quando eu concordei que as perseguições determinariam muitos perseguidos a examinarem sua religião, e a renunciar para aceitar a verdadeira, não deixaria de ser verdadeiro que elas seriam criminosas, e por consequência proibidas por Deus, bem longe de serem comandadas nas palavras *Force-os a entrar*. Esta observação me parece a única decisiva; porque já que o roubo, as mutilações, as calúnias, os aprisionamentos, e outros procedimentos semelhantes, seriam criminosos se alguém se servisse contra esses jovens devassos, que não violam de modo algum as leis do Estado, nem os costumes municipais, nem são castigados por nenhuma pena pelos magistrados; pois, digo, que esses procedimentos seriam criminosos, ainda que Deus pudesse tirar a correção dessas jovens pessoas, é necessário dizer também que os soberanos são muito criminosos quando arruinam um homem de outra religião, que o fazem bater, que os aprisionam, que os atormentam de mil maneiras, ainda que Deus possa se servir desses males para esclarecer esse homem, pelas secretas forças e incompreensíveis destrezas de sua graça. Por onde se vê a ilusão grosseira dos perseguidores que creem se desculpar de todas suas injustiças, supondo que Deus avulta para iluminar os errantes. Mas não avultaria ele do mesmo modo injustiças que fariam a um jogador, a um impudico, a um bêbado? De onde vem então que eles não creem que seja permitido enviar-lhe cinquenta dragões, de lhe arrancar seus bens, sua mulher, seus filhos, de lhe subornar falsas testemunhas, de o difamar de uma ignomínia pública? Não é a causa de que nós temos uma lei de Deus que nos prescreve certas ações, sem nos permitir fazer outras, sob pretexto que Deus tiraria a manifestação de sua glória e a salvação dos predestinados? E por que eles não dizem a mesma coisa no tocante às violências

perseguidoras?

Que será precisamente se digo em terceiro lugar, que bem longe que Deus se sirva frequentemente das perseguições, para fazer conhecer a verdadeira religião aos perseguidos, a experiência nos ensine que elas não são de nenhum uso em relação à conversão à verdadeira fé; isso que deve convencer que Deus não estabeleceu as violências como causa ocasional de sua graça. É isso que os perseguidores deveriam supor, para que a segunda objeção valesse alguma coisa: eles deveriam dizer que as violências consideradas nelas mesmas, e segundo sua natureza, são injustas e proibidas por Deus; mas como a água do batismo, incapaz por sua natureza de nos santificar, foi elevada pela instituição de Deus à qualidade de causa moral, ou ocasional pelo menos, da regeneração; do mesmo modo as violências foram elevadas, pela vontade de Deus, à qualidade de causas instrumentais e ocasionais da iluminação dos heréticos; sendo assim, elas seriam uma espécie de sacramento, e pela virtude destas palavras sacramentais, *Force-os a entrar*, elas seriam transubstanciadas ou transelementadas em ação totalmente santa e totalmente divina, de injustas que eram antes.

Sobre isso, tenho a dizer duas ou três coisas; primeiramente, que não parece possível que uma ação contrária à equidade natural, à lei e ao Evangelho, infame por sua baixez interna e pelo interdito de Deus, seja escolhida por Jesus Cristo como o instrumento de salvação dos homens, aplicada e executada por esses mesmos homens a que ela foi proibida. Se fosse um ser indiferente de sua natureza como é a água, que moralmente falando não é boa, nem má, eu não falaria assim. Eu digo em segundo lugar que se uma tal ação tivesse sido escolhida por Deus para a causa instrumental da iluminação dos errantes, necessitar-se-ia que Deus revelasse da maneira mais expressa do mundo, a mais isenta de equívoco, e a menos sujeita à dificuldade; era preciso que prevenisse sobre isso nossas dúvidas, esclarecido nossos escrúpulos, e conciliado todas as contradições aparentes que estivessem entre essa conduta e o espírito de todo o Evangelho. Ora, bem longe de ter usado uma tal revelação, que só se encontra em um pequeno versículo fazendo parte de uma parábola, na qual se vê este termo *constrangimento*, termo que em cem outras ocasiões significa as solitudes da civilidade e da honestidade que se testemunha de uma pessoa, para obrigar, por exemplo, a permanecer a jantar: e esse versículo sendo atribuído somente ao pai de família, não é de modo algum aplicado declaradamente ao constrangimento que precisaria fazer aos não-cristãos; aplicação que foi bem necessária em um caso tão afastado do gênio de Jesus Cristo e de sua doutrina divina. Enfim, eu digo que a experiência contínua de todos os séculos nos tem domesticado, que as violências em matéria de religião não são, de modo algum, tiradas de seu estado natural, por elas produzem os mesmos efeitos nisso que em qualquer outra coisa.

Suponhamos por um momento que a Igreja romana seja a verdadeira igreja, e vejamos as séries de suas violências, e as comparemos com as séries de violências exercidas por outras religiões; ver-se-á que são sempre, talvez, as mesmas séries. Enquanto o rei da França não faz mais do que inquietar seus súditos da religião, publicar ordens que diminuam seus pri-

vilégios, e que os privam de muitas comodidades, ameaçar dos mais rudes tratamentos se alguém persistisse na heresia; o que aconteceu senão que os protestantes, à exceção de um pequeno número, se tornaram mais zelosos pela sua religião do que o eram antes? Eram jejuns contínuos, humilhações extraordinárias, apologias do luxo; era a coisa do mundo que lhe viesse o menos no espírito, que de crer que Deus os castigasse; porque eles estavam em uma falsa religião; porque, ao contrário, eles atribuíam eternamente, em suas predicções e em seus sérios discursos, os males que lhe fizessem e que quisessem lhe fazer, à negligência que tiveram para sua religião, ao desprezo com as assembleias, ao seu nojo pelas verdades que seus ministros lhes anunciavam, e acrescentavam que o verdadeiro meio de dissuadir essas desgraças, era de apaziguar a cólera de Deus por uma boa vida, e por uma forte devoção, segundo a fé protestante. Isso é bem afastado do que pretendem os conversores, que as violências desiludem um homem de suas heresias. Eu digo, bem persuadido, que se um príncipe protestante tivesse tratado seus súditos romanos, da mesma maneira que o rei da França tem tratado seus súditos protestantes, tivessem semelhantemente feito orações extraordinárias para apaziguar Deus e os santos, que eles teriam acreditado em cólera contra seu pouco de devoção, e que seriam tornados ainda mais papistas do que antes. Os turcos tornarse-iam em semelhante caso mais obstinados no maometismo, os judeus no judaísmo e assim em diante.

Consideremos agora isso que se chegou, quando o rei da França soltou o freio de seus dragões, e reduziu seus súditos protestantes à dura necessidade, ou de se fazer a missa, ou de arrastar sua vida em uma longa e quase infinita concatenação de miséria. Eles sucumbiram a quase toda tentativa; uns permanecem muito persuadidos de que sua religião era boa, e que a romana era detestável; os outros se lançam pouco a pouco na indiferença das religiões, e se persuadem que salvar-se-iam em uma falsa religião, não aderindo de modo algum de coração a seus falsos cultos. Aqueles que fazem os devotos e mesmo os perseguidores são ainda piores; porque a maior parte só age por vaidade e avareza; não querem que se suspeite de terem mudado sem persuasão, e aspiram às pensões e aos benefícios, e isso significa em bom francês que só creem em Deus por benefício do inventário. Esses séquitos são muito maus; e bem longe de iluminar uma alma, eles a põem em uma condição pior do que a precedente, supondo que a precedente fosse uma heresia de boa fé. Não se pode negar isso que supponho das disposições dos caídos, já que se vê tão pouco os que chegam à missa de bom grado, e que é preciso fazer a vigilância mais exata do mundo em todos os portos e fronteiras para impedir que eles não se salvem, e que é preciso dar ordens terríveis contra aqueles que se recusam a comungar sendo doentes; e que todos os dias é necessário arrastar os cadáveres sobre sebes às vias. Não é preciso de modo algum duvidar que um príncipe protestante que tivesse a mesma conduta, não produzisse com seus dragões os mesmos efeitos; a maior parte assinaria o papel que lhe fosse ofertado, mas com mais horror para o calvinismo que eles não teriam antes, ou com sementes de deísmo. Muitos esperaríamos se salvar, mediante as invoca-

ções domésticas da Virgem, e imagens de bolso, e confissões e comunhões clandestinas por padres travestidos; muito poucos teriam sido iluminados; e assim supondo presentemente que a religião protestante seja a verdadeira, as perseguições não lhe serviriam de nada, em relação a conversões sinceras e a uma propagação legítima. As perseguições feitas a turcos, a judeus, a pagãos, ou por eles a outros, não produzem, de modo algum, outra coisa: hipocrisia, e irreligiões, e nada mais. Talvez Deus não permita que os infiéis façam progressos pelas violências. Mas nada é mais refutado pela história. Plínio escreve a seu imperador, que muitos cristãos citados tendo logo confessado que eram cristãos, o negaram depois, confessando que já foram, mas que não eram mais. Ele acrescenta que a religião pagã que tinha sido como abandonada na Bithynie, retomava coragem: o que mostra que o medo do castigo fez apostasiar muito do mundo. Sob o imperador Décio era uma coisa pavorosa como a multidão de cristãos que sucumbiram. É preciso ler sobre são Cipriano. Sabe-se como povos Sarracenos, sectários de Maomé, foram arrancados pela violência à fé cristã. Concluimos então que o constrangimento não foi de modo algum tirado de sua ordem natural, que é ou de firmar as pessoas em suas opiniões, ou de as engajar a dissimulá-las pela crença, pela vaidade, pela ambição; convençamos nossos adversários pelas suas próprias máximas.

Não dizem eles que a severidade de nosso Henrique VIII foi a causa de a maior parte de seus súditos renunciarem à primazia do papa? Não dizem eles que sob o rei Eduardo não se introduziria na Inglaterra a pretensa reforma, se se não empregasse a autoridade do braço secular contra o catolicismo? Não dizem eles que após a rainha Maria ter tão bem restabelecido a Igreja Romana em seu reino, Elisabeth não teria perdoado a heresia, se ela não tivesse usado do constrangimento, e não tivesse promulgado editos muito severos, e leis penais contra aqueles que permanecessem papistas? Não creem eles ainda, como parece pela interpretação favorável que procuram dar às maquinações de Colleman, contidas em suas próprias cartas, que seria permitido publicamente o livre exercício do papismo, e que se se anulasse as leis penais, o reino converter-se-ia em breve? Não dizem eles, para mostrar que a religião protestante não é de modo algum verdadeira, que ela é estabelecida pelas armas e pela força? Não se quer de modo algum disputar aqui tais fatos. Contentam-se em concluir que confessam que o constrangimento, e que a ameaça das penas, produzem o mesmo efeito contra a boa religião, como contra a falsa; e assim isso seria uma extrema impertinência de supor que Deus não acompanhe de sua graça o constrangimento que se faz aos heréticos; porque, se assim fosse, o destino dos ortodoxos perseguidos não seria semelhante ao dos heréticos perseguidos; e seguir-se-ia mesmo esse absurdo, de que os ortodoxos perseguidos seriam abandonados por Deus, e que, ao contrário, os heréticos seriam amados. De sorte que enquanto de um lado a perseguição expulsasse do lugar as ovelhas que aí tivessem nascido e crescido, ela aí faria entrar de outro, os estrangeiros. Os êxitos do constrangimento maometano deveriam confundir nossos miseráveis conversores.

Mas quando não se considerasse as séries de perseguições de cristão a cristão, aí se encon-

traria bastante do que se convencer de que Deus não as pôde estabelecer como causa ocasional da graça iluminadora. Eis a razão. Se tivesse feito isso pela eficácia destas palavras *Force-os a entrar*, cada seita cristã que compreendesse a intenção do filho de Deus, e que tivesse bastante zelo para a seguir, perseguiria as outras com esperança que Deus os convertesse por esse instrumento; e assim Deus seria causa e o instrumento da graça seria empregado muito mais frequentemente em favor da falsidade do que em favor da verdade, sem que se pudesse, isso parece, censurar aos heréticos o abuso que fariam das perseguições; porque como não é um pecado a um herético dar esmola, obedecendo ao comando que Deus fez em sua Escritura, não seria um pecado a ele de constranger obedecendo ao comando que Jesus Cristo teria feito. E que não me digam que esse comando não é feito para avançar os desenvolvimentos do erro, mas os da verdade, e que assim um herético que execute a ordem que Jesus Cristo deu na parábola, comete um crime; porque por isso mesmo se provaria que um herético faz muito mal de dar esmola a seus confrades, já que lhes dando esmola, os impede de recorrerem aos diaconatos dos ortodoxos que os converteriam, não lhe dando pão somente sob essa condição. Isso seria também um pecado como orar a Deus de todo seu coração e de ser virtuoso em uma sociedade herética, porque o zelo que se testemunha nisso, e a boa vida que se leva, avançam os desenvolvimentos do erro; de sorte que todos os deveres seriam confundidos, e os mandamentos do Evangelho endereçados a todos os cristãos, não olhariam como os ortodoxos, e para os outros faria muito mal de aí obedecer. Quem teve alguma vez ideias mais monstruosas de moral que esta?

Se pudesse aí ter murmúrios plausíveis contra a muito sábia e muito adorável providência de Deus seria uma certeza ser mau que Deus permita que aqueles da verdadeira religião sejam expostos a tentações, também difíceis de sustentar como o são os tormentos e os suplícios; porque existem bem poucas almas que estejam à prova disso, e que para se livrar da dor não trairiam sua consciência. Autoriza-se no curso da justiça criminal o uso da tortura; mas todo o mundo não o aprova, porque a dor que se faz sofrer um acusado, o obriga a se acusar de um crime que não cometeu, e a injuriar inocentes que se suspeita, e contra os quais se deseja sua deposição. Montaigne<sup>21</sup> é muito judicioso sobre isso: *É uma perigosa invenção, diz ele, a das torturas, e parece que seja antes um ensaio de paciência do que de verdade; e aquele que as podem sofrer esconde a verdade, e também aquele que não as pode sofrer. Por que a dor me fará antes confessar o que é, do que me forçará a dizer o que não é? E, contrariamente, se aquele que não fez o que se acusa, é bastante paciente para suportar esses tormentos, por que não o será aquele que fez uma tão bela recompensa como da vida lhe sendo proposta... para dizer a verdade, é um meio pleno de incerteza e de perigo. Que não diriam; que não fariam para fugir de tão graves dores? Etiam innocentes cogit mentiri dolor: De onde advém que aquele que julga torturou para não o fazer morrer inocente, ele o faz morrer e inocente, e torturado.* Eis na verdade os efeitos mais ordinários das cruéis dores que se faz sofrer a um homem que alguém tira os membros. Quer que diga que não crê no que

<sup>21</sup> *Ensaíos*, I. 2.

crê, que não é cristão ainda que o seja efetivamente? Ele dirá sucumbindo à dor que não é cristão. Quer que ele diga que crê no que ele não crê, que é bom papista ainda que seja bom calvinista ou bom luterano, ou que é bom calvinista ainda que na alma seja bom papista? Ele o dirá não podendo suportar o mal que o oprime, e vendo que sua dissimulação e sua mentira o livrarão imediatamente da opressão. O senhor de Cinq-Mars decapitado em Lyon, por conspiração contra o cardeal de Richelieu, morreu com muita perseverança, e testemunha um grande desprezo pela vida; mas ao mesmo tempo testemunha um tal medo da tortura, que é muito provável que se a ele fosse dada, ele confessaria o que queriam, e as coisas mesmo as mais contrárias às ideias que lhe eram as mais queridas de honra e reputação.

Ora, se essa é uma coisa que a razão tem alguma pena de digerir, que mesmo que Deus ordenasse, unindo nossa alma com nosso corpo, que ela fosse sensível à dor, quando esse corpo é abalado de uma certa maneira, permite que nosso corpo seja submetido à cólera dos perseguidores que nos fazem sentir as dores mais cruéis, em tal condição que eles nos deixarão em paz, e nos encherão de bens, dado que nós quiséssemos dizer que cremos no contrário do que acreditávamos antes; se, digo, fosse preciso que o próprio Jesus Cristo ordenasse que se expusessem homens a esses sofrimentos e sob essa condição? Não vejo nada que se possa dizer de racional, para acalmar os murmúrios de um homem que rejeitasse toda religião, ao lugar que, supondo que a ordem e a vontade de Deus declarada aos homens é a de que não façam nenhum mal a seu próximo, se compreende que pode, contudo, não os forçar a fazer o bem, quando sua vontade se conduz ao mal. De onde se segue que pode permitir que se conduzam às perseguições, que caso sustente seus filhos de sua santa graça, ou os deixe sucumbir para os elevar mais gloriosamente pelo arrependimento.

Isso que eu disse da tortura se deve aplicar, conservando o mais e o menos, a toda outra prova, como aquelas onde os franceses viessem a ser expostos, batidos ou explorados pelos dragões, e encerrados em uma tal angústia, que só veriam calabouços, e misérias sobre misérias, no caso em que eles dissessem abertamente o que eles teriam no coração. Houve províncias, dirão, onde se proibiu aos moleiros e aos padeiros de moer trigo para os novos convertidos, e de lhes vender pão, se não portassem um certificado de catolicismo. Eram então reduzidos, não podendo sair do país sem ir remar toda sua vida no caso que fossem pilhados, ou a morrer de fome, eles e seus filhos, ou a comungar. Todo homem de bom senso confessará que a fome que uma mãe sofre, e que ela vê sofrer seus filhos, é uma tentação que não é muito menor que a tortura, e, para muitos, mais rude que uma tortura, de onde se alguém sai sem ter nada confessado, se é assegurado que estará fora de tribunal e de processo.

Mas é inacreditável que Jesus Cristo tenha ordenado as perseguições, porque as tendo ordenado, seria causa imediata do mal que os heréticos fariam sofrer aos ortodoxos, e mediato das hipocrisias onde aqueles precipitar-se-iam, da mesma maneira que é causa imediata das esmolas que os heréticos dão a seu próximo para obedecer ao Evangelho, e mediato das consequências naturais que têm essas esmolas; se, digo, isso é inacreditável por essa razão,

não é menos por aquela, é que, tendo em todas as seitas pessoas intrépidas, corajosas, e fortemente persuadidas de sua religião, elas são todas mártires quando alguém as persegue? Ora, esses mártires são o meio mais seguro que se possa ver de manter uma religião; porque eles firmariam seus confrades na persuasão que creem ser a verdade. Assim, se Jesus Cristo comandasse o constrangimento, teria ele mesmo posto obstáculos aos progressos da verdade, porque a inflexibilidade de alguns errantes, e sua coragem em morrer por seus erros, teria persuadido mais firmemente todos os outros. Um historiador<sup>22</sup> francês disse muito judiciosamente, que o mártir d'Anne du Bourg *corrompe mais pessoas do que não teriam feito cem ministros com seus sermões*. Sei bem que dizem que isso não é o suplício, mas a causa que faz o mártir. Mas que faz tudo isso? Não é de modo algum uma questão de nome, ou petição de princípio? E sem contar que a alegria intrépida com a qual se vê morrer um homem por sua religião, pode ter um efeito retroativo sobre seus dogmas, para persuadir aqueles que os creem muito falsos, não tendo muitas razões mais próprias a tocar um povo como esses espetáculos e essas provas de sentimento; sem, digo, contar isso, não é menos incontestável que aqueles que são da mesma religião como aquele que morre por ela, o têm por um verdadeiro mártir, persuadidos que são mortos por uma boa causa? Nós estamos em relação ao mártir na mesma puerilidade como em relação a mil outras coisas; nós criamos caso sobre coisas; cada seita quer que aqueles que morrem por ela sejam os únicos dignos do nome de mártir. Não se pode, isso me parece, desejar que a pretensa instituição das violências como causa ocasional da graça, seja mais solidamente refutada. Assim, eu passo a uma nova objeção.

---

<sup>22</sup> Mézerai, *Compêndio cronológico*, tomo VI, p. m. 413.

## CAPÍTULO III

*Terceira objeção. Alguém excede maldosamente as coisas, fazendo parecer o constrangimento mandado por Jesus Cristo sob a imagem de pranchas, de rodas e de patíbulos, ao invés de falar somente de ameaças, exílios e outras pequenas incomodidades. Absurdo desta desculpa, e que, suposto o sentido literal, o último suplício é mais racional que as maneiras trapaceiras, e que as pilhérias e os cativoiros dos quais se serviram na França.*

Vossa disputa, dir-me-ão, é repleta de má fé, porque vós supondes eternamente que para obedecer ao preceito, *Force-os a entrar*, é preciso guarnecer potências em todas as ruas e inventar os suplícios mais esquisitos; não é assim que entendemos: queremos que o príncipe em que reside legitimamente o poder de fazer leis, diferencie por seus favores aqueles que seguem sua religião, e não faça de modo algum graças aos outros; que o denuncie mesmo que eles se recusem obstinadamente a se fazer instruir, será constrangimento malgrado ele os calar, os carregar de muitos trabalhos, de morar com eles suas tropas, etc.

Respondo primeiramente que se pôde ver que não tomei por modelo as execuções mais odiosas e as mais revoltantes no julgamento de todo o mundo, e que a maior parte do tempo eu refleti somente segundo a perseguição que nossos adversários fazem passar pela mais doce de todas, a saber, a última da França. Em segundo lugar, que eu teria o direito de me regradar sobre o que se pratica atualmente em todo país da inquisição, e sobre o que os príncipes católicos têm feito por instigação do papa e de seus partidários, em muitos encontros, como nesse país sob o reino de Maria, e na França sob o poder de François I e Henrique II. Eram então patíbulos e fogueiras, não se pode negar.

Mas eis a minha mais forte resposta; é que o pretense constrangimento mandado por Jesus Cristo podendo se executar somente por ações que seriam más, no caso que a ordem de Jesus Cristo e a utilidade pública da Igreja não as retificasse, se segue que para julgar se uma certa espécie de constrangimento é injusta, é necessário levar em conta duas coisas: primeiramente se ela é proibida por Deus, em segundo lugar se ela é mal apropriada a procurar o bem da Igreja; e posto o caso que ela não seja nem uma nem outra, se segue, evidentemente, nos princípios que eu combato, que ela é justa. Se então as rodas e os suplícios mais horrendos não se encontrem, segundo os princípios, nem em um nem em outro desses dois casos, se segue que alguém os emprega muito justamente contra os sectários. Ora, é fácil provar que não se encontram nem em um nem no outro.



Não me podem dizer que são proibidas por Deus; porque dizendo isso, seria preciso dizer por uma consequência necessária, que as outras maneiras de constrangimento, as ameaças, os exílios, as prisões, os alojamentos de soldados, não são de modo algum permitidos por Deus para forçar a entrar na boa religião. É evidente que são coisas proibidas e muito criminais em outras ocasiões; mas esses senhores pretendem que no caso de constrangimento de religião, elas se tornam permitidas, mandadas e boas; e assim a razão geral que Deus proibiu o assassinio e ordenou aos soberanos de não punir os inocentes, não pode provar que proibira de fazer queimar os heréticos, pois que essa razão não saberia prová-lo, que não se seguiria manifestamente que Deus proibiu aprisionar os heréticos e os reduzir à esmola, sendo evidente que Deus proibiu aos soberanos, não somente de fazer morrer os inocentes, mas também de os maltratar ou de privá-los de seu patrimônio. Se então a proibição geral de maltratar os inocentes torna-se nula, em relação aos heréticos que se quer constranger de vir à boa religião, é necessário que a proibição de fazer morrer os inocentes se torne também nula, em relação a esses mesmos heréticos, a menos que o próprio Deus não regre as exceções que fez à sua lei, quando manda forçar a entrar. Mas é notório que não fez nenhuma, já que disse simplesmente e absolutamente, *Force-os a entrar*. Não há então, de modo algum, razão que permita, obedecendo a essa ordem, de desobedecer àquela de roubar de modo algum, que permita também de desobedecer a de não matar de modo algum. A ordem de constranger é geral: é preciso então, ou que não derogue nenhum dos preceitos da segunda tábua do decálogo ou que derogue a todos; e jamais provar-se-á que dispensa disso se conformar a um, que não se conclua que dispense de se conformar aos outros. Eu o disse em um outro lugar, já que Deus nada particularizando sobre as espécies de constrangimento, deixou ao franco arbítrio de cada um a escolha dos constrangimentos que julgasse os mais próprios; e assim não se pode dizer que as rodas e os patíbulos receberam a exclusão.

Dir-me-ão talvez que a analogia da fé nos faz comodamente discernir os constrangimentos que Jesus Cristo não permitiu de modo algum, e como o espírito de seu Evangelho é a doçura e a paciência, é preciso julgar, segundo as luzes do bom senso, que quando Jesus Cristo nos dispensa dessa doçura, quer que nos conservemos o mais que nos seja possível, e que nós nos afastemos desses suplícios horrendos que inspiram a crueldade. É, isso me parece, o que se pode me objetar de mais racional ainda que não o seja muito.

Porque se precisasse pôr os limites do constrangimento segundo a analogia do espírito evangélico, não ir-se-ia nunca mais longe que as exortações vivas e insistentes, que a representação no tempo e fora do tempo das promessas de uma vida por vir, e das penas do inferno, ou no máximo como uma diminuição de privilégios, quando se veria algum abuso da maior liberdade. Não crer-se-ia jamais permitido se separar da doçura evangélica, inclusive ao ponto de separar os maridos das mulheres, os pais e as mães de seus filhos, de os expor à pilhéria da soldadesca, de os enterrarem nos calabouços, e de lhes tirar seus meios de subsistir. E ainda que tivesse menos crueldade e ferocidade nisso em certo sentido, como fazer

submeter um homem untado de matérias combustíveis para o fazer servir de lanterna, ou como assá-lo no touro de Phalaris, é certo que há bastante de inumanidade e de injustiça na outra espécie de constrangimento, para poder dizer que Jesus Cristo não a permita. De outro modo, poder-se-ia dizer que ele proíbe somente os crimes maiores, mas não os menores, no lugar de proibir inclusive as menores injustiças e humanidades. Se se diz que é por caridade que se faz assim atormentar um homem pelos dragões, que é a fim de o salvar como pelo fogo, não vê que isso se aplicará aos suplícios mais cruéis? Por que impedirá de responder que aí se condenam os heréticos por um excesso de caridade muito cristã; seja a fim de que o temor dos tormentos os obrigue a se converter, seja a fim de que o exemplo de alguns atormentados de uma maneira rara faça medo a toda a seita? Mas é sobre o que vamos falar mais amplamente, já que é bastante ter mostrado a primeira das duas coisas que supus; a saber, que, segundo o sentido literal da parábola, não se pode dizer que os suplícios mais horrendos tivessem sido proibidos aos fiéis para forçar a entrar os heréticos.

A outra coisa que supus é que esses suplícios não são mal apropriados a procurar o bem da Igreja, quer dizer, a aumentar o número daqueles que a professam. Por diversas considerações todo constrangimento aí é mal apropriado e bem apropriado; porque existem pessoas que se mantêm em suas opiniões, por causa do fato de que os chicaneiam a isso, e nas quais o sangue de um mártir, verdadeiro ou falso, cria maravilhosas impressões; mas há ainda muitas outras pessoas, geralmente falando, que fincam o pé e que sucumbem às perseguições de religião que lhes proporcionam. Não é bom estabelecer nisso regras, porque o efeito das perseguições varia segundo o tempo, os lugares, os hábitos daqueles que se persegue. Tudo o que se pode dizer, é o que parece, de mais certo, é que se uma medíocre perseguição pode aumentar uma Igreja, uma grande perseguição a aumentará ainda mais; é porque, entretanto, seria menos afastado da doçura evangélica perseguir pelas condenações, prisões, e quartéis de inverno dragonscos, do que perseguir com excesso e como Diocleciano, o que seria, contudo, tão bem contado, com o expediente de perseguir mais dessa segunda maneira do que da outra, porque o que teria de menos evangélico de um lado seria largamente compensado de outro, pela maior utilidade que rendesse à Igreja. Para melhor compreender isso, vejamos as utilidades que nossos conversores pretendem tirar de suas violências mitigadas, quer dizer, das prisões, dos exílios, da privação de bens e de obrigações, etc.

1. Dizem eles que isso obriga aqueles que adormecem em sua religião, e que não são a causa de seu nascimento, sem jamais ter examinado as razões dos dois partidos, a examinar seriamente sua religião e nesse exame encontrem a verdade.

Mas eu pergunto a toda pessoa racional se não se despertará melhor esses adormecidos, os ameaçando das galeras como os ameaçando de uma condenação; ameaçando-os de uma prisão perpétua, como ameaçando-os de colocá-los em um tronco; em uma palavra, ameaçando-os da roda, como ameaçando-os do exílio. Eu não penso que se possa me negar, e assim se ganha mais pelas perseguições muito violentas do que pelos meios menos violentos, em re-

lação a obrigar um preguiçoso que não é de sua religião como por hábito, a examinar porque o é.

2. Dizem eles, o temor da falta e de um pequeno sofrimento temporal leva a examinar sem preconceito as razões de seu partido: alguém se livra de um falso amor que se tem para a seita de nascimento, agitam-se os liames do hábito, quando se considera que será vantajoso se livrar do exame, bem desiludidos de nossas opiniões, e bem persuadidos de que a Igreja que nos ameaça é mais útil para o tempo como para a eternidade. Ora, essa feliz disposição faz entender que a Igreja é verdadeira.

Mas eu pergunto ainda a toda pessoa de juízo, se não é verdadeiro que se o medo de um pequeno sofrimento pode tirar o encanto do hábito e as forças dos preconceitos, e prevenir da afeição e de um desejo implícito pelo menos, que o que se crê falso seja julgado como verdade no exame que se vai fazer; eu pergunto, digo, se não é verdadeiro que o medo de um pequeno sofrimento podendo produzir esses efeitos, o temor das rodas, das fogueiras e das galeras, os produzirá ainda mais. Aqueles que tem um ressentimento humano contra os conversores, deveriam desejar que eles fossem capazes de tornarem bastante ridículos, para responder que não a uma tal pergunta.

3. Dizem eles que pelas ameaças de alguma privação de honras e bens, se faz que os heréticos ambiciosos e avaros abandonem seus erros, e se não os convertessem interiormente, mesmo pelo hábito de ir à missa a qual os obrigam, sempre se apoderam de seus filhos e toda sua posteridade.

Mas ainda um golpe não ganhará tudo isso, e muito mais seriamente, se se ameaça de morte todos os heréticos? Não vencerão melhor sua obstinação, quanto mais as penas que os ameaçara forem horrendas? Como pessoas resolveriam pagar uma grande condenação todos os anos, para se redimir indo à missa, do que não queriam se redimir pelo preço da vida? Assim, estará assegurado o ganho de um número maior de filhos, se se agravam as penas. Em uma palavra, não se tem que seguir a última perseguição, desde seus princípios inclusive até o fim, para ver que ela não produz seus efeitos de uma maneira considerável, que quando ela serve de alternativa ou de fazer morrer pessoas ao forno, a pequeno fogo, e nos calabouços, o jogo de uma tropa insolente de soldados, ou a assinar o formulário. Todas as chicanas precedentes não teriam compensado a pena de assinar, de selar e de registrar tantos decretos: precisou ou perder o fruto de seus trabalhos, ou reduzir a perseguição a termos que, a bem entender, são mais rigorosos que a morte. Eis então confirmado por um exemplo recente o que eu digo; a saber, que mais as perseguições são rudes, mas elas aumentam a comunhão perseguidora geralmente falando.

4. Dizem eles que se poupa à Igreja a censura de ter molhado suas mãos no sangue, quando se contenta das perseguições à moda de Luís XIV. Ora, poupar dessa censura não é um pequeno ganho, é um lucro tanto mais precioso, quer que se conserve em vida muitas pessoas, quer que se tornem pelo costume bons católicos.

Eu respondo primeiramente: que no caso da glória do cristianismo, é poupar pouca coisa lhe salvar da mais negra vergonha; porque para que isso seja bom, não é bastante não dar o extremo da malícia; é um grande mal para ele ser bem malfeitor, ainda que o possa ser ainda mais. Em segundo lugar: que os protestantes se queixam por seus escritos, que eles achariam melhor terem sido perseguidos ao modo de François I e de Diocleciano, do que ao modo de Luís XIV, e assim essas pretensas perseguições mitigadas não impediram que se tivesse do mesmo modo depreciado a Igreja gálica, como se ela tivesse molhado as mãos no sangue. Em terceiro lugar: que se é vantajoso de um lado deixar viver os heréticos sob a aparência de bons católicos, que eles se tornem algumas vezes, isso é, por outro lado, bem pernicioso, porque eles podendo instruir seus filhos na heresia, ao invés de tirarem os pais e as mães, se pode certificar de seus filhos. Em quarto lugar; que é por pura vaidade ou por política que não se faz morrer os heréticos, se contentando de os dragonear inclusive para que eles assinem. É o que se quer ao se gabar e fazer dizer em mil e mil insípidos panegíricos<sup>23</sup> e poesias, que tem mais feito sem os suplícios, do que todos seus ancestrais pelos suplícios. É o que se teme de perder pelos suplícios, como fizeram François I, Henrique II, Carlos IX, etc. Além de que se é bem cômodo de não perder um súdito, por motivos puramente humanos.

É a coisa mais deplorável do mundo ver os autores franceses disputarem contra os espanhóis sobre os serviços rendidos à Igreja católica. Os espanhóis se glorificam de sua Inquisição, e censuram aos franceses a tolerância dos calvinistas. Os franceses (eu falo daqueles que escreveram antes da última perseguição) respondem mil boas coisas e citam os antigos padres a perder de vista, para provar que não se precisa violentar a consciência, e falam contra os suplícios da Inquisição tão mal como os protestantes. Eles continuarão ainda, e censurarão os espanhóis, que suas fogueiras, e a crueldade de seus tribunais da Inquisição, fazem vergonha ao cristianismo, e que se é necessário perseguir, é necessário observar as medidas que são observadas na França. Espero viver o bastante para ver algum hábil espanhol mostrar o absurdo e o ridículo dessas objeções; porque, com efeito, se tem o mais belo dia do mundo em desprezar invectivas sangrentas que os escritores franceses dirigem contra a Inquisição espanhola, não que no fundo eles a condenassem por causa dela mesma, mas somente porque ela não foi estabelecida por eles; porque se eles o estabelecessem, em breve ver-se-ia cem panegíricos fixados nas esquinas das ruas. A verdade é que à exceção de alguns procedimentos na instrução dos processos, os quais não estão na ordem, nada pode ser mais ligado ao sentido literal das palavras *Force-os a entrar*, do que a Inquisição; nada pode ser mais justo nem mais louvável do que fazer morrer heréticos como fazem os espanhóis, supondo uma vez que Jesus Cristo manda forçar a entrar. Qual horror aí teria um dogma entre os cristãos, do qual, uma vez posto, se segue que a inquisição é o mais santo estabelecimento que jamais esteve sobre a terra!

Talvez a maior parte de meus leitores não terão meditado o bastante sobre essas coisas,

---

<sup>23</sup> Vide o *Discurso preliminar* no final.

para não concordar com tudo o que eu venho a dizer; mas ao menos eu estou seguro de que se convencerão disso que segue.

É que as mesmas razões que autorizam as cruzadas dragonas, e outros procedimentos à nova moda da França, podendo autorizar as perseguições por rodas e fogueiras, não se trata mais do que ver em quais tempos e em quais lugares a primeira espécie de constrangimento é preferível à segunda; após o que, para saber se a Inquisição da Espanha é melhor que as dragonarias da França, necessitar-se-ia saber qual das duas vias tem mais proporção com os objetos sobre os quais ela deve servir; porque dizer que a Inquisição faz morrer pessoas, e que a dragonaria se contenta em arruiná-las, é nada dizer. Os espanhóis terão logo respondido que eles têm trabalho com uma sorte de pessoas que só podem ser corrigidas pela queimadura, enquanto que os franceses têm trabalho com pessoas mais disciplináveis, e eis o processo terminado; cada um desses povos se serve dos meios que creem os mais próprios. Se ele faz mal, não significa que contrarie a ordem de Jesus Cristo; é somente por não ter bastante conhecimento do caráter espanhol, ou que conheça melhor o caráter francês. Ora, perante Deus é uma falta bem leve, ou uma virtude muito fina, ignorar mais ou menos o gênio de uma nação. E para isso que é do julgamento dos homens, os espanhóis não têm justamente nada a temer, já que se encontram fortemente no tribunal da Inquisição e que conservam a unidade até onde é possível, assim podem se glorificar de ter sabiamente apropriado os meios aos fins. Entretanto, sucederia que um príncipe que, para obedecer ao preceito, *Force-os a entrar*, escolhesse mal à propósito, como fez o duque de Albe nos Países Baixos, a via sangrenta dos suplícios, não teria muita dificuldade em se desculpar diante das pessoas justas; porque não teria como lhes dizer que não é preciso julgar coisas pelo acontecimento, e que bem frequentemente os meios que segundo a prudência humana são os mais próprios, tendo um estratagema muito ruim, poderia mesmo assegurar que o rei da Espanha encontrou nas maneiras do duque de Albe o verdadeiro meio de abolir a reforma dos Países Baixos, se tivesse a paciência de a deixar ainda continuar alguns anos; e há muito de provável, politicamente falando, que se fosse uma falta de Felipe enviar tal homem à Flandres, foi uma mais grosseira de retirá-lo de lá. Precisaria ou não o pôr em marcha, ou ver como ele acabaria a obra. Os conversores desse tempo menos desonestos, desejariam sem dúvida que alguma coisa de semelhante ao que um ilustre<sup>24</sup> romano desejou, no tocante à união de César com Pompeu. Uma infinidade de pessoas, e, sobretudo na França, têm criado e invectivam ainda todos os dias contra Carlos V, como se por não ter empregado suas forças rigorosamente contra o luteranismo, tivesse sido causa de seu estabelecimento na Alemanha, onde poderia perecer logo, dizem eles, se esse imperador fosse esmagado cedo. Assim se confessa ordinariamente que não é nada tão ordinariamente, para bem obedecer ao preceito da parábola, como chegar às extremas severidades.

<sup>24</sup> *Utinam Cn. Pompeii cum C. Cesare societatem aut nunquam coisses, aut nunquam diremisses.* Cícero, Felipe, II, 24. Tradução: "Satisfaça aos Deuses, Cn. Pompeu, que tu não tivesses jamais formado uma aliança com C. César ou que tu não tivesses jamais rompido".

Surge daí, ao que me parece, bem claramente, que o sentido literal que eu refuto, é com justiça tornado responsável das rodas, dos patíbulos, das torturas, dos touros de Phalaris, e em geral dos massacres mais inumanos, já que os arrebatava por uma série muito justa e muito natural, em toda parte onde se julgara que os meios menos rigorosos não forçariam bastante a entrar.

E aqui eu só apresento com o trato de ridículo o pensamento de um monge francês, que, após<sup>25</sup> *ter provado pela Escritura santa, e pela história da Igreja, que o concílio de Latran teve razão em livrar os heréticos albigenses do braço secular para os punir das penas temporais, acrescenta que, entretanto, a clemência dos príncipes que os tratam de uma maneira mais doce, para os tirar de seus erros e os levar a se instruírem, é mais digno de elogio e mais conforme ao espírito da Igreja: o que nosso grande monarca (Louis XIV), prossegue, faz com tanta sabedoria e bondade.* Eis aqui a causa de toda a doçura desse monge. Veria que não puniria de morte os calvinistas, mas que os atormentasse por outras vias; isso foi uma demonstração para ele, de que isso é mais louvável e mais conforme ao espírito da Igreja; porque, de outro modo, ele precisaria pensar sobre essa heresia capital, que o que se faz na França não é mais conforme ao espírito de Deus que conduz a Igreja, como o que se faz nos países da Inquisição. Mas o que entende esse monge, quando diz que uma conduta contrária à Escritura e à história da Igreja é mais digna de elogio e mais conforme ao espírito da Igreja? É franca confusão. O espírito da Igreja pode ser contrário à Escritura e à história da Igreja? E quando não se faz uma coisa aprovada pela Escritura e pela história da Igreja, pode-se merecer mais elogios, e se conformar mais ao espírito da Igreja, como quando se faz? Após tudo, não se arruína a autoridade dos concílios, dizendo que é mais digno de elogio tratar os heréticos como são tratados na França durante vinte anos sob este reino, do que obedecer ao concílio de Latran que ordena exterminá-los?

Eis o embaraço onde estão os doutores da comunhão romana. Seus concílios mandaram a perseguição a outrem; entretanto, muitos autores não ousam censurar os príncipes que mantêm alguma moderação; e aqueles que têm o sentido literal do preceito *Force-os a entrar*, são forçados a reconhecer, em muitas ocasiões, que está mais segundo o espírito da Igreja não constranger pelas penas temporais. Acabamos de vê-lo na passagem do jacobino citado mais acima. Ele prova pela Escritura, e não esquece sem dúvida a parábola em questão, que o concílio de Latran foi muito bem feito; e, contudo, o rei da França, que não obedecera há três anos nem ao concílio de Latran, nem à Escritura, aprovando o concílio de Latran, era mais louvável, e seguiria mais o espírito da Igreja, que se se sujeitasse ao concílio de Latran, muito conforme, segundo esse autor, à tradição e à Escritura. É bom observar que tomando os termos da parábola no sentido literal, eles não contêm uma simples permissão para constranger, mas um mandamento muito expressivo; de sorte que se é obrigado após isso a violentar o tanto que suas forças possam se estender.

Vi um outro embaraço que tem dado resultado a essas matérias; em um tratado de Juste

<sup>25</sup> *Jornal dos Sábios* de 19 de fevereiro de 1685 falando de um livro de P. Natalis Alexandre.

Lipse. Esse homem tendo sido arruinado pelas guerras dos Países Baixos, encontrara uma retirada muito honrosa em Leyde, onde se fez professor, e onde não fez de modo algum escrúpulo em abjurar exteriormente seu papismo. Durante esse tempo, imprimiu alguns livros de política, onde afirmara, entre outras máximas, que não é preciso permitir mais que uma religião em um Estado, nem usar de nenhuma clemência para aqueles que turvam a religião; mas os perseguir a ferro e fogo, a fim de que um membro pereça antes que todo o corpo. *Clementiae non hic locus. Ure, seca*<sup>26</sup>, *ut membrorum potius aliquod quàm totum corpus intereat* [Não há lugar para a clemência. Queime, bata, porque vale mais que um membro pereça antes que o corpo inteiro]. Isso é bem indecoroso a ele, entretido como era por uma república protestante, que viria a reformar a religião; porque era aprovar altamente todos os rigores de Felipe II e do duque de Albe. E era, de resto, uma imprudência terrível e uma execrável impiedade, que não precisaria sofrer na Holanda como a religião reformada, e por outro lado, como os pagãos fizeram bem em enforcar os pregadores do Evangelho. Foi interrogado sobre isso pelo chamado Théodore Cornhert, e posto em embaraço; porque foi obrigado a responder tergiversando, e declarando que estas duas palavras *Ure, seca*, eram uma frase emprestada da medicina, para significar não literalmente o ferro e o fogo, mas um remédio um pouco forte. É em seu tratado *De uma religione* que se vê todas essas tergiversações. É bem o mais maldoso livro que jamais foi feito, exceto as impertinentes histórias e as insípidas poesias que fez sobre seus antigos dias sobre algumas capelas da Virgem, seu espírito começando a baixar como o de Péricles, quando deixara circundar o pescoço e os braços de amuletos, e de remédios de mulheres; e sendo tão enfatuado de jesuítas, entre os braços dos quais se lança, quando viu que o pequeno maldoso livro em questão seria visto de través na Holanda, fez com que se evadisse furtivamente de Leyde. Para voltar ao pequeno livro, é uma maldosa rapsódia de passagens que autorizam todas as impiedades pagãs, sobre a qual se funda a perseguição horrível dos primeiros cristãos, e de outras passagens que dizem todo o contrário. E como o autor não ousaria confessar a força destas duas palavras *Ure, seca*, se serve de maldosas distinções, que voltariam a isso: que não precisaria fazer morrer os heréticos raramente e secretamente; mas para as condenações, os exílios, as notas de infâmia, as degradações, não precisaria economizá-las. Tudo isso cai por terra pelas reflexões mais acima feitas.

É certo que existem muitos católicos que aprovam o último suplício dos outros cristãos, e eles raciocinam, sem dúvida, mais consequentemente. Mas o ridículo pensamento como o de um francês moderno, chamado Ferrand, que aqueles que fazem morrer os heréticos fazem bem; mas não é tão bem como aqueles que não introduzem a pena inclusive ao último suplício! Isso é extravagante; porque se um herético merece a morte, é ou porque Jesus Cristo mandou forçar a entrar todos os errantes, ou porque pronuncia blasfêmias, dizendo, por exemplo, que o padre não tem entre suas mãos mais do que um pedaço de massa. Se ele merece a morte por causa do mandamento de Jesus Cristo é também uma grande falta o

<sup>26</sup> *Politicorum sive civilis doctrinae, libri sex.*

deixar viver como se tivesse sido aos judeus deixar viver os magos que Deus mandou exterminar. Se merece a morte por suas blasfêmias escandalosas, é uma impiedade como a de o deixar viver quatro dias; porque são tantas repetições de blasfêmias, e se impedisse de outra parte que infectasse os outros, decompor-se-ia prontamente. *Nullus híc clementiae locus*, disse muito bem Lipse, *Ure, seca*: compaixão alguma aqui, queimaria, queimaria, e moeria incessantemente e sem demora. Eis onde nos conduzem as abomináveis máximas de nossos conversores; não podem nada alegar para seus pretensos constrangimentos mitigados, que enfim são tornados piores do que uma morte pronta, não servindo necessariamente para provar a obrigação de fazer morrer os heréticos, tudo também prontamente como os ladrões dos grandes caminhos, bem entendido, se eles recusam a abjurar seus dogmas.

Eu me lembro de um dilema do qual se serviu Tertuliano, contra a resposta que Trajano deu ao jovem Plínio, onde ele lhe ordena de não acusar os cristãos; mas que se encontram acusadores que os citam e que os convencem segundo as formas judiciárias, de os punir. Tertuliano acha absurda essa ordem; porque, diz ele, se os cristãos reconhecidos como tais merecem a morte, seria preciso acusar, e se eles merecem o que não procuram, não precisaria de modo algum os condenar quando são descobertos<sup>27</sup>. *O setentiam*, diz ele, *necessitate confusam! Negat inquirendos ut inocentes, et mandat puniendos ut nocentes. Parcit et soevit, dissimulat et animadvertit. Quid te ipsum censura circumvenis? Si damnas, cur no net inquiris? Si non inquiris, cur non absolvis?*

A bem considerar, as perseguições que fazem morrer são as melhores de todas, e principalmente quando elas não dão de modo algum a vida àqueles que a abjuram; porque prometer a vida a um homem condenado à morte; a ele prometer, digo, no caso que abjure sua religião<sup>28</sup>, é um meio bem perigoso de lhe fazer um ato de hipocrisia, e um pecado enorme contra sua consciência; no lugar que não tendo nada a ganhar para ele dissimulando, toma seu partido, e resolve morrer pelo que crê ser a verdade; e se está de boa fé no erro, é sem dúvida mártir da causa de Deus; porque é a Deus, como se revelando à consciência, que se oferece em sacrifício; eu digo em sacrifício voluntário, ainda que não tenha para ele morrer ou não morrer. Segue-se destas coisas como ocorre com um homem que força uma mulher. Ele lhe fez menos injustiça que se a tentasse e a faria sucumbir pelas suas lisonjas: porque por aí a tornaria criminosa; e usando de violência sobre seu corpo, ele lhe deixa diante de Deus a pureza e a inocência de sua alma. Eis aqui o que fazem esses perseguidores sem quartel, que sobre a confissão que lhe fazem de uma tal crença, vós enviastes ao suplício, e vos expedis, mesmo vós dizendo que mudastes de opinião. Mas essas perseguições inquietantes, chicanas, que prometem de um lado, que ameaçam de outro, vos fatigam de tal modo por disputas e instruções, que enfim seja que vós mudeis interiormente, seja que vós não mudeis, se quer uma assinatura ou ponto de repouso em outra vida; essas perseguições, digo, são tentações

<sup>27</sup> Tertuliano em *Apologético*.

<sup>28</sup> Comparar aqui com o início do capítulo seguinte.



diabólicas, que extorquem o pecado, como os floretes, os presentes, e outras máquinas fazem consentir certas mulheres aos desejos desregrados de seus amores.

Eu me lembro de ter lido que o Sultão Maomé II, querendo se desfazer de Davi, imperador de Trébizonde, e de seus filhos, lhe dera a escolha da morte ou do Alcorão. De nove filhos que teve, houve um filho e uma filha incapazes por causa de sua pouca idade, de escolher entre esses dois extremos; assim eles permaneceram presas do maometismo; mas Davi, com sete rapazes, escolheu a morte que sofreriam todos bem constantemente. Esse foi um mártir tão mais glorioso, que eles puderam redimir a sua vida abjurando a fé cristã; e assim por causa do sucesso ele valeu mais que o sultão lhe deixasse a liberdade de escolher; mas por outro lado, o poria em uma violenta tentação, lhe prometendo a vida; e ao seu ver, a ordem era muito mais maliciosa do que se eles fossem simplesmente condenados à morte; e neste caso, não teriam deixado de imolar voluntariamente a Deus, do mesmo modo que um doente que vê que não pode escapar, e que faz um ato de resignação à vontade de Deus, faz uma coisa que não pode ser mais que um sacrifício voluntário de seus desejos àqueles de seu Criador.

Vejam se é preciso que a perseguição seja uma coisa bem execrável, já que para a tornar menos má, é necessário que ela se torne uma matança inexorável.

## CAPÍTULO IV

*Quarta objeção. Não se pode condenar o sentido literal destas palavras, Force-os a entrar, sem condenar ao mesmo tempo as leis que Deus estabeleceu entre os judeus e a conduta que os profetas tiveram algumas vezes. Disparidade e razões particulares para a antiga lei, que não têm de modo algum lugar sob o Evangelho.*

Tendo que propor esta objeção, eu me creio obrigado a dizer duas palavras sobre um escrúpulo que poder-se-ia elevar na alma de algumas pessoas. Parece, dirão, que eu queira sustentar que não há mais que dois caminhos a tomar a respeito dos heréticos, aquele de os fazer morrer, ou aquele de abandoná-los em seus erros, sem se inquietar seja que se tome a primeira via, seja que se tome a segunda, de os converter à verdadeira Igreja; é, acrescentarão, isso que insinuo manifestamente, quando digo que quando se condena à morte os heréticos, quis mais não lhes oferecer de modo algum a vida no caso que eles se convertam, do que a oferecer. Eu respondo que meu pensamento é que se deve trabalhar na conversão daqueles que se creem no erro, com todos os cuidados possíveis, por instruções, e por disputas caridosas e tranquilas, por esclarecimentos de dúvidas, por orações para Deus, e pelas demonstrações de um zelo verdadeiramente cristão. Mas se tudo isso não persuade de modo algum, bem longe de os acossar a mudar de profissão, se deve lhes dizer que fariam muito mal de o fazer enquanto não são esclarecidos. Deve-se rezar a Deus para eles, e bem evitar de fazer o ofício do anjo mau, lhes prometendo grandes bens, se mudam, ou os ameaçando da morte, se não mudam. Eis porque de dois crimes, a saber, condenar um homem à morte se não muda de religião, ou condená-lo por ele querer mudar ou não querendo, eu seria aconselhado a escolher este como o menor, porque não expõe de modo algum esse homem à tentação muito difícil de evitar de cometer um pecado contra sua consciência<sup>29</sup>, e que o põe em estado, vendo que não há mais remédio, de se sacrificar por um bom ato de resignação, ao amor da verdade; porque é impossível que um homem morra alegremente por aquilo que crê ser a verdade, ainda que seja um erro, sem amar a verdade. Vejamos agora esta quarta objeção.

Pode-se tirá-la do fato de que a lei de Moisés não teve de modo alguma tolerância para os idólatras e para os profetas, que ela condenava à morte, e do que fez o profeta Elias contra os padres de Baal, que fez morrerem sem misericórdia. De onde se segue que todas as razões que eu expus na primeira parte deste comentário, não provam nada, porque elas provam

<sup>29</sup> Comparar aqui com o fim do capítulo precedente.

exageradamente; a saber, que o sentido literal das leis de Moisés a esse respeito seria ímpio e abominável. Ora, já que Deus pôde, sem ferir a ordem, mandar os juízes fazerem morrer os falsos profetas, se segue evidentemente que pôde mandar sob o Evangelho fazer morrer os heréticos.

Não tenho o espírito, isso me parece, bastante corrompido, pelo contágio controversista, para fazê-lo fiar sobre esta objeção, e para o tratar com um ar desdenhoso e desprezando, como se faz de costume, quando alguém se sente capaz de bem responder. Eu confesso de boa fé que esta objeção é forte, e que ela me parece ser um sinal de que Deus quer que nós não saibamos quase nada certamente, pelas exceções que são postas em sua palavra a quase todas as noções comuns da razão. Eu conheço mesmo pessoas que não têm de modo algum maiores dificuldades que os impeçam de crer que Deus seja o autor das leis de Moisés, e de todas as revelações que têm feito tantos massacres, que de ver que isso é tão contrário às ideias mais puras da equidade; porque enfim, dizem eles, as noções comuns sendo a revelação primitiva, e a regra matriz e original de tudo isso sobre o que devemos exprimir juízo, qual aparência que Deus nos revela de um lado pela luz natural, que não precisa de modo algum forçar a consciência; e de outro, pela boca de um Moisés e de um Elias, que precisa matar aqueles que não têm tal ou tal sentimento, em matéria de religião? É necessário então crer, dizem eles, que Moisés agiu nisso humanamente e por princípios de política que julgasse apropriados à conservação da república que fundaria; é bastante o costume dos grandes políticos de crer que não é preciso de modo algum sofrer as inovações da religião e que, para os prevenir, é preciso estabelecer grandes penas contra aqueles que tentam inovar a esse respeito. Eis, prosseguem, o fundamento que fez agir Moisés. Ora, os pensamentos particulares de um homem não sendo a regra da equidade, não há de modo algum inconveniente em rejeitar o que Moisés tivesse estabelecido por um espírito particular. A respeito de Elias, esses mesmos espíritos fortes desejariam bem nos persuadir de como seu zelo o arrebatara, e que se serviu de alguma fraude piedosa à boa intenção, para fazer tombar do fogo sobre suas vítimas. Mas a Deus não apraz que para nos tirar desta objeção, adotemos pensamentos tão perigosos e tão ímpios. Parece-me que nós aí daremos uma solução racional, acreditando como é verdadeira a inspiração de Moisés e de Elias.

Para estabelecer esta solução nos princípios dos quais me servi no começo desta obra, é necessário que eu prove que não há de modo algum contradição entre a revelação que Deus comunica a todos os espíritos atentos, pelas puras ideias do bom senso, e a revelação particular que comunicou Moisés, para a exterminação dos idólatras que se elevassem entre o povo judeu; porque se aí tivesse uma verdadeira contradição entre a primeira revelação e as leis de Moisés, seguir-se-ia que, segundo meus princípios, teria tido uma razão *a posteriori* de rejeitar Moisés, ou como um impostor, ou como um homem seduzido por algum gênio invisível, que quisesse contrariar as ordens de Deus. Façamos então ver que não, de modo algum, aqui haveria contradição.

Para isso eu chamo meus leitores a essa ideia que a razão e a experiência confirmam, que um Ser não se contradiz de modo algum, quando faz leis das quais a observação de uma é algumas vezes inseparável da inobservância das outras. Por exemplo, não me dirão que Deus se contradiga, ordenando aos filhos honrarem seus pais, evitando matar; e, entretanto, é algumas vezes impossível obedecer ao mesmo tempo a essas duas leis, se encontrando pais que ordenem a seus filhos matar qualquer um. Se o sentimento de alguns filósofos modernos é verdadeiro, é Deus que move toda a matéria por leis gerais, entre outras por essas, que todo movimento se deve fazer em linha reta, e que se encontre um obstáculo invencível, o móvel se desviará. Vê-se que em consequência dessas duas leis, o movimento se deve fazer frequentemente por linhas curvas. Dirão por isso que Deus derruba sua primeira lei? Seria uma crassa ignorância se alguém o dissesse. O bom senso quer que se diga que essas duas leis são subordinadas, e que as condições onde uma deva ser executada se apresentando, é preciso que o legislador, para ser uniforme, abandone a outra lei, e execute essa, para executar por sua vez a outra, desde que as condições as quais ela foi incorporada se apresentem. Encontra-se uma coisa semelhante nas leis da união da alma e do corpo. Há uma que declara, segundo esses mesmos autores, que todas as vezes que a alma desejara mover o braço, os espíritos animais passarão aos músculos que servem para mover o braço. Entretanto, um paralítico querendo mover o braço, não o faz de maneira alguma. É que Deus esquece a primeira lei? É que sendo os espíritos animais estendidos aos músculos do braço, se apresenta uma obstrução e um obstáculo de caminho, e em consequência de uma outra lei estabelecida entre os corpos, eles devam se refletir ou se desviar. Essa lei não saberia ser executada sem que a outra seja sem efeito; assim Deus se acomoda a cada lei, quando seu tempo chega e a deixa quando o tempo de uma outra se apresenta. Então a observação exclui a execução daquela.

Assim para julgar como uma ordem não pode vir de Deus, não basta ver que é contrária às puras ideias da razão, é que não se saberia aí obedecer sem chocar a luz natural; é preciso, no mais, saber que essa ordem não é uma consequência necessária de uma lei que Deus efetivamente estabeleceu; porque caso se entenda que é uma consequência necessária de uma tal lei, não deverá mais se admirar que em certo caso se erre ao não obedecer a uma certa lei natural, como não se admire de modo algum que se erre ao desobedecer algumas vezes à lei mais natural de seguir a vontade daqueles que nos puseram no mundo, porque se vê que essa desobediência é uma consequência necessária de algumas outras leis que se sabe que Deus estabeleceu, e que se reconhece muito justas pelo senso comum, a saber, de não matar nem roubar seu próximo. Por aí, é cômodo saber que quando os judeus ouviram dizer a Moisés que precisaria fazer morrer incessantemente todo homem que se elevasse entre eles por dogmatizar contra os fundamentos de sua religião, que era o culto único de Deus que os tiraria da servidão, não há como suspeitar que isso não viria de maneira alguma de Deus, sob pretexto de alguma contradição entre esse mandamento e as ideias mais puras da

equidade, que querem que cada um possa seguir os movimentos de sua consciência: é bom, digo, conhecê-la e eis aqui a razão.

É que todo homem que contempla a ideia do Ser soberanamente perfeito, pode conhecer distintamente como Deus pôde se comunicar a um povo de um modo particular, e pôde por uma revelação de boca lhe declarar que quer deles se apropriar, e ser não somente seu Deus, mas também o chefe de seu governo temporal. É porque quando Moisés propôs aos filhos de Israel, como da parte de Deus, que Deus se recordaria das promessas que teria feito a Abraão, e que queria o livrar à mão forte e a braço estendido da servidão do Egito, para introduzi-lo no país de Canaã; em uma palavra, que quis ser seu Deus e ter nele súditos fiéis e obedientes, esse povo pôde bem crer nestas palavras de Moisés e de modo algum duvidar disso, após as miragens deslumbrantes que fez para justificar sua missão. Eis então o povo legitimamente persuadido de que o soberano Mestre de todas as coisas, o Ser infinitamente perfeito, é seu e seu rei propriamente e intimamente; e desde então a obediência aos reis particulares que Deus lhe impusera, fora não somente um ato de religião, mas também um ato de bom súdito, que observa as leis políticas e fundamentais do Estado sob o qual vive. De sorte que desobedecer às leis de Deus será para o futuro não simplesmente uma ação punível na tribuna da consciência, mas também no tribunal da justiça secular, visto que as leis de Deus são as mesmas que aquelas do soberano temporal, e do senhor político do Estado. Ora, como a base e a lei fundamental desse Estado é de não ter de modo algum outro Deus que aquele que os tirara do Egito; como é a primeira convenção passada entre Deus e o povo de Israel; entre Deus, digo, considerado não simplesmente o Criador de todos os homens, mas como o chefe e o dominador temporal da república judaica, é claro que todo idólatra foi digno de morte, e que todo homem que pregou que precisaria servir a deuses estrangeiros, e seguir a religião dos povos vizinhos, teria sido também digno de suplício como seria aquele que exortasse hoje o povo de Londres a prestar juramento de fidelidade e obediência ao rei da França ou ao rei da Espanha. Assim, o homem do mundo mais atento à luz natural, que nos mostra que não é preciso violentar a consciência, pôde conceber, quando ouviu as leis do capítulo XIII do Deuteronomio, que elas eram justas, e que elas poderiam emanar do mesmo Deus que nos diz pelas luzes do bom senso, que ninguém deve ser forçado pela via dos suplícios a professar uma tal ou tal religião.

Não houve mais dificuldade em conciliar totalmente essas duas coisas como conciliar a desobediência de um filho ao qual seu pai ordena um assassinio, com o quinto mandamento do decálogo; porque como o que faz com que, nesse caso, esse quinto mandamento seja negligenciado sem nenhuma culpa, é que esta inobservância é uma consequência necessária da observação de um outro mandamento; assim, o que faria que não se tivesse nenhuma consideração ao direito natural da consciência no povo judeu, nos casos específicos no capítulo XIII do Deuteronomio, é que isso dependeria, como uma consequência necessária, da observação das leis fundamentais da república. Como então uma lei impede o efeito de uma outra lei,

sem que erre suspeitar que o mesmo legislador não fez a ambas, os judeus não têm motivo de duvidar de que as leis do capítulo XIII do Deuteronomio não viessem do mesmo Deus, que nos ordena pela luz natural de maneira nenhuma forçar a consciência. Mas por que, dirão, fazer morrer um homem que quer fazer seu próximo adorar uma outra divindade que crê ser a melhor? É porque na forma particular de governo, nesta teocracia sob a qual o povo de Israel vivia, era um crime de traição, uma sedição e uma revolta contra o soberano magistrado. Ora, já que a ordem eterna e imutável dá aos magistrados o poder de punir a traição e a sedição, e tudo o que perturba as leis do Estado, é claro que Deus sendo tornado o chefe da república judaica, todo homem que se quisesse subtrair a ele, e corromper os outros, mereceria a morte como sedicioso e traidor, não importando que ele o fizesse para seguir as luzes de sua consciência; porque era um caso onde Deus por uma lei particular, a saber, pela do governo teocrático onde submete todos os judeus, derogaria às imunidades da consciência.

É sob a qualidade de traição e de sedição que o crime desse homem era punível pelo braço secular, e não na medida em que era um simples pecado contra a obrigação moral e metafísica, onde estão os homens a servir o verdadeiro Deus. De onde parece que não há de modo algum consequência desse Estado àquele do Evangelho, porque os preceitos do Evangelho não são as leis políticas dos Estados, senão em relação a certos chefes sem os quais a sociedade humana não poderia subsistir; por exemplo, a defesa do assassinio, do falso testemunho e do roubo, e ao mesmo tempo uma lei política e uma lei evangélica; e isso faz que mesmo que um homem não matasse e não violasse segundo as luzes de sua consciência, não deixaria de ser punível pelo braço secular; porque o soberano não perde o direito negado como tem de tirar da república o que arruína necessariamente a segurança dos particulares, e que rompe os liames das sociedades; não o perde, digo, se ele encontra, como por acaso, qualquer um que roube e mate, segundo as luzes da consciência.

O negócio de Elias não é uma objeção muito pouco considerável como o capítulo XIII do Deuteronomio, porque não é mais do que um exame particular que não é proposto a seguir por ordem de Deus, ao passo que o que disse Moisés é uma lei geral para os judeus, enunciada absolutamente e sem restrição de tempo e de lugar. Não há o que dizer sobre esse fato particular dos padres de Baal, mortos pelo mandamento do Profeta, a uma ou outra destas duas coisas; ou que Deus que pode se dispensar destas leis em certos casos, achara bom que então se fizesse morrer esses falsos padres, porque a impressão natural que isso criaria sobre a máquina do corpo, e sobre os espíritos daqueles que entendessem falar, ou que o veriam, seria fecundada em mil e mil combinações de efeitos físicos e morais muito consideráveis; ou, o que me parece mais verossímil, que eles abusassem deliberadamente e maliciosamente do povo. Ora, nesse caso, nós declaramos que nenhum herético é digno de tolerância, e de bom coração consentimos que se enviem os ministros e todos seus cristãos ao patíbulo, se se sabe certamente que eles pregam o erro e a heresia a eles conhecidos como tais, por malícia ou por interesses humanos. Que enforcuem todos nesse caso.

Eu poderia citar com um sábio homem de nossa nação, a saber, M. Spencer, que Deus estabeleceu entre os judeus diversas coisas que não são racionais como o porquê da situação desse povo, suas inclinações perversas, e seus preconceitos absurdos, fizeram com que eles pudessem ou prevenir grandes males, ou procurar alguma vantagem por acidente; e eu poderia acrescentar ainda a lei que condena à morte os falsos doutores: mas não tive necessidade desta observação.

Confrontemos agora a diferença que há entre o sentido literal destas palavras *Force-os a entrar*, e os exemplos da antiga lei a qual fala a objeção.

I. O povo judeu não teve, de modo algum, ordem de mandar pregar sua religião por toda a Terra, e de doutrinar todas as nações. Conteve-se em seus limites, sem quase nenhum comércio com outros povos da Terra; assim, a ordem de violentar aqueles que não se conformassem à sua religião, englobaria apenas as pessoas da própria nação, que propuseram mudar o Deus de Abraão por qualquer outra divindade pagã. Ora, era moralmente impossível que um judeu elevado no judaísmo, propusesse esta escolha por um motivo de consciência, e de outro modo, como por um espírito de sedição, de libertinagem, ou de malícia, ao qual era muito digno de morte. Então há muito notável diferença disso com o constrangimento sobre o qual falam nossos conversores; porque os cristãos sendo obrigados pelo seu mestre a instruir todos os povos do mundo, é preciso de toda necessidade que eles tivessem negócio com povos elevados em outros princípios como eles, e repletos de preconceitos que os impeçam de apreciar a doutrina evangélica; se bem que dizer que os cristãos devam se servir do constrangimento, quer dizer, que eles devam forçar povos que de boa fé não creiam poder sair de sua religião, que sua consciência salve.

II. Em segundo lugar, a maneira pela qual Moisés queria que se tratasse os sedutores, poderia bem lhe ser desagradável; mas, no fundo, ele deixaria sua consciência por inteiro. Não os forçava a abjurar o que acreditavam, não os tentava pela esperança da vida a fazer os comediantes; em uma palavra, eles morreriam em liberdade em todos os seus sentimentos de sua consciência, se tivessem uma, e não os colocaria a viver em suas torturas e em seus remorsos, pela promessa de lhe dar a vida, se quisessem seguir o culto público. Precisaria morrer sem alternativa da morte ou da renúncia a tal ou tal dogma. Ao contrário, nossos conversores querem que se ameace primeiramente, e que se fixe esta condição, que todos aqueles que abjurarão, serão livres de toda pena e terão recompensas; e a fim que as ameaças induzam mais eficazmente, os mais sutis têm o costume, ou de não ameaçar como de uma morte acompanhada de longos e cruéis tormentos, ou de tirar aos povos todo meio de subsistir e de fugir. Isso faz com que muitos traiam as luzes de sua consciência, e vivam após isso em uma opressão que os maltrata e os desespera. O que é mais cruel? A lei que era tão dura não era como o mel, em comparação com um tal Evangelho.

III. Além disso, a violência que se fizesse sob a antiga lei era, ou limitada em casos particulares, onde Elias, por exemplo, animado do espírito profético poderia agir por autorização,

e conhecer mesmo o interior dos falsos profetas, e sua malícia obstinada e fraudulenta; ou a certos dogmas que confundiriam as leis fundamentais da república, como aquele de não reconhecer de modo algum para Deus o Deus de Abraão e de Isaac, que era tornado o mestre particular do povo judeu, por convenção e por confederação. Nada de tudo isso não desculpa hoje o constrangimento dos conversores. Eles pretendem que Jesus Cristo mandou simplesmente e absolutamente, e, com efeito, não há nenhuma restrição nas suas palavras, seja em certos tempos, seja em certos lugares, seja em certos dogmas. Ninguém conhece mais se um herético está de boa fé em sua religião, ou por malícia. Os cristãos não estão sob uma forma teocrática de governo: eles têm uma disciplina e um direito canônico muito diferentes do direito civil; o cristianismo não é de modo algum a lei fundamental de nenhum Estado, de sorte que um rei não se torna o mestre em seu reino porque é cristão; porque Constantino e Clóvis não adquirem um só pequeno grau de direito se fazendo batizar, mais além do que eles tivessem sob o paganismo: e Juliano, o Apóstata não reinaria menos legitimamente se tivesse sido cristão. Assim os magistrados devem deixar a Deus somente o cuidado de punir os heréticos que não perturbem o repouso público, quero dizer, que obedeçam às leis; porque, enquanto heréticos, eles não pecam contra as coisas das quais os soberanos têm o direito de impor a necessidade.

IV. Enfim, sob a antiga lei se tolerava as opiniões diferentes que se formavam sobre o sentido das leis de Moisés, e não se punia como aqueles que os agitassem pelo fundamento, abandonando totalmente a religião do país para passar aos deuses do paganismo. Tolerava-se mesmo as heresias mais horrendas, e que por consequência confundiam a religião, como a seita dos saduceus que negava a imortalidade da alma, e a ressurreição dos mortos; mas porque eles não falavam em renunciar a Deus para adorar Baal, ou algum outro ídolo, não somente se os suportava pacientemente, mas também Jesus Cristo não achou ruim que se os suportasse; o que não teria errado de censurar os fariseus, se tivesse acreditado que nisso eles tivessem injustiça. Se os conversores de hoje quisessem se guarnecer sobre os regulamentos de Moisés, não deveriam perseguir como aqueles que se quisessem fazer judeus, pagãos ou maometanos; mas precisaria que suportassem as opiniões diferentes, que se formariam sobre tal ou tal passagem da escritura. Ora, bem longe de proceder assim, encontra-se esses povos que dizem que a Igreja romana tem cem vezes mais direito de constranger e perseguir os outros cristãos, do que de constranger os infiéis.

Eu mostrei em outro lugar<sup>30</sup> que os soberanos não podem fazer presentemente de sua religião uma lei política e que obrigue os súditos sob pena de serem culpados de sedição e de traição. Só Deus o pôde fazer falando imediatamente a Moisés, confirmando essa vontade por miragens incontestáveis; assim, ainda que eles ordenem em seus Estados em matéria de religião, dispensar-se-á de se submeter, contanto que sinceramente e de boa fé alguém lhe cite esta famosa sentença de São Pedro, que teria sido dito antes dele por um pagão<sup>31</sup>, *Ele quis*

<sup>30</sup> No capítulo VI da primeira parte [1737].

<sup>31</sup> *Veremur vos, Romani, et si ita vultis etiam timemus: sed plus veremur et timemus Deos immortales.* Lycortas Achae-



*obedecer antes a Deus que aos homens*; e se eles se metem a usar o constrangimento, só podem se tornar culpados do crime dos perseguidores dos apóstolos; porque os imperadores pagãos que teriam erigido o paganismo em lei do Estado não teriam para isso adquirido mais direito de maltratar os apóstolos.

Não me resta para a conclusão deste capítulo que observar, que a luz natural, regra primitiva e original da equidade, não reconhecerá jamais por divino um constrangimento que não lhe é conforme, a menos que ele não seja uma consequência necessária de alguma lei, que se saiba de outra parte que Deus a pôs. Ora, o constrangimento que se faria sob o Evangelho, não seria de modo algum uma consequência necessária de nenhuma lei que se soubesse que Deus teria criado, e, contudo, ela combate diretamente a regra primitiva da equidade. É preciso então concluir, segundo as luzes irrefutáveis da reta razão, que Jesus Cristo não ordenou o constrangimento. Dizemos sobre isso àqueles que nos citam Moisés, talvez o que Jesus Cristo respondesse quando alguém o cita em favor do repúdio. É a causa da dureza do coração dos judeus, e da sua inclinação indômita à idolatria, aos murmúrios e às sedições, que Moisés estabeleceu pena de morte contra aqueles que não se conformassem à religião dominante; mas no início não era assim. É preciso então remeter as coisas à sua origem primeira, e regrá-las segundo essa lei natural que reina no entendimento humano, desde antes que algum direito positivo tivesse sido comandado aos homens.

---

oarum Praetor ap. Livium; 139. [Tito Lívio: “Nós vos respeitamos, romanos, e mesmo se vós o quereis assim, nós vos tememos; mas nós respeitamos e tememos antes os deuses imortais”].

## CAPÍTULO V

*Quinta objeção. Os protestantes não podem censurar o sentido literal do constrangimento, sem condenar os mais sábios imperadores e os padres da Igreja, e sem se condenar a si próprios, visto que não suportam de modo algum em certos lugares as outras religiões, e que eles têm algumas vezes punido com a morte os heréticos, Servet, por exemplo. Ilusão daqueles que fazem essa objeção. Razões particulares de não tolerar os papistas.*

Depois que o tribunal da França se obstinou no espírito de perseguição, viu-se, eu não sei quanto de lobos escancarados, de parasitas, de penas venais e de aduladores devotos, compilarem com grande cuidado todas as leis que os imperadores têm publicado contra os arianos, os donatistas, os maniqueus e outros sectários; os imperadores, digo, impelidos a isso pela importunidade de seu clero, e elogiados a perder de vista por alguns padres da Igreja, e notadamente por santo Agostinho que fez a apologia das perseguições, com mais aplicação de espírito que Tertuliano não fez com a da religião cristã. Nós observamos a este padre o que lhe falta em um outro lugar. Agora eu respondo com uma palavra ao que se nos objeta dos imperadores Constantino, Teodósio, Honório, etc., e que se suas leis e suas ações eram uma prova de que uma coisa fosse boa, não há de modo algum crime que não se possa justificar. Assim, é zombar das pessoas quando se disputa uma coisa de direito, vir alegar que um tal ou um tal imperador a autorizou. *Quid tum?* O que é tudo isso? Uma conduta de tribunal é a regra de equidade? É aí que é preciso buscar o que é justo e injusto? Não sabem eles que os reis e seus conselheiros tem sempre por alvo principal o bem temporal, e que sacrificam à utilidade toda outra consideração, sobretudo quando pessoas impelidas a um zelo indiscreto lhe vêm prometer glória temporal e celeste. Eu acreditaria ser indigno de todo lazer, se perdesse um quarto de hora a discutir as razões particulares que têm levado esses imperadores a publicar leis muito severas, e das quais algumas declarassem pena de morte contra as seitas de seu tempo. O mais breve é dizer que não há nenhuma consequência do que eles têm feito com o que a razão quer que se faça, e que jamais os conversores provarão esta consequência. Se nós tivéssemos as histórias, anedotas de todos os outros tribunais, como o de Justiniano; se nós tivéssemos todas as queixas, e tudo o que eles chamariam libelos, tudo o que os pagãos e os sectários escreveram sobre seu capítulo, nós os veríamos pelos pontos de vista que não lhes seriam muito favoráveis. Mas eles tiveram a felicidade de que sabemos sua vida quase que por aduladores, ou por pessoas preocupadas em seu favor. Mas bastante

se sabe, se se quer bem os estudar, para saber que eles não observaram quase nada as ideias eternas da ordem imutável, mas que faziam regulamentos tais quais, segundo as ocasiões, e segundo as vias do bem temporal que lhes sugerissem. Oh! Mas os padres têm elogiado seu zelo. *Quid tum?* Ah, que significa isso? Os padres estavam, também como os eclesiásticos de hoje, sempre prontos a medir a equidade das coisas pela utilidade presente? Não é uma vergonha ao nome cristão que os padres tenham declamado uma força prodigiosa contra os pagãos e contra os arianos que perseguiram, e elogiado, após isso, com toda sua força, seus imperadores que tanto perseguiram, e que tenham solicitado leis severas? É verdade que eles faziam uma grande diferença quanto aos títulos; porque eles não quiseram que se chamasse perseguição o que se fazia para sua causa, e poupavam todos os nomes odiosos para seus partidos adversos. Mas isso mesmo é tão ridículo que dá pena. Na verdade, nós deveríamos não falar jamais das máximas sobre as quais eles têm pensado em diferentes tempos; queriam melhor encobrir sua fraqueza, e o pouco de cuidado que eles teriam tomado ao se fazer bons princípios gerais, se contentando de viver o dia de trabalho, de raciocinar como cata-ventos, a torto e a direito, como o tempo se afluísse. Não aprofundemos esta matéria, e contentemo-nos em exigir dos conversores, que provem a consequência deste raciocínio:

Os padres têm elogiado os imperadores que perseguiram os heréticos:

Então é justo e mais agradável a Deus perseguir os heréticos.

Eu não sei se é preciso fazer mais caso desta maneira de pensar, como daquela que se fará talvez daqui a cem anos.

Os bispos da França, os jesuítas, e os monges, têm elogiado a maneira pela qual Luís XIV têm destruído o calvinismo em seus Estados, como tão santa e tão divina.

Então essa maneira foi tão santa e tão divina.

Eu não saberia me impedir de mostrar por um exemplo inclusive onde chegaria a obstinação dos padres.

Haveria no Oriente<sup>32</sup> uma aldeia chamada *Callicin*, onde os judeus teriam uma sinagoga, e os heréticos valentinianos um templo. Uma procissão de solitários e de seus devotos, passando um dia por essa aldeia, recebeu algum insulto dessas pessoas. Tão logo o ruído foi emitido, e vindo inclusive às orelhas do bispo, que animara tão bem o povo, que foi com os solitários queimar a sinagoga dos judeus e o templo dos heréticos. Não se pode negar que isso não fosse um atentado contra a majestade do príncipe; porque, após tudo, é a ele ou a seus tenentes que os bispos devem reclamar justiça, quando alguém lhe faz injustiça, e não se vingar eles mesmos por sedições excitadas entre uma população arrebatada.

Aquele que comandasse da parte de Teodósio no oriente seria bastante instruído de seu dever, e bastante zeloso da autoridade de seu mestre, para lhe dar aviso de tudo o que se passava; e o imperador o tendo sabido ordenara que o templo e a sinagoga seriam reconstruídos às expensas do bispo, e que aqueles que os tivessem queimado seriam punidos. Nada

<sup>32</sup> *Paulin in vitâ Ambrosii.*

poderia ser mais justo que esta ordem, nem mais isento de uma excessiva severidade; porque, enfim, o templo e a sinagoga estariam lá pela autoridade do príncipe, e só poderiam ser tirados por suas ordens; e todo tumulto popular é do mesmo modo punível, pois ele é excitado por pessoas que não têm a menor sombra de direito para o excitar, tais como são os bispos, pessoas notoriamente recusáveis, desde que eles não exortem os cristãos a paciência das injúrias, e a toda sorte de modéstia. Mas algumas vezes moderada que fosse a punição, os bispos orientais foram bastante delicados para a achar insuportável; assim como quando santo Ambrósio foi levado a representar suas pretensas queixas ao imperador, eles o acusaram de negócio. Santo Ambrósio não podendo ir ao tribunal em pessoa<sup>33</sup> escreve à Teodósio, e lhe representa como sua ordem reduziria um bispo ou a lhe desobedecer, ou a trair seu ministério, e que ele faria desse prelado ou um prevaricador, ou um mártir; que Juliano, o Apóstata, querendo reconstruir sinagogas, o fogo do céu caíra sobre os construtores, e que isso poderia bem acontecer ainda; que Máximo alguns dias sendo abandonado por Deus, teria feito uma semelhante ordem. Enfim, santo Ambrósio tendo exortado respeitadamente o príncipe a mudar de parecer, lhe fez entender que se a sua carta não produzisse o efeito que ele esperava, se veria obrigado a se queixar em púlpito. O imperador não deu uma resposta favorável; é porque santo Ambrósio querendo lhe ter palavra<sup>34</sup>, lhe censura um dia no sermão da parte de Deus, e lhe banha bastante bem ao lado. Do que o muito fácil e muito bondoso imperador não se irrita facilmente; porque, ao contrário, ele promete ao pregador, descendo de sua tribuna, que revogaria a ordem. Alguns senhores lá presentes, quiseram representar, como ao menos para salvar a honra de sua Majestade imperial, tão indignamente desenhada pela população, que era preciso punir esses solitários que teriam sido os autores dessa emoção; mas santo Ambrósio lhes rebate tão arrogantemente, que não ousaram lhe replicar; assim a ordem foi revogada.

Isso nos mostra que o império de Teodósio era um verdadeiro reino de sacerdócio, e que eram livrados pés e punhos ligados à misericórdia do clero; o que não poderia mais do que levar um dilúvio de injustiças sobre os *não-conformistas*. Não é uma coisa estranha que um homem que passa por santo, seja tornado tão violento defensor de um bispo sedicioso, e de todos os furores de uma população sediciosa, e que pretendia que valesse mais se fazer matar que dar algum dinheiro pela ordem de um imperador, para reconstruir um edifício que se tivesse demolido, sem se importar com o manifesto do imperador? Após isso, é preciso se admirar que esse<sup>35</sup> príncipe fosse condenado à morte, e tratado de crime de lesa-majestade, o serviço que os pagãos rendessem a seus deuses *more majorum*? Os imperadores pagãos faziam mais contra os cristãos, e se eles têm feito mais carnificina que ele, não é porque os pagãos não teriam, como os cristãos, a firmeza de sustentar sua crença no perigo de vida?

Mas o que nos dirão protestantes que não dão, de modo algum, liberdade de consciência

<sup>33</sup> *Ambrosii epist.* 29.

<sup>34</sup> *Vide Paulin, in vitâ Ambrosii.*

<sup>35</sup> *Leg. 12 de Pagan. Cod. Theod.*

às outras seitas? É do que se precisa agora falar.

Eu digo então que existem algumas distinções a fazer; porque ou bem não permitem que as outras seitas venham se introduzir em seus países, ou bem eles não permitem, se elas começam a se formar neles, que elas aí cresçam, ou bem eles as expulsam encontrando-as estabelecidas. Essas diversas circunstâncias eximem mais ou menos sua não-tolerância; mas para dizer as coisas francamente, como a reta razão as mostra, ela não saberia ser perfeitamente eximida, senão quando ela é um ato de política necessário ao bem público do Estado. Eu me explico.

Não tolerar aqueles que têm certos sentimentos em matéria de religião, e que os ensinam aos outros, implica em certas penas contra aqueles que os ensinam, e é preciso que estas penas sejam estabelecidas pela autoridade do magistrado. É preciso então que os soberanos tenham o direito de ordenar a seus súditos crer em certas coisas, e de ter uma certa consciência antes que uma outra; porque se eles não tivessem esse direito, não poderiam submeter a penas aqueles que não tivessem das coisas as mesmas ideias que eles. Se então se entende que eles não tenham aquele direito, se segue que não podem comandar essas penas, e, contudo, todos aqueles que não tolerem certas seitas, comandam penas contra elas; eles fazem então uma coisa sem direito e razão, e por consequência a não-tolerância é contrária ao direito e à razão, visto que mostramos mais acima, que os homens que fazem leis em relação à consciência excedem manifestamente seu poder, e as fazem sem autoridade; de onde se segue que elas são absolutamente nulas.

Há, portanto, uma exceção que se tira visivelmente das observações que fiz em um outro lugar<sup>36</sup>, é que os soberanos tendo um direito essencial e inalienável de fazer leis, para a conservação da república e da sociedade a qual comandam, podem ordenar sem distinção, que todos aqueles que perturbem o repouso público por doutrinas que levem à sedição, ao roubo, ao assassinio, ao perjúrio, serão punidos segundo a exigência do caso; e assim toda seita que se prenda às leis das sociedades, e que rompe os liames da segurança pública, excitando sedições, e pregando o roubo, o assassinio, a calúnia, o perjúrio, merece ser incessantemente exterminada pelo gládio do magistrado. Mas enquanto uma seita deixe em sua totalidade as leis que fazem a segurança dos particulares; enquanto ela pregue a submissão aos magistrados; [e pregue] que é preciso pagar as importâncias e impostos a que eles submetem seus súditos; [e] que não é necessário tirar da pessoa o que lhe pertence, nem perturbar ninguém na posse de seus bens móveis ou imóveis, de sua reputação, de sua vida, etc., eu não penso que se tivesse nenhum direito de a vexar, sob pretexto que ela não obedecia em particular a uma certa lei que faria crer em certas coisas, e servir a Deus segundo certos ritos; porque, como eu disse antes, um magistrado que faz essas espécies de leis, e que ordena com dificuldades a observação da vida, da prisão, das galeras, etc., excede manifestamente seu poder.

Se me perguntam então bem precisamente o que eu penso de certos Estados protestantes

---

<sup>36</sup> Na 1ª parte, capítulo VI.

que não admitem mais do que uma religião; eu respondo que se o fazem pela única via da falsidade que creem estar nos dogmas de outras religiões, eles cometem uma injustiça; porque quem prescreveu isso a eles? A falsidade deve ser combatida por outras armas que não sejam as da verdade? Combater seus erros a golpes de bastão, é a mesma absurdidade de se bater contra fortificações com arengas e silogismos. Assim, os soberanos, para bem fazer seu dever, não devem enviar seus soldados, seus carrascos, seus seguranças, seus sargentos e seus servos, contra aqueles que ensinam uma outra doutrina que não a sua; devem deixar contra eles seus teólogos, seus ministros e seus professores, e lhes dar ordem de trabalharem com todas as forças na refutação da outra doutrina. Mas se por este meio eles não podem desarmar aqueles que a ensinam, e não podem os obrigar a se conformarem com a doutrina do país, devem os deixar em paz, e se contentar de que, quanto ao resto, eles obedeçam às leis municipais e políticas. Isso para quem vê as doutrinas que os protestantes consideram simplesmente como falsas; essa falsidade não lhes dá de modo algum o direito de maltratar seus súditos.

Mas não ocorre o mesmo com opiniões que eles veem não somente como falsas, mas também como contrárias, diretamente e por sua natureza, à tranquilidade dos Estados, e à segurança dos soberanos; porque, para aqueles, eu os mantenho indignos de tolerância: e sobre esse pé eu acho muito adequado que todos os Estados que estão livres do papismo, façam leis mais severas contra sua introdução, e que aqueles que onde existem papistas, os tenham acorrentados como leões e leopardos; quer dizer, que lhes tirem de tal modo a força de impedir por bons e severos regulamentos bem executados, que não se tenha nada a temer de suas maquinações. Mas eu não queria que jamais se deixe suas pessoas expostas a nenhum insulto, nem que os inquietassem na posse de seus bens, e no exercício particular e doméstico de sua religião, nem que se faça injustiça em seus processos, nem que os impeçam de criar seus filhos em sua crença, e de se retirar com seus efeitos, e após a venda de seus bens, todas as vezes e o tanto de vezes que eles quisessem ir se estabelecer em outro país, nem que se exigisse deles que servissem por constrangimento a exercícios de religião, ao que sua consciência repugnasse, nem enfim que se recompensasse aqueles que se converteriam; porque seria fazer o ofício do demônio tentador, e obrigar todos aqueles que amassem as honras e as dignidades, a trair a sua própria consciência. Eu queria que fosse estabelecido que todos os novos convertidos permanecessem excluídos por toda a sua vida de privilégios e graças, cuja primeira religião os tivesse excluído; porque por aí seria assegurado que aqueles que se convertessem, o fariam em virtude da instrução e não seriam hipócritas. Ora, como o que não está em relação ao bem temporal da república deve limitar estas pessoas, eu não desaprovo que aqueles que têm razões particulares e válidas de não desafiá-las, lhes outorguem uma mais ampla liberdade, e também tão grande como o interesse do Estado o possa permitir; porque, como eu disse antes, não é a falsidade das opiniões que é preciso se observar, quando se quer saber se elas devam ser toleradas em um Estado, mas a oposição que elas

fazem à tranquilidade e à segurança pública.

Se aqueles da Igreja romana são razoáveis, confessarão que eu não destruo aqui o que quis estabelecer em todo este comentário, contra o pretense constrangimento mandado por Jesus Cristo; porque as leis que vejo que se fazem contra eles, não devem ser feitas na via de os forçar a abandonar sua religião, mas na via de se precaver contra seus atentados, e de os impedir de se tornarem capazes de constranger a consciência dos outros súditos e a do próprio soberano. Refutando o sentido literal destas palavras, *Force-os a entrar*, eu não pretendi reprovar os soberanos que tenham seus súditos contidos por causas legítimas; eu não pretendi entender mal que o rei e a república de Polônia se tenham em guarda contra a audácia dos Cossacos; que o rei da França faça fortes e cidadelas nas cidades sujeitas a amotinar-se; e por consequência não se pode voltar contra mim o que eu disse há pouco, visto que o constrangimento onde digo que se devem ter os papistas nos Estados protestantes, não toca de modo algum sua consciência, e não têm por objetivo mais do que os impedirem de prejudicar o Estado, a que os príncipes de sua religião os levam.

Com efeito, seus concílios e seus papas tendo mil vezes aprovado a perseguição, e tendo ordenado os príncipes sob grandes penas; os príncipes tendo exercido em todo tempo mil crueldades bárbaras sobre seus súditos heréticos, ou célebres heréticos, e não tendo jamais nenhuma promessa que tivessem feito com sermão de os deixar viverem em paz; mas tendo revogado sem nenhum escrúpulo todas suas concessões, desde que tenham tido a comodidade para isso: os bispos, os outros eclesiásticos, e o papa impelindo-os sempre a esta falta de palavra, e os tendo elogiado e abençoado de terem errado, como uma ação muito santa, muito divina e muito piedosa, como se vêem a ver por concisos de Inocente XI e pela arenga que pronunciou em pleno consistório, ao louvor de Luís XIV e por uma infinidade de panegíricos os quais pregadores ressoaram na França: em uma palavra, a opinião corrente e comum dos doutores da Igreja romana, sendo que se pode e se deve punir os heréticos, dos quais eles fazem uma ideia mais hedionda que um monstro, os forcem a entrar segundo o preceito de Jesus Cristo que explicam literalmente, e não ter jamais para eles tolerância, enquanto se possa impedir; todas as coisas, digo, sendo bem pesadas, é claro que, seguindo as luzes do senso comum e da prudência, é preciso considerar os papistas como pessoas que admitem a custo a dominação dos protestantes, que buscam as vias de obter a dominação, de cobrar as Igrejas e os bens que elas possuem, e de exterminar o que eles chamam de heresia, a que se creem obrigados pelas ordens de Jesus Cristo e pelo espírito de sua Igreja, espírito que veem como infalível. Eu não toco de modo algum no que dizem os mais vinculados ao papa, que pode dispensar os súditos do sermão da fidelidade, e espoliarem os reis que não estão submetidos à sede de Roma, de seus Estados; eu me contento em considerar o que disse acima, e dizer em uma palavra, que os soberanos protestantes têm todos as mesmas razões de não admitirem os papistas, que os reis da China teriam de expulsar os missionários, que confessariam francamente que desde que eles pudessem, forçariam as pessoas a se batizarem;

eu falei tão amplamente disso no capítulo V da primeira parte, que basta fazer a aplicação aqui àqueles da Igreja romana, visto que se eles eram de boa fé, responderiam àqueles que lhes perguntassem se, no caso de que eles fossem os mais fortes, tolerariam os protestantes, que não os tolerariam; mas que fariam ir à missa de bom grado ou à força. Eu não insistirei de modo algum aqui em particular sobre a observação de que todo homem que acredita que a violência permitida sobre a consciência, deva crer por uma consequência legítima, que todos os crimes tornar-se-iam atos de piedade entre suas mãos, contanto que eles tendessem à ruína da heresia; não insisto, digo, sobre isso; eu suplico somente a meu leitor a se lembrar que insisti bastante em outra parte<sup>37</sup>, e de aplicá-la aos da Igreja; e para abreviar este artigo, eis um raciocínio que eu espero que seja considerado.

Um partido que, se era o mais forte, não tolerasse de modo algum o outro, mas o violentasse em sua consciência, não deve de modo algum ser tolerado;

Ora, tal é a Igreja romana:

Então ela não deve, de modo algum, ser tolerada.

Que não se diga de maneira alguma que se segue daí que os protestantes não mereçam de modo algum tolerância, da parte da Igreja romana, e que não se pretenda o provar, dizendo que por isso mesmo ela saberia que não seria tolerada pelos protestantes, se eles eram os mais fortes, ela não deva tolerar quando é mais forte; que não se raciocine assim, digo, porque há essa notável diferença entre ela e nós, é que a tolerância é despojada entre nós do que ela tem de mais odioso, de mais formidável e de mais criminoso, no papismo, a saber, de lançar a consciência pela via das tentações mais duras, na hipocrisia, e nos mortais remorsos, ao passo que os protestantes deixam ou a liberdade de sair com seus bens, ou a de servir Deus em sua casa em sua fantasia. Assim, a premissa maior de meu silogismo não pode ser refutada, aí tendo uma cláusula que não nos diz respeito. Entretanto, observarei uma coisa que é considerável contra o sentido literal que refuto.

É que por uma repercussão bizarra alega-se um pretexto de perseguição contra aqueles que seriam naturalmente mais inclinados a tolerar. Com efeito, se a prudência e mesmo a religião querem que um soberano tire de seu Estado as ocasiões de uma perseguição passiva, que arrastasse com ela todos os horrores e as trapaças de que já falei no capítulo V da primeira parte, a Igreja romana deve suspeitar que se os protestantes fossem os senhores, eles não a tolerariam. De temor então de não ser um dia tolerada, ela se crê na obrigação de os prevenir e punir; de sorte que esse sentido literal não pode ser adotado por um partido, senão que tendo como consequência tornar o outro perseguido, por mais que disso tivesse aversão natural; de onde parece que, por ação e reação, o pretense preceito, *Force-os a entrar*, seria um princípio contínuo e insaciável de horrores e abominações, sobre toda a face da Terra. Sinal evidente que Jesus Cristo de forma alguma deu.

Mas se se quer julgar justamente coisas, dirão que o medo das represálias não alegara um

---

<sup>37</sup> Parte I, capítulo IV.



pretexto legítimo à comunhão romana de antecipar a perseguição sobre os protestantes. 1. Porque, como eu disse antes, a não-tolerância é despojada entre eles do que ela tem de mais criminoso e de mais monstruoso. 2. Porque nos lugares onde os toleram, eles se comportam como bons cidadãos e como fiéis súditos, não tendo jamais tomado as armas, enquanto alguém não os tenha inquietado em sua liberdade de consciência; o que seu senhor deve assegurar, visto que os deixa orar a Deus à sua maneira, não darão jamais trabalho. 3. Porque nos lugares onde eles dominam, por pouco que vejam que os papistas se acomodam às leis do país como bons súditos, os tratam com muita doçura, como parece na Holanda, e no país de Clèves, e como pareceu aqui sob o reino do falecido rei. Ao contrário, os príncipes e os Estados romanos perseguem sem fim e sem cessar, por efeito ou por intenção; de sorte que se não oprimem atualmente seus súditos da religião, não é falta de boa vontade; é que outros interesses os impedem. A casa da Áustria, a Polônia, e a Savóia, são exemplos. A França tem dado o mais considerável exemplo de tolerância como se fosse na Igreja romana; mas por quê? É por que algum sentimento de equidade ou de respeito pela reta razão, que nos mostra tão claramente, e que mostrou tanto aos padres da Igreja, que não é preciso forçar ninguém no culto de Deus? De maneira alguma. O próprio Luís XIV ensina a toda a Europa no prefácio do edito revogatório, que ele, seu pai e seu avô tiveram sempre o desígnio de revogar o de Nantes, mas que outras ocupações não lhes permitiram. Deve saber melhor que ninguém o que pensou; há bem verossimilhança no que se diz de seu pai, e que se os protestantes de seu reino tivessem tido o tanto de paciência sob seu reino, como eles têm tido nos últimos anos, não teria deixado nada a fazer a seu sucessor nesse gênero. Mas Henrique IV nos permitiria crer que não teve intenção de revogar o edito de Nantes, desde o dia seguinte em que ele o tivesse registrado, nem mesmo durante seu reino. Era naturalmente homem muito honesto, e teria sido muito mais tempo da boa religião, para sucumbir em sete ou oito anos às máximas corrompidas e a todos os preceitos de má fé, que um confessor da Sociedade de Jesus é capaz de sugerir.

Isso basta no tocante à tolerância dos protestantes com a comunhão romana. Falemos agora daquela que eles devem ter com todas as outras religiões, que continuam em seguir sua consciência, sem querer criar nenhum prejuízo às leis municipais e políticas. Eu digo precisamente e claramente, que aqueles que não dão liberdade de consciência a tais religiões, fazem mal; mas esse mal consentindo o mais e o menos, consideremos os diversos graus, em relação a esta regra ou a este ponto fixo: *Que se deve bem trabalhar com todas as suas forças em instruir por vivas e boas razões aqueles que erram; mas lhes deixar a liberdade de declarar que eles continuam em seus sentimentos, e de servir Deus segundo sua consciência, se não se tem a felicidade de os enganar; e quanto ao resto, não propor à sua consciência nenhuma tentação de mal temporal, ou de recompensa capaz de os seduzir.* Eis o ponto fixo onde gira a verdadeira liberdade de consciência; de modo que se separando mais ou menos desse ponto, diminui-se mais ou menos a tolerância. De resto, eu não vejo como essencial à liberdade de religião ter templos

públicos, de poder marchar nas ruas em procissões. Isso é por pompa, ou *ad melius messe*. Basta ter permissão de se reunir, de celebrar o ofício divino, e de raciocinar modestamente em favor de sua crença, e contra a doutrina oposta, segundo a ocasião.

O primeiro grau de afastamento seria se todos os habitantes de um país fazendo profissão de uma mesma religião, estabelecessem esta lei fundamental de não deixar entrar no país nenhuma pessoa de diferente religião, para aí viver, ou para disseminar seus sentimentos. Essa lei parece, antes de mais nada, muito justa e muito inocente, mas no fundo ela tem inconvenientes; porque posto que no tempo dos apóstolos aí tivesse tido uma tal lei nos Gales, na Espanha, na Arábia, na Pérsia, ter-se-ia, em consequência dessa lei, expulsado os apóstolos e seus discípulos; e se eles tivessem dito em mil lugares, que achavam melhor obedecer a Deus do que aos homens, e anunciar seu Evangelho do que se acomodar às leis do país, teriam os castigado como sediciosos que teriam violado as leis do Estado. Isso teria sido muito injusto, e a lei por consequência o teria sido também. Uma tal lei exclui também os pregadores da verdade, como aqueles da mentira. Se todos os países pagãos e maometanos a estabelecessem e a executassem sem consideração, como enviar-se-ia missionários com algum proveito? Dizemos então que a plena liberdade de consciência é incompatível com essas espécies de leis, e, sobretudo, quando se as executa contra povos que arriscar-se-iam a entrar em um país, malgrado as proibições, para tratar de os converter.

O segundo grau de afastamento seria, se além da primeira proibição, se criasse ainda esta lei, que não seria permitida a nenhum habitante do país de nada inovar na religião, à pena de ser exilado. É evidente que uma tal lei é uma preparação de sujeição à consciência; porque se um homem que estuda sua religião aí vê faltas, ou acredita aí ver; se se acha convencido que precisaria ensinar outras coisas, e reformar tal ou tal abuso, temerá o exílio e assim sua consciência será combatida entre o amor da pátria e o amor da verdade; e se é vinculado a seu país por bens um pouco consideráveis, poderá bem fazer o hipócrita. Eu confesso que será muito censurável não achar melhor se exilar do que suprimir os movimentos de sua consciência; mas enfim é sempre uma servidão para ele, devido à lei do país. E como essa lei poderia, no tempo dos apóstolos, causar o exílio de um galês, de um romano, que teria, viajando, conhecido o Evangelho, ou por alguma carta, vê-se que então ela teria sido muito injusta, e que seria hoje avessa a todo indiano, turco, ou mouro, que tendo estudado por estas vias o cristianismo, desejaria anunciá-lo em seu país. Eu prossigo seguramente que aquele que considerará o espírito do homem e seus conhecimentos, com a história do que se passou outrora, verá claramente que não há homem tão persuadido do que crê, que não tinha como crer que pode aprender outras coisas; e assim não se deve jamais se recusar a se esclarecer com aqueles que têm alguma coisa de novo a dizer. Por que sabemos se isso não é melhor do que o que nós temos acreditado inclusive de boa fé? Isso é visto em muitas ocasiões. Os indianos que escutam um novo imigrante recém-chegado que lhes fala de Jesus Cristo, e que muda o que eles creem pelo que lhes disse o novo chegado, e se encontram. Os judeus e os

gentios que aprovaram a nova doutrina dos apóstolos, se são bem entendidos: aqueles que escutaram Lutero e Calvino que se converteram à sua doutrina, se estimaram muito felizes de tê-lo feito. É que após tantas experiências devemos nós crer hoje que é impossível que ninguém nos ensine boas coisas? Isso faz ver que toda lei que exclui os novos esclarecimentos, ou os progressos dos conhecimentos humanos, e divinos, é violenta. Onde estariam se após dois ou três mil anos essa lei tivesse sido posta em prática?

O terceiro grau de afastamento é quando se estabelece por lei, que toda pessoa, seja estrangeira, seja nascida no país, que ensinara alguma coisa contra a religião dominante, será forçada a se retratar, e a declarar publicamente que ela acredita como seus compatriotas à pena do fogo, da roda, do trabalho das minas, das galeras, de um calabouço negro e fétido, etc. É aqui onde encontro a maior violência; após o que, para saber se a pena de fogo é pior do que a das galeras ou do calabouço, é preciso consultar o temperamento dos indivíduos; porque há os que achariam melhor sair do trabalho em um quarto de hora, que remar trinta ou quarenta anos; o que não impede que na gradação ordinária das penas, a morte não esteja acima das prisões ou das galeras perpétuas.

Parece daí que a não-tolerância dos protestantes é do mais baixo grau, já que a pena a qual condenam um sujeito que se faz papista, não vai de modo algum mais além do que a do exílio; e para um estrangeiro que seria surpreendido fazendo clandestinamente alguma função de religião, se o punissem, isso não seria tanto por causa de sua religião, mas por causa de que ele seria algum monge disfarçado que se suspeitasse vir para algum incêndio, alguma envenenamento, alguma espionagem, alguma maquinação traidora, de que se têm cem exemplos.

Mas, dirão, o suplício de Servet faz bem ver que eles levam a perseguição tão longe como os papistas. Eu respondo que se precisa bem. O suplício de Servet e de um muito pequeno número de outros indivíduos semelhantes, errantes nas doutrinas mais essenciais, é visto hoje como uma mácula hedionda dos primeiros tempos de nossa reforma, desagradáveis e deploráveis restos do papismo; e eu não duvido de modo algum que se o magistrado de Genebra tivesse hoje um tal processo na mão, abster-se-ia bem cuidadosamente de uma tal violência.

## CAPÍTULO VI

*Sexta objeção. A opinião da tolerância só pode lançar o Estado em todas as espécies de confusões, e produzir uma variedade horrível de seitas que desfiguram o cristianismo. Resposta a este pensamento; em que sentido os príncipes devem ser os nutridores da Igreja.*

Não se pode negar que a condição do homem pode ser aproximada, entre mil outras enfermidades, dessa; que ele não conhece muito bem a verdade que imperfeitamente; porque se ele pode provar uma coisa por razões *a priori*, claras e demonstrativas, tão imediatamente como que sendo uma espécie de rabugento, ele se vê cheio de consequências absurdas, ou ao menos muito difíceis, que se pretende que nasçam do que ele acreditou demonstrar; e se ele tem a felicidade de não ser derrotado pelas reduções *ad absurdum*, quero dizer, pelas absurdidades que emanam de seu sentimento, ele tem a mortificação, além disso, de só ter ideias confusas e provas débeis do que ele sustenta. Aqueles que sustentam ou a divisibilidade da matéria ao infinito ou os átomos de Epicuro, saberiam o que dizer. Eu tenho bastante boa fé para confessar que se meu sentimento tem algo fraco, é do lado das consequências. As provas diretas que a apoiam são maravilhosas; as consequências do sentimento oposto são monstruosas. Até aí tudo bem: mas quando se debruça sobre as consequências de minha hipótese, a coisa não vai tão bem; dir-se-ia que para humilhar nosso espírito, Deus não quer que se ache cômodo onde determinar a planta do pé, e que encontre não mais que armadilhas, de qualquer lado que se volte. Eu tenho, não obstante, a vantagem que todas as consequências que me fazem medo podem ser resolvidas. Vamos ver.

Não há, dizem, mais perigosa peste em um Estado do que a multiplicidade de religiões, porque isso põe em dissensão os vizinhos com os vizinhos, os pais com os filhos, os maridos com as mulheres, o príncipe contra os súditos. Respondo que bem longe que isso constitui algo contra mim, é uma forte prova para a tolerância; porque se a multiplicidade de religiões prejudica um Estado, é unicamente porque uma não quer tolerar a outra, mas a dissipar pela via das perseguições. *Hinc prima mali labes*, é a origem do mal. Se cada um tivesse a tolerância que eu sustento, haveria a mesma concórdia em um Estado dividido em dez religiões, como em uma cidade onde as diversas espécies de artesãos se suportam mutuamente. Tudo isso que poderia aí haver, seria uma honesta emulação a que mais se observaria em piedade, em bons costumes, em ciência; cada um vangloriar-se-ia de provar que ela é a mais amiga de Deus, testemunhando um forte afeiçoamento à prática de boas obras; vangloriar-se-iam

do mesmo modo de mais afeição pela pátria, se o soberano protege a todos, e os tivesse em equilíbrio pela sua equidade. Ora, é manifesto que uma tão bela emulação seria causa de uma infinidade de bens; e por consequência a tolerância é a coisa do mundo mais própria a restabelecer o século de ouro, e a fazer um concerto e uma harmonia de muitas vozes e instrumentos de diferentes tons e notas, tão agradável pelo menos como a uniformidade de uma só voz. Que é então que impede esse belo concerto formado por vozes e tons tão diferentes um do outro? É que uma das duas religiões quer exercer uma tirania cruel sobre os espíritos, e forçar as outras a lhe sacrificar sua consciência; é que os reis fomentam essa injusta parcialidade, e confiam o braço secular aos desejos furiosos e tumultuosos de uma população de monges e de clérigos; em uma palavra, toda a desordem vem não da tolerância, mas da não-tolerância.

É o que respondo ao lugar comum que tem sido tão rebatido pelos ignorantes, que a mudança de religião traz com ela a mudança de governo, e que assim é preciso cuidadosamente impedir que alguém o inove. Eu não buscarei saber se isso é conseguido tão frequentemente como o dizem; eu me contento, sem muito me informar de fato, em dizer, supondo-o tal como eles o fazem, que vem unicamente da não-tolerância; porque se a nova seita era imbuída dos princípios que sustento, ela não faria, de modo algum, violência àqueles que quisessem conservar a velha doutrina; contentar-se-ia em lhe propor suas razões e em os instruir caridosamente. Se a velha religião semelhantemente era imbuída das mesmas máximas, não violaria a nova, se contentando em combater por razões doces e caridosas. Assim o soberano manteria sempre sua autoridade sã e salva, cada particular cultivaria em paz seu campo e sua videira, oraria a Deus à sua maneira, e deixaria as outras orarem e o servirem à delas. De modo que ver-se-ia o cumprimento dessa predição do<sup>38</sup> profeta, na concórdia de tantos sentimentos diametralmente opostos, *O lobo viverá com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o bode, o bezerro, o leão e o novilho gordo pastarão juntos; e uma criança os guiará*, etc. É claro a todo homem que sobre isso reflete, que todas as desordens que acompanham as inovações de religião, vêm do que se supõe aos inovadores com o ferro e o fogo, e que lhe recusam a liberdade de consciência, ou bem do que a nova seita encha de um zelo considerável, quer destruir pela força a religião que ela encontra antes estabelecida. É então a tolerância que pouparia ao mundo todo esse mal; é o espírito perseguindo quem o lhe carrega.

Alegam também, não sei como, exemplos de facciosos que, para transtornar o Estado, tem feito acreditar que eles quisessem purificar o culto divino, e tendo atirado o povo em seu partido, se colocaram em campanha com as armas à mão, e causaram mil desordens; mas isso não prova outra coisa, senão que a malícia do homem abusa de tudo. Isso não prova de maneira alguma que seja o dever do príncipe sufocar pela força do braço secular, toda novidade de religião que se eleve em seus Estados; porque nesse caso os imperadores pagãos teriam tido o maior direito de sufocar o cristianismo nascente; e todas suas perseguições

<sup>38</sup> Isaías, cap. XI, versículo 6.

seriam atos de justiça muito necessários: o que, sendo da última impiedade, se segue que é preciso fazer exceções. A experiência nos ensina que houve novidades em matéria de religião, que têm sido boas e santas; sabemos que se pode criá-las todos os dias, nos países infiéis, pela introdução do calvinismo; sabemos também que há novidades, que não servem mais que de pretexto a sediciosos. O que fazer então quando um soberano sabe que surge em seu país algum novo doutor? Precisa prendê-lo e todos aqueles que o seguem? De maneira alguma. É necessário esperar como para ver se é um faccioso que queira se engrandecer pelas vias das guerras civis; neste caso não merece nenhuma tolerância: é preciso exterminá-lo, quando mesmo fosse persuadido que o que ensina é divino. Esse não é o caso para tais pessoas para as quais eu demando cuidado, visto que elas têm tão condenáveis desígnios, e que a religião que pregam, se têm uma, é perseguidora, e dá, por consequência, no funesto sentido literal que refuto. Mas se esse novo doutor não tem de maneira alguma em vista excitar sedições, se não tem por objetivo insinuar opiniões que crê sãs e verdadeiras, e de as estabelecer pela via da instrução e da razão, então é preciso o seguir, se se entende que aí tivesse a verdade do seu lado; e se ele não nos persuade, é preciso permitir àqueles que persuade de servir a Deus segundo esse novo doutor. É assim que procedera Ethelrede, um de nossos reis, a respeito dos monges que o Papa Gregório, o Grande, enviara neste país para pregar o Evangelho. É verdade que se servindo das mesmas armas que o novo doutor, a saber, das razões, não precisa nada omitir para o reconduzir ao caminho batido, e para aí reter os outros, quando se crê que é o melhor.

É por aí que respondo a uma razão especiosa da qual se servem nossos adversários; dizem que entre as graças que Deus promete à sua Igreja, a de dar príncipes que serão os nutridores, é das principais. Eu concordo; nada é mais vantajoso à Igreja do que os príncipes que a protegem, e que a mantêm; que dão ordem para que ela seja servida por pastores sábios e esclarecidos, e que estabelecem para isso colégios e academias bem rentáveis; que não poupam os gastos necessários à suas necessidades; que têm cuidado em castigar os escândalos e os maus costumes dos eclesiásticos, afim que os outros se contenham na integridade que exige sua profissão; que pela sua boa vida e por suas leis animam todo o mundo a praticar a virtude e, enfim, que estejam sempre prontos a punir severamente todos aqueles que ousariam tentar oprimir a liberdade da Igreja; porque eu aprovo extremamente, e é o dever indispensável dos príncipes, que se eleva ao das seitas que queiram insultar os ministros da religião dominante, e empregar a menor força contra aqueles que querem perseverar em sua antiga profissão, quando se punisse esses sectários por todas as vias devidas e racionais, e mesmo, inclusive, o último suplício, se for o caso, visto que neste caso seriam francos perseguidores, que usariam vias de fato, e que arruinariam as leis políticas. Eis em qual sentido os príncipes devem ser os nutridores da Igreja; e como isso seria um grande instrumento para ela se os príncipes deixassem seus pastores expostos aos insultos dos laicos; se os abandonassem a suas próprias concupiscências, sem contê-los por sábios regulamentos; se fechassem sua

bolsa a todas suas necessidades: daí vem que Deus lhe promete como uma graça singular, a amizade e a proteção dos soberanos da terra.

Mas, acrescentarão, isso não é o bastante. Os príncipes não portam a espada sem causa; eles a receberam de Deus para punirem os maus; e entre os maus não há que o sejam mais do que os heréticos; porque eles se colocam contra a majestade de Deus, pisam com os pés suas verdades, envenenam a alma cuja vida é tudo para nós, e mil vezes mais preciosa que a do nosso corpo. Eles são, então, piores do que os aprisionadores e do que os ladrões dos grandes caminhos, que só matam o corpo, e por consequência são mais puníveis. *Bona verba quaeso!* Indo desse modo, ter-se-á antes justificado os perseguidores dos primeiros cristãos (eu retorno amiúde a este exemplo, porque como nós o veremos em um outro<sup>39</sup> lugar, não se saberia responder a ele) armar-se-á antes os chineses contra todos os missionários; os príncipes protestantes contra seus súditos papistas, e em geral cada soberano contra as religiões diferentes da sua; porque cada um dirá por suas razões, que Deus lhe ordena punir os malfeitores, e que não existem, de modo algum, piores que aqueles que combatem a verdadeira religião; é assim que cada um chama a sua. É preciso então que aí houvesse um perverso sofisma; o desenvolvamos.

Nossos adversários não distinguem de modo algum aqui o direito que receberam os príncipes de castigar pelo gládio os súditos que usam da violência contra seu próximo, e que violam a segurança pública onde cada um deve estar sob a majestade das leis; não distinguem de modo algum, digo, esse direito daquele que eles atribuem falsamente aos mesmos príncipes sobre a consciência. Mas para nós, não confundamos essas coisas. Dizemos que é bem verdade que os soberanos têm um poder autorizado por Deus para fazer prender, açoitar, aprisionar, e punir de tais outras penas todos os que maltratam mais ou menos seu próximo em seu corpo, ou em seus bens, ou em sua honra; e isso é tanto mais justo que aqueles que fazem as violências confessem não somente que as cometem contra as leis do Estado, mas também contra sua consciência, e contra os preceitos de sua religião, e que assim é uma malícia muito mais voluntária. Eu não creio que aí tivesse exemplo de um ladrão de grandes caminhos, ou doméstico, como um aprisionador, como um duelista, como um falso testemunho, como um assassino, punido de morte pelos juízes, tivesse dito que teria seguido os instintos de sua consciência, e os mandamentos de Deus, cometendo os crimes pelos quais se fez prender. Assim ele peca voluntariamente, e por malícia, e violenta seu próximo, malgrado seu Deus e seu rei.

Eis duas coisas que não se encontram nos heréticos que eu suponho deverem ser toleradas; porque, primeiramente eles não violentam ninguém: dizem bem a seu próximo que está no erro, lhe alegam as melhores razões que podem, lhe fazem ver uma outra crença que apoiam o mais firmemente que lhes é possível, exortam a mudar, lhe mostrando que se o condenará, se não segue a verdade que lhe apresentam. Eis tudo o que eles fazem; após isso eles deixam

---

<sup>39</sup> Ver o capítulo VIII.

esse homem em sua plena liberdade; se quer se converter, eles ficam bem tranquilos; se não o quer, a ele permitido, o recomendam a Deus. É maltratar seu próximo? É pecar contra a segurança pública, à sombra da qual cada um deve comer pacificamente seu pão, sob a majestade das leis, e cuidar de sua família?

Em segundo lugar, esses heréticos (eu chamo assim nesta passagem todos os que os soberanos qualificam por este nome, os vendo diferir da religião do Estado) instruindo seu próximo, disputando contra ele, exortando-o à mudança de crença pelo medo do inferno, não creem fazer uma má ação; eles creem, ao contrário, render um grande serviço a Deus, e é o zelo do verdadeiro e do falso, mas enfim o zelo de sua glória e o instinto da consciência, que os impele. Assim não pecam de modo algum por malícia; ou se o pecam, é apenas aos olhos de Deus, visto que os juízes não o saberiam conhecer, e que a presunção é que eles não agissem contra sua consciência. É então verdadeiro que os dois fundamentos que autorizam o suplício dos ladrões, dos homicidas, etc., não se encontram de modo algum no suplício dos heréticos.

Mas, dirão, o veneno dado a alma fez mais injustiça ao homem que o de o fazer bebê-lo; blasfemar Deus e suas verdades, e ele querer corromper seus sectários, é um crime maior que injuriar um rei e excitar uma revolta contra ele. Então um herético como o Voisin, ou como o cavaleiro de Rohan, que teria falado da pessoa de seu monarca com o último desprezo, e que teria levantado um motim. Eu respondo a essas duas coisas aqui indicadas. O Voisin e o cavaleiro de Rohan sabiam que fariam mal, o fazendo pela necessidade de fazer o mal, e não deixando a escolha e a liberdade daqueles que eles envenenavam e injuriavam, de ser envenenado e injuriado, ou de não o ser; ao passo que um herético crê salvar seu próximo, e lhe fala com o desígnio de o salvar, e deixa a sua liberdade de tomar o que lhe oferece, ou de o deixar; mas além dessas duas grandes disparidades, eu digo ainda duas coisas:

Uma, que um príncipe faz bastante bem seu dever, quando opõe ao veneno que se apresenta a seus súditos, um bom e salutar contraveneno, enviando a toda parte doutores e pregadores que confundam os heréticos, e que impeçam aqueles que se quer corromper a verdadeira religião, de deixar se enganar por falsos raciocínios. Se os pregadores enviados pelo príncipe não podem impedir que muitos súditos não se deixem persuadir com razões dos outros, o príncipe não terá nada a se censurar; ele terá feito tudo o que foi devido; não é uma função de sua realeza dobrar a alma de seus súditos a uma tal ou a tal opinião. A esse respeito, os homens não dependem uns dos outros, e não têm nem rei, nem reino, nem mestre, nem senhor sobre a Terra; não é preciso então censurar um príncipe que não exerça, de modo algum, sua jurisdição sobre as coisas que Deus de modo algum lhe submeteu.

A outra coisa que eu quero dizer é que nós nos criamos grandes termos para dar horror a certas coisas, que passam bem amiúde ao alcance de nossas decisões. Um tal, dizem-nos, pronuncia blasfêmias insuportáveis e desonra a majestade de Deus, de maneira mais sacrílega do mundo. O que é isso, após o ter examinado judiciosamente e sem paixão? É que ele



tem, a respeito das maneiras de falar de Deus honradamente, outras ideias diferentes de nós. Estamos então quase nos termos onde estaria um de nossos cortesãos ignorantes, que leria uma carta escrita ao rei por qualquer príncipe das Índias, no país no qual isso seria a moda, para bem honrar alguém lhe escrevendo, de se servir de um estilo burlesco; que leria, digo, uma carta em estilo burlesco escrita ao rei por esse príncipe, e que em seguida transportado por zelo para o rei, escreveria que precisaria ir destronar esse príncipe, que teve a petulância de zombar do rei em sua carta. Uma guerra declarada a esse príncipe não seria ela bem fundada? A ele, digo, que só teria negligenciado o estilo sério por medo de desagradar ao rei, e que só teria considerado o burlesco para testemunhar mais vivamente seu respeito? A única coisa da qual se poderia censurar esse príncipe indiano, seria de não ser informado dos costumes da Inglaterra, e da opinião segundo a qual julgamos que uma carta é respeitosa, ou não o é. Mas se esse pobre miserável não tivesse podido se informar, nem se instruir, alguma perquisição que lhe fosse feita, não seria isso de modo algum uma extrema brutalidade de ir afastá-lo do trono, por causa da pretensa irreverência de seu estilo burlesco? Eis, contudo, muito simplesmente, o que fazem os perseguidores, quando punem um herético. Eles entendem que ele diz de Deus certas coisas que julgam injuriosas; mas quanto a ele, não lhes diz porque elas lhe parecem respeitosas, e que o contrário lhe pareceria injurioso a Deus. Não há nada a dizer contra ele, se não é que deva ser melhor se informar das maneiras de falar de Deus, que pareçam honoráveis no tribunal celeste. Mas se ele responde que é informado tanto quanto pôde, e que não o é após todas as perquisições possíveis que se é fixado a tais maneiras de honrar Deus, e que eles que as tratam de blasfêmias, lhe parecem tão mal instruídos da verdade, que não duvida de modo algum que eles não tenham tomado um pelo outro, e que estimar-se-ia blasfemador se falasse como eles; se ele lhe responde, digo, isso não lhe deve fechar a boca, a menos que não o possam convencer de mostrar falso, o que só é possível para Deus; e se eles o fazem morrer, não são semelhantes àqueles que fariam morrer o príncipe indiano no caso mais acima posto?

Isso só vale por todo o comentário no qual trabalho, e basta para mostrar a nu a todo espírito bem racional, a baixeza dos perseguidores. Estes exemplos os arruínam, e não duvido que eles não sejam picados ao vivo, quando os lerem, porque sentirão que suas chicanas não satisfarão eles mesmos. Estou irritado da dor que isso lhes causará, mas eu não saberia aí como fazer, nem impedir de lhes desferir ainda um golpe, que isso demonstra que os príncipes não receberam de maneira alguma de Deus o gládio, para punir essas espécies de irreverências feitas a sua divina majestade. É delas que se pode dizer o que dizia um ancião, *Deorum injuriae diis curae* [É dos deuses se preocupar das injúrias para com os deuses]; é de Deus conhecer essas ofensas e fazer o que lhe aprazera; mas, quanto aos homens, eles só enxergam aí erro de escolha; eles convencem a todos que é preciso honrar Deus, e em dizer todas as maiores coisas que se imaginara que lhe cabem; mas em seguida um lança sua escolha sobre esse, o outro sobre isso, e cada um censura a escolha do outro. É claro que cabe a

Deus somente punir aquele que se engana, e não cairá jamais em um espírito justo, que punirá a má escolha involuntária, quero dizer, que não depende de seu espírito para mal escolher. Se Alexandre que era desprezado incontinenti da burguesia como aqueles de<sup>40</sup> Mégara lhe tivessem dado sua cidade por decreto público, o aceita de muito bom coração, quando ele percebe que acreditaram com isso lhe testemunhar o maior respeito que lhe fosse possível, visto que jamais renderam essa honra a Hércules; não é justo pensar que Deus, que julga salutarmente todas as coisas, não presta atenção de modo algum se o presente que lhe fazem com tais ou tais opiniões, tocando sua divindade, é grande ele mesmo, mas sim se é o maior que nos pareceu ser, após termos bem procurado o mais digno de lhe ser ofertado?

Quanto a essa enorme variedade de seitas desfigurando a religião que pretendem que nasça da tolerância, digo que ela é um mal menor e menos ignominioso ao cristianismo do que os massacres, os patíbulos, as dragonarias, e todas as cruéis execuções, pelo meio de que a Igreja romana tem procurado conservar a unidade, sem poder vir a triunfar. Todo homem que penetra nele mesmo e que consulta a razão, estará mais chocado de ler na história do cristianismo essa longa série de matanças e violências, como estaria de o ver partido em mil seitas; porque consideraria que é humanamente inevitável que os homens não examinem em diversos séculos e países as doutrinas de religião de diferente maneira, e que não interpretem, uns de um modo, outros de outro, o que é suscetível de muitos sentidos. Deve estar menos chocado disso, do que de ver que um queira atenuar e torturar o outro, inclusive até que confesse que ele vê o que o outro vê, e se não o confessa, que lance ele ao fogo. Quando se sabe que não somos senhores de nossas ideias, e que uma lei eterna nos proíbe de trair nossa consciência, só se pode ter horror por aqueles que despedaçam o corpo de um homem, porque ele tem antes essas ideias do que aquelas, e que quer seguir as luzes de sua consciência; e assim nossos conversores, para tirar um escândalo do cristianismo, o põem em um maior.

Não quero me prevalecer da comparação de um príncipe, do qual o vasto império abrangesse muitas nações diferentes em leis, usos e costumes, e línguas, e que honrariam cada uma seu senhor o costume e o gosto de seu país: o que indicaria mais grandeza do que se não tivesse mais que um simples e mesmo método de respeito; eu não quero, digo, me servir deste exemplo, para mostrar que todas as religiões do mundo, bizarras e diversificadas como elas a são, não convêm mal à grandeza infinita do Ser soberanamente perfeito, que quis que em matéria de diversidade toda a natureza o exortasse pelo caráter do infinito. Não, eu acho melhor dizer que seria uma bela coisa o acordo de todos os homens, ou ao menos de todos os cristãos na mesma profissão de fé. Mas como é uma coisa mais a desejar do que a esperar, como a diversidade de opiniões parece ser um apanágio inseparável do homem, enquanto tiver um espírito tão limitado e o coração tão desregrado como tem, é preciso reduzir este mal à menor desordem que for possível; e é sem dúvida de se tolerar uns aos outros, ou em uma mesma comunhão, se a qualidade dos erros o permita, ou ao menos nas mesmas cida-

<sup>40</sup> Sêneca diz isso dos Coríntios, *De benef.*, 1. I, cap. 13.

des. Um<sup>41</sup> belo espírito da Antiguidade bem disse, que a vida humana é um verdadeiro jogo de azar, e que é preciso viver neste mundo como quando se joga os dados; se, os jogando, o que pedimos não se consegue, é preciso corrigir por nossa destreza o que é conseguido por caso fortuito. O que deveríamos desejar, é que todos os homens fossem de uma mesma religião; mas porque isso não se obtém de modo algum, o melhor que alguém pode fazer é de os levarem a se tolerar uns aos outros. Um diz que não é necessário invocar os santos, e o outro diz que é preciso invocá-los. Visto que cada um crê que o outro se engana, deve tentar o desenganar, e raciocinar com ele o melhor que puder; mas após ter esgotado suas luzes sem o persuadir, deve deixá-lo lá, orar a Deus por ele, e viver com ele na união que deve estar entre as pessoas honestas, e entre bons compatriotas. Se isso assim fosse, a diversidade de crenças, de templos e de cultos não faria mais desordem nas cidades e nas sociedades, do que a diversidade de barracas em um mercado, onde cada mercador honesto vende o que tem sem estorvar a venda de um outro.

Se a Igreja romana entende que a multiplicidade de seitas desonra o cristianismo, como então se adapta ela a essa bizarra diversidade que está em sua comunhão, onde os eclesiásticos são uns cardeais no palácio, nos jardins de prazer, à mesa aberta; outros são bispos que vão ao exército, e que são pequenos soberanos, ou que vão à embaixada, ao baile, ao cofre, à corte, ou que pregam e fazem livros; outros abades galantes, defensores de concertos, da comédia e da ópera, para nada dizer de pior; outros grandes lacaios de disputas, e de investigadores de prosélitos; outros mendigam de porta em porta, vestidos como loucos; outros nas solidões e nos retiros? Como se adapta ela a essa bizarra diversidade de bêbedos, de jogadores, de rufiões, de proxenetas, de supersticiosos, de falsários, de pessoas de bem, de pessoas de honra segundo o mundo? Muito bem, dirá ela, porque eles todos fazem profissão de reconhecer minha autoridade. Eis o ponto. Que se seja tudo isso que se queira, contanto que se submeta à Igreja, se é assegurado da tolerância. Mas o que impedirá também que não se acomode em uma mesma república de uma infinidade de seitas, contanto que elas sejam reunidas todas a reconhecer Jesus Cristo por seu chefe, e a Escritura por sua regra? Será permitido à Igreja romana dividir-se em uma infinidade de comunidades bastante opostas de institutos e doutrinas, e que se entre acusam algumas vezes de erros perigosos, contanto que se reconheça em geral a autoridade da Igreja; e não será permitido tolerar uma infinidade de seitas opostas em sentimentos, contanto que elas reconheçam em geral a autoridade da Escritura. Se se diz que a Igreja romana não permite os diferentes sentimentos como nas coisas onde ela não pronunciou seu decreto definitivo, o que impedirá as tolerâncias de dizer que não se permite as diferentes opiniões como nos pontos onde a Escritura não é de uma claridade necessária?

Eu esqueceria a objeção de algumas pessoas que se batem em retirada poderiam fazer,

<sup>41</sup> *Ita vita est hominum quasi cum ludas tesseris. / Si illudi, quod maxume opus, est jactu non cadit, / Illud quod cecidit forte id arte ut corrigas.* (Terêncio, Adelphi, ato IV, cena 7).

que se a verdade ao redor do mundo fosse de um humor tolerante, a diversidade de religião não seria nenhum prejuízo ao Estado: mas vista a condição do homem que faz com que um zelo inconsiderado transporte a maior parte das pessoas, e, sobretudo, as da Igreja, a prudência não permita mais que um príncipe tolere as seitas; porque tolerando-as descontenta os súditos da mesma religião que ele, aliena o coração de seu clero, capaz de o derrubar do trono, o fazendo passar por ímpio, ou por um fautor de heréticos, e causa mil antipatias, e ressentimentos nos espíritos. Eu respondo que a verdade plena seria temer pessoas que seriam possuídas do espírito do clero romano, se aí não se pusesse boa ordem desde o início; mas se um príncipe soubesse reinar, poria a si mesmo acima desse perigo; porque ele só teria que fazer publicar em todos seus Estados que não toleraria mais as seitas, desde que todo o clero da religião dominante levasse uma vida conforme aos conselhos e aos preceitos de Jesus Cristo, e não escandalizasse mais o próximo por sua mundanidade, sua baixeza, seu orgulho e sua impaciência. Essa condição agradaria sem dúvida aos laicos, que não exigiriam mais do que ver uma grande pureza de costumes no clero; e como os eclesiásticos achariam bom permanecer em seu descanso, essa condição não acontecendo de modo algum, o rei estaria dispensado de perseguir as seitas; e as pessoas zombariam do clero que quisesse envenenar uma tolerância, que não lhe tivesse como fazer cessar vivendo bem. Além disso, necessitar-se-ia escolher um certo número de pessoas honestas pacíficas e moderadas, e dar a uns os primeiros encargos do clero, e mandar aos outros pregarem em suas províncias, que é preciso atacar as seitas pelos exemplos de uma boa vida e por belas instruções. Colocar-se-ia assim as pessoas nos sentimentos equitativos e, no fundo, um príncipe que se visse solicitado a extirpar uma religião e que diria aos solicitadores que precisaria primeiramente convencer os sectários de sua injustiça, e que desde que lhes fizessem ver que eles seriam convencidos, ele os expulsaria se não quisessem se unir à Igreja, embaraçando muito conversores perseguidores; porque teriam eles bem a petulância de dizer que não é necessário mostrar à sectários que eles fazem injustiça, para ter direito de puni-los, se soubessem que o príncipe enviou contra eles arcebispos hábeis, que provar-lhes-iam logo o contrário, e pelos padres, e pela Escritura, e pela razão. Vedes então que se a perseguição das seitas podia jamais ser um mal necessário, o seria pela falta dos soberanos que se entregam à mercê dos monastérios e de todo o clericalismo, ou falta de luz, ou por maus motivos.

## CAPÍTULO VII

*Sétima objeção. Não se pode negar o constrangimento no sentido literal, sem introduzir uma tolerância geral. Resposta a isso, e que a consequência é verdadeira, mas não absurda. Exame das restrições de alguns semi-tolerantes.*

É aqui que nossos adversários imaginam nos ter pelo pescoço; se seguem de vossas razões, dizem eles, que seria necessário permitir na república não somente os socinianos, mas também os judeus e os turcos: ora, essa consequência é absurda: então a doutrina de onde ela nasce é também. Eu respondo, que eu consinto a consciência, mas nego que ela seja absurda. Há ocasiões onde os sentimentos intermediários são os melhores, e as duas extremidades viciosas; isso é mesmo bastante frequente, mas nesta ocasião não se saberia encontrar uma justa medida; é preciso tudo ou nada. Não se pode ter boas razões para tolerar uma seita, se elas não são boas para tolerar uma outra; é como nos forçados Caudines onde Herennius Pontius aconselha uma ou outra das duas extremidades, ou bem tratar todos os romanos, ou de matar todos; e a experiência mostra que seu filho, que quis ter o meio-termo, aí não entendeu nada. *Ista*<sup>42</sup> *quidem setentiae*, lhe diz sabiamente seu pai, *ea est quae neque amicos parat, neque inimicos tollit* [Esta decisão, é a que não fazes amigos, não suprimas os inimigos].

Tratemos então de esclarecer aqui o mais brevemente que for possível, e primeiramente para o que diz respeito aos judeus, se se acredita mesmo nos países da Inquisição, como na Itália, que eles devem ser tolerados. Toleram-nos em muitos Estados protestantes, e tudo o que há de pessoas racionais têm horror ao tratamento que lhes dão em Portugal e na Espanha. É verdadeiro que aí tem muito de sua falta; porque aí permanecem eles sob a aparência de cristãos, e com uma profanação horrível de todos os seus sacramentos, visto que eles podem ir longe professar altamente o judaísmo? Mas essa falta não desculpa de modo algum as leis cruéis dos espanhóis, e ainda menos a execução rigorosa dessas leis. Em segundo lugar para o que é dos maometanos, eu não vejo que eles sejam mais indignos de tolerância do que os judeus; ao contrário, eles o são menos, visto que têm Jesus Cristo por um grande profeta; e assim se ele tomasse capricho ao mufti de enviar em cristandade alguns missionários, como o papa envia às Índias, e que se surpreende esses missionários turcos se insinuando nas casas, para aí fazerem a profissão dos conversores, eu não penso que se fizesse em direito de os

---

<sup>42</sup> *Tito-Lívio*, livro IX, III, 12

punir; porque se eles respondessem as mesmas coisas que os missionários cristãos responderam no Japão em caso parecido, a saber, que o zelo de fazer conhecer a verdadeira religião àqueles que a ignoram, e de trabalhar na salvação de seu próximo do qual eles deploram a obstinação, os têm engajado a vir fazer parte de suas luzes, e que sem ter consideração por essa resposta, nem ouvi-los em suas razões, os enforcam, não seria ridículo que os japoneses fizessem do mesmo modo. Pois então se se queimasse horrivelmente os japoneses, é preciso convir que não seria necessário maltratar esses missionários do mufti, mas os fazer entrar em conferência com padres, ou ministros, a fim de os desenganar. Que não se pudesse triunfar, e que protestassem que eles morreriam antes do que desobedecer a ordem de Deus e do grande profeta, seria bem necessário poupar de fazê-los morrer; e contanto que não fizessem nada contra a paz pública, quero dizer, contra a obediência dada ao soberano nas coisas temporais, eles não mereceriam somente o exílio, nem eles, nem aqueles que poderiam ganhar por suas razões; porque, de outro modo, os pagãos teriam bem feito ao afastar e aprisionar os apóstolos, e aqueles que teriam se convertido ao Evangelho. Não é preciso de maneira alguma tirar a proibição de ter dois pesos e duas medidas, nem que da mesma medida que nós medimos as outras, seremos medidos. Quisesse Deus que os infiéis quisessem fazer troca de missões e de tolerâncias, e convir que nossos missionários teriam toda permissão de pregar e de instruir em seus países, contanto que seus missionários obtivessem nos nossos Estados uma faculdade parecida! A religião cristã encontraria grandes vantagens; os pregadores pagãos e maometanos não ganhariam nada conosco, e os nossos poderiam fazer muitos frutos nas nações infiéis. E nós seríamos bem censuráveis, se entrássemos em uma tal incredulidade de nossas razões, como nós acreditássemos que para as sustentar bem contra os missionários turcos, ou chineses, precisar-se-ia vir às prisões e aos suplícios. Eis a boa opinião que se tem nas religiões perseguidoras, de que elas devem ser a pura verdade que Deus nos revelou; não se crê que ela seja capaz de fazer tudo sozinha; lhe dão para ajudantes os carrascos, e os dragões, ajudantes que passam bem pela verdade, visto que sós e sem elas fazem o que querem.

Ora, se no caso menos favorável, como no envio dos missionários em um país onde não há, de modo algum, turcos, digo, que não devam ser punidos de nenhum castigo temporal; pela mais forte razão são eles dignos de tolerância nos países onde os encontram estabelecidos e onde se apoderam por conquista. Assim eu defendo, a menos que razões de política não o exigissem, como elas exigem algumas vezes que se afaste os novos súditos de sua própria religião, que os príncipes cristãos que tomam cidades dos turcos não devem afastar os maometanos, nem os impedir de terem mesquitas, ou de se reunirem nas casas. Tudo o que é preciso fazer é instruí-los, mas sem violência e sem constrangimento. Isso se deve não somente por respeito por essa lei eterna que nos mostra, quando se a consulta atentamente e sem paixão, que a religião é um processo de consciência que não se comanda, mas também por reconhecimento do que eles têm conservado aos cristãos de seu império a faculdade de

exercer sua religião. Eu duvido muito que se lhes faça parecido; o papa não deixaria jamais em paz o imperador e os venezianos, se eles deixassem os turcos em suas conquistas, e a corte imperial não tem necessidade de ser impelida à perseguição pela de Roma, ela aí é de hoje em diante muito bem formada para ter necessidade de ajuda a este respeito.

Eu digo, em terceiro lugar, que os pagãos mesmo sendo dignos de tolerância, e que Teodósio, Valentiniano e Martien não podem ser de maneira alguma desculpados por terem condenado à morte todos aqueles que fariam algum ato de religião pagã. Ainda que a maneira violenta que os antigos imperadores usaram, rendesse os pagãos intoleráveis pela máxima, *Que uma religião que força as consciências não merece de modo algum ser permitida*, necessitaria, portanto, se abster de represálias, quando se visse os pagãos tão baixos que não houvesse lugar para temer que eles retornassem bastante potentes para recomeçar as tragédias de Décio e Diocleciano. Além do que não se poderia dizer da religião pagã, como da romana, que ela fosse engajada em perseguir por seus concílios, e quase por seus princípios fundamentais: assim, não se deve argumentar sobre o que teriam feito os imperadores antes de Constantino, que fariam os pagãos que por ventura seriam tornados os senhores após Teodósio. E que não se diga que não se violentava a consciência dos pagãos, lhes proibindo o culto dos deuses sob pena de morte; porque é certo que eles eram vinculados a esses cultos por liames de superstição muito fortes; e é entendido que têm<sup>43</sup> sido dados a renunciar a grandes encargos, antes que a seu paganismo. Na verdade, encontram-se poucos que quisessem arriscar sua vida; mas se isso fosse a única causa pela qual os cristãos não fizeram morrer muitos idólatras, em execução das leis imperiais, eu não vejo que eles devam se glorificar muito de sua complacência, e a oporem-se à crueldade pagã. Que se no império romano o constrangimento foi ilícito contra os descendentes daqueles que teriam tanto perseguido os cristãos, pela mais forte razão o seria hoje contra os japoneses e os chineses; e assim quando acontecesse, ou que um imperador desse país embaraçasse a fé cristã, ou que um chefe de cruzada, à maneira de Godefroi de Bouillon, se tornasse o rei daquele país, faria muito mal em trabalhar na conversão de seus súditos por outras vias que não a doçura da instrução. Mas não permitir-lhe-iam essa tolerância; porque se fossem missionários papistas que convertessem o imperador, ou que vissem sobre o trono um chefe de cruzada papista, eles o exortariam desde o dia seguinte a publicar um edito, declarando que, à pena de morte, cada um tivesse que se fazer batizar. E é uma boa lição os chineses a expulsar todos os missionários, que condenariam pelo menos três quartos das pessoas, lhes fazendo profanar os sacramentos, e agir contra sua consciência.

Seria inútil provar, em particular, que os socinianos são dignos de tolerância após ter provado que os pagãos, os judeus, e os turcos são dignos. Passemos então ao exame das limitações de senhores semi-tolerantes.

Esses senhores, seja para gozar das comodidades da tolerância, sem perder o prazer de

<sup>43</sup> Zosime 1. V, falando de Genéride sob Honorius.

perseguir, seja por outras razões mais honestas, cortam a desavença pela metade, e dizem que existem seitas que é preciso tolerar, e outras que é preciso extirpar, senão pelo ferro e pelo fogo, ao menos pelo exílio e pelas confiscações. Dizem também que se a pena de morte é muito rude para o povo que foi seduzido, ela não é muito para o heresiarca que o seduziu. *Nec totam servitutem nec totam libertatem pati possunt* [Eles não podem suportar nem uma total servidão, nem uma total liberdade], como se dizia do povo romano.

Quando isso vem a determinar mais particularmente quais são os heresiarcas que merecem a morte, eles dizem que são aqueles que pronunciam blasfêmias contra a divindade, e que visto que nos Estados bem policiados se fure a língua com um ferro quente, ou se extirpa aqueles que blasfemam, não é preciso achar estranho que as injúrias atrozes e blasfematórias que Servet vomitara contra a Santa Trindade, tivessem sido expiados pelo fogo. Mas permitam-me lhe dizer que abusam disso bem grosseiramente.

Porque, a fim que um blasfemador seja punível, não basta que o que ele diga seja uma blasfêmia, segundo a definição que agrada a outros dar deste termo; é necessário que ela o seja segundo sua própria doutrina, e eis porque se pune justamente um cristão que jura o santo nome de Deus, e que se serve de termos chocantes contra essa mesma divindade que ele faz profissão de acreditar; porque então ele peca por malícia e sabendo que peca. Mas que um cristão que não crê na Trindade, e que é persuadido em sua falsa consciência, que não pode aí ter três pessoas as quais cada uma seja Deus, sem que aí tivesse três deuses, diga e sustente que o Deus dos católicos e dos protestantes é um falso Deus, um Deus contraditório, etc., isso não é blasfemar a seu respeito, visto que nada diz contra a divindade que reconhece, mas contra uma outra que não conhece.

A observação parecerá mais sólida, se acrescento que se se deixa os perseguidores como os senhores da definição de blasfêmia, não haverá, de modo algum, blasfemadores mais execráveis do que os primeiros cristãos e os huguenotes. Porque não se pode nada dizer de condenável, de baixo e de infame, que os primeiros cristãos não tenham dito, sem poupar quaisquer medidas, contra os deuses do paganismo, e se sabe que os protestantes não poupam o Deus da missa, e que o que eles dizem algumas vezes faz levantar os cabelos de seus adversários. Eu não aprovo de modo algum aqueles que têm a incivilidade de se servir de termos bastante odiosos, em presença daqueles que se escandalizam: a honestidade e a caridade querem que se poupe a consciência, e o respeito que é devido aos príncipes quer que se se abstenha em seu favor de certas frases; se bem que nisso os primeiros cristãos não têm sempre a discrição que deveriam. Mas no fundo não é mais do que incivilidade e grosseria. Os protestantes, a isso se acrescenta, acham muito bom que se diga do Deus da missa o que os papistas definem como uma blasfêmia, e que os primeiros cristãos tenham dito dos ídolos do paganismo o que os pagãos nomeavam uma blasfêmia. Se segue por isso que os primeiros cristãos tenham sido blasfemadores dignos de morte, ou que os protestantes o sejam? De maneira alguma, porque a blasfêmia não é definida por um princípio comum ao acusador e



ao acusado, ao perseguidor, e aquele que se persegue. Ora, isso mesmo ocorreria para Servet. As blasfêmias das quais se acusasse não podiam receber este nome, em virtude de um príncipe ou de uma ideia que admitisse tão bem como o senado de Genebra; e por consequência não podia ser punido como blasfemador, do que não se segue que os cristãos podiam ser punidos como blasfemadores, pelos pagãos, os reformados e os papistas, e todos aqueles que creem na Trindade, pelos socinianos. Em virtude dessa máxima, os reformados, que se chamam calvinistas, poderiam punir de morte, como insignes blasfemadores, os papistas e os adventistas, que dizem que o Deus de Calvino é cruel, injusto, autor do pecado, e, contudo, é punitivo desse pecado sobre criaturas inocentes. Isso são blasfêmias horríveis, segundo a definição que os reformados deram a estas palavras; mas como aqueles que as proferem não as dirigem contra a divindade que adoram, mas contra uma coisa que eles creem ser apenas a visão e a quimera de um outro partido, não se pode justamente concluir que eles blasfemam contra Deus.

Sei bem que dirão que Servet teria errado, e que os reformados têm razão no fundo, a respeito da Eucaristia, e que assim não há de modo algum consequência de um aos outros; mas eis justamente o que diriam os papistas, se alguém os quisesse punir de ter dito que o Deus de Calvino é um tirano, autor do pecado, etc. Diriam que eles têm razão de chamar blasfêmia o que se diz contra sua Eucaristia porque eles têm a verdade de seu lado, mas que erram chamar blasfêmia o que dizem contra a predestinação de Calvino, porque é um falso dogma. Isso será sempre pura petição de princípio, nada de claro e de preciso, um reenvio perpétuo, no fundo. Em uma palavra, cada um disporá do dicionário a seu capricho, começando por se apoderar desta hipótese, *eu tenho razão e você não tem razão*; o que é lançar o mundo em um caos mais horrendo do que o de Ovídio.

Nossos semi-tolerantes dizem também que é preciso tolerar as seitas que não arruínam os fundamentos do cristianismo, mas não aquelas que os arruínam. É ainda a mesma ilusão. Porque perguntar-se-á o que é arruinar os fundamentos. É arruinar uma coisa que em fé e realmente são os fundamentos do cristianismo, ou uma coisa que é cruel de tal modo pelo acusador, mas não para o acusado? Se alguém responde que é a primeira, eis o início de um longo processo onde o acusado terá pela negativa, sustentando que o que nega, bem longe de ser o fundamento do cristianismo, não é mais do que uma falsidade, ou, no máximo, uma coisa diferente. Se se contenteis de responder que é a segunda, eis o acusado que dirá que pouco lhe importa arruinar o que passa por fundamental no espírito do seu adversário, visto que não é de maneira alguma uma necessidade que isso seja fundamental; e assim eis uma nova disputa que se alçará sobre esse entimema do acusador:

Uma tal coisa me parece fundamental;

Então ela é;

Que é um raciocínio deplorável. Se desejais então ter bom êxito nesta disputa, é preciso mostrar que uma tal seita arruína o que ela crê fundamental no cristianismo, e então ela

precisará tolerá-la sobre a base que se tolera os judeus, mais ou menos; ou bem é preciso mostrar que as coisas que ela arruína são fundamentais, ainda que ela não o creia. Mas para mostrá-lo não é preciso definires os fundamentos a seu capricho, nem se servires de provas que sejam disputadas pelo adversário; de outro modo, isso seria provar uma coisa obscura por uma também obscura, o que é um disparate: é preciso se servir de princípios confessados e reconhecidos dos dois partidos. Se vem a triunfar, o acusado será reduzido à tolerância sobre a base de uma seita não cristã; se não vem a triunfar, não será justamente tratado como arruinando os fundamentos.

Eu acrescento que basta, para não tolerar de modo algum uma religião, crer que ela arruíne o que cremos fundamental, os pagãos não deviam permitir aos pregadores o Evangelho, e nós não poderíamos permitir a Igreja romana, nem a Igreja romana nós; porque não cremos que os fundamentos do cristianismo se encontrem na comunhão romana, sem uma mistura de um veneno muito perigoso; e quanto a ela, que é muito persuadida negando sua infalibilidade, arruinamos de ponta a ponta a essência mais fundamental do cristianismo.

Há também os que distinguem entre uma seita que começa a se elevar, ou que jamais obteve editos de tolerância, e uma seita que é antes toda estabelecida, seja pela possessão, seja por uma concessão devidamente ratificada, e pretendem que essa mereça toda sorte de tolerância, mas que a outra não a mereça sempre. Para mim, concordo de muito bom grado que a segunda espécie de seita é incomparavelmente mais digna de tolerância do que a outra, e que não há nada de mais infame do que anular leis, santamente juradas. Mas nego que a primeira não o seja; porque se ela não o fosse, como censuraríamos as primeiras perseguições dos cristãos, e os suplícios que François I e Henrique II fizeram sofrer àqueles que se nomeassem luteranos? Eu digo a mesma coisa da distinção que se faz entre o chefe de uma seita, e o povo que se deixa miseravelmente seduzir. Eu confesso que esse sedutor, ou malicioso, ou de boa fé, faz mais mal que o povo; mas não se segue que ainda que o povo mereça mais apoio, o heresiarca deva ser punido; porque se isso se seguisse, o suplício de Lutero e de Calvino não teria sido condenável, e o de são Paulo e de são Pedro não o seria mais.

Vejo bem que, por último recurso, dirão que se Lutero, Calvino e os apóstolos não tivessem a verdade de seu lado, o suplício que lhes teriam feito sofrer teria sido justo; e assim será fundar a injustiça das perseguições, não sobre a violência que se faz à consciência, mas sobre o fato de que esse que se persegue é da verdadeira religião. É uma dificuldade considerável que é preciso examinarmos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO VIII

*Oitava objeção. Torna-se maliciosamente odioso o sentido literal do constrangimento, supondo falsamente que ele autoriza as violências que se fazem à verdade. Resposta a isso, onde se mostra que efetivamente esse sentido literal autoriza as perseguições suscitadas por uma boa causa, e que a consciência que está no erro tem os mesmos direitos que aquela que não está.*

É algumas vezes uma desvantagem disputar com pessoas que não têm muito espírito; porque, ainda que tenham alguma boa fé, chicanam sobre mil coisas que lhes têm sido provadas solidamente; e aí chicanam, digo, porque não compreendem a força da objeção. Mas se tem consolação com os grandes gênios que têm a boa fé, que compreendendo todo o alcance de uma dificuldade, confessam que são batidos, e reconhecem a justiça das consequências que lhes objeta; depois que eles se limitam a mantê-la sem entreter a mesa a disputar por mil incidentes e distinções acessórias, se eles seguem ou não, sua doutrina. Com pessoas de espírito medíocre buscam mil vãos subterfúgios, quando alguém os acossa sobre as consequências do sentido literal; é que elas não veem a verdade, ou vendo-a não querem dar a seu adversário o prazer de confessá-lo; mas outras mais sinceras e mais penetrantes dizem, antes de mais nada, que por mais justa que seja a perseguição fomentada pelos ortodoxos aos sectários, esses nunca podem perseguir, senão que muito criminalmente, a verdadeira Igreja, ainda que creiam-na muito falsa, e que se julguem os únicos ortodoxos. Vejamos se se pode dizer isso.

Para o refutar eu coloco, de fato, que tudo o que a consciência bem esclarecida nos permite fazer para o progresso da verdade, a consciência errônea nos permite, para o que cremos a verdade. É minha tese a provar e a esclarecer.

Eu não creio que ninguém me conteste a verdade deste princípio: *Tudo o que é feito contra o ditado da consciência é um pecado*; porque é tão evidente que a consciência é uma luz que nos dita que uma tal coisa é boa ou má, que não há indício que ninguém duvide desta definição da consciência. Não é menos evidente que toda criatura que julga que uma ação é boa ou má, suponha que há uma lei ou uma regra no tocante à honestidade ou a baixeza de uma ação. E se não se é ateu, se se crê em uma religião, supõe-se necessariamente que esta lei e esta regra estão em Deus. De onde concludo que é a mesma coisa dizer: *Minha consciência julga que uma tal ação é boa ou má*, e dizer: *Minha consciência julga que uma tal coisa agrada ou desagrade a Deus*. Parece-me que isso são proposições reconhecidas também como verdadeiras por todo

o mundo, como as mais claras noções de metafísica. Essa não o é menos: *Todo homem que julga que uma ação é má e desagrada a Deus, e que a faz, contudo, quer ofender Deus e desobedecer a Deus: e todo homem que quer ofender Deus e desobedecer a Deus, desde então peca necessariamente. Assim é uma proposição evidente, que todo homem que faz uma coisa que sua consciência lhe dita ser má, ou que não faz o que sua consciência lhe dita que necessitaria fazer, comete um pecado.*

Não somente um tal homem peca, mas digo também que todas as coisas sendo iguais de outra parte, seu pecado é o maior que se possa cometer; porque, supondo igualdade no ato mesmo, como no movimento da mão que empurra a espada no corpo de um homem, e no ato da vontade que guia esse movimento; supondo também igualdade no sujeito passivo da ação, quer dizer, supondo mesmo dignidade na pessoa morta, digo que o homicídio é um crime maior, quando é feito com um grande conhecimento como é uma ação criminal. É por isso que de dois filhos que matariam cada um seu pai precisamente em todas as mesmas circunstâncias, exceto que um só saberia confusamente que era um crime, e que o outro o saberia mais distintamente, e aí refletiria efetivamente quando cravasse um punhal nas entranhas de seu pai, aquele cometeria uma perversidade incomparavelmente mais atroz e mais punível do que a outra, pela justiça de Deus. Eis ainda uma proposição que ninguém me criticou, que o mau faz segundo a inspiração da consciência. Eu me explico por uma comparação.

Chamamos uma boa ação dar a esmola a um mendicante, e uma má ação, desdenhá-lo com injúrias. Digo, todavia, que um homem que desse a esmola a um mendicante, nas circunstâncias onde sua consciência lhe sugerisse que não precisaria dá-la, e onde aquiescesse as razões boas ou más de sua consciência, faria uma maior má ação do que um homem que desdenhasse com injúrias um mendicante, nas circunstâncias onde sua consciência lhe sugerisse, por motivos que julgasse bons, que precisaria lhe fazer esse mau tratamento. Observeis bem o que coloco: eu não me contento em dizer que a consciência sugere ou de não dar a esmola, ou de dizer injúrias; eu acrescento que ela faz um julgamento resoluto ao qual aqui escemos; quer dizer, que nós ficamos de acordo em que ela tem razão. Outra coisa são certas ideias que a consciência nos apresenta, mas que rejeitamos ou como falsas, ou como duvidosas; e outra coisa a aquiescência ou o consentimento de nosso espírito a essas ideias. Cometer uma ação entre as ideias que a consciência nos oferece para não a fazer, mas sobre a qual ela não faz um julgamento resoluto, não é uma tão má ação, *caeteris paribus*, como de a fazer não obstante o julgamento resoluto de sua consciência. E que seja possível fazê-la não obstante um tal julgamento, quem é que o negará, por pouco que considere aqui?

Um homem vê um mendicante, e se lembrando de que é um tratante, e um preguiçoso que poderia ganhar sua vida se quisesse trabalhar, um guloso que faz um mau uso das esmolas, e tão logo sua razão lhe dita que não precisa assisti-lo, que isso seria fomentar seus maus hábitos; que é preciso poupar essa esmola para alguma outra. Em uma palavra, essa razão, onde se acha melhor chamá-la consciência, pronuncia este julgamento, *é fazer mal dar a esmola ao mendicante*. Nada impede que esse homem não zombe deste julgamento, e não dá a esmola

a esse vagabundo, seja porque se inquietará pouco de se regradar sobre o que sua consciência aprova, seja por um capricho, ou uma postura de mendicante, ou por qualquer um que passar, ou tais outras circunstâncias o afligirão neste momento. Se todos os dias pessoas que têm mil boas qualidades morais e cristãs, se conduzam à fornicção, ainda que por um julgamento resoluto da consciência lhe mostre que é um crime, duvidarão que um homem não possa dar a esmola, não obstante o julgamento resoluto de sua consciência, que não é preciso dá-la em tal ocasião?

Comparemos um pouco a ação desse doador de esmola, com a do homem que afasta o mendicante, porque sua consciência lhe dita que é um tratante, um vagabundo e um mau-caráter, que corrigirá melhor de suas faltas se o maltrata, do que se lhe der alguma assistência; e digo, ainda assim, se supusesse erro no fato de um e de outro, a ação do primeiro é mais má que a do último, e eu provo desta maneira:

A ação do primeiro, supondo o erro de fato, encerra estas quatro coisas.

1. Um homem que pede a esmola por uma necessidade e que crê em Deus.
2. Um julgamento de espírito pelo qual se pronuncia que esse mendicante é um tratante e um velhaco, ou porque o julgam assim pela sua fisionomia, ou porque tomam-no por algum outro, que se sabe ter essas más qualidades.
3. Um ato de consciência resoluto e firme, pelo qual ela pronuncia que é ofender Deus dar uma esmola a um vagabundo que abusara por se confirmar em seus vícios, e que poderia melhorar se o castigasse.
4. O dom da esmola a esse mendicante.

Vejamos agora a ação do outro. Encontramos aí quatro coisas supondo o erro de fato; as três primeiras que viemos a indicar na ação do precedente, e em quarto lugar as injúrias com as quais ele desdenhou esse personagem.

Para provar que a ação do primeiro é mais má que a do segundo, basta mostrar duas coisas. A primeira, que há alguma bondade moral na ação do segundo, e que não há uma só parcela na ação do primeiro. A segunda, que o mal que está na primeira é muito menor que está na última.

Para o que examina a primeira dessas duas coisas, eu peço àqueles que desejariam disputar comigo, me mostrarem onde está a bondade moral daquele que nas circunstâncias postas dá a esmola a esse mendicante. Ela não pode estar nem no julgamento de seu espírito, nem no da sua consciência que são todos os dois falsos. É preciso, então, se ela existe, que esteja no dom dessa esmola; mas é muito falso que haja dela a menor quantidade, porque todos os que se conhecem em moral, reconhecem unanimemente que dar a esmola não é uma boa ação, se é simplesmente transportar um tostão de um bolso para a mão de um homem, como parece manifestamente, nisso, como uma máquina que, desligando seu motor, fizesse saltar um trocado no chapéu de um mendicante, não faria de modo algum uma ação onde tivesse a menor sombra de bondade moral. É preciso, com toda necessidade, para que a esmola seja

uma boa obra, que a façamos porque a razão e a consciência nos mostram que nós devemos fazê-la. Ora, é o que não se encontra no exemplo do qual se trata: não há então, de modo algum, bondade moral nesse ato, nem pouco, nem mais ou menos.

Não se pode dizer a mesma coisa do segundo ato, visto que é da última notoriedade que toda homenagem rendida à consciência, toda submissão a seus julgamentos e a seus decretos, indica que se respeita a lei eterna, e a divindade da qual se reconhece a voz no tribunal de seu coração. Em uma palavra, todo homem que faz uma coisa porque crê agradável a Deus, testemunha em geral, ao menos, que deseja agradecer a Deus, e lhe render sua obediência. Ora, é certo que esse desejo não pode ser destituído de toda bondade moral.

A respeito do segundo ponto, digo que o mal do que dá a esmola, nas circunstâncias mais acima postas, consiste em que ele finca com os pés o julgamento fixo e resolutivo de sua consciência, e que o mal da outra ação consiste em que se maltrata rudemente um pobre. Sustento que aqui, nas circunstâncias em questão, é um menor pecado que isso.

Por que se pode fazer o contrário do que dita a consciência, sem ter intento de fazer uma coisa que se sabe ser desagradável a Deus? Não é um desprezo por Deus, uma rebelião conhecida, escolhida e aprovada contra sua adorável majestade? E querer o pecado reconhecido por tal, querer a desobediência a Deus claramente conhecida, não é a corrupção, a malícia, e a desordem mais revoltante?

Não ocorre o mesmo com um homem que diz injúrias a um outro, que toma por um mendicante insuportável que tem necessidade de ser repreendido para seu bem. O mal que faz não procede de um desejo e de uma resolução firme de fazer do mal, de desobedecer a Deus, de chocar as ideias da equidade, de pisar com os pés a ordem imutável; procede da ignorância, de más escolhas de meios e maneiras de obedecer a Deus. Acreditou falsamente que esse indigente era indigno de assistência, e que para tratar de corrigi-lo, precisava lhe fazer opróbrio e insulto. Sua consciência lhe ditou isso, e se é ajustado. O mal que há neste engano, que não impede que esse homem não tivesse poupado nesse momento mesmo o desejo de seguir a lei de Deus, é comparável a uma desordem que afasta efetivamente do coração o desejo de agradecer a Deus, para aí introduzir a execução formal de uma desobediência conhecida?

Confesso que não somente é proibido dizer injúrias a seu próximo, e que maltratar os pobres é um grande crime; mas também que supomos, no fundo, que o mendicante que é aqui injuriado e insultado é um homem que teme Deus: confesso isso; mas sustento, contudo, que esse homem que teme Deus não tendo sido insultado como tal, visto que o tomaram por um celerado, não é preciso reduzir o pecado o insultando como a precipitação de crer sobre falsas aparências, que esse pobre era um mau homem. Ora, cada um confessará que não ter tido a paciência de bem examinar as coisas não é um mal tão grande como querer formalmente e efetivamente cometer o que se compreende por um pecado.

Contentar-se-ão que eu não conte como nada as injúrias ditas a esse bom homem de mendicante. Respondo que essas injúrias consideradas simplesmente como sons articulados, não

podem tornar um homem pecador; de outro modo, precisaria dizer que essas rosas da fábula, das quais o choque e o murmúrio descobriram a vergonha do pobre Midas, teriam cometido um crime, se o que se diz deles é verdadeiro; precisaria dizer que dos órgãos exortariam efetivamente, se por qualquer movimento de ar ou da água, elas formassem das vozes injuriosas a reputação de um homem; o que seria a última absurdidade. As injúrias mesmas que um homem pronuncia durante o delírio, ou em uma língua que não entende, não ofendem de modo algum: elas só ofendem na proporção que se sabe que aquele que as pronuncia tem a intenção de ofender; e se se sabe que toma um homem por um outro, é aquele que teve na intenção que passa racionalmente por ofensa, e não aquele a que se endereça por erro. Que se examine bem o caso que coloco, concluiremos que todo o mal se reduz a ser muito facilmente deixado levar pelas falsas razões de crer que o mendicante fosse outro que não era efetivamente.

Para o bem que há na ação daquele que dá a esmola, ação que após aliviar os males de um pobre servidor de Deus, ao invés que as injúrias que lhe são ditas o deixem no sofrimento, não creio que precise o levar em consideração, do mesmo modo que tudo isso não é mais do que um bem ou um mal físico, que não dá nenhuma moralidade aos atos que, no entanto, se teve na intenção. Por exemplo, recusar a esmola nas circunstâncias onde se sabe que ela trará grandes benefícios, pela combinação de mil ocasiões, e que a recusando atirá sobre aqueles que a recusam uma longa cadeia de calamidades, é um maior crime do que recusá-la nas circunstâncias onde não se sabe nada de todos esses acontecimentos por vir. Mas é bem certo que as consequências boas ou más que têm nossas ações não servem de nada perante Deus para nos desculpar, justificar, ou condenar, quando não temos agido em vista de procurar essas consequências. Parece então que todas as coisas combatem, para reduzir à simples falta de exame e de atenção a culpa daquele que injúria o mendicante, e por consequência, que sua recusa da esmola e suas injúrias nessas circunstâncias, são uma ação menos má, do que o dom da esmola do outro homem. O que seria preciso provar.

Acrescento que, se quando há erro na consciência, tanto daquele que se governa segundo seu ditado, como daquele que toma toda a contrapartida, a ação deste último torna-se pior do que a do outro, ainda que, de outro modo, ela teria sido boa, e a do outro, má; com a mais forte razão deve-se chegar aí, quando não há erro na consciência daquele que não segue, de modo algum, suas luzes. Não é preciso, para compreender isso, continuar no exemplo de nossos dois homens, e supor somente aqui que o mendicante que se dirige ao primeiro dentre eles, é um bêbedo, um comilão, um preguiçoso, um celerado, e que aquele que se dirige ao segundo é um muito homem de bem. Deixemos de lado a suposição toda tal como nós temos feito. Que acontecerá? É que o julgamento do espírito e o da consciência do primeiro desses dois homens, serão justos e razoáveis, e então nossos próprios adversários julgarão que o dom de sua esmola a um mendicante muito indigno de ajuda, e reconhecido verdadeiramente por tal, será mais censurável do que era antes, quando ao menos era útil a um homem honesto.

Mas a quê chegarão todos esses grandes discursos e todos esses circunlóquios de raciocínios? A isso, que a consciência errônea deve procurar no erro as mesmas prerrogativas, recursos e afagos que a consciência ortodoxa procura na verdade. Isso parece trazido de longe; mas eis como eu faço ver a dependência ou a ligação dessas doutrinas:

Meus princípios confessados por todo o mundo, ou que vêm a serem provados, são,

1. Que a vontade de desobedecer a Deus é um pecado.
2. Que a vontade de desobedecer ao julgamento resoluto e determinado de sua consciência, é a mesma coisa que querer transgredir a lei de Deus.
3. Por consequência, que tudo o que é feito contra o ditado da consciência, é um pecado.
4. Que a maior baixeza do pecado, todas as coisas sendo iguais de resto, vem do maior conhecimento que se tem que se comete um pecado.
5. Que uma ação que seria incontestavelmente muito boa (dar a esmola, por exemplo) se ela fosse feita pela direção da consciência, tornando-se mais má quando ela é feita contra essa direção, como não é um ato que seria incontestavelmente criminoso (injuriar um mendicante, por exemplo) se não fosse feita segundo essa direção.
6. Que se conformar a uma consciência que se engana no fundo, para fazer uma coisa que chamamos má, torna a ação muito menos má, como não é uma ação feita contra a direção de uma consciência conforme à verdade, da qual a ação é das que chamamos muito boas.

Concluo legitimamente de todos esses princípios, que a primeira e a mais indispensável de todas nossas obrigações é a de não agir de modo algum contra a inspiração da consciência, e que toda ação que é feita contra as luzes da consciência é essencialmente má; de sorte que como a lei de amar Deus não permite jamais isenção, porque o ódio de Deus é um ato essencialmente mau; assim, a lei de não chocar as luzes de sua consciência é tal, que Deus não pode jamais nos dispensá-la, visto que isso seria realmente nos permitir desprezá-lo, ou odiá-lo, ato criminoso intrínseco por sua natureza. Então há uma lei eterna e imutável que obriga o homem, à pena do maior pecado mortal que se possa cometer, de nada fazer por desprezo e malgrado o ditado de sua consciência.

De onde se segue visivelmente e demonstrativamente, que se a lei eterna, ou uma lei positiva de Deus, quisesse que um homem que conhece a verdade empregasse o ferro e o fogo para estabelecê-la no mundo, precisaria que todos os homens empregassem o ferro e o fogo, para o estabelecimento de sua religião. Eu entendo todos os homens a que esta lei de Deus seria revelada.

Porque desde o momento em que essa lei de Deus fosse revelada, *eu quero que se empregue o ferro e o fogo para o estabelecimento da verdade*, a consciência ditaria a cada um, que é preciso empregar o ferro e o fogo para o estabelecimento da religião que professa; porque não conhece de modo algum outra verdade que aquela, nem outra via de executar a ordem de Deus que a de agir por sua religião, e acreditaria agir pelo erro, e por consequência cair na transgressão da lei divina se trabalhasse por alguma outra religião como para a sua. É então certo que sua



consciência aplicaria em sua religião o que Deus ordenasse fazer para o estabelecimento da verdade.

Ora, como já provei mais acima, o maior de todos os crimes é não seguir de modo algum as luzes de sua consciência, e que a ordem imutável e a lei eterna querem, sem nenhuma isenção possível, que evitemos sobre todas as coisas o maior de todos os males, e os atos essencialmente maus.

Então, pela primeira, a mais inviolável e mais indispensável de todas as nossas obrigações, necessitaria que cada um dos homens a que Deus revelasse dita lei, empregasse o ferro e o fogo para o estabelecimento de sua religião, tão bem o sociniano para a sua, como o calvinista, o papista, o nestoriano, e o eutiqueano para a sua. Porque se, após uma tal lei geral de Deus, o sociniano tivesse os braços cruzados, e não empregasse para o estabelecimento de sua religião os meios que Deus lhe ordena empregar para a verdade, agiria contra sua consciência. Ora, isso seria o maior de todos os crimes, *caeteris paribus*, e se é indispensavelmente obrigado a evitar o maior de todos os crimes, mais que qualquer outra coisa; então seria indispensavelmente obrigado a empregar o ferro e o fogo para a propagação de seus dogmas; aí seria, digo, obrigado em virtude da lei eterna, que manda toda criatura racional dissipar o pecado, e, sobretudo, os maiores pecados.

Para melhor fazer nossos adversários sentirem a solidez de minha doutrina, lhes pergunto o que eles desejariam que fizesse um sociniano, após a revelação clara e transparente a seu respeito, tão bem como a respeito dos ortodoxos, desta lei de Deus: *Eu quero que se empregue o ferro e o fogo para o estabelecimento da verdade*. Desejariam eles que sendo persuadidos de que não há, de maneira alguma, outros dogmas verdadeiros, em matéria de religião, além daqueles que ensina, se contentasse em acreditar neles, ele e sua família, sem empregar todas as vias que a providência de Deus colocar-lhe-ia em mãos, para arruinar as religiões que cresse que Deus lhe mandasse destruir? Mas nesse caso tombaria visivelmente no desprezo da lei de Deus, e na violação de sua obrigação próxima e imediata; o que seria uma maior desordem do que se fizesse para o socinianismo o que se cresse que Deus lhe ordenasse; porque, o fazendo, Deus encontraria em sua alma um respeito por suas leis, e um desejo de lhe obedecer; e encontraria todo o contrário se esse homem não fizesse nada contra as outras religiões. Isso seria então aconselhar a um sociniano escolher o estado onde seria o mais criminoso aos olhos de Deus. Ora, esse conselho é o mais infame e o mais abominável pensamento que possa ocorrer no espírito de um homem. É então verdadeiro que como um sociniano permanecendo tal, não teria mais que esses três partidos a tomar, ou de estabelecer pelo ferro e o fogo as heresias, ou não se preocupar em estabelecê-las, ou de favorecer mesmo sua ruína, precisaria que tomasse necessariamente o primeiro, a fim de evitar os dois outros como muito mais criminosos.

Com efeito, como ele poderia se desculpar aos olhos de Deus, se após a ordem que supomos, permanecesse em uma fraca indiferença, não se preocupando de modo algum se a

sua religião se propagasse, ou se ela não a fizesse? *É isso o que te ordenei, poder-lhe-ia dizer Deus? Não desprezas tu minha divindade visivelmente, e não tombas tu na indiferença criminosa de considerar a mesma coisa de estar em minha desgraça, ou em minhas boas graças, visto que tu não consentes em dar um passo para obedecer ao que a consciência te dita que eu demando de ti?* Censuras muito mais fortes seriam ainda mais injustas, no caso que ele favorecesse abertamente a ruína da religião; e essas censuras não poder-lhe-iam ser feitas no caso que fizesse a guerra às outras seitas. Deus não poder-lhe-ia censurar senão de ter mal escolhido o objeto, para o qual lhe tivesse dado ordem de trabalhar; a justiça dessas censuras não impediria que Deus não visse em sua alma um desejo sincero (suponho um sociniano de boa fé) de lhe obedecer, um respeito pela ordem, uma homenagem rendida à sua majestade divina. É então uma coisa também incontestável que o primeiro desses três estados é o menos funesto de todos, que está fora de dúvida que um senhor que teria dado ordem a seus criados de exterminar os lobos de sua terra, achasse menos culpáveis aqueles que, ao lugar de lobos, tivessem exterminado as raposas, seja que eles tivessem tomado um termo pelo outro, seja que, tendo esquecido a ordem, tivessem crido pela reminiscência que eram raposas de que se falara. Ainda que o seja, o senhor acharia menos culpáveis do que aqueles que tivessem deixado os lobos em plena liberdade, ou mesmo que lhe tivessem procurado novos meios de multiplicar. Digo bem mais; um mestre razoável que saberia certamente que aqueles de seus criados que sem intenção, sem malícia, por um esquecimento, ou um equívoco involuntário, teriam acreditado que lhe tivesse mandado exterminar os coelhos e as lebres, e que teriam descarregado sobre esses pobres animais todo o furor que ter-se-ia comandado contra os lobos.

Desregrado que possa ser o espírito dos conversores franceses, eu não saberia como me impedir de crer que há quem tem ainda suficiente razão para concordar com o que vou dizer:

É que se uma vez se supõe que Deus revelou a todos os cristãos, claramente e distintamente, a lei de exterminar pelo ferro e pelo fogo todas as falsas religiões, um sociniano que deixe em paz as outras seitas do cristianismo, que não se apressa em estabelecer sua religião, ou mesmo que favoreça aqueles que a suplantam, e aqueles que estabelecem com todas as forças uma outra seita, só pode ser desculpado de sua conduta pelos meios conformes; ou porque crê que dita lei não deva ser entendida à letra; mas que ela tem sentidos místicos que todo mundo não é obrigado a entender, ou porque ele crê que a execução dessa lei não diga respeito a ele de modo algum, ou porque não é muito certo se o socinianismo é uma doutrina da verdade, ou enfim porque crendo que todas as espécies de religiões são boas, pouco lhe importa qual triunfa sobre as outras. Quanto a ele as deixar fazer, resolvido de ser a presa do vencedor, ou mesmo favoreça uma outra diferente da sociniana, a fim de arranjar para eles a melhor graça quando ganharem a vantagem. Eis, isso me parece, todos os meios que poderiam desculpar um sociniano frio para a propagação de sua religião, após Deus ter revelado dita lei; e por consequência seria totalmente imperdoável e muito criminoso, se conservasse essa frialdade, ou mesmo se impedisse a sua seita, enquanto seria persuadido, primeiramente

que Deus manda trabalhar para a verdade pelo ferro e pelo fogo; em segundo lugar, que o socialismo é a verdade.

Supondo-o nesta dupla persuasão, é imperdoavelmente criminoso, se não persegue as outras seitas; é ainda mais se as favorece. Não pode nem cessar de agir por sua seita, nem agir pelas outras seitas, sem cair no crime contra a consciência, o mais negro de todos os pecados. É então indispensavelmente obrigado, pela lei eterna da ordem, a evitar esses maiores crimes, perseguindo os outros cristãos, segundo o ditado da consciência.

Ora, se é uma vez verdadeiro que o direito que Deus daria à verdade de perseguir, de exterminar pelo ferro e pelo fogo as heresias, seria comum por uma necessidade inevitável, fundada sobre o estado onde estão as coisas, a todas as religiões que aprenderiam essa lei de Deus, é claro que os outros direitos da verdade não deixariam de serem comuns a todas as seitas verdadeiras e falsas. Assim desde que se tiver provado que Deus quer que a verdadeira religião queime de uma caridade ardente para a conversão das falsas, que ela sirva-se de seus cuidados, de seus livros, suas pregações, suas penas, seus afagos, seus bons exemplos, seus presentes, etc., na reunião dos errantes, logo ter-se-á provado que as falsas igrejas são obrigadas a se servir das mesmas vias de conversão; porque toda igreja crendo-se a verdadeira, é impossível que aprenda que Deus quer que a verdadeira igreja pratique certas coisas, que ela não se creia obrigada em consciência a praticá-las. Se ela aí se crê obrigada em consciência, faria mais mal em abster-se, ou em fazer o contrário, do que praticá-las; e a ordem imutável quer que se evite o que se sabe ser certamente um grande pecado, para fazer o que se acredite ser uma boa ação, e, no pior dos casos, saberia ser apenas um pecado menor. Então cada igreja é indispensavelmente obrigada e tem um direito inalienável de praticar tudo o que sabe que Deus ordena à verdadeira Igreja.

Não é, então, de modo algum maliciosamente, como dissei-nos na objeção que examino neste capítulo, que tornamos odioso o sentido literal da parábola, supondo que autorizasse as perseguições como as falsas religiões fariam à verdadeira; isso, digo, não é de maneira alguma uma suposição falsa, nem artificiosa; é a pura verdade, como acabo de fazer ver.

Farei ainda esta observação. Se uma religião perseguida em um lugar onde ela seria mais fraca, perguntasse aos perseguidores porque usam da violência, e que respondessem, porque Deus ordena à verdadeira religião exterminar, *quocumque modo* [da maneira que for], as heresias; se, digo, respondendo isso, eles persuadiriam os perseguidos, aonde chegariam? É que a mesma igreja perseguida se encontrando, mas potente em um outro lugar, diria muito bem à comunhão que teria perseguido nos países onde ela domine: *Vós me ensinastes uma coisa que não sei; eu vos lhe sou obrigado; vós me mostrastes na Escritura que Deus quer que os fiéis atormentem as falsas sociedades; eu não vou então vos perseguireis, visto que sou a verdadeira Igreja, que convosco tenhas idólatras, falsos cristãos, etc.* É claro que mais os perseguidores servirão de fortes provas para mostrar que Deus ordena o constrangimento, mas formarão fortes armas a seus adversários, para se fazer perseguir em um outro lugar. Cada um aplicará as provas,

a ordem de Deus, os direitos da verdade, e autorizará de tudo o que a religião verdadeira dir-lhe-á.

De onde concludo, novamente, que é impossível que Deus permita à verdade fazer, para se estabelecer, nenhuma ação que não seja justa e do direito comum a todos os homens; porque na combinação onde as coisas são reduzidas, isso seria uma necessidade inevitável que tudo o que seria permitido à verdade contra o erro, viria a ser permitido ao erro contra a verdade; e assim pelo mesmo decreto que dispensaria a verdadeira religião da regra geral, o crime tornar-se-ia necessário, e tudo seria confundido.

A única saída que resta a nossos adversários para escaparem, é dizer que é bem verdade que por um abuso e uma audácia criminosa, as falsas igrejas podem se aplicar no que convém somente à verdadeira; mas que restará sempre entre elas esta diferença, que a verdadeira continuará com razão e autoridade legítima, mas que as outras o farão sem direito e muito criminalmente. É sobre o que teremos a falar no capítulo X.

Mas tendo que concluir aqui, responderei com um lugar comum bastante ordinário. Vós não fizestes, dir-me-ão, uma suficiente enumeração das partes, quando dizeis que os socinianos não teriam mais que três partidos a tomar. Há um, em quarto lugar, o único bom, que é de se converter à verdade, e então seguirão impunemente os instintos de sua consciência. Eu confesso que é o melhor partido: mas como só se pode tomá-lo sob condição, eu sustento que enquanto a condição não vem, é preciso escolher necessariamente entre os outros três. A condição que falo não tem necessidade de ser explicada. Todo o mundo entende que é um sob condição de que se conheça que a verdade é verdade. Todo herético admite a verdade contanto que a conheça, e logo que a conheça, mas não de outro modo, nem antes; porque, enquanto ela pareça toda coberta de torpezas, hediondas do erro, não deve de modo algum admiti-la; deve afastá-la e detestá-la. A primeira coisa então que se deve dizer a um herético, é de buscar a verdade, e não de se obstinar a crer que a encontrou. Mas se ele responde que a buscou o tanto que lhe foi possível, e que todas suas buscas lhe confinam a fazer vê-lo que a verdade está do seu lado, e que quando velasse dia noite, só encontraria o que fixamente se enraizou em seu espírito como a verdade revelada, seria ridículo dizer-lhe que deixasse de seguir as luzes de sua consciência, e que é preciso que se converta. É preciso dar um certo tempo para instruir-se e mesmo estar sempre pronto a renunciar ao que se acreditou como sendo o mais verdadeiro, se não lhe demonstram ser falso; mas, após tudo, na religião não se pode ser toda a vida como o cético e pirrônico; é preciso fixar-se em alguma coisa, e agir segundo o que se determina: e seja que se fixe ao verdadeiro, seja ao falso, é igualmente certo que é preciso fazer atos de virtude e de amor a Deus, e se distanciar desse crime capital de agir contra sua consciência. De onde parece que não resta a um sociniano, que faz humanamente tudo que pôde para escolher a verdade, mais que um dos três partidos que propus. Remetê-lo ao quarto é querer que toda sua vida se passe em uma pura especulação, sem que jamais consulte sua consciência para agir segundo suas luzes. Ora, isso seria a maior de todas

as absurdidades.

## CAPÍTULO IX

*Exame de algumas dificuldades contra o que foi estabelecido no capítulo precedente do direito da consciência que está no erro. Provas desse mesmo direito por exemplos.*

Não estou de modo algum me servindo de alguns exemplos muito fortes e irrefutáveis, para provar que o direito da consciência errante de boa fé é a mesma tanto quanto a consciência ortodoxa; eu não estou, digo, disso me servindo, porque como eu trabalho sobre essa matéria, emprestaram-me o séquito da *Crítica geral do calvinismo* de M. Maimbourg<sup>44</sup>, onde encontrei esse direito da consciência errônea bastante bem estabelecido sobre muitos desses exemplos, e entre outros, sobre o de um pai putativo que exerce tão legitimamente como um pai real e verdadeiro, todos os direitos e todas as funções da autoridade paternal. Eu não acreditaria que esse autor, que parece ater-se mais em divertir seu leitor e em alegrar suas matérias do que em aprofundá-las, tivesse tão bem penetrado no fundo delas. Não satisfar-me-ia com isso, ainda que saiba que se pode acrescentar bastante coisas ao que ele diz. Mas não vejo como nossos adversários comuns possam nada responder sobre a paridade que existe no caso de uma mulher, que sendo persuadida de que um patife é seu verdadeiro marido, não pode deixar de cumprir nenhum dever de esposa com esse patife, sem ser tão criminal perante Deus, quanto se ela caísse nas mesmas faltas para com seu verdadeiro marido. Eles não podem melhor responder, sobre a paridade que existe no caso de um bastardo, que sendo persuadido que o marido de sua mulher é seu pai, lhe deva toda as mesmas submissões como a seu pai efetivo, e não pode aí errar sem incorrer no mesmo crime precisamente que incorreria aí errando com seu verdadeiro pai. Ele herda tão legitimamente os bens do marido de sua mãe, quanto se fosse o seu filho, e por consequência a opinião falsa onde estão tanto o filho como o marido dessa mulher, os coloca em plena possessão de todos os direitos de uma persuasão justa e legítima. Estes exemplos e muitos outros que esse autor expôs inclusive à superfluidade, desconcertam pura e plenamente nossos adversários.

Porque eles provam demonstrativamente, que uma ação que se faz em consequência de uma falsa persuasão, é tão boa como se ela fosse feita em consequência de uma verdadeira persuasão. Parece que na obediência por um pai putativo, a afeição por um filho putativo, etc., são tão legítimas, nem mais nem menos, como por sujeitos que são, com efeito, o que se creem ser. De outra parte, uma ação oposta à falsa persuasão é tão mal como uma ação

---

<sup>44</sup> Vide a Carta 9.

oposta à verdadeira persuasão. Parece que desobedecer a um pai putativo, maltratá-lo, matá-lo, fazer a mesma coisa a um marido putativo, odiar um filho putativo, são ações tão criminais como se elas fossem feitas contra pessoas que seriam realmente o que se crê delas. Não saber-se-ia aí encontrar desigualdade.

Dirão, há uma muito maior; porque um homem que expulsasse de sua casa um filho putativo, não faria injúria, no fundo, como a um estrangeiro; a pessoa expulsa mentiria se dissesse, *meu pai que me expulsou*, todo homem que diz a mesma coisa mente: não é então verdadeiro que esse homem expulsou seu filho, não é então culpado como se tivesse expulsado um estrangeiro que não é obrigado a sustentar. Mas se expulsasse um filho livre desses rins, a coisa mudaria de figura, saberia que esse homem teria expulsado seu próprio filho, e julgaria sua ação sobre essa base, ao passo que no outro caso suporia somente que um homem teria expulsado um estrangeiro.

Mas sem que eu refute esta chicana, todos meus leitores verão a absurdidade: verão bem que o soberano juiz do mundo, o escrutador dos rins e dos corações, não pode colocar diferença entre dois atos da vontade humana, totalmente semelhantes em sua entidade física, ainda que por acidente seu objeto não seja o mesmo realmente; porque basta que seja objetivamente o mesmo, quero dizer, que o pareça às duas vontades que formam os atos. E, no fundo, o que significa para o pai putativo, que a pessoa que afasta não foi engendrada dele? Essa circunstância sendo nula a seu respeito, visto que não lhe é mais conhecida, pode ela ser causa de algo sobre ele? Faz ela com que aí se tenha menos cólera, menos dureza, menos de inumanidade em sua alma? É claro que não, e que essa circunstância não muda nada no ato de sua vontade e nas modificações da alma. Assim, Deus aí deve ver o mesmo desregramento, seja que esses atos se dirijam a um verdadeiro filho, seja que eles se dirijam a um estrangeiro, mas que ao invés de ser conhecido como tal, é conhecido como filho. Semelhantemente, uma mulher que crê de boa fé que um velhaco é seu verdadeiro marido, e que o admite em sua cama, não comete uma ação menos legítima como se fosse seu verdadeiro marido; e se ela se recusasse absolutamente a deitar com esse velhaco, seria também censurável como se ela se recusasse a deitar com seu verdadeiro marido. A razão é que, para fazer com que no primeiro caso sua ação fosse menos legítima e no segundo menos censurável, precisaria que ela tivesse algum bom motivo de não se deitar com esse velhaco. Ora, ela não tem nenhum: então, etc. Não se saberia indicar o menor motivo, visto que a qualidade de velhaco que é a desse homem, e que poderia ser o único bom motivo, não pode ser o motivo de nada, a respeito daqueles que para ela é inteiramente desconhecido. Seria então uma ilusão totalmente sem fundamento, dizer que se essa mulher se recusasse a deitar com esse homem, não seria, de modo algum, culpada; porque essa recusa, não podendo ser fundada sobre algum capricho rude, sobre alguma obstinação, sobre alguma altivez, ou sobre alguma falta parecida, é precisamente o mesmo que faria com que ela não deitasse com seu verdadeiro marido, se ele se apresentasse, não pode de modo algum ser desculpada.

Mas enfim, dirão, essa recusa não é realmente com o verdadeiro marido; respondo que isso aí nada significa, e que basta que seja para o verdadeiro marido objetivamente. Isso se torna notório porque a baixaza de uma ação no tribunal da justiça divina não se mede pela qualidade real dos sujeitos onde elas tendem, mas por suas qualidades objetivas; quer dizer, que Deus só considera o ato mesmo da vontade. Assim, um homem que quer matar outro, e que o crente em seu coche lhe lance um golpe de mosquetão, é também culpado diante de Deus, ainda que não o toque como uma estátua que teria sido posta no coche, que se tivesse o matado, porque os efeitos do movimento local que executa o ato da vontade, são plenamente externos ao crime. Querer mover o braço, no momento em que se crê que seu movimento será seguido da morte de um homem, faz toda a essência do homicida. O resto, a saber, que um tal homem não seja realmente morto, ou seja morto, não é mais do que um puro acidente, onde Deus, juiz infalível e muito certo de todas as coisas, não atenta como a alguma coisa de extenuante ou de agravante ao pecado.

É um lugar bastante apropriado para dizer que, ainda que eu estenda a tolerância com a religião o tanto que seja; entretanto, não desejo que se faça a menor consideração àqueles que fazem injuriar a divindade, que fazem profissão de crer, fosse aquela a mais baixa de todas essas divindades de esterco, como se exprime a Escritura. É o sentimento de Grotius no último parágrafo do capítulo XX do livro 2, *De jure belli et pacis*. Aqueles, diz, são mais justamente punidos quando se portam irreverentemente e irreligiosamente contra aqueles que eles creem ser deuses; e sobre isso ele faz uma nota onde diz, que são Cirilo tratou esse pensamento muito dignamente no 5º e no 6º livro contra Juliano. Diz também que o verdadeiro Deus puniu os perjúrios cometidos contra as divindades que se reconhecesse. É bom ouvir Sêneca no capítulo VII do livro VII dos *Benefícios*. *Um sacrílego não pode de modo algum fazer injúria a Deus que está fora de todo insulto por sua natureza; entretanto, esse sacrilégio é punido, porque tomou para Deus aquele a que quis fazer injúria. Nossa opinião e a sua o submetem à punição*. Esse autor junta a opinião do homem sacrílego com a opinião de seus juízes; mas em um certo sentido essa junção não é necessária; porque, ainda que sejam muito diferentes em religião desse homem sacrílego, são obrigados a puni-lo, devido ao que faz contra sua consciência particular. É verdade que em um outro sentido, a opinião dos juízes só pode se juntar com a desse ímpio para castigá-lo, visto que estimam necessariamente que toda ofensa particular das falsas divindades recai sobre o verdadeiro Deus. Dirão, como é isso? Aqui, é bom demonstrá-lo.

Como são as leis eternas ou positivas de Deus que põem a diferença entre o crime e a virtude, é a Deus que cabe ordenar a pena que merecem aqueles que violentam essas leis; e é ele, como legislador, que é o principal ofendido em toda transgressão dessas leis. Ora, é a mais necessária e a mais indispensável dessas leis, e a que defende de fazer o que se crê mau, criminal e ímpio; então todos aqueles que fazem o que creem mau e ímpio, violentam uma das mais sacras leis que emanam da natureza divina, e por consequência ofendem o



verdadeiro Deus; porque, ainda que não o conheçam, ainda que o Deus que eles conhecem seja uma ficção de seu espírito, e um Ser muito imperfeito, não deixa de ser verdadeiro que a opinião que têm de que este Ser é Deus, não poderia ser seguida de um ato pelo qual querem fazer e fazem atualmente o que eles creiam ofender esse Deus, que aí não tenha um extrema desordem e uma estranha malícia em sua alma. Ora, essa desordem e essa malícia da alma são uma dessas ações que a lei eterna tem colocado na classe do pecado. Então é uma violação da lei eterna de Deus; em uma palavra, é uma piedade.

Para entendê-lo melhor, basta comparar um judeu que tivesse pilhado o templo de Jerusalém, com um grego que tivesse pilhado o templo de Delfos; um judeu, digo, e um grego igualmente certos; um, que o templo de Jerusalém é consagrado a Deus; o outro, que o templo de Delfos é consagrado a Apolo, e que Apolo é um verdadeiro Deus. Desafio todos os homens do mundo a encontrar na ação desses dois ladrões alguma coisa que possa tornar uma mais ímpia, ofendendo mais o verdadeiro Deus que a outra.

Por que se pode dizer que o judeu, roubando vasos consagrados ao verdadeiro Deus, e o grego vasos consagrados a um falso Deus, isso põe uma diferença específica entre esses dois roubos? Dizer isso é ignorar inteiramente que tirou de um certo lugar certos vasos e os colocou em um outro. Ora, não o é de modo algum; se o vento fizesse esse transporte, se o raio, se um tremor de terra, se uma máquina ambulante, aí não teria mais mal moral nesse transporte, do que no transporte de um fio que é o brinquedo dos ventos em uma campina. É então nisso que consiste todo o crime do judeu, em ter querido transportar esses vasos no momento mesmo em que foi levado a mover sua mão para isso, e em ter querido no momento mesmo que acreditava que eram vasos consagrados a Deus, e que não se poderia roubar sem ofender o verdadeiro Deus. É o concurso e por assim dizer a confluência desses dois atos da alma, a saber, desse conhecimento e dessa volição, no momento onde a mão pôde fazer esse transporte, que constitui todo o sacrilégio e todo o crime do judeu. Que no fundo, ou como falam os lógicos, como a *parte rei* seja muito verdadeira que esses vasos sejam consagrados ao verdadeiro Deus e não a esses deuses de merda de que nos falam tão frequentemente os profetas, é uma coisa totalmente externa e acidental à ação do judeu; e, assim, isso não acrescenta nada ao agravamento de seu crime. De onde parece evidente que o sacrilégio do grego é tão criminoso como aquele do judeu, visto que aí se encontra o concurso de uma vontade de roubar certos vasos, no momento mesmo onde a mão pode se mover para isso, de uma crença clara e distinta de que esses vasos são consagrados a um Deus, que se estimara muito ofendido do que lhes tirara de lá. Que, de resto, Apolo seja uma quimera, isso não significa nada; porque o grego não tendo nenhum conhecimento dessa qualidade quimérica de Apolo, não se pode nada concluir para o desculpar; e é muito falso que a razão ou total ou parcial pela qual ousou roubar o templo, tivesse sido tomada de ser crer que Apolo não era um Deus. Eu digo e inculco muitas vezes as mesmas coisas; mas temos que fazer trabalhar os adversários, tão impenetráveis aos argumentos mais duros, como se dissesse que seu espírito

é como o corpo desses soldados que se enfeitam, dizeis, para não poderem ser feridos: assim é preciso tratá-los como a água trata as pedras, dizendo-lhes frequentemente a mesma coisa,

*Gutta cavat lapidem non vi sed saepè cadendo.*

[A gota d'água escava a pedra não pela força, mas tombando nela sem cessar]

Eu concludo de tudo isso, que a consciência de um pagão o obriga a honrar seus falsos deuses, sob a pena, se ele lhes profana, se rouba seus templos, etc., de cair em blasfêmia e no sacrilégio, não menos que um cristão que profana Deus e que rouba as igrejas. É por isso que bem aprovaria que os magistrados punissem um pagão que, sem ter desejo de abjurar sua religião, blasfemasse contra suas divindades ou derrubasse suas estátuas.

Vejamos agora as dificuldades que podem propor-nos em grande quantidade.

Em primeiro lugar poderão dizer que os exemplos do autor da crítica geral não provam nada em relação às verdades de religião, porque consistem em questões de fato e não em questões de direito. É por isso que um homem que crera falsamente que o marido de sua mulher é seu pai, terá que honrá-lo como seu pai, e pecaria se não o honrasse assim; mas aquele que cresse falsamente que o assassínio é uma ação virtuosa, não seria obrigado a matar, e pecaria se matasse. De onde vem a diferença? É que, a saber, se um tal é pai de outro tal é uma questão de direito.

Essa objeção não quer dizer grande coisa e compreende dois componentes que é preciso distinguir; um, é saber se uma consciência que erra nas matérias de direito, obriga a agir segundo suas falsas luzes; o outro, saber se aquele que segue essas falsas luzes comete um crime. Não vejo como, em relação ao primeiro artigo, o fato e o direito formem alguma verdadeira diferença, porque a razão formal pela qual nas matérias de fato a consciência errante obriga a agir, é que aquele que não agisse desprezaria a virtude, e desejaria fazer o contrário do que sua consciência falsamente persuadida lhe dita que deva render aquele que crê ser seu pai, e quer formalmente a desobediência ao quinto mandamento do decálogo. Ora, como querer isso é um maior mal que querer uma outra ação, que não é conforme à lei de Deus, mas que nos parece, portanto, aí ser conforme, se bem que essa aparência é o motivo que noz faz cometê-la, e que, de outra parte, se é indispensavelmente obrigado a evitar de dois males o pior, é claro que se é obrigado a honrar seu pai putativo. Ora, a mesma razão se encontra quando a consciência erra nas matérias de direito. Pode-se tomar a contrapartida do que ela dita, sem querer o que se é persuadido ser um pecado; e querer isso é, sem dúvida, um pecado maior do que querer uma outra coisa que se crê boa, ainda que ela não o seja; então, a mesma razão pela qual a consciência errante nos fatos obriga, está presente para a consciência errante nos pontos de direito. Então, a distinção é nula a respeito do primeiro artigo. Acrescento que, para propriamente falar, não há muitas questões de direito que não se reduzam a este fato, a saber, se Deus revelou isso ou aquilo, se Deus defende o homicídio, etc., porque para a questão se tudo o que Deus proíbe é mal, e tudo o que ordena, justo, não se disputa; disputa-se somente deste fato, tal ou tal coisa foi proibida ou comandada por Deus.

Em relação ao segundo artigo, a saber, se aquele que segue sua consciência errônea nas matérias de direito, peca, não tenho intuito de tratar aqui; entretanto, peço a meu leitor pesar esta observação:

Que a distinção do fato e do direito não serve de nada como nos casos onde essas duas coisas não são semelhantes. Seria zombar do mundo dizer *uma tal ação procedente do erro é inocente; uma outra ação procedente do erro é criminal; aquela é inocente porque ela diz respeito a um fato; esta é criminosa, porque diz respeito a um direito*; seria, digo, zombar do mundo raciocinar assim, sem passar mais adiante, e sem supor outros princípios. É preciso então subentender, quando se diz isso, que o fato e o direito são tão diferentes em sua natureza, que a ignorância quanto aos fatos é invencível, mas que quanto ao direito ela é maliciosa e afetada. Supondo esse princípio, tudo irá bem, e então a verdadeira razão pela qual uma mulher que deita<sup>45</sup> com um marido putativo, um filho que herda a sucessão de um pai putativo, etc., não cometendo nem adultério, nem violação, não é aquela, como seu erro diz respeito a uma matéria de fato (essa razão supõe uma outra), mas é aquela que seu erro não procede de nenhuma malícia, e que isso não é a falta nem da mulher, nem do filho, se eles se enganam. Eu não vejo como isso possa ser negado, visto que é constante que se o desprezo dessa mulher tivesse sua origem em qualquer paixão criminosa, que ter-lhe-ia feito fechar os olhos sobre os meios que se apresentassem a ela para descobrir a impostura, então seu comércio carnal com o impostor seria um crime; e, entretanto, seria sempre verdadeiro que essa ação diria respeito a esse ponto de fato, *se um tal homem é o marido de uma tal mulher*. Eis como, pela anatomia das circunstâncias, se encontra a razão formal do mal e do bem. Não a encontramos nisso precisamente como uma ação é em matéria de fato, mas no que esse fato é tal como se ignora sem malícia, nem afetação viciosa. Ora, se é essa a verdadeira formalidade das ações inocentes que procedem do erro, digo que em toda parte onde ela se encontrar, seja em matéria de fato, seja em matéria de direito, a ação procedente do erro será inocente; e assim essa primeira dificuldade fundada sobre a distinção do fato e do direito, não acresce nada a nosso trabalho, não impressiona meu sentimento; porque não pretendo perdoar ou inocentar aqueles que por malícia contribuem à sua ignorância; não falo que para aqueles que erram de boa fé e que de bom coração abandonariam suas heresias, aperceber-se-iam que eram heresias; que, em uma palavra, tem empregado, para melhor conhecer se eram, as mesmas inquirições que os ortodoxos, para conhecer se sua ortodoxia era boa.

Não creio de modo algum assegurar que o respeito e a obediência que tais pessoas têm pela sua igreja, o zelo que eles têm por sua confissão de fé, o cuidado que sua igreja toma de elevar e de instruir seus filhos, não possam passar por ações criminosas, como não se segue que a obediência por um pai putativo, o comércio com um marido putativo, a ternura por um filho putativo, são criminosas; porque há de uma parte e de outra o transporte do que é devido a uns, sobre aqueles a que isso não é devido; e de uma parte e de outra se ignora

<sup>45</sup> Conferir aqui com as *Novas Cartas críticas sobre a história do calvinismo*, Carta 9.

involuntariamente e sem malícia o que se ignora. Após o que, pouco importa que um seja chamado fato, e o outro direito, do mesmo modo que pouco importa, para a justificação das perseguições que faz um homem a fim de cobrar seu bem, que o bem lhe tivesse sido dado ou que o tivesse comprado. São duas coisas muito diferentes ter uma coisa por dom ou por achado; entretanto, porque elas se reúnem no ponto particular de tornar um homem justo possessor, elas conferem igualmente o direito da justa possessão, e das perseguições legítimas que dependem. Eis nossa tarefa. O fato e o direito diferirão, se se quer, como o branco e o preto; entretanto, quando eles se reunirem no ponto de serem igualmente desconhecidos pela ignorância involuntária, darão ou tirarão precisamente os mesmos direitos.

Não examino de modo algum aqui se as matérias de direito podem ser reconhecidas tão inocentemente como as de fato, falarei alguma coisa<sup>46</sup> posteriormente.

A segunda dificuldade que nos é proposta é que se segue de minha doutrina o inverso do que eu quero estabelecer; quero mostrar que a perseguição é uma coisa abominável, e, entretanto, todo homem que se acreditar obrigado em consciência a perseguir, faria mal em não perseguir.

Respondo que o intuito que me proponho neste comentário sobre as palavras *Force-os a entrar*, sendo de convencer os perseguidores, que Jesus Cristo não comandou a violência, não arruíno eu mesmo meu desígnio, visto que mostro por boas provas que o sentido literal dessas palavras é falso, absurdo e ímpio. Se eu mesmo me sirvo de fortes razões, posso crer que aqueles que as examinarem atentamente, esclarecerão os erros de consciência onde eles poderiam estar quanto à perseguição, e assim meu desígnio é justo. Não nego que aqueles que são atualmente persuadidos de que é preciso, para obedecer a Deus, abolir as seitas, não sejam obrigados a seguir os movimentos dessa falsa consciência, e que não o fazendo não caiam no crime de desobedecer a Deus; visto que fazem uma coisa que creem ser uma desobediência a Deus.

Mas, primeiramente, não se segue daí que eles façam sem crime o que fazem com consciência. Em segundo lugar, isso não impede que não se deva vociferar firmemente contra suas falsas máximas, e trabalhar em propagar melhores luzes em seu espírito.

A terceira dificuldade é que se alguém seguisse meus princípios, os magistrados não poderiam punir um homem que roubasse e matasse, após ser persuadido que são atos lícitos. Respondi antes em outro lugar que isso não se segue, porque o magistrado é obrigado a manter a sociedade, e a punir aqueles que destroem os fundamentos, como fazem os assassinos e os ladrões; e nesse caso, não é de modo algum obrigado a ter consideração pela consciência do ladrão e do homicida. Não é obrigado de aí ter consideração como pelas coisas que não perturbam de modo algum a paz pública, quer dizer, pelos dogmas com os quais é tão fácil aos súditos de desfrutar seguramente de seus bens e de sua honra, sob a majestade das leis, como com de outros dogmas.

---

<sup>46</sup> No capítulo seguinte.

Seja como for, dirão em quarto lugar, não se pode, segundo meus princípios, cometer violência a nenhum homem que se recuse a dogmatizar, e assim eis os ateus em direito de declarar, em toda parte onde bem lhes parecer, contra Deus e a religião. Nego esta consequência, em primeiro lugar, porque os magistrados sendo obrigados pela lei eterna a manter a paz pública e a segurança de todos os membros da sociedade que eles governam, podem e devem punir todos os que vão contra as leis fundamentais do Estado, em número dos quais tem-se o costume de pôr todos os que tiram a providência e toda o temor da justiça de Deus. Se esta razão não bastasse, eis uma segunda que fechará para sempre a boca de todo chicaneiro, tão ousado quanto possa ser; é que um ateu, não podendo ser impelido a dogmatizar por nenhum motivo de consciência, não poderá jamais alegar aos magistrados esta sentença de São Pedro, *vale mais obedecer a Deus do que aos homens*, que vemos com justiça como uma barreira impenetrável a todo juiz secular e como o asilo inviolável da consciência. Um ateu destituído que é desta grande proteção, permanece justamente exposto a todo o rigor das leis, e logo que queira difundir seus sentimentos contra a defesa que lhe será feita, poderá ser castigado como um sedicioso, que não crendo em nada superior das leis humanas, ousa, entretanto, pisá-las com os pés.

Não insisto mais sobre essa resposta; estou seguro de que os leitores menos penetrantes sentirão logo toda a força; e assim eis nossa doutrina absolutamente coberta dos atentados de impiedade, visto que queremos que, a este respeito, o braço secular faça tudo o que julgar a propósito. Mas a respeito de um doutor que pode dizer aos magistrados que é pela glória de Deus, seu mestre comum, que ensina isso ou aquilo, e que é a consciência e o zelo pelas verdades celestes que o animam, é uma outra coisa. Isso são as barreiras de uma montanha do Sinai que não é permitido atravessar. É preciso raciocinar pela palavra de Deus com um tal homem, ou pelas luzes da razão. Acrescentas isso ao que foi dito mais acima, quando falamos<sup>47</sup> do câmbio dos missionários, que seria vantajoso ao cristianismo o que se fizesse com os maometanos.

Mas quê, dirão em quinto lugar, deveria sofrer um homem que dogmatizasse em público, que a sodomia, o adultério, o homicídio são ações muito louváveis e muito santas, e desde que dissesse que sua consciência e o zelo da verdade divina o levam a desiludir o mundo, os magistrados não teriam mais nada a opor-lhe? Respondo que isso cheira bastante à chicana, e que é um inconveniente tão pouco a temer, que toda a dificuldade que aí se funda não merece que nos determos.

Se eu dissesse àqueles que condenam a perseguição a ferro e fogo, e que dizem que é preciso se contentar em banir os heréticos, que sua doutrina tende manifestamente ao rigor da morte, porque se todo o mundo banisse aqueles que teriam banido, precisaria necessariamente que esses miseráveis percessem, não encontrando nenhum lugar onde se esconder, eu acreditaria propor uma perversa chicana, porque suporia um inconveniente que não acon-

---

<sup>47</sup> No capítulo VII.

teceria segundo todas as aparências, a saber, que todos os povos do mundo concordassem em expulsar os mesmos heréticos. Digo a mesma coisa mais ou menos da objeção que me é feita. Não há necessidade de saber o que alguém faria, no caso em que pessoas pregassem a sodomia, o homicídio e a pilhagem, como a moral vinda do céu; porque não é preciso temer que ela chegue. Os inovadores não se encontram desse lado, e aqueles que aí se encontrassem, tornar-se-iam imediatamente o horror do público, que seguramente não constituiriam de modo algum uma seita. Não é assim que um impostor, ou um homem seduzido pelo diabo, apoderar-se-ia do espírito da multidão; as aparências de austeridade ser-lhe-iam de um maior uso. Que se, portanto, alguém deseja saber o que precisaria fazer contra semelhantes pregadores, digo que precisaria, antes de mais nada, se se presumisse que eles fossem persuadidos do que lhes seria dito, raciocinar com eles e lhes mostrar na palavra de Deus, e nas ideias da retidão natural, sua condenação. Ou eles seriam frenéticos, ou entenderiam a razão após um tal catecismo; e após que se lhes tivesse mostrado claramente e docemente as consequências vergonhosas e horrendas de seus dogmas, consequências que colocariam os bens e a própria vida dos pregadores ao poder de todo mundo: e se eles persistissem em sua opinião, e no desígnio de propagá-la e ensiná-la, nesse caso poder-se-ia lhes dizer, que como eles atacam as leis políticas da sociedade, estão no caso onde os soberanos não respeitam de maneira alguma a alegação da consciência. Estou seguro de que apareceria tantas marcas de loucura em tais pessoas, se elas não se deixassem converter em uma disputa, que seria permitido encerrá-las em hospícios. Deixo para julgar se esse inconveniente, do qual não me lembro de ter jamais lido exemplo no catálogo dos heréticos, serve para comparar aos inconvenientes da opinião que livra do braço secular a pessoa e a vida daqueles que erram em seus pontos de fé. Os pontos de moral estão tão claramente inscritos na escritura, que não é preciso muito para apreender que a consciência pode se envenenar sobre isso. E como, de outra parte, os cristãos estão certos de que vivem de uma maneira tão relapsa que se toda a moral especulativa fosse destruída, deixar-se-ia em seu todo essa moral: ela serve para fazer bons livros e bons pregadores, e belas aparências de austeridade. Assim, sua comodidade a esse respeito e o pouco de incomodidade que ela causa na prática, nos devem ser garantias de que de modo algum será estabelecida seita contra; ou se se estabelece, que reprimir-se-á logo o escândalo sem o auxílio do braço secular. Os jesuítas com toda sua arrogância e imprudência, não ousaram sustentar os atentados de seus casuístas; eles os têm desaprovado, e se queixam que se caluniaria com isso sua sociedade. Eles têm baixado os véus nessa ocasião. Se eles o têm feito, o que não farão? Os antigos gnósticos que sustentavam as nódoas da carne, dos adamitas e tais outros povos não tiveram longa duração; não é preciso mais do que a honra do mundo para lhes tirar os seguidores, e não saberiam muito bem tê-la, os que não são depreciados por sua má vida, grande presunção de que sua consciência não é de maneira alguma lograda. Se eles têm o pouco que seja de razão, pode-se convertê-los comparando com eles.

Em sexto lugar, pode-se dizer que se segue de nossos princípios que um homem que comete um homicídio seguindo os instintos de sua consciência, faz uma melhor ação que se não a fizesse, e que os juízes não têm de modo algum direito de puni-lo, visto que ele não faz mais do que o seu dever. Essa objeção é certamente muito incômoda, não nego de maneira alguma; mas espero que alguém estará satisfeito com minhas respostas, visto que não se julgue popularmente. Tenho três coisas a se observar.

A primeira é uma consequência do que eu disse há pouco, que há tão pouco a temer em que muitas pessoas não caiam na louca e furiosa persuasão de que é justo matar, que não confessando a consequência que me objetam, não exponho muito nem a religião, nem o Estado. A luz natural e a Escritura são tão claras contra o homicídio, e a doutrina que o ensinasse tem algo de tão odioso, e mesmo de tão perigoso, que muito poucas pessoas são capazes de se extraviar bastante para adquirir essa espécie de consciência. Isso não é mais do que o temor de certos espíritos melancólicos, ou grandes zeladores da religião, a que diretores de consciência, grandes celerados, podem inspirar o desígnio de matar um príncipe que se opõe à sua religião, de que a França e a Inglaterra viram exemplos. Quando não custava a vida inclusive de um príncipe em cada século, isso seria sempre uma grande desordem; mas não se evitará esse mal, sustentando, como fazem nossos adversários, que a falsa consciência não obriga de modo algum. Porque esses funestos diretores, que querendo inspirar esses assassinatos, não dirão a seus satélites que isso seja uma falsa consciência; mas uma consciência muito ortodoxa, que os impele a apunhalar um Henrique III e um Henrique IV. Pois então que não se evite nos princípios opostos aos meus o inconveniente que se poderia temer de minha hipótese, ter-se-ia aí imprudência em abandoná-la para isso, cômoda que ela é em tantas outras coisas, e particularmente para obrigar o homem a bem se instruir da verdade; porque, se ele se persuade uma vez que é obrigado a seguir as inspirações de sua consciência, sem que, contudo, esteja quite para com Deus de todo crime, visto que se ele tem negligenciado a se informar do que precisaria acreditar, será punido do que terá feito segundo sua consciência, ele se protegerá melhor ao não se impor, de modo algum, um jugo e uma necessidade de mal fazer; ao passo em que, se se diz às pessoas que a falsa consciência não as obriga, elas não se protegerão de nada; persuadir-se-ão de tudo que se queira, salvo em nada fazer o que lhes ditará sua consciência; porque, direis, talvez ela não seja instruída, e nesse caso eu não deva regrar-me sobre ela. Eis aí estranhas confusões que nascem do sentimento que refuto.

Digo, além disso, que a razão pela qual se julga comumente que um homicídio é um grande crime, ainda que cometido segundo as instigações da consciência, que não seria o desprezo das ditas instigações, e que se tem o costume de fazer julgar Deus de nossas ações, como nossos juízes criminosos julgam-no. Quer dizer, que se pretende que além das modificações da alma, Deus se regra ainda sobre as séries do movimento da matéria, com o qual os homens efetivam seus desejos; de sorte que creio que seja um maior crime matar um homem,

quando não se tem a intenção de feri-lo, do que somente feri-lo, quando se tem a intenção de matá-lo. É um grande abuso, e, contudo, não censuro que os juízes se governem desse modo, visto que eles não são os escrutadores dos rins e dos corações. Quanto a Deus, que conhece infinitamente melhor todos os graus de malícia, de doença, de paixão, etc., e que intervém em nossas vontades, que o melhor ourives não conhece as proporções dos metais que ele reúne, julga nossas ações muito seguramente e muito infalivelmente, sem levar sua vista além da modificação de nossa alma, sem considerar se uma dessas modificações move uma espada, e a outra não a move. Há tal modificação que a move, que vale mais do que aquela que não a move.

Se é então verdadeiro que Deus não considera mais que as modificações da alma, contentemo-nos em considerar que o que vê um homem plenamente persuadido que deva cometer um homicídio, e que, entretanto, não quer nada fazer, e um homem que tendo a mesma persuasão cometa um homicídio. Vê-se então, primeiramente, um desprezo afetado, imperdoável e malicioso das ordens de Deus (porque como eu disse mil vezes, desprezar o que se crê uma ordem de Deus, é essencialmente um desprezo das ordens de Deus, ainda que se engane acreditando que seja uma ordem de Deus), vê, em segundo lugar, uma diferença total no que crê ser a ordem de Deus, uma homenagem rendida à autoridade suprema de Deus, enfim, um amor da ordem; porque a ordem eterna junta ao mesmo tempo a ideia de Deus comandando uma coisa e a resolução de lhe obedecer. Não concebemos mais claramente como a ideia de uma grandeza que supera a grandeza de uma parte, é encerrada na ideia do todo, do que concebemos como a obrigação de fazer uma coisa é encerrada na ideia de Deus comandando-a; e esses dois axiomas são sem contradição de mesma transparência indisputável, *o todo é maior que sua parte; o homem deve fazer o que crê que Deus lhe manda, e crer que deve fazer o que Deus lhe manda*. É então impossível que um homem desfrute ao mesmo tempo do desejo de fazer uma coisa com a crença que é Deus que ordena a ele, sem que ele deseje se conformar à ideia primitiva da equidade, e ao que se chama a ordem eterna e imutável, e, por consequência, Deus, que conhece todas as coisas como elas são, em uma alma que, crendo que lhe ordena um homicídio, o faz, [Deus] vê um apego bastante real a se conformar à lei natural e eterna; e, ao contrário, Ele vê em uma alma que está na mesma persuasão, e que não quer de modo algum cometer o homicídio, um esclarecimento da ordem, e uma transgressão manifesta dessa lei eterna. É preciso então que a primeira alma lhe pareça menos desregrada que a segunda, visto que todo o mal da primeira não consiste em mais do que ela ter tomado por uma inspiração de Deus o que não era efetivamente; o que, não sendo mais do que um erro de escolha e de fato, não pode ser uma falta tão criminal como o ato da vontade pelo qual recusamos a obedecer a Deus.

É preciso observar que o homicídio sendo uma ação que pode ser legítima em certos casos, como a guerra, e quando se enforcam os criminosos, e quando Deus pelas inspirações secretas aí impele um homem, como impelira são Pedro a matar Ananias, daí se segue que para



sustentar um homem que comete um crime, não basta alegar que matou um outro homem, basta, no mais, examinar as circunstâncias; porque há os que tornam o homicídio uma boa ação, uma ordem secreta de Deus, por exemplo. Assim quando um homem, seguindo os instintos de sua consciência, mata um outro, não é preciso considerar esse homicídio separado da opinião na qual estava o homicida, de que Deus lhe comandou isso. Ora, considerando esse homicídio ligado a essa opinião, não nos restará mais do que dizer que esse homem abusou grosseiramente, tomando por uma inspiração de Deus o que não o era de maneira alguma, e essa falta não é, sem dúvida, comparável a de não ter nenhuma conta da ordem que se crê vir de Deus. Não nos restará, de modo algum, dificuldade, se representamos o diabo acusando no tribunal de Deus o homem que não matou de maneira alguma, quando sua consciência aí o impelisse. A acusação diria que esse homem, se crendo nas circunstâncias nas quais Deus por uma providência especial quisesse se servir dele como outrora de Fineias, de Samuel, de Elias, de São Pedro, para matar qualquer um, debochou disso e o ignorou. Que responderia o acusado? Diria que sabia que o homicídio teria sido proibido no decálogo? Mas lhe replicariam que Deus algumas vezes dispensa esse preceito. Diria ele que não ousou pôr a mão no sangue? Mas pediriam que sua covardia fosse punida. Diria enfim que duvidou que Deus comandasse isso? Neste caso não estamos mais na suposição que fiz, e assim não tenho nada a dizer. Parece então que esse acusado não teria nenhuma boa razão em alegar algo para extenuar sua desobediência formal e que assim Deus seria obrigado a declará-lo culpado, e que é muito verdadeiro, ainda que se tenha alguma repugnância em relação a isso, antes de mais nada, em confessar que o que o homicida faz segundo os instintos de sua consciência é um mal menor do que não matar quando a consciência o ordena.

Dir-me-eis que aqueles que fizessem a promessa de matar alguém seriam mais culpados se efetuassem sua promessa do que se não a cumprissem. Respondo que se não a efetuassem, porque sua consciência melhor instruída far-lhes-ia ver que valia mais renunciar à promessa do que efetuar-la, sua conduta seria muito boa. Mas se permanecendo bastante persuadidos de que não são obrigados a ter essa promessa, renunciassem, minhas razões voltam e provam como mais acima. Quero que se note, aliás, que se Deus tendo piedade de um homem que seria engajado temerariamente em uma promessa muito criminosa, quisesse preservá-lo da execução, servir-se-ia da intervenção de uma nova consciência; porque Ele lhe mostraria que não é obrigado a cumprir a promessa. Isso nos mostra que há nas ideias de Deus um encadeamento tão indissolúvel, entre os julgamentos da consciência e a obrigação de aí se conformar, que o próprio Deus não separa essas duas coisas, quando quer impedir uma execução. O que é feito então? Ele sobe um pouco mais alto e une a renúncia à promessa com o julgamento da consciência que lhe corresponde, quer dizer, muda os instintos da consciência, fazendo com que ela não mostre mais que precisa cumprir a promessa, mas ao contrário, que não precisa cumpri-la.

Enfim, digo, que os magistrados tendo recebido ordem de Deus e dos homens de matar

os homicidas, podem fazer justamente punir aquele que mata segundo os instintos de sua consciência; não é para eles esclarecer essas ocasiões raras e singulares, onde a consciência cai, a este respeito, na ilusão.

## CAPÍTULO X

*Continuação da resposta às dificuldades contra o direito da consciência da consciência errante. Exame do que se diz que se os heréticos usam de represálias sobre aqueles que nos perseguem, eles erram. Provas de que a falsa consciência pode desculpar aqueles que a seguem, ainda que não a faça sempre.*

Após ter mostrado, como fiz, que todo herético é obrigado a evitar ao menos como um maior mal o que não é conforme ao ditado de sua consciência; de onde concludo que tem o direito de fazer por seus erros tudo o que faz que Deus nos mande fazer para a verdade; eu poderia permanecer nesse ponto. Teria mostrado suficientemente bem que os heréticos teriam direito de perseguir os ortodoxos, se fosse verdadeiro que Deus tivesse comandado aos homens perseguirem o erro. Todavia, para não deixar nada a desejar, examinarei aqui uma outra questão bastante importante, a saber, se um herético, fazendo o que sua consciência lhe dita, pode evitar não somente um maior mal, mas também todo mal e fazer uma boa ação.

Tendo de passar adiante, tirarei do meu caminho o que, para muitos leitores, é uma pedra de escândalo. Espantar-se-ão, assim, que digo que a consciência errônea dá direito de fazer o mal, ou para servir-me dos termos do autor da Crítica Geral<sup>48</sup> do Senhor Maimburgo, que o erro travestido em verdade entra em todos os direitos da verdade. Isso parece duro e exagerado e eu mesmo encontrei nesse autor expressões que, antes de mais nada, me parecem um pouco exageradas e indigestas; mas, tudo sendo bem considerado, compartilho de seu sentimento, que é o de que, desde que o erro é ornado de enfeites da verdade, nós lhe devemos o mesmo respeito como devemos à verdade; do mesmo modo como quando um mensageiro se apresenta com as ordens de senhor a um servidor e este é obrigado a recebê-lo, ainda que o mensageiro seja um gatuno que sobrepujou as ordens do senhor. Dizer que esse gatuno adquire todos os direitos de um fiel mensageiro, em relação ao servidor que apresenta as ordens do senhor, é uma maneira de expressão um pouco embaraçosa em um sujeito como aquele, onde é preciso poupar a delicadeza do leitor; mas salvo isso, a coisa é muito verdadeira, e se o autor da Crítica não quis indicar senão que o servidor foi obrigado a receber esse gatuno, e não pôde lhe fazer o menor mal, sem vir a ser pérfido a seu mestre; eu sou completamente de seu sentimento. Mas precisaria observar essa notável diferença entre esse gatuno e uma heresia da qual se é persuadido; é que o gatuno sendo uma pessoa distinta de seu

---

<sup>48</sup> Ver a Carta 9 das *Novas Cartas*.

servidor e sabendo muito certamente que ele mesmo não tem nenhum direito de persegui-lo com as ordens do senhor, não pode fazê-lo sem crimes; mas a heresia revestida da aparência da verdade, não sendo de modo algum distinta da alma herética (porque as modificações dos espíritos não são de maneira nenhuma entidades distintas dos espíritos) não conhece de modo algum ela mesma, que não é mais do que um fantasma da verdade, e assim a alma herética ignora que engana-se. Ora, sendo plenamente persuadida que está em bom estado, tem um outro direito de se comandar a si própria tais e tais atos, que segundo a ordem eterna das moralidades, devem ocorrer em consequência de certas persuasões; ela tem, digo, um outro direito a este respeito que o gatuno não tem. Porque não é de maneira alguma que o gatuno tem algum direito, na medida em que existe fora do entendimento do servidor; não tem direito na medida em que está objetivamente no espírito desse servidor; isto é, para falar mais inteligivelmente, que todo o seu direito consiste na ideia ou na persuasão que tem o servidor de que esse gatuno é um fiel mensageiro do senhor. Se ele prevalece dessa espécie de direito, é certamente punível; mas a alma modificada por uma heresia de boa fé, se exerce seu direito, é ela punível? Eis a questão. Não há nenhuma dúvida de que ela é [punível] quando seu direito é mal adquirido. E que não vos pasmeis com o que digo, que uma alma pode ser punível, ainda que exerça seu direito; porque todo o mundo deve convir que alguém pode abusar de seu direito, e que se pode fazer injustiças servindo-se de seu direito. É um axioma bastante conhecido, que *summum jus summa injuria*, que se pode ser muito injusto, servindo-se do direito em todo o alcance de seu rigor. Não ocorre que, tendo os príncipes o direito de punir e de perdoar, eles o façam algumas vezes muito indevidamente? Sem entrar em longas discussões, é preciso saber que esta palavra *direito* ou *jus*, é equívoca; toma-se algumas vezes pelo poder de fazer alguma coisa, e algumas vezes pela justiça mesma de uma ação. Os filhos em certas circunstâncias têm o direito de se casar malgrado seus pais, e se o fazem, ninguém pode inquietá-los; mas isso não impede que, se servindo desse direito, não o façam algumas vezes muito indevidamente, fisicamente e moralmente falando. Eu abusaria de meus leitores se me estendesse sobre uma coisa tão clara.

Após ter levantado esta dificuldade, não tenho escrúpulo algum em dizer que, se fosse verdadeiro que Deus tivesse mandado em suas Escrituras estabelecer a verdade pelo ferro e pelo fogo, ter-se-iam heréticos que perseguiriam a ferro e fogo a verdade, sem serem culpados; o que será uma nova prova demonstrativa contra o sentido literal refutado neste comentário. Eis minhas razões.

I. Não saíamos da passagem que serve de texto a este comentário. É claro, pelo que eu disse em diversas passagens desta obra, que se estas palavras *Force-os a entrar*, contém uma ordem de forçar as pessoas a entrarem no seio da Igreja, não somente se pode constrangê-las pelas condenações, prisões e exílios, mas também pelo último suplício. É, então, nessa passagem que podemos supor estar contida a lei de perseguir porfiadamente. Ora, como essa ordem é geral, não se saberia impedir de crer que a intenção daquele que a dá é geral, e que

ela se dirige indiferentemente a todos que reconhecem o Evangelho por um livro inspirado de Deus. Mas se a intenção de Deus é geral, todos os que sabem sua ordem são obrigados a obedecer. Ora, só podem a obedecer perseguindo aqueles que creem contrários à verdade; parece então que Deus pede que eles persigam os que creem serem contrários à verdade. Se então eles fazem-no, de que poderá se queixar?

Para ver a força desse argumento que parece, antes de mais nada, uma razão vaga tirada pelos cabelos, é bom observar que todos os preceitos de Deus dados em sua palavra de um modo geral, devem ser executados, não somente quando se está na sociedade visível da Igreja que entende melhor a Escritura, mas também quando se está nas sociedades heréticas. Parece, pelo exemplo de orardes a Deus, de dares a esmola, de amardes seu próximo, de honrardes seu pai e sua mãe, de evitarde o erro, a avareza, a indecência, etc. que Deus não quer somente que os ortodoxos obedeçam a essas leis, mas que quer também que aqueles que têm a infelicidade de cair na heresia a elas obedeçam, e isso sem esperar que sejam convertidos de seus erros; no âmago de suas falsidades quer que a elas obedeçam, e ele aprova todos os atos de virtude que eles praticam para a elas obedecer. Por que não diremos a mesma coisa desta ordem geral, *Force-os a entrar*? Por que precisaria que a maior parte dos cristãos não a executassem, e façam melhor a transgredindo? Todas as disparidades que alegarão só servirão para mostrar que, se Deus nos tivesse prescrito alguma coisa a este respeito, estaria se servindo de uma lei particular, dizendo, por exemplo: *Quero que aqueles que creem em tal ou tal coisa, forcem a entrar os que não creem nela*. Do mesmo modo que se fosse um pecado mortal a um protestante dar a esmola pelo amor de Deus, todas as ideias da ordem nos levariam a crer que o preceito de dar a esmola só teria sido endereçado àqueles que tivessem uma tal marca de cristianismo, como por exemplo, que se submetessem ao papa. Mas como todos os homens do mundo, de alguma religião que seja de um outro ponto de vista, podem fazer uma boa obra dando a esmola, daí vem que o preceito da caridade se reporta em geral a todos os homens, e assim de resto. Pois então, como a ordem pretensa de perseguição é geral, é preciso crer que a intenção de Deus é que a ela se obedeça em todo estado.

É mister então observar que o espírito de todas as leis gerais, é que a aplicação se faça segundo as luzes daqueles que as executam, a menos que não seja de outro modo ordenada pelo legislador. Por exemplo, o santo mandamento do decálogo, *honras teu pai e tua mãe*, não prescreve de forma alguma aos filhos uma tal ou tal maneira de honra, e não os obriga a aplicarem essa honra precisamente a uma tal pessoa. Quer somente que eles rendam àquele que creem ser seu pai as honras que são de hábito em seu país. De sorte que em um país onde seria honrar as pessoas se cobrir diante delas, passar diante delas, os tratar informalmente, etc., um filho que agiria assim não para com aquele que o engendrou, mas para com aquele que se passa por seu pai, cumpriria perfeitamente a lei de Deus, *caeteris paribus*, como um homem que nesse país se tivesse sempre descoberto diante de seu verdadeiro pai, caminhasse só depois dele, só lhe falasse em terceira pessoa, etc. Dizemos o mesmo da lei, *Force-os a*

*entrar*: o melhor sentido que aí se possa entender, é que cada um se serve das maneiras de constrangimento que causam a melhor impressão no país onde habita, e que se serve contra aqueles que crê não estarem em bom caminho, e assim as coisas sendo iguais de um ponto de vista de um luterano que forçasse os papistas a se tornarem luteranos, obedeceria a ordem de Deus tão regularmente como o papista que forçasse os luteranos a irem à missa.

Quando são Paulo disse, *faças o bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé*, quis ele dizer que um papista deva fazer o bem a todos, mas principalmente aos calvinistas, ou que esses devam fazer o bem a todos, mas principalmente aos papistas? Isso seria extravagante. É mister então dizer, com toda a necessidade, visto que a Escritura deve ser a regra de todos os cristãos em todos os séculos, que são Paulo ordena aos cristãos preferirem em suas gratificações aqueles que eles creram ortodoxos aos que creram heterodoxos. Não se pode entendê-lo de outro modo; porque o Santo-Espírito que ditou as Escrituras para o porvir, tão bem como para o presente, não ignorou que os cristãos seriam divididos em muitas seitas; o meio então de regrar seus costumes e seus deveres, não devia ser fundado sobre a hipótese de sua concórdia, mas antes sobre a hipótese futura de sua desunião. Ora, visto que nessa segunda hipótese a preferência pelos ortodoxos foi recomendada, na distribuição dos benefícios, se segue que isso quer dizer que é preciso preferir aqueles que se crê ortodoxos; essa preferência é consequência legítima do amor e da verdade. São Paulo pôde então recomendá-la em geral, e não poderia recomendá-la em geral, se ela fosse um crime em toda parte, exceto em uma das sociedades cristãs. Aplicando isso às palavras *Force-os a entrar*, encontrar-se-á manifesto que elas justificaram tão bem o constrangimento dos heréticos como o dos não-heréticos. Parece-me entender que se dizes que tanto essas palavras como as de são Paulo, obrigam primeiramente as pessoas a serem ortodoxas e depois a constranger e preferir os domésticos da fé. Mas é um sentido absurdo; porque direi a mesma coisa do preceito de honrardes seu pai, de protegerdes a inocência, de socorrerdes os desditosos, direi, somente depois que se foi convertido. Mas enquanto se instrui, não precisais honrar seu pai e assistirdes aos pobres, e se se é bastante desditoso para não encontrar a verdade, permanecerá toda sua vida sem praticar essas virtudes? Isso é tão ridículo que não há como com isso concordar: é preciso dizer que diretamente, absolutamente e sem condição prévia, Deus quer que todo homem, herético ou ortodoxo, seja caridoso e virtuoso.

II. Eis uma outra razão. Nossos adversários confessam que a consciência que conhece a verdade obriga, e que não se faz bem executando o que ela nos prescreve. Isso não pode ser verdadeiro que em virtude de alguma lei ou necessária, ou arbitrária do autor de todas as coisas, que podemos nos representar concebido nestes termos: *Quero que a verdade empenhe os homens na necessidade de segui-la, e os que a seguirem farão uma boa ação*. Ora, não me parece que uma tal lei possa ser indicada aos homens, sem autorizar não somente a verdade ela mesma, mas também a verdade putativa: parece então que a mesma lei que quer que se siga impunemente o ditado de uma consciência que conhece a verdade, queira também que se

siga impunemente o ditado de uma consciência que crê conhecer a verdade, após ter feito as diligências necessárias para aí não se enganar. O que me faz falar assim, é que me parece que todos os homens concebem claramente e distintamente, quando bem refletem, que é o espírito de toda sorte de legisladores.

Um rei que ordena a todos os juizes de seu reino punirem os criminosos e absolverem os inocentes, os autoriza por isso mesmo a punirem todos os que lhe parecerem criminosos, e a absolver todos os que lhe parecerem inocentes. Não digo que os autoriza a não examinarem as acusações e as defesas inconsideradamente, e que pretenda perdoá-los, se por causa dessa preguiça punem os inocentes, e absolvem os culpados; entendo somente que os autoriza a se regrarem sobre o que lhes aparenta ser, após um bom exame. De sorte que se após um tal exame absolvessem um homem que lhes parecesse culpado, ainda que fosse, no fundo, muito inocente, ou se condenassem um homem, no fundo, muito culpado, mas que lhes parecesse inocente; eles ofenderiam o príncipe, e mereceriam eles mesmos serem punidos, porque sua conduta seria um desprezo das leis que teriam sido a eles destinadas, e uma resolução de desobedecer a seu soberano. Eu poderia acumular cem exemplos de leis; mas após ter acrescentado ainda duas, deixarei a meu leitor o cuidado de aplicar minha observação àqueles que ele mesmo imaginará.

Um general do exército, que comandasse a seus soldados terem respeito pelas damas, e de poupar todas as mulheres no saque de uma cidade, acreditaria ter sido obedecido, visto que seus soldados tivessem respeitado todas as pessoas que teriam tomado por damas, e poupado todas as que tivessem tomado por mulheres. Não importa que aí tivesse burguesas de bastante boa aparência, e muito magnificamente vestidas, para lhes parecer damas, ou jovens rapazes disfarçados que eles teriam tomado por filhos: respeitando esses burgueses e poupando esses rapazes, não teriam deixado de obedecer a seu general; e se não tivessem feito isso, é claro que eles teriam desobedecido, porque se deve presumir em toda lei que a aplicação do comando a tais ou tais pessoas, depende daquele que obedece à lei, e que é tido a usar de sinceridade e diligência, quando se faz essa aplicação.

Quando em um tratado de paz um príncipe estipula que todos seus súditos poderão traficar livremente nos Estados de um outro príncipe, sei bem que não entende autorizar os disfarces dos piratas, que carregam a bandeira do que lhes apraz, para surpreender mercadores de vasos, ou favorecer as fraudes das outras nações; mas é que entende que o outro príncipe deixará toda liberdade àqueles que crerá súditos daquele com que fez o tratado. É certo que o outro príncipe far-lhe-ia esta confissão, *afastei tais e tais de meus Estados que se são entendidos não serem vossos súditos, mas que creio, portanto, serem*, confessaria que teria violado a paz, e isso passaria muito justamente no espírito de seu aliado por uma infração manifesta. De onde parece que a intenção dos contratantes é de estipular, tanto para os são tais realmente como para os que parecem, até que se diferencie os que são.

Que se tome cuidado; todos os exemplos que alguém pode alegar ao contrário supõem,

ou tanta facilidade em não tomar um pelo outro, que é visível que os que têm feito quiseram fazer, ou incredulidade da boa fé de outrem, porque não se penetra no interior das pessoas. Mas o que quer que isso seja, como a Deus que todos nossos pensamentos são *intuitivamente* conhecidos, não pode condenar por desconfiança ou por receio, os que tomam pela realidade o que não é aparente, se segue que só deve ser comparado aos exemplos que alego. Assim quando indico a lei que mencionei mais acima, a natureza das coisas conduz por uma consciência que parece inevitável, que a verdade putativa produza os mesmos efeitos que a real.

Isso parecerá ainda melhor se se bem reflete sobre a qualidade daqueles a que essa lei é indicada; porque ver-se-á que ela seria totalmente impraticável, se não fosse empregados em nada para a verdade putativa; porque neste caso eles poderiam zombar impunemente de mil coisas que lhe parecessem a verdade; e porque a verdade real lhes deve parecer verdade antes que a sigam, permaneceriam amiúde em suspenso e flutuantes, a respeito dessa verdade real; porque, diriam: *Não somos obrigados a amar tudo o que nos parece ser a verdade real e absoluta; o que sabemos nós se presentemente conhecemos essa verdade, ou se temos somente as aparências da verdade?* Mas não estou ainda nesse ponto; contento-me em dizer aqui que, o homem não podendo praticar a lei em questão, sem buscar ele mesmo a verdade, se segue então que deve buscá-la. Ora, desde que crê tê-la encontrado deve segui-la, e se não pudesse segui-la, então de nada servir-lhe-ia buscá-la. É preciso então que a intenção do legislador seja, quando estabelece a autoridade da verdade, e a impunidade dos que a seguem, de estabelecer isso para a verdade em geral, isso é, para o que verdade em relação a cada pessoa; salvo ver qual é a causa que faz que o erro pareça verdade a tais e tais.

III. Acrescentemos então outra observação. Quando Deus diz, *quero que a verdade empenhe os homens na necessidade de segui-la, e aqueles que a seguirem farão uma boa ação*, ou ele entende toda sorte de verdades, ou somente algumas. É claro que ele não entende toda sorte de verdades, mas somente aquelas que terão sido devidamente reveladas e anunciadas ao homem; porque como se pode imaginar que esta verdade de fato, *Deus retirou os judeus do país do Egito, e lhes deu uma lei que contém o caminho da salvação*, seria uma obrigação, não direi para os povos da América; mas também para os povos da Ásia oriental, que não teriam jamais ouvido dizer que existisse um povo chamado de judeus. Como imaginar que essa outra verdade de fato, o fundamento de todo o nosso cristianismo, *Jesus Cristo, o filho de Deus, morreu para recompensar os homens, é ressuscitado e elevado ao céu, após ter-nos declarado o que é preciso crer e fazer para ser eternamente venturoso*, seria uma obrigação, não direi para os povos da terra Austrália, que talvez não tenham jamais tido no pensamento que haveria outros homens como eles sobre a Terra; mas mesmo para os povos da Ásia e da África? Eu acho muito razoável o que disse Tomás de Aquino, que seria uma imprudência crer nos artigos de nossa fé mal propostos, anunciados por homens infames e ímpios, e provados por razões ridículas. Se então toda sorte de predicação do Evangelho não obriga de modo algum, com a mais forte razão so-



mos dispensados de crer, quando ninguém não nos diz uma palavra a respeito. Um frade de nossa nação, chamado François de Santa Clara<sup>49</sup>, traz sobre isso o sentimento de muitos hábeis teólogos; pode-se consultá-lo. Dizemos temerariamente que Deus não entende de modo algum que toda sorte de verdades obriga a crer nelas. Ocorre então que algumas o façam: e quais são? As que nos foram reveladas e anunciadas bastante claramente para tornar indesculpáveis aqueles que não creem nelas.

Isso mostra necessariamente que Deus nos propõe de tal maneira a verdade, que nos deixa no empenho de examinar o que nos propõe, e de investigar se é a verdade ou não. Ora, daí se pode dizer que Ele não exige de nós senão bem examinar e bem investigar, e que se contenta com que, após ter examinado o melhor que pudermos, consentimos aos objetos que nos pareçam verdadeiros e que os amemos como um presente vindo do céu. É impossível que um amor sincero para o objeto que se recebe como um dom de Deus, após tê-lo examinado cuidadosamente, e que não se ama como em consequência desta persuasão, seja mau, mesmo quando houvesse erro em nossa persuasão.

IV. Isso parecerá muito mais sólido, se se toma cuidado com qual sorte de criaturas Deus ensina as verdades da religião, por quais meios, e com que grau de luz. Essas criaturas são almas unidas a um corpo que durante alguns anos não têm nenhuma razão, nem nenhuma força de discernir o verdadeiro e o falso, nem de suspeitar que aqueles que nos instruem, ensinem-lhes coisas falsas; de sorte que elas creem nessa idade em tudo que lhes dizem, sem se desgostar com nenhuma obscuridade, incompreensibilidade ou absurdidade. São ainda criaturas que arrastam por toda parte um corpo que é a causa da capacidade da alma ser incessantemente ocupada por mil sensações confusas e por mil inquietações terrestres indispensáveis. As paixões e os hábitos da infância, os preconceitos da educação, se apoderam de nós, antes que tenhamos o tempo de saber o que é que deixamos entrar em nosso espírito. Tudo isso nos torna a busca da verdade mais penosa; e como Deus é o autor da união da alma e do corpo, e que não quer que a sociedade humana seja arruinada, que quer por consequência que nos disponibilizemos cada um a seu emprego honestamente, se segue daí que deva tratar com esses homens, como um ser que tem obstáculos involuntários, e da própria instituição de Deus, que retardam o discernimento da verdade, e que o tornam algumas vezes impossível. É preciso então juntar a isso uma coisa que sabemos por uma experiência indubitável, é que Deus não imprimiu nas verdades que nos revela, a maior parte pelo menos, uma marca ou um sinal os quais alguém possa seguramente discerni-los; porque eles não são de uma clareza metafísica e geométrica; não produzem em nossa alma uma persuasão mais forte que as falsidades; não excitam, de modo algum, paixões que as falsidades também não excitam. Numa palavra, não se pode nada indicar nos objetos que um homem crê verdadeiros e que o são efetivamente, que não se encontre nos objetos que o mesmo homem ou um outro crê verdadeiros e que não o são de modo algum. Sendo assim, não se compreenderá

<sup>49</sup> Em seu *Deus, Natura e Gratia*, p. 86 e seg.

jamais que Deus impõe ao homem a necessidade de amar a verdade putativa; e para dizer a coisa sem rodeios, não se pode quase nada consultar da ideia da ordem, sem compreender distintamente, que a única lei que Deus, segundo sua infinita sabedoria, teria podido impor ao homem em relação à verdade, é de amar todo objeto que lhe parecesse verdadeiro, após ter empregado todas suas luzes para discerni-lo. A sabedoria infinita de Deus exige necessariamente e indispensavelmente, que proporcione suas leis na condição onde ele próprio pôs as criaturas; é preciso então que as proporcione na condição de uma alma unida a um corpo que deva se nutrir e viver em sociedade, passar da infância à adolescência, e se afastar de sua ignorância natural pela instrução de seus pais. Ora, essa alma não é, de modo algum, capaz de discernir perfeitamente quando suas persuasões são falsas, e quando são verdadeiras, visto que elas têm os mesmos sinais e os mesmos caracteres; é preciso então ou querer que ela duvide de todas, que as despreze, e que assim ela não faça jamais nenhum ato de virtude, ou que ela se fie a todas, após ter sentido interiormente que elas lhe pareçam legítimas, e cheguem à convicção da consciência.

Se bem que dirão que todos os obstáculos para encontrar a verdade dos quais falo, sendo uma consequência da rebelião do primeiro homem, e uma justa punição de toda sua posteridade, Deus não é obrigado a se proporcionar em uma condição que o homem é atirado por sua própria falta, que tem sempre o direito de agir com o homem sobre o antigo pé; isso é, segundo o estado onde é tirado pelo mau uso que Adão fez de sua liberdade. A isso teriam mil coisas a responder: mas para me reduzir ao necessário, contento-me com estas três observações.

A primeira é que não parece de maneira alguma que as fábulas da infância sejam uma consequência do pecado de Adão, não mais que as sensações contínuas que nós temos, e, por conseguinte, da ação dos objetos sobre nossos órgãos. Não há nenhuma evidência de que se o homem tivesse perseverado no estado de inocência, seus filhos teriam tido razão e espírito vindo ao mundo, e que não fossem abertos pouco a pouco, tanto para o espírito como para o corpo; enquanto por toda sua vida as leis da união da alma e do corpo tivessem dividido as forças do entendimento, de tal sorte que a inteligência das coisas espirituais tivesse suas dificuldades. Assim, o homem, tendo sido posto nas circunstâncias que lhe tornam muito penoso o discernimento do verdadeiro e do falso, digo que o homem tal como foi criado, para multiplicar pela via da geração, a ordem que é a lei inviolável do próprio Deus, quis Deus que fosse proporcionado tal condição ao homem.

Em segundo lugar, digo que todas as consequências do pecado de Adão, em relação a seus descendentes, como a de ser inclinado às coisas sensíveis, de demasiado depender do corpo, de ser atravessado por paixões e preconceitos, sendo dependências necessárias das leis que Deus estabeleceu de sua pura vontade, unindo os espíritos com a matéria, e ordenando a multiplicação do homem pela via das gerações, a ordem, lei indispensável de Deus, o empenho em proporcionar sua conduta em relação ao homem, ao estado onde o homem se

encontra reduzido após a queda de Adão.

Em terceiro lugar, digo que, se não obstante a rebelião do primeiro homem, Deus se acomodou perfeitamente com relação ao corpo, ao estado onde o pecado nos reduziu, como o veremos em breve, é bem mais razoável crer que se acomodou com relação à alma.

Ora, não seria de modo algum acomodado ao estado onde estamos reduzidos, quero dizer, à necessidade onde estamos de se ocupar nas tarefas humanas, à dependência quase insuperável dos preconceitos da educação, à diversão contínua que fazem das forças do nosso espírito, as sensações e as paixões que se excitam maquinalmente em nossa alma, à presença dos outros corpos; não seria aí de modo algum, digo, acomodado, se tivesse condenado absolutamente todos nossos respeitos pela verdade putativa, e tivesse exigido de nós com todo rigor que conhecêssemos a verdade absoluta, e que a desenredássemos de todas suas falsas imagens, nessa pequena porção de luz que é a divisão desta vida, e que é antes um fraco crepúsculo como um dia, como nos declara são Paulo, confessando que hoje só vemos como em um espelho obscuramente e por enigma. Então não fez, de modo algum, tais leis a nosso respeito, mas nos impôs uma carga proporcional a nossas forças, que é de buscar a verdade, e de nos deter ao que nos parece sê-la, após tê-lo sinceramente buscado, de amar essa verdade aparente, e de nos regar sobre seus preceitos, por mais difíceis que sejam. Isso quer dizer que a consciência nos foi dada como pedra de toque da verdade, pela qual o conhecimento e o amor nos são comandados. Se vós desejais mais, é claro que desejais o impossível, e é fácil de demonstrá-lo.

Se vós desejais mais, é claro que desejais que o homem não fixe seu amor e seu zelo na verdade absoluta, reconhecida certamente como tal. Ora, é impossível, no estado onde nos encontramos, conhecer certamente que a verdade que nos parece (falo das verdades particulares da religião, e não das propriedades dos números, ou dos primeiros princípios de metafísica, ou das demonstrações de geometria) é a verdade absoluta; porque tudo o que podemos fazer é estar plenamente convencidos de que temos a verdade absoluta, de que não nos enganamos de modo algum, de que são os outros que se enganam, de todas as marcas equívocas de verdade, visto que elas se encontram nos pagãos, e nos heréticos mais perdidos. É então certo que não saberíamos discernir com nenhuma marca resolva o que é efetivamente verdade quando o cremos, do que não o é, quando não o cremos. Não é de modo algum pela evidência que podemos fazer este discernimento; porque todo o mundo diz, ao contrário, que as verdades que Deus nos revela em sua palavra, são mistérios profundos que exigem que se capte seu entendimento à obediência da fé. Não é de maneira alguma pela incompreensibilidade; porque, afinal, há algo de mais falso e de mais incompreensível do que um círculo quadrado, do que um primeiro princípio essencialmente mau, do que um Deus pai pela geração carnal, como o Júpiter do paganismo? Não é de modo algum pela satisfação da consciência; porque um papista é também satisfeito com sua religião, um turco da sua, um judeu com a sua, como nós com a nossa. Não é modo algum pela coragem e pelo zelo

que uma opinião inspire; porque as mais falsas religiões têm seus mártires, suas austeridades inacreditáveis, um espírito de fazer prosélitos que excedem bem frequentemente a caridade dos ortodoxos, e uma afeição extrema pelas suas cerimônias supersticiosas. Nada, em uma palavra, pode caracterizar a um homem a persuasão da verdade e a persuasão da mentira. Assim é lhe exigir mais do que pode fazer, como querer que faça esse discernimento. Tudo que ele pode fazer, é que certos objetos que examina pareçam-lhe falsos, e outros, verdadeiros. É preciso então obrigar que se esforce em fazer que aqueles que são verdadeiros lhe pareçam; mas seja que ele triunfe, seja que aqueles que são falsos lhe pareçam verdadeiros, que ele siga, após isso, a sua persuasão. O que ilustra bastante meu pensamento.

Depois que os protestantes saíram da Igreja romana, não se cessa de objetar que arruinando a autoridade da Igreja, se empenhem em encontrar a verdade pelo exame da Escritura, e que esse exame ultrapassa as forças de um particular, empregam seus povos a não terem jamais uma certeza legítima de sua crença, visto que ela se resolve neste fundamento, *acho que tenho razão de entender assim a Escritura; então tenho razão de entendê-la assim*. Não nos lastimamos que após ter respondido mil vezes a esse argumento, nos propõem todos os dias, e que na França, sobretudo, refinam-no e enganam o mais que podem. Mas é preciso confessar em um certo sentido, que eles têm razão em propô-lo e propô-lo novamente, porque a isso não se responde de modo algum, e que não se saberia responder, supondo, como se faz de ordinário, que Deus exige do homem privativamente e exclusivamente a toda verdade putativa, que conheça a verdade absoluta, e que saiba certamente que a conhece. Confessemos a dúvida, nem sábios, nem ignorantes podem chegar lá pela via do exame; porque essa via não nos conduzirá ao *critério* da verdade, que é uma ideia tão clara e tão distinta, que sentimos vivamente que a coisa só pode ser como tal, após ter bem considerado todas as razões de duvidar, quero dizer, todas as instâncias dos adversários. Não é possível chegar a uma tal ideia, em relação a esse único ponto de fato, como saber se uma tal passagem da Escritura foi bem traduzida, que o termo está hoje no grego ou no hebreu, sempre aí tendo estado presente, e que o sentido que lhe têm dado os parafrastas, os comentadores e os tradutores, é o mesmo que o do autor do livro. Pode-se ter uma certeza moral disso; e fundada sobre três grandes probabilidades, mas no fundo tal certeza pode se encontrar na alma de uma infinidade de pessoas que se enganam; assim ela não é um sinal certo de verdade. Isso não é de modo algum o que se chama *criterium veritatis*, que é, por exemplo, a evidência irresistível com a qual conhecemos que o todo é maior que sua parte, que se de coisas iguais se tira coisas iguais, os resultados serão iguais, que seis é a metade de doze, etc.

Mas, em um outro sentido, os católicos romanos são bastante ridículos de tanto acossar essas dificuldades, visto que lhes é também impossível como a nós de se sair bem, e que eles não têm de modo algum recursos em seus princípios que satisfaça a condição que supõem que Deus exige do homem, a saber, que saiba de ciência segura que o que ele toma pela verdade não é uma verdade aparente, como a que as outras seitas tomam pela verdade, mas

a verdade absoluta e real. O caminho que nos oferecem para aí chegar, é mil vezes mais embaraçoso que o dos protestantes, como nossos autores lhe têm feito ver, visto que supõe à primeira vista todas as dificuldades daquele dos protestantes, porque é preciso examinar as passagens da Escritura onde está contida a falibilidade ou infalibilidade da Igreja, e que além disso é preciso percorrer a história de todos os séculos, para saber discernir o que é efetivamente uma tradição apostólica, do que não o é segundo as vãs pretensões de alguns. Em uma palavra, nem pela Escritura, nem pela luz natural, nem pela experiência se pode conhecer certamente que a Igreja é infalível; e se ela o fosse, aqueles que creem-na estariam em um sentimento verdadeiro como por um golpe de sorte venturoso, sem que possam dar nenhuma razão necessária, nem ver em sua alma sinais de verdade como um outro que crê conhecê-la não sinta do mesmo modo; porque tudo o que o papista veria em sua alma, seria um sentimento de convicção que lhe daria uma grande paz de espírito, e uma grande piedade, ódio ou desprezo para aqueles que ensinassem o contrário. Ora, tudo isso se pode encontrar na alma deles; não podem então assegurar a uns e a outros o que sentem interiormente, a saber, a uns, que estão persuadidos que a Igreja é infalível, a outros que ela não o é.

Essa consideração, se a pesais com maturidade, e se meditais profundamente, far-nos-ia conhecer sem dúvida a verdade do que pretendo estabelecer aqui, que é que na condição onde se encontra o homem, Deus se contenta em exigir dele que busque a verdade o mais cuidadosamente que possa, e que crendo tê-la encontrado ame-a e aí regre sua vida. O que, como cada um vê, é uma prova de que somos obrigados a ter as mesmas atenções para a verdade putativa como para a verdade real. E, desde então, todas as objeções que se faz sobre a dificuldade do exame, desaparecessem como vãos fantasmas, visto que é certo que é acessível ou não a cada particular, por mais simples que seja, dar um sentido ao que lê, ou ao que se lhe diz, e de sentir que esse sentido é verdadeiro, e eis sua verdade a ele desvelada. Basta a cada um que consulte sinceramente e de boa fé as luzes que Deus lhe dá, e que, seguindo isso, se una à ideia que lhe pareça a mais razoável e a mais conforme à vontade de Deus. É por meio dessa ortodoxia a respeito de Deus, ainda que por uma falta que não se poderia evitar, seus pensamentos não sejam uma fiel imagem da realidade das coisas, do mesmo modo que um filho é ortodoxo, tomando por seu pai o marido de sua mãe, do qual não é filho de modo algum. O principal é, em seguida, agir virtuosamente; e assim cada um deve empregar todas as suas forças em honrar a Deus por uma pronta obediência à moral. A esse respeito, isso é, a respeito do conhecimento dos nossos deveres pelos costumes, a luz revelada é tão clara, que poucas pessoas quanto a isso se enganam, quando de boa fé buscam o que o é.

Não é necessário que eu advirta meu leitor, que não excluo de modo algum a graça do ato que nos faz aderir às verdades reveladas. Quero bem que seja ela que nos faça sentir que tal ou tal sentido da Escritura é verdadeiro, e que nos modifica de tal maneira que precisamente o sentido que é verdadeiro nos pareça verdadeiro. Mas digo que a graça que produz

esse sentimento, não faz por isso com que conheçamos nenhuma prova certa e *omni exceptione majore* do sentido que cremos verdadeiro. Cremo-lo firmemente: e sem o poder muito sustentá-lo a um adversário sábio e sutil, permaneceremos convencidos que é, portanto, uma verdade revelada. Sê-lo-á um efeito da graça, tanto quanto se quiser. A Deus não apraz que eu o conteste. Digo somente que como a fé não nos dá, de maneira alguma, outros sinais de ortodoxia tais como o sentimento interior, e a convicção da consciência, indica que se a encontra nos homens mais heréticos: segue-se que a última análise de nossa crença, seja ortodoxa, seja heterodoxa, é que sentimos e que nos parece que isso ou aquilo é verdadeiro. De onde concludo que Deus não exige nem do ortodoxo, nem do herético, uma certeza adquirida por um exame e uma discussão científica; e por consequência contenta-se, para uns e para outros, que amem o que lhes pareça verdadeiro. Se essa ortodoxia que atribuo, em relação a Deus, a pessoas que se enganam no fundo, é um meio de salvação, não é aqui o lugar de dizê-lo. Direi, portanto, brevemente, que nem a ortodoxia daqueles, nem a destes que estão na verdade absoluta, não é o que salva; esforça-se em crer; se se não é homem de bem, não se salvará. É verdadeiro que se poderia dizer, que, em favor da ortodoxia absoluta, Deus perdoa os pecados cometidos contra a consciência, e que não os perdoa àqueles que erram.

É por aí que se deve acalmar a inquietude daqueles que se lamentam que nossos princípios vêm a salvar muitas pessoas. Que não se alarmem, não terão menos lugar no céu. Não vejo, no fundo, qual tão grande mal haveria em tornar mais fácil a via do paraíso, do lado dos atos do entendimento, e de tirar aos profanos esse grande escândalo que lhes fazem odiar o cristianismo, e que os impede de representar Deus sob a ideia de um ser beneficente e amável a suas criaturas. Falo da opinião que condena todo o universo, de Adão até o dia do julgamento, à exceção de um pequeno punhado de homens que viveram na Judéia antes do messias, e que viveram em uma pequena parte da religião cristã depois. Mas ainda que seja isso, minha opinião não salva uma alma de mais, porque todo inocente que possa ser um homem em relação a suas opiniões, peca frequentemente contra sua consciência, não faz o que crê que seria honesto fazê-lo e agradável ao Deus que adora; e assim, sem contar em seu processo as modificações de sua alma não conformes à verdade absoluta, Deus encontrará outras modificações criminosas, outros desejos, e outras vontades não conformes à ideia que teria de seu dever. Além de que há bastante opiniões que nascem em nós ou de uma preguiça indesculpável, ou de uma má tendência à sensualidade, opiniões as quais não excetuo do número de desregramentos puníveis.

Sobre isso se apresenta uma questão que é necessária examinar aqui em poucas palavras; se todos os erros nascem de um grande fundo de corrupção, que nos enfada na negligência de instruir-nos, ou que nos preocupa para e contra tais ou tais doutrinas. Para não abranger muitas coisas, reduzamo-nos às heresias que se veem entre os cristãos. Eis o que me parece.

Não creio que se teria razão em dizer que aqueles que não encontram na Escritura tais ou tais dogmas, são cunhados de uma cegueira involuntária, e corrompidos pelo ódio que

conceberam por seus dogmas, e que é a razão pela qual examinam sem se desenganar as razões de seus adversários, e a própria Escritura. Esta suspeita teria algum fundamento, se se tratasse de uma doutrina que insultasse a cupidez, e que refreasse as inclinações carnis do homem; mas se vê, não sei como, que não são essas espécies de dogmas que dividem os cristãos. Convenhamos todos que é preciso viver castamente, sobriamente, amar Deus, renunciar à vingança, perdoar nossos inimigos, lhes fazer o bem, ser caridoso. Estamos divididos sobre pontos que não agravam, nem extenuam o jugo da moral cristã. Os papistas creem na transubstanciação, os reformados não. Isso não constitui nada nem contra, nem a favor da sensualidade. Os papistas não creem que isso os empenhe a viver melhor como os reformados creem nisso ser empenhados, pela opinião que eles têm que Jesus Cristo, por sua natureza divina, e toda a Santa Trindade, está presente intimamente em tudo que dizemos, fazemos e pensamos; e se viermos a crer na transubstanciação, não creríamos que nos fosse mais necessário que antes, para ser salvos, de ser pessoas de bem. É então uma ilusão pueril pretender que a cupidez, a corrupção do coração, e outros desregramentos semelhantes, nos impeçam de encontrar um sentido literal nestas palavras, *Isso é meu corpo*.

Ora, como sentimos que os católicos romanos nos fazem uma injustiça grosseira, imputando-nos a renunciar a esse dogma por um princípio de corrupção, eu acreditaria facilmente que fazemos injustiça aos socinianos, pretendendo que eles não vejam pela Trindade na Escritura por um princípio de corrupção; porque um novo dogma os injuriaria? Seriam eles mais injuriados em sua consciência, quando caíssem no crime? Ousariam eles menos se dispensarem de obedecer a Deus, e de resistir às tentações da carne e do mundo? É claro que não, e que é a mesma coisa em relação a isso, ou crer em um Deus único em natureza e em pessoas, ou crê-lo somente único na natureza.

Mas é o orgulho, é a vaidade que os impede de submeter as luzes de sua razão à autoridade divina? Eis precisamente o que os papistas objetam aos reformados, e de uma maneira insultante, mas totalmente injusta; porque se sua censura tivesse algum fundamento, precisaria que tivéssemos a vaidade de duvidar das próprias coisas que creríamos terem sido afirmadas por Deus. Ora, esse pensamento não saberia recair em nenhum espírito, nem mesmo no demônio mais mordaz, porque todo espírito que tem a ideia de Deus, entende por esta palavra um Ser que conhece muito certamente as coisas e que não é capaz de enganar; e jamais o demônio que diria à Eva o contrário do que Deus teria dito, não acreditou dizer a verdade. Assim é a mais bizarra e monstruosa imaginação do mundo, dizer que os protestantes têm muito orgulho para submeter suas luzes às de Deus. Porque é dizer que eles ligam em um todo em seu entendimento estes dois atos, 1. *Sei que Deus disse isso*; 2, *sei que isso é falso, e que sei melhor que Deus que o é*. Vejais em quais extravagâncias de suposições caem estas pessoas, e devemos aproveitar para de modo algum atribuir um mesmo princípio à recusa que fazem os socinianos de crer na Trindade. É certo que não se trata entre os cristãos se o que Deus revela é verdadeiro ou falso; trata-se somente se revelou isso ou aquilo. E que não vê

que esta disputa não toque de modo algum a autoridade e a veracidade de Deus, não mais quando se é apenas para saber se um homem disse ou não disse certas coisas, ou não põe em compromisso sua boa fé, nem sua honra?

O que se pode dizer de mais razoável, é que os preconceitos da educação impedem de encontrar na Escritura o que aí é. Mas como é verdadeiro em geral a todos os homens do mundo, a alguns que mudam por raciocínio, que é à educação que devem o que são, antes de uma religião que de uma outra (porque se nascêssemos na China, seríamos todos chineses, e se os chineses nascessem na Inglaterra, seriam todos cristãos, e se mandassem a uma ilha inabitada um homem e uma mulher fortemente persuadidos, como de um dogma necessário à salvação, que no céu o todo não é maior que sua parte, ao cabo de duzentos ou trezentos anos isso seria um artigo de fé da religião de todo o país) como, digo isso é verdadeiro, geralmente falando, isso é uma censura vaga que todos os homens farão reciprocamente, sem razão em um certo sentido, com razão em um outro, enquanto agradecerá a Deus conservar a natureza pela geração, que será uma causa necessária que seremos filhos, tendo que discernir o bem e o mal, e que aprenderemos a discerni-lo segundo o que aprazera a nossos pais, que não deixarão jamais de nos instruir a seu modo, e de dar-nos um hábito que acreditaremos dever conservar preciosamente por toda a nossa vida. Parece-me que de dois homens, enquanto um foi elevado à verdadeira fé, e o outro à heresia, é bem possível que quando eles disputam, e que consultam a Escritura, os preconceitos de um façam tanto efeito como os preconceitos de outro, e que a malícia do coração e a corrupção da sensualidade sejam igualmente suspensos em um como no outro, sem que para isso eu negue que o homem não seja frequentemente responsável por seus erros; porque ocorre que, tendo encontrado, inicialmente, prazer em fazer certas coisas que conhece más, esforça-se em se persuadir que elas não são más, ou que encontrando grandes doçuras em um estado que crê bom, se presta a examiná-lo, com medo de reconhecer que não o seja.

Eu disse<sup>50</sup> uma coisa que tem necessidade de ser um pouco mais desenvolvida, é que a desordem na qual nossa natureza está caída, não impediu Deus de fazer leis plenamente bem acomodadas ao bem de nosso corpo: qual aparência que nós teríamos abandonado a respeito de nossa alma? Eis o que quero dizer.

A condição do homem é que tem necessidade de evitar certos corpos, e de aproximar-se de alguns outros; sem isso não saberia subsistir. Mas ele é muito ignorante para discernir os corpos prejudiciais daqueles que são favoráveis; teria necessidade de muitas meditações, de muitas experiências e raciocínios, tendo que descobrir isso; entretanto, como tem uma contínua necessidade de se aproximar ou de se afastar de certos corpos, morreria mil vezes, se tivesse tantas vidas a perder, tendo que fazer um movimento à propósito. Para evitar esse inconveniente, Deus fez leis que advertem prontamente o homem quando é preciso se aproximar ou se afastar dos objetos; é pelo sentimento de prazer ou desprazer ou de dor que

---

<sup>50</sup> Abaixo no mesmo capítulo.



lhe imprime, na presença de certos corpos. Assim, ele conhece não o que são os corpos neles mesmos, isso não é, de maneira alguma, necessário à sua conservação, mas o que eles são em relação a ele; conhecimento que lhe é extremamente necessário e que lhe basta.

Ainda que Deus não tivesse, de modo algum, considerado a falta do primeiro homem, Ele teria fornecido ao gênero humano, não obstante isso, um meio pronto e fácil de discernir o que lhe é necessário para conservar sua vida animal, e teria recusado a todos os homens o meio de discernir o que lhe é próprio para a vida da alma? Isso não é de maneira alguma verossimilhante, nem segundo a ideia da ordem.

E que não me digam que há pelo menos uma parte dos homens a que Deus não concede esse meio; porque isso seria falso nos princípios que refuto. Isso não pode avançar a menos que se convenha que a consciência e o sentimento interior que temos da verdade, é para cada um a regra do que deve crer e fazer. Com efeito, se o que digo é falso, não há homem no mundo que agisse prudentemente e racionalmente, quando crê que o que lhe parece verdadeiro mereça seu amor e sua submissão; e um cristão persuadido plenamente de todos os mistérios revelados, sentindo em sua consciência toda a vivacidade de uma forte convicção, estaria no direito de desprezar tudo isso, porque teria lugar de duvidar que o fosse a regra de sua conduta. É minha quinta razão.

V. Esta nova razão pode servir para dois usos: primeiramente, para mostrar que se é obrigado a seguir as inspirações da consciência errônea; em segundo lugar, que se pode segui-los frequentemente sem crime. Eis como.

Se o que sustento aqui não for verdadeiro, reduzir-se-ia o homem ao mais estranho pirronismo do qual jamais se falou; porque de tudo o que houve de pirrônico até aqui se contentam de nos esconder as afirmações e as negações sobre as qualidades absolutas dos objetos; mas não nos deixaram as ações morais; eles não desaprovaram que para os deveres da vida civil se fez o que parecesse o que se deveria fazer. Mas eis um pirronismo que nos dissipa isso mesmo, e que nos faz troncos imóveis que não ousarão jamais agir, por temer de se condenar eternamente. Eu o provo; a única certeza que temos de que os atos que nos parecem honestos e agradáveis a Deus devem ser praticados, é que sentimos interiormente em nossa consciência que devemos praticá-los; mas essa certeza não é um sinal, segundo a doutrina de meus adversários, que devemos praticá-los, e que os praticando não seremos condenados. Então não há homem que deva crer que se expõe à condenação eterna, fazendo o que sua consciência lhe dite como necessário à salvação. Ora, não há de modo algum homem sábio que deva fazer uma coisa, quando crê que a fazendo, expor-se-á à condenação eterna; precisaria então, para se comportar sabiamente, viver como uma estátua, e nada dar, jamais, aos instintos da consciência. Quem não se espantará com esses horrores? Eu estou assegurado de que as pessoas de espírito que examinarão essa prova sem preocupação, encontrá-la-ão mais forte e que confessarão que se a convicção plena e inteira da consciência não é uma boa caução de que não se fará mal, os cristãos mais ortodoxos são os mais imprudentes e os mais temerários

do mundo, quando fazem alguma boa ação segundo as luzes de sua consciência.

Mas qual o remédio para esta desordem? Ei-lo, é dizer que Deus tendo unido nossa alma a um corpo que viveria entre uma infinidade de objetos que preenchessem-na de sensações confusas, de sentimentos vis, de paixões, de preconceitos e de opiniões inumeráveis, deu-lhe um guia como uma pedra de toque, para discernir o que ser-lhe-ia próprio entre essa multiplicidade de objetos e de dogmas diferentes; que essa pedra de toque é a consciência, e que o sentimento interior dessa consciência, e sua convicção plena e inteira, é o caráter certo da conduta que cada um deve ter. Não importa que essa consciência mostre a um tal objeto como verdadeiro, a outro como falso, não ocorrerá do mesmo modo pela via corporal? O gosto de um não mostra como sendo boa a carne, assim como o gosto de um outro a mostra como sendo ruim? Essa diversidade impede que cada um não encontre seu alimento, e não basta que os sentidos nos mostrem a conveniência que têm os objetos conosco, sem que seja necessário que saibamos suas qualidades absolutas? Basta também que a consciência de cada um lhe mostre, não o que os objetos são neles mesmos, mas sua natureza respectiva, sua verdade putativa. Cada um discernirá por esse meio seu sustento. Precisarà que se esforce em discernir o melhor, e que empregue todas as suas atenções; mas sendo-lhe apresentado, sua consciência não se acomoda, e se encontra sem nenhum gosto para ele, e com um grande gosto por outra coisa, finalmente; precisará tomar esse último partido.

Esse princípio é extremamente fecundo para levar cem dificuldades insuperáveis, a saber, que Deus não nos exige senão que busquemos sinceramente e diligentemente a verdade, e que a diferenciemos pelo sentimento da consciência; de tal sorte que se a combinação das circunstâncias nos impeça de encontrar a verdade absoluta, e nos faz encontrar o gosto da verdade em um objeto que é falso, essa verdade putativa e respectiva tenha o lugar da verdade real, como a respeito do sustento do corpo basta que conheçamos pelo gosto a natureza respectiva dos alimentos. Se nisso suponho que Deus tem indulgência para nós a respeito das opiniões, declaro que creio que não tem, de modo algum, a respeito dos atos que nos conformamos ao ditado da consciência. O que disse Marco Aurélio no artigo 9 do quinto livro me parece divino: Que aquele vive com os deuses, que faz o que quer segundo o gênio que Júpiter deu a cada um para conduzir-se, e que é como uma porção emanada do próprio Deus, e o entendimento e a razão de cada um. O texto grego tem mais força.

Uma sexta razão que nasce da precedente, é que se se põe que Deus quer absolutamente que o homem faça escolha do que é absolutamente verdadeiro em matéria de religião, sob pena da condenação eterna, se escolhesse mal, a conversão de infiel à religião cristã com julgamento e sabedoria, será impossível; porque não basta a este infiel escolher o que parecer-lhe verdadeiro no cristianismo; se é preciso que encontre precisamente o que é verdadeiro, é preciso que examine muito exatamente todas as seitas do cristianismo, que as compare entre elas, que saiba o que umas objetam às outras e respondem às objeções das outras, que se informe dos princípios diferentes sobre os quais elas apoiam suas respostas e suas objeções;

e se após tudo isso nenhuma seita lhe parecer ter o caráter essencial da verdade, que é a evidência demonstrativa, e que em lugar dessa evidência não encontre nada de segurança às provas de sentimento, a esse gosto da verdade, a essa convicção interior da consciência que lhe faça parecer que a verdade se encontra, ou nessa comunhão ou em uma outra; se, digo, não encontra de modo algum segurança, porque seguindo o sentimento de meus adversários, precisará lhes confessar que essa convicção não é de maneira alguma um guia que se precise seguir, e que alguém se condena cem vezes mais frequentemente com um tal guia que alguém que não se salva; é claro que esse infiel não deverá jamais se determinar a sair de seu erro. Mas segundo meus princípios ele sairia com uma razoável certeza de bem fazê-lo, quando após uma busca sincera e exata, conhecesse a verdade pelo sentimento, aqui ou lá.

Vedes então, se prestardes atenção, que no estado onde está caído o gênero humano, estado de divisão em muitas religiões gerais, onde cada uma é subdividida em muitas seitas que anatematizam entre si, seria lançar os povos no desespero e na impossibilidade de sua salvação, lhes dizer que não são obrigados a seguir o que creem ser verdadeiro, que se confessa que o que é verdadeiro, quando parece ser, não se distingue de modo algum por nenhum sinal do que não é verdadeiro quando parece ser; mas que, entretanto, se é obrigado sob pena da condenação eterna a seguir o que é verdadeiro, ainda que não o pareça, e a rejeitar o que é falso, ainda que pareça verdadeiro.

VII. Minha sétima e última reflexão, é que há muitas falsidades importantes que absolvem de todo crime, quando se os crê verdadeiros, das pessoas que sem essa convicção mereceriam a morte eterna. Dei como exemplo uma mulher que deita com um impostor que ela toma de boa fé como sendo seu marido, enganada pela semelhança, e um bastardo que exclui de uma grande sucessão a eles pertencente de direito os pais do marido de sua mulher, que ele toma de boa fé como sendo seu pai. É preciso considerar que, no primeiro exemplo, aquele que se porta por marido é muito criminoso, porque faz mal; é a única causa de seu crime; porque se fosse persuadido, ainda que sem razão, que a mulher que possui é a que desposou, então ele seria tão inocente como essa mulher. Não li, de modo algum, que jamais o equívoco tivesse sido de boa fé, tanto do lado do homem como do lado da mulher. Nesse famoso processo de Martin Guerre, sobre o qual um conselheiro do parlamento de Toulouse, chamado Coras, fala em seus escritos, só a mulher que se engana; mas, após tudo, não seria impossível que um marido encontrasse uma mulher que se assemelhasse à sua, como se assemelhasse a seu marido, e que, deste modo, se faça uma troca involuntária, pela qual, com toda a inocência do mundo, dois homens e duas mulheres sem casamento viveriam casados juntamente.

De onde concluo que a ignorância de boa fé desculpa nos casos mais criminosos, como o roubo e o adultério, e que assim em toda parte, aliás, ela desculpa, de sorte que um herético de boa fé, mesmo um infiel de boa fé, só será punido por Deus devido a más ações que terá feito, crendo que elas sejam más. Para aquelas que terá feito em consciência, digo, por uma consciência que não terá ela mesma cegado maliciosamente, eu não poderia me persuadir de

que elas sejam um crime. Se elas o são, que alguém me mostre porque nos exemplos abaixo alegados não teria nem adultério, nem roubo, ainda que esteja certa, tanto que essas coisas podem sê-lo, que é também impossível a muitos protestantes descobrirem que a transubstanciação é verdadeira, como a um homem descobrir que o marido de sua mulher não o fez. Eis o que eu diria a um católico romano que crê na transubstanciação. Quanto à diferença de pessoas e da natureza em Deus, é muito possível que um turco e um judeu não achem ser mais fácil se transformar, de tal modo que eles sejam disso convencidos inteiramente, do que descobrir as infidelidades que sua mãe pode ter tido. Creio mesmo que há bastante camponeses ortodoxos que, a respeito desse mistério, não são ortodoxos porque estão resolvidos de boa fé em nada crer, que destrua essa doutrina, da qual, aliás, não tem nenhuma ideia conforme à verdade. O<sup>51</sup> frade franciscano inglês, que citei antes, relata como o sutil Scoto, ensinou que há uma ignorância invencível em um homem de pouco espírito, que não compreende nem o que é pessoa, nem o que é natureza, e que basta àqueles, para não ser herético, crer em geral no que a Igreja crê. Esse frade não pergunta pelos atos de fé explícita dos ignorantes, como a respeito das coisas claras, *quae sunt grossa ad capiendum* [que são grosseiras em aceitar], diz em estilo bárbaro, como que Jesus Cristo nasceu, que sofreu, etc. Diz também que para que uma ignorância seja indesculpável e não invencível, não basta que ela pudesse ser levada se se tivesse exigido instrução; mas que é preciso também que se tenha alguma vez refletido sobre o que se ignorava; porque se se jamais refletiu, crê a ignorância invencível, porque é impossível se informar de uma coisa que jamais vem no pensamento. Ele quer dizer, sem dúvida, que, para que a ignorância seja criminosa, é preciso que nos seja vindo ao espírito que ignoramos certas coisas, das quais podemos nos informar, mas que afastamos essas ideias. Isso parece bastante razoável, porque o estado onde se é inteiramente privado de uma ideia, não podendo depender de nossa vontade, visto que para querer não ter presente uma ideia, é preciso refletir sobre tal ideia, se segue que esse estado não é, de maneira alguma, involuntário; não há então, de modo algum, pecado em estar nesse estado. Ora, não se poderia dele sair, sem que a ideia da coisa a qual precisaria que nos instruissem se apresente a nós, e não dependa de nossa vontade que uma ideia que nos é absolutamente desconhecida, se apresente a nosso espírito. Então a ignorância é invencível (ainda que fácil em erguer) se jamais se é avisado que se ignorava uma tal coisa. Eu citei um outro autor que é<sup>52</sup> jansenista e que disse estas palavras memoráveis: *É bem verdade que a lei natural ordena em geral de se esforçar em bem se servir de sua religião, e de evitar do mesmo modo o tanto que puder o erro e a falsidade, tal como ela seja; mas ela não condena por isso como pecado aqueles que se enganam de boa fé, nas matérias que não são obrigados a saber, como santo Agostinho o decide expressamente no livro da utilidade da crença.*

Estas palavras, *que não são obrigados a saber*, são um pouco vagas; cada um vai entendê-las

<sup>51</sup> *Franciscus à stâ Clarâ ubi sup.*, neste mesmo capítulo.

<sup>52</sup> *Tratado da fé humana*, primeira parte, capítulo VIII.

ou apressá-las, segundo o melhor partido que tirar. Para mim, parece-me que a luz natural, ou a ideia da ordem, nos mostra que não se é obrigado a saber o que nos foi suficientemente notificado, nem a crer no que nos foi provado por boas razões. Mas essa suficiência de notificações, essa bondade de provas mostra uma relação essencial à qualidade do espírito das pessoas que se quer instruir; porque tal grau de luz que basta para persuadir um certo homem não basta para um outro. E quem é senão Deus que conhece essas proporções? Quem conhece senão Ele até onde vai a força da educação e onde começa o mau uso do livre-arbítrio? Os efeitos dessas duas coisas são bastante diferentes; aqueles da primeira formam maquinalmente em nós hábitos, dos quais parece que não somos responsáveis, porque nós os recebemos sem deles suspeitar nenhum mal; e tendo que ser capaz de desconfiarmos do que nossos pais nos ensinam. É muito provável que se se conviesse em uma vila fazer os filhos acreditarem que Deus quer que se mate os habitantes de uma outra, eles acreditariam e não mudariam jamais, se não passassem pelas mãos de outros instrutores. Assim, quando alguém lhes notificasse o decálogo, precisaria acompanhá-lo de mais razões como a respeito de pessoas que teriam sido melhor educadas. A educação é seguramente capaz de fazer dissipar a claridade das verdades de direito.

Resta-me responder a esta objeção. Se Deus se contentou que cada um amasse o que seria verdade a seu respeito, porque teria nos deixado uma Escritura? Respondo que isso não impede que a Escritura seja bastante necessária, porque nas coisas muito claras ela é a regra uniforme da consciência de todos os cristãos; e para as coisas menos claras ela é respeitada por todos os partidos, visto que eles concordam todos em dizer que o que ela diz é verdadeiro. De sorte que ela serve sempre em geral de regra a todos os cristãos; e os maiores heréticos que aí buscam a confirmação de seus dogmas, rendem homenagem por ela do mesmo modo à palavra de Deus. Acrescento que ainda que Deus se contente que cada um, após ter buscado o melhor que pôde a verdade, se detém ao que lhe pareça a verdade, quer e entende que se corrija se o pode, e que se corrija o melhor que puder, por razões, aqueles que não fizeram uma escolha bastante feliz; ora, a Escritura pode servir muito a tais fins. São Jerônimo fez<sup>53</sup> uma observação que diz que enquanto os Babilônios deixarem os vasos secretos dos judeus no templo de seus ídolos, Deus não se descontentará de modo algum contra eles, porque, após tudo, eles deixaram-nos em uso divino e de religião; mas desde que eles nos tirassem dessa ordem de coisas para servirem a usos profanos, Deus castigaria seu sacrilégio. *Videbantur rem Dei secundum pravam quidem opinionem tamen divino cultui consecrasset* [Eles parecem ter consagrado a coisa de Deus segundo uma opinião certamente má, mas, entretanto, seguindo um culto divino], disse ele. Estas palavras são favoráveis à minha hipótese, e provam em particular, que enquanto um herético reconhece a Escritura por seu tópico, pelo depósito de suas provas, deixa a Deus inteiramente a glória de sua autoridade em geral, ainda que no particular e por erro se afaste da vontade de Deus; e é um pouco de ilusão, ou pelo menos

<sup>53</sup> No cap. 6. *Daniel*.

falta de exame sólido, pretender que de dois homens dos quais um entenda a Escritura melhor que o outro, o primeiro seja necessariamente mais respeitoso para a Escritura e para Deus, que o segundo. Porque eu perguntaria de bom grado àqueles que o pretendessem, se não é verdade que aquele que dá à Escritura o sentido que ele precisa dar, não o faz porque esse sentido é verdadeiro, mas porque o crê ser verdadeiro, e que acreditaria desagradar a Deus, se entendesse a Escritura de uma outra maneira. Não creio que o melhor intérprete da Escritura tenha alguma coisa como isso, que o torne agradável a Deus a esse respeito, e que funda a boa disposição onde ele está. Ora, pergunto presentemente se não o faz porque esse sentido é falso e que o crê ser falso, mas porque o crê ser verdadeiro, e que acreditaria desagradar a Deus se entendesse a Escritura de uma outra maneira. Quero que não concordeis comigo nisso em relação a cada herético, mas ao menos não me podeis negar em relação a alguns; porque seria a coisa mais estranha, a mais temerária e mesmo a mais insensata, decidir que há na alma de todo herético estes dois atos ao mesmo tempo: *Entendo esse sentido da Escritura falso, e indecente a Deus; quero, portanto, sustentar que esse sentido é verdadeiro, e é para mim um motivo determinante ser bem persuadido que, sustentando isso, ensinarei uma falsidade que desagradará a Deus.* É preciso então permanecer de acordo que tudo o que faz a boa disposição de um ortodoxo, em relação à interpretação da Escritura, se pode encontrar em um herético, e assim que um não respeita e não ama necessariamente Deus e sua palavra mais que o outro.

Acrescenteis a isso que, segundo as ideias que nós nos podemos formar de um homem o mais perfeito em sabedoria e em justiça, concebemos que aí se tendo deixado a seus domésticos uma ordem partindo para uma longa viagem, encontrasse no seu retorno que eles entendiam-no diferentemente, e que enquanto eles estavam em um acordo muito unânime em sustentar que a vontade de seu mestre é a única regra que eles devem seguir, disputam unicamente qual é essa vontade, ele pronunciasse que eram todos igualmente respeitosos para suas ordens; mas que uns tivessem mais espírito que os outros, para entender o sentido legítimo de um discurso. É certo que concebemos claramente e distintamente que não pronunciaria isso; então a razão quer que concebamos que Deus pronuncia a mesma coisa de um ortodoxo e de um herético de boa fé. Ora, não é pelo maior espírito que um homem é mais agradável a Deus que um outro, quando mesmo se fosse para encontrar a verdade; é a mais forte intenção de empregar todas as suas forças em conhecer e em fazer o que Deus quer.

Concluo que algum cuidado que Deus toma de dar-nos regras gerais, seja pela luz natural, seja por sua palavra, cada um de nós tem a necessidade de uma particular, que é a consciência, graças a qual desmentimos aqueles que sem isso poder-nos-iam dizer que não há nada de certo, e aplicar-nos esta sentença:

*Incerta haec si tu postules*

*Ratione certa facere, nihilo plus agas*

*Quam si des operam ut cum ratione insanias.*

[Se tu queres tornar certas

pela razão estas coisas que parecem incertas, tu não farás nada mais que se tu te aplicardes a dessarrazoar com razão]

## CAPÍTULO XI

*Resultado do que foi provado nos dois capítulos precedentes, e, na pior das hipóteses, refutação do sentido de constrangimento.*

Adentramos nesta longa e difícil questão dos direitos da consciência, para tirar aos perseguidores o entrincheiramento onde eles se retiram, quando lhes perguntam se achariam bom que os outros os perseguissem. Respondem que isso seria muito mal feito, visto que ensinam a verdade; mas por causa disso mesmo lhes deve ser permitido constranger e vexar os heréticos. Foi preciso buscar os fundamentos mais profundos da falsidade dessa resposta, e de todas as chicanas que possam apoiá-la; é de onde vem nossa demora. Presentemente, colhamos alguma coisa das verdades que cremos ter provado.

A conclusão que tiramos é que, se era verdadeiro que Deus tinha mandado aos sectários da verdade perseguir os sectários do erro; aqueles ensinando essa ordem seriam obrigados a perseguir os sectários da verdade, e fariam muito mal em não os perseguir, e seriam desculpados perante Deus, visto que a ignorância onde estariam não seria afetada e maliciosa.

Isso mostra manifestamente que a doutrina dos perseguidores fundada por eles sobre as palavras, *Force-os a entrar*, abre a porta a mil combustões furiosas, nas quais o partido da verdade sofreria mais, e isso sem poder se queixar legitimamente.

Mas suponhas que, com efeito, o direito de perseguir só convenha ao partido ortodoxo; suponhas que a verdadeira Igreja tenha o privilégio pelo qual são elogiados certos fanáticos, que as ações mais criminosas lhe sejam permitidas, e cessem de ser um pecado quando ela as<sup>54</sup> faz; suponhas que se as falsas Igrejas queiram usar de represálias, elas errem, o que se ganhará com isso? Nenhuma outra coisa senão dizer que no dia do julgamento verá que terá errado ou terá tido razão. Ora, como é um remédio que não pode retardar o curso funesto do mal que assolou o mundo, se todos aqueles que se creem ser a verdadeira Igreja perseguissem as outras, é claro que é um pensamento bastante ridículo dizer que não há o que os ortodoxos devam perseguir; porque não é preciso mais para engajar cada seita a se tornar perseguidora, visto que cada uma se crê a pura e a verdadeira religião. As religiões perseguidas bem teriam dito que elas são o partido da verdade, e que Deus declará-lo-á quando vier para julgar o mundo, lhes responderiam que é então que ela veria sua confusão e a justiça com que se é perseguida, e a injustiça tirânica com que, quando ela é a mais forte, persegue as

---

<sup>54</sup> Conferir aqui com o capítulo IV.



outras religiões. Assim, o queixume que cada partido faria de ser perseguido e atormentado, reduzir-se-ia à longa e tediosa disputa sobre toda a controvérsia que divide as religiões; e enquanto a discussão das matérias controvertidas, o partido que tivesse em cima perseguiria de bom grado, o que como cada um vê e sente, só apresenta a imagem de uma horrível e lamentável desolação. De onde se deve concluir que quando mesmo se tivesse alguma razão de interpretar ao pé da letra a parábola, não precisaria fazê-lo, de medo de excitar no mundo essas infelicidades assustadoras. Isso deveria ser um direito que se deveria deixar dormir para sempre, e não se permitir as mesmas ações que são permitidas em toda a Terra.

Tenho desejo de examinar em particular as razões que santo Agostinho expôs com tanta pompa e indústria, para justificar as perseguições; mas como este Comentário já está muito grande, tendo escrito sob minha pena muito mais do que eu tinha planejado, precisarei adiar esta tarefa a um comentário particular sobre essa passagem de santo Agostinho. Espero que se poderá tudo dizer em poucas palavras, porque antes tiramos a força da maior parte dos paralogismos e das pequenas moralidades desse grande bispo de Hipona.

## **Parte III**

**Contendo a refutação da Apologia que  
S. Agostinho fez dos Conversores para  
forçar**

# PREFÁCIO

Eu acabo de ler o *Tratado dos direitos dos 2 Soberanos*, etc. contra um livro intitulado *Comentário Filosófico*, etc. e vi um falso e muito frágil ataque ao Comentário citado. O autor confessa que desde o começo que, malgrado ele e a natureza, seu desgosto e a vontade de um de seus amigos o erigiram como autor. É ter pouco julgamento confessar uma tal coisa. O desgosto não deve entrar na composição de uma obra. É preciso considerar sob uma determinada maneira os objetos e não através de uma nuvem que os confunde e que os emaranham enquanto causa a cólera e o desgosto. É preciso, digo, não os ver através de uma tal nuvem quando se quer refutar um homem, e ele teria feito muito mais se tivesse seguido os conselhos da natureza que o desviaram de se passar como autor. Com efeito, a sua obra é viciosa nas passagens que deveriam ser mais essencialmente sólidas, visto que ele somente medita sobre uma falsa posição do estado da questão e que luta contra um fantasma, quero dizer, contra uma opinião que me imputa falsamente. Ele se arruína em provar que se peca e se ofende Deus muito frequentemente agindo segundo as luzes da consciência. Quem lhe nega isso? Eu não disse claramente em mais de um lugar? Ele me acusa também de introduzir a indiferença das religiões e, ao contrário, jamais houve doutrina mais oposta a isso que ele estabelece senão a de que é preciso sempre se conduzir segundo a consciência. Semelhantes ilusões reinam na passagem onde ele fala do poder legislador do soberano em matéria de religião. Em relação às citações da Escritura, elas são muito frequentes em seu livro, mas a maior parte mal-entendidas e à maneira de S. Agostinho. Em uma palavra, esse autor se meteu nas coisas que não viu de modo algum e continuamente cometeu o sofisma de não provar o que precisava. O que creio proceder menos de má fé do que da inexperiência na composição das obras polêmicas, ou de um mau costume de julgar coisas precipitadamente, em vista do país, de ler apressadamente aqui e ali os livros novos. Esta maneira de ler deve ser permitida a todo mundo quando não querem se tornar um censor, mas querendo refutar as pessoas ela é completamente imperdoável. Com efeito, os leitores hábeis jamais perdoam quem examina tão negligentemente o que refuta, que ele ouse atribuir a seu adversário e refutá-lo por aí o contrário do que ele demonstrou.

Londres, 20-30 de maio de 1687.

Como na primeira parte deste Comentário eu já tinha dito que eu não considerava as circunstâncias particulares da passagem que eu intentava comentar, mas que recusaria o sentido literal considerado por ele próprio e que o combateria por princípios gerais, digo também no comentário desta terceira Parte que eu não levo em consideração as circunstâncias particulares de S. Agostinho, dos donatistas, do século nem do país onde eles viviam; mas que remonto à maior generalidade possível para mostrar que as razões de S. Agostinho consideradas nelas mesmas e depuradas de todos os seus acidentes desfavoráveis, não deixam de ser falsas. Pouco me importa então que S. Agostinho tenha acreditado outras vezes que não precisaria usar de constrangimento em matéria de religião; pouco me importa que só tenha mudado de sentimento porque foi atingido pelo sucesso que tiveram as Leis Imperiais, o que é a maneira mais lamentável de raciocinar que pode ser vista, porque é como se dissessem: *alguém ganhou muito bem, então se serviu apenas de meios legítimos, não é?* Pouco me importa que S. Agostinho tenha sido de tal ou tal humor, de tal ou tal caráter; enfim, pouco importa que os donatistas fossem ridículos, que tivessem se separado dos outros cristãos por bagatelas. Eu quero considerar as razões de S. Agostinho como se elas estivessem nuas e precisas, e quero mesmo tomar o partido desse grande homem contra aqueles que o acusam de não ter trazido para o debate nenhuma boa fé. Eu creio fortemente no contrário, creio que ele pensava o que ele dizia. Mas como era, no fundo, uma boa alma e tocada por um zelo ardente, persuadia-se facilmente das coisas que lhe pareciam favoráveis a seus preconceitos e que acreditava fazer um serviço à verdade e a Deus, encontrando por toda parte razões que apoiassem o que ele acreditava ser a verdade. Ele tinha muito espírito, mas tinha ainda mais zelo e, quanto mais ele concedia a esse zelo (ora, ele lhe concedia muito), mais ele omitia o sólido raciocínio e as puras luzes da verdadeira Filosofia. É assim que as coisas seguem; é uma grande vantagem ter a alma boa e zelosa, mas isso custa ao espírito e à razão, com isso torna-se crédulo, paga-se com os piores sofismas, visto que são cômodos à sua causa. Monstros apavorantes são feitos dos menores erros de seu adversário e, se está com isso em uma veemência natural, onde se chegará? Quais esforços não são feitos para desconfortar a Escritura, a tradição e toda a sorte de princípios? Quer-se encontrar a sua conta por toda a parte, exagera-se em tudo e, para bem dizer, estraga-se tudo. Não penso que ninguém tenha melhor julgado S. Agostinho do que um jesuíta chamado P. Adam, ainda que tenha querido dizer o contrário o P. Noris em suas *vindicia Augustiniana*. Mas como eu disse antes, pouco me importa que S. Agostinho tenha sido isso ou aquilo. Quero considerar suas provas independentemente de preconceitos. Examinemos então as cartas desse padre, que o arcebispo de Paris imprimiu à parte, segundo a nova versão francesa, e no cabeçalho das mesmas foi colocado um Prefácio, do qual refutamos uma parte em nosso discurso preliminar. Todo o livro é intitulado: *Conformidade da conduta da Igreja da França para reconduzir os Protestantes com a Igreja da África para reconduzir os Donatistas à Igreja Católica*. A primeira dessas duas cartas é a 93 da nova edição e a 48 das antigas, e foi escrita no ano de 408 a um bispo donatista chamado Vincent, que tinha

escrito uma a S. Agostinho para testemunhar-lhe sua surpresa da inconstância desse padre, que tendo acreditado outras vezes que não precisaria de modo algum empregar a autoridade dos poderes seculares contra os heréticos, mas somente a palavra de Deus e as razões, passou de um extremo ao outro sobre essa importante matéria. Escutemos a I<sup>a</sup> observação de S. Agostinho.

#### I. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Sou ainda mais amante da paz atualmente do que no tempo que me conhecestes jovem em Cartago, mas os donatistas estando tão inquietos como estão, não deixo de ser persuadido de que foi muito propositado reprimi-los pela autoridade dos poderes estabelecidos por Deus.*

#### RESPOSTA

Eis um dos piores inícios que jamais foi visto e o mais capaz de gerar suspeitas contra a boa fé de S. Agostinho, porque é falar como homem que esconde o verdadeiro estado da questão, que busca enganar seus leitores, que teme explicar-se em uma palavra e, para ser breve, que quer ganhar a sua causa pela trapaça. Não diriam, pela fé dessas palavras, que a razão pela qual ele crê que pode fazer intervir a autoridade do braço secular contra os heréticos é sua inquietude perturbadora da paz pública? Sendo assim, não precisará recorrer aos príncipes contra os heréticos, que estão sob eles e não incomodam ninguém. Eis o que se pode reter dessas palavras de S. Agostinho: entretanto, não é esse o seu pensamento. Ele acreditou que seria preciso fazer leis contra os heréticos mais mansos, a fim de que os castigos temporais os determinassem a entrarem na unidade, e se não tivesse acreditado nisso, nada seria mais vão nem mais lamentável do que as razões que ele implanta com tanto cuidado. Assim, ele se serviu de um preâmbulo enganador e artificioso, ou o que me parece mais verossímil, de um pensamento falso e o mais afastado do mundo da justeza de um homem que sabe bem escrever e bem raciocinar.

Pois quem jamais duvidou que não seja o dever dos príncipes fazer leis contra os heréticos que inquietam o seu próximo, que são inquietos, perseguidores e coisas semelhantes? Quem jamais duvidou que as pessoas de bem não podem e não devem exortar os príncipes, que negligenciaram a remediar essas violências, a reprimi-las pelo gládio que Deus colocou-lhes à mão? Não somente é o dever dos príncipes reprimir os heréticos facciosos, turbulentos e inquietos, mas também os ortodoxos que incorreriam em uma conduta parecida. Que quer dizer S. Agostinho quando nos diz que ele entendeu propositado reprimir pela autoridade dos poderes a ousadia que tomariam os sectários de violentar o mundo e de oprimir seu próximo? Alguém deveria espantar-se que este padre estivesse com esse sentimento? É necessário publicar apologias nessa situação? Não há nada mais de mal pensado do que colocar

um tal principio no cabeçalho de uma obra onde se tratava de justificar não as leis que reprimiam as violências dos donatistas, mas as leis que visavam direta e imediatamente seus erros, visto que elas os submetiam a penas temporais, no caso em que quisessem perseverar em seus sentimentos.

É o que confessou o<sup>55</sup> Sr. Ferrand, um dos advogados das perseguições e ele o provou com uma passagem de S. Agostinho. Ele mostrou que, na verdade, *a violência dos donatistas foi a origem e como a primeira causa das Leis Imperiais, mas que houve uma segunda que pode ser chamada a próxima e imediata, ou melhor dizendo, o principal motivo que levou Honorius a fazer leis severas contra os donatistas*, e que o motivo foi fundado sobre o horror que ele concebeu por sua heresia e seu cisma. As provas que ele traz são muito convincentes, porque ele observa que Honorius não faz menção às suas crueldades; que suas leis compreendem geralmente todos os donatistas; que não diz de modo algum que as penas que ele ordena recairão sobre eles se não cessam de exercer suas violências e que, ao contrário, ele declara que quer abolir sua seita e fazer-lhes suportar essas penas se não entram na Igreja Católica e que continuará as penas todas as vezes que eles fizerem algum exercício de sua religião. Eu digo que essas provas são convincentes, a coisa fala por ela mesma, pois quando se quer impedir as insolências de certas pessoas e nada mais, contentam-se em estabelecer penas contra aqueles que as cometeram e que não se visará castigar aqueles mesmos que se deportarão completamente. Que coisa rara que seria, se para reprimir a licença dos libelos difamatórios se estabelecesse penas contra os que se abstivessem religiosamente de mais fazê-lo, ou debitar, ou se para conter o humor agradável de uma província ou ameaçar devastá-la mesmo ela sendo obediente e as próprias cidades que jamais tivessem participado das sedições! Digo mais, se os imperadores só tivessem como objetivo reprimir a audácia dos donatistas e o furor de seus circunceliões, não teria sido necessário publicar novas leis. Não tinham sido bastante conhecidas de todos os magistrados do império contra os ladrões, assassinos, briguentos e contra aqueles em geral que se servem das vias de fato contra seus concidadãos? Somente seria preciso ordenar aos juízes executarem as leis romanas contra os circunceliões, do mesmo modo que na Itália se contenta em ordenar aos magistrados procederem contra os bandidos, segundo o rigor das leis estabelecidas de todos os tempos. Não penso que, se ocorresse mudança no Reino de França, fosse necessário fazer leis em particular contra os oficiais dos Dragões que pilharam os huguenotes. Bastaria consultar o direito romano, o Habitual ou a Prescrição, nos títulos que observam a punição dos ladrões; e esperado que não tenha aparecido edito, nem decreto que lhes ordenasse saquear as casas, eles seriam justamente punidos como violadores das leis mais sagradas da sociedade civil. Tanto é verdadeiro que todo homem particular que erra com seu vizinho, que o afronta, que o despoja de seu bem, que tem a força de fazer as coisas as quais tem horror, é culpado *ipso facto* da violação das leis fundamentais da república e digno, por consequência, de punição, sem que seja necessário em nada estatuir de novo a

<sup>55</sup> Discurso Preliminar de sua *Resposta à Apologia pela Reforma*.

seu respeito. Não houve nem uma lei escrita em um Estado, isso é entendido por si mesmo, não tendo, de modo algum, sociedade que não suponha essencialmente que um perturbador da paz pública, e que quem quer que maltrate seu concidadão, seja punível.

Mas é bom esclarecer aqui uma dificuldade. É que, por perturbador da paz pública, não se deve entender aqueles que são causa por acidente de grandes combustões e revoluções; porque se assim fosse, Jesus Cristo e seus apóstolos teriam sido justamente tratados como perturbadores da república, especialmente porque vieram suscitar um grande processo à religião dominante e elevar altar contra altar, de onde nasceram mil desordens na sociedade humana. Chamo de perturbadores da paz pública os que correm os campos para pilharem burgos e vilas, roubar nas estradas, os que excitam a sedição nas grandes cidades, os que atingem o seu próximo desde que se sintam mais fortes do que ele. Em uma palavra, os que não permitem a seus concidadãos desfrutarem cômoda e tranquilamente, se quiserem, dos bens, direitos e ações que lhes pertencem. Nessas condições, é claro que nem Jesus Cristo nem seus apóstolos foram perturbadores da paz pública, porque eles se contentavam em mostrar aos homens a falsidade de certas opiniões e a injustiça de certas ações. Os que se convertessem permaneceriam ainda mais submetidos do que antes às leis do império e, assim, o sucesso desta nova pregação não podia causar dano por ela mesma ao Estado. Era permitido a cada um permanecer judeu ou pagão se quisesse e não era permitido aos que deixavam o judaísmo ou o paganismo maltratar os que não faziam parecido. Assim, sobrava ao mundo estar tão tranquilo como antes entre esses novos predicadores e, conseqüentemente, as leis dos imperadores contra eles foram mal fundadas. Por um semelhante princípio é fácil de mostrar que Wiclef, Jean Hus, Lutero, Calvino, Zwinglo não deveram ser tratados como perturbadores da paz pública, ainda que eles tenham revelado uma enorme querela em uma doutrina que desfrutava de uma grande paz no mundo e, a menos que se prove que eles forçaram a segui-los os que eles achavam mal dispostos a se reformarem (caso no qual eles teriam sido mais odiáveis como perseguidores do que veneráveis como reformadores), nada se tem a dizer contra eles neste aspecto em particular que concerne à paz pública.

Para melhor estabelecer meu pensamento, observo que jamais é preciso tornar odiosa a doutrina crida como falsa pelas passagens que lhe são comuns com a doutrina crida como verdadeira. Visto então que o erro e a verdade têm isso de comum, que quando eles se apresentam em um país onde se é persuadido do contrário em matéria de religião, causam agitações, seria absurdo pretender que aqueles que vêm anunciar uma doutrina errônea sejam puníveis por isso somente, que perturbaram a paz da qual se desfrutava na uniformidade de sentimentos; porque essa paz e essa uniformidade não teriam sido menos perturbadas em um país imbuído do erro, se aí tivessem enviado predicadores da verdade. É preciso então passar igualmente à verdade e ao erro as conseqüências que lhes acompanham por acidente. De onde parece que, se os donatistas não tivessem sido culpados por outro problema, que era o de causarem um cisma na Igreja na qual os membros antes estavam bem unidos, os impe-

radores estariam muito mal fundados em tratá-los como perturbadores da paz pública e de querer constrangê-los pela força a entrar no colo da Igreja. O único constrangimento que os imperadores puderam fazer-lhes legitimamente é de castigar os que dentre eles maltratavam os católicos e que, reduzindo-os à esmola, arrancavam-lhes um consentimento simulado no segundo batismo. Se suas leis penais só tiveram como objetivo o castigo de uma conduta tão oposta ao direito natural, ao direito das gentes e a tudo que as sociedades têm de mais inviolável, não somente S. Agostinho teria a necessidade de fazer a Apologia da aprovação que ter-lhe-ia dado, mas teria sido muito injusto se não as tivesse aprovado: mas, como muito bem provou o Sr. Ferrand, as leis desses imperadores tinham uma outra visão, a saber, forçar os donatistas a deixarem seu partido pelo medo de uma vida lânguida e miserável. Ora, não é somente pouco conforme ao cristianismo, mas também a todo sentimento de razão e de humanidade, de sorte que é escandaloso ao extremo que S. Agostinho tenha empreendido a defesa. Retornemos ao exame da carta.

## II. PALAVRAS DE St. AGOSTINHO

*Também temos a alegria de ver vários que, por esse meio, retornaram à unidade católica.*

### RESPOSTA

Eis ainda uma marca de não sei o quê que leva as pessoas a esconderem os piores lados de sua causa. S. Agostinho não ousou dizer que foi propositado recorrer ao braço secular para obrigar os heréticos a assinarem um novo formulário; isso pareceria odioso proposto assim cruelmente. Que fez ele então, não digo por má fé, mas cego por seus preconceitos? Ele desviou seu leitor desse objeto e o aplicou a um outro que, bem longe de ser chocante, não é senão legítimo, é bom e louvável empregar o poder dos soberanos para manter a paz pública que os heréticos amotinados, facciosos e perseguidores perturbam. Mas ele mesmo se desmente, ou antes, diz em palavras cobertas o que é, quando convém que as leis imperiais tinham obrigado vários donatistas a desertarem o partido. É então por isso que elas eram feitas. Era então aos perseverantes no partido que elas infligiam castigos temporais e não simplesmente aos que usavam de violência sobre os ortodoxos. Ora, é isso que antes seria preciso declarar e prometer redondamente justificar; e aí haveria alguma sequência no discurso, ao invés de somente palavras mal lidas e mal-arranjadas, *scopae dissolutae*. Ele precisaria, afirmo, declarar que é propositado recorrer aos poderes para obrigar as pessoas a mudarem de religião e nisso as palavras que citamos em segundo lugar teriam servido de alguma boa prova ou má; porque eis aqui qual teria sido o raciocínio de St. Agostinho:

As leis que fazem vários voltarem à unidade católica são boas;

Ora, as leis que ordenavam aos donatistas voltarem a essa unidade são grandes penas,



feitas para vários voltarem;

Então elas são boas.

É preciso espantar-se se todas essas penas venais que os conversores modernos empregam, somente prevaricam e urdem, sem jamais ousar propor o verdadeiro estado da questão, visto que S. Agostinho, o grande patriarca dessas infelizes apologias, somente disse pela metade e tremulante de que se trata entre ele e o que ele quer refutar.

### III. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*A força do costume era uma cadeia que eles jamais teriam rompido se não tivessem sido atingidos pelo terror dos poderes seculares, e se esse terror salutar não tivesse aplicado seu espírito na consideração da verdade, etc.*

### RESPOSTA

Eis o grande lugar-comum e, por assim dizer, o raciocínio banal dos conversores modernos. Remeto-os, por favor, à 2ª parte de meu Comentário, caps. 1 e 2, e se responderem prometo-lhes refutar novamente a sua grande máxima. Mas, francamente, não creio que nunca eles tenham a opor nada que o valha, por que é possível dizer algo contra uma coisa que salta aos olhos? Porque todos se envolveram em fazer leis penais contra sectários, sustentarão tão resolutamente que S. Agostinho e os conversores da França que eles pretendem somente despertar o mundo do seu entorpecimento no qual recaiu e romper a cadeia do erro pelo temor do castigo temporal. Dir-se-á que os que empregam essa máxima contra os ortodoxos não atingiram o seu objetivo e que, assim, eles jamais podem se vangloriar do que S. Agostinho e seus missionários iniciados da França se vangloriam. A isso só tenho uma palavra a dizer. Os católicos da Inglaterra eram os ortodoxos no tempo da nossa gloriosa heroína Elizabeth, ou não, e mudaram eles de bom grado ou por alguma espécie de constrangimento? Não se ousará confessar-me nem que eles fossem os ortodoxos nem que Elizabeth os fizesse mudar pela única via da doçura e da instrução. É preciso então que me confessem que os mesmos sucessos que suas violências obtêm contra os outros, os outros obtêm sobre eles. A que posso acrescentar essa questão: os cristãos que os sarracenos fizeram mudar de religião não eram fieis? De onde vem então que os exércitos de Maomé e de seus sucessores fizeram abjurar um tão grande número? Por toda parte, encontra-se novos convertidos que fingem estarem bem acomodados em sua nova religião, eles fazem sua corte por aí e vão ao benefício.

#### IV. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Se um homem visse seu inimigo pronto para se precipitar pelo transporte de uma febre quente, não seria causar-lhe o mal pelo mal ao deixá-lo fazer, antes do que impedi-lo e de acolhê-lo? Entretanto, o frenético não tomaria esse ofício de bondade e de caridade como um ultraje e como um efeito de ódio: mas recobrando a saúde, ele veria bem que quanto mais esse pretense inimigo mais lhe cometesse violência, mais ele lhe seria obrigado. Quantos circunceliões temos que são atualmente católicos zelosos e que não seriam jamais reconduzidos a eles, se não se tivesse empregado as leis de nossos soberanos para vinculá-los como frenéticos?*

#### RESPOSTA

Trata-se de uma das maiores enfermidades do homem, o fato de que é preciso necessariamente propor-lhe mil coisas populares e as provar-lhe de um modo popular, a que nos acostumamos tanto, que tudo o que não é razão popular não saberia nos tocar e tudo o que nos importa, o é. Eis o grande forte de S. Agostinho e de várias outras pessoas de seu meio: eles se edificam em um império ou um palácio, no qual os habitantes são grandes lugares-comuns populares, comparações, exemplos, figuras de retórica. Por este meio, eles dominam o povo, emocionam e apaziguam, como fazia Éolo com o mar, através dos ventos. Esta comparação é justa, porque de uma parte e de outra só o vento produz todos esses efeitos. Que eles se fecham tanto quanto lhes dá prazer nesses lugares, *Illâ se jactet in aula Æolus, & clauso ventorum carcere regnet.*<sup>56</sup> Mas tratemos de mostrar que isso é só vento.

Não se pode ver nada, no fundo, de menos sólido do que esta comparação de S. Agostinho entre um frenético a que alguém se enlaça para impedi-lo de lançar-se por uma janela e um herético que alguém impede à força de seguir os movimentos de sua consciência. Eu digo mais uma vez: se somente tivessem feito leis para frear o furor dos donatistas e para punir as injúrias que eles fizeram aos católicos, por exemplo, para enviar às galeras os que dentre eles teriam espancado e despojado os católicos de seus bens, não teria nada de mais louvável e não teria sido necessário recorrer à comparação de um frenético que se prende. Mas se se tratasse de certas leis que condenassem os servos a golpes de bastão, aos cassetetes, à perda da terceira parte de seu pecúlio, e as outras condições a ameaças que os arruinariam, ao transporte de todos os seus bens após a morte dos pais a outras famílias, a não poder nem vender, nem comprar, nem confiar a seu amigo mais íntimo; ocorreria de despojar de todos os seus bens e exilarem-se. Eis as leis que tinham atribuído aos donatistas: com suas cadeias os encerravam na sociedade dos outros cristãos e os impediam de sair, isto é, segundo S. Agostinho, que rendessem ainda um maior serviço do que a um frenético pronto para se precipitar, que os atem com boas cordas. Comparação lamentável, porque para salvar a vida

<sup>56</sup> Virgílio, *Eneida*, 1, i: “nesse lugar, deixe o rei Éolo se orgulhar e reinar na fechada prisão dos ventos”.

de um frenético que vai se precipitar, é indiferente que ele consinta ao que lhe fazem ou que não o contenta. Ele é igualmente preservado do precipício de um modo ou de outro. Assim, se faz sábia e caridosamente opor-se aos seus desejos e atá-lo em boas cordas se for preciso, alguma oposição que pareça aí fazer. Mas a respeito do herético, não se saberia lhe fazer bem para sua salvação se ele não consente. É inútil fazê-lo entrar à força para as igrejas, fazê-lo comungar à força, fazer-lhe dizer de boca e por escrito, o bastão levantado, que ele abjura seus erros e que abraça a fé ortodoxa, nem de longe isso o aproxima do reino dos céus em relação ao qual, ao contrário, ele se afasta. Se o coração não é tocado, movido e convencido, todo o resto não serve de nada e Deus mesmo não saberia salvar-nos pela força, visto que a graça mais eficaz e a mais necessária é a que nos faz consentir ao que Deus quer e querer o mais ardorosamente o que Deus quer. Que ilusão e que sofisma pueril não é pretender que se pode preservar um homem do inferno e enviá-lo ao paraíso por um expediente semelhante ao qual se servem atando um maníaco para salvar-lhe a vida quando ele quer precipitar-se? A única via de salvar um homem que cavalga a toda velocidade e com um grande zelo no caminho do inferno é de fazer-lhe perder a vontade que ele tem de andar sobre esse caminho e inspirar-lhe a marchar sobre o caminho oposto; a que de nada servem, geralmente falando, nem os exílios, nem as prisões, nem as ameaças. Isso pode bem impedir que se faça exteriormente o que se fazia, mas não que o faça interiormente e é no interior que é o principal e o capital veneno. A palavra de um poeta latino *invitum qui servat, idem facit occidenti* [“aquele que salva um homem contra a sua vontade, faz o mesmo que se o matasse”], só é verdadeira a respeito dos perseguidores. O cuidado que eles tomam para impedir que um herético não corra para o que eles chamam a morte e a violência que eles cometem é pior do que se o matassem.

#### V. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Não há, direis, nada que se ganhe por aí. Eu concedo, mas é preciso abandonar a medicina porque há doenças incuráveis?*

#### RESPOSTA

Se o donatista propusesse tão fragilmente essa objeção que S. Agostinho o representa, tratava-se de um pobre homem. O que não representava a esse padre o efeito que tiveram as perseguições dos pagãos do tempo de S. Ciprião, a do imperador Constâncio e a vigilância de Plínio o Jovem em seu Governo da Bitínia? Não é constante que um número muito grande de pessoas sucumbiu à tentação nessa época e não se deve concluir disso que as violências são muito apropriadas para fazer ao corpo o que o coração repudia interiormente, e a encher a sociedade perseguidora com todos os mundanos, avaros, hipócritas e contemporizadores que

estão no partido perseguido? O que, não podendo ser negado quando examinado acuradamente, é claro que a segunda Comparação de S. Agostinho não vale mais do que a primeira. Confessar-lhe-ão que um remédio do qual frequentemente foram provados os bons efeitos deve ser utilizado ainda que não curasse todos os doentes, mas que uma coisa que mil vezes serviu de veneno e que as armas dos inimigos da verdade, as quais abatem seus sectários, seja empregada pela verdade como uma boa medicina do erro é, certamente, o que é contra o bom senso e contra as regras da sabedoria. Além de que S. Agostinho suponha o que está em questão, a saber, que a perseguição é uma medicina, toda a prova que ele alega é que tinha convertido vários donatistas, mas 1: Sabe ele se foram bem convertidos? 2: Essa pretensa medicina não tinha matado um grande número de ortodoxos sob as perseguições precedentes? 3: Se só conheceu pelo acontecido o que fosse a medicina, precisaria, ao menos, convir que tinha sido bastante temerário em servir-se antes de conhecer os efeitos e, entretanto, louva aqui os que a empregaram antes de conhecê-la por seus efeitos.

Eis uma observação que me parece ter algum peso. O homem que se serve um pouco de sua razão é bastante capaz de saber que é preciso adaptar os remédios à natureza das doenças e que assim o erro sendo uma doença da alma, é preciso curá-la com alguma coisa de espiritual, como fazem as instruções e as razões. A revelação, bem longe de contrariar essa máxima, a apoia e a recomenda vivamente. É então cumprir com o seu dever servir-se o quanto puder dessa espécie de remédio para os errantes e se não é possível convertê-los por essa via, pode-se lavar as mãos, desculpar-se firmemente perante Deus pela condenação dessas pessoas e remeter-lhe todo esse trabalho. Que se, além das instruções e das razões, nosso espírito nos sugere algum expediente que nos pareceu apropriado para curar um homem de sua heresia, que seria preciso fazer? Respondo que se esse expediente era uma coisa indiferente por ela mesma, e que, no pior das hipóteses, não poderia fazer mal, precisar-se-ia fazer a tentativa; mas se fosse uma coisa muito maléfica e capaz de levar ao crime aquele que se utilizasse, sustento que é um grande mal em servir-se. Ora, tais são as leis que condenam a grandes penas os que não mudarão de religião, porque não se pode negar que tirar de um homem um patrimônio de seus ancestrais e os bens que ele legitimamente ganhou com o suor de sua fronte, seja um roubo e que um príncipe que fizesse isso como, por exemplo, que fosse a uma feira e retirasse todos os mercadores que aí encontrasse somente porque tal seria seu bel-prazer, não se tornasse culpado de roubo. Então, não é uma ação indiferente por sua natureza tirar de alguém o seu bem, a sua liberdade e enviá-lo ao exílio. É necessariamente um crime se é cometido a um inocente e confessar-me-ão, certamente, que se todas as leis que foram feitas contra os donatistas teriam sido feitas contra uma seita de filósofos que, acreditando em tudo o que a Igreja acredita no que concerne à fé e aos costumes, ter-se-ia essa opinião particular, que o objeto da lógica não são seres reais, mas seres de razão. Confessar-me-ão, digo, que essas leis publicadas contra esses pobres filósofos, bons cidadãos e, aliás, bons cristãos, teriam sido não somente ridículos, mas muito criminosas e tirânicas.

Consequentemente, a medicina da qual fala S. Agostinho não é uma ação indiferente por sua natureza e tudo o que se pode dizer de melhor é que de má e criminosa que ela fosse, se não fosse voltada ao bem da religião, ela torna-se muito boa e felizmente conduzida. Por outro lado, é claro que é uma tentação muito perigosa e que é moralmente impossível que vários não estejam encerrados no pecado contra a consciência. Então é uma coisa que tem dois caracteres que devem necessariamente excluí-la do emprego das conversões. Ela é criminosa antes que a empreguem para a religião e os que querem empregá-la veem-na no nível do roubo, da pilhagem, da tirania antes de servirem-se. E, no mais, ela é uma armadilha muito apropriada para fazer um doente cair de um mal menor para um maior. Mostrei alhures<sup>57</sup> o medonho precipício no qual caem os que pretendem que uma coisa que seria um pecado se não fosse empregada para o bem da religião torna-se uma boa obra por um tal emprego. Assim, não insisto mais.

## VI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Se nos contentássemos em levantar o bastão sobre eles e que não trabalhássemos de modo algum para instruí-los, nossa conduta pareceria tirânica; mas também se nos contentássemos em instruí-los sem pressioná-los pelo temor, eles não superariam um certo entorpecimento que o hábito produz.*

## RESPOSTA

Concederão à S. Agostinho que juntar a instrução à ameaça é um mal menor do que bater e ameaçar, sem oferecer instrução, mas atenhamo-nos, até o que esses senhores aí respondem, se puderem, ao que foi estabelecido nos caps. 1e 2 da segunda parte deste Comentário e que retorna a isso: 1. Que é colocar um homem em uma má condição de discernir as boas razões das falsas, enchê-lo de temor pelos castigos temporais e da esperança das vantagens terrenas; 2. Que juntar a instrução à ameaça de tal maneira que, se ao fim de um certo tempo, as pessoas que se quis instruir declarem que elas persistem em seus primeiros sentimentos, execute-se sobre elas rigorosamente tudo de que as ameaçaram, é uma conduta que mostra que se tem uma intenção direta, ainda que um pouco mais distante, de violentar a consciência e de mergulhá-la na hipocrisia. Ora, isso arruína absolutamente todo o mérito que queriam supor nessa mistura de instrução e violência. É certo que o que se fez na França, onde todos, ao mesmo tempo, os dragões e os missionários jogam o seu jogo, uns saqueando as casas, os outros pregando a controvérsia, era uma miscelânea que pareceu mais o teatro ou os espetáculos do carnaval do que uma ação de pessoas sensatas.

---

<sup>57</sup> No Cap. 4 da 1ª parte.

## VII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Todos que nos salvaram não são por isso nossos amigos nem todos que nos castigam são nossos inimigos. As feridas que um amigo nos comete valem mais do que as carícias afetadas de um inimigo [Provérbios 27.6]. A severidade dos que nos amam é mais salutar do que a doçura dos que nos enganam, e é uma caridade maior tirar o pão de um homem, por mais fome que tenha, se quando tem o que comer, do que dar-lhe e de fazer-lhe um afago para fazê-lo consentir à iniquidade.*

### RESPOSTA

Outro lugar-comum e pequeno pensamento popular. Todo mundo ouviu falar da diferença entre o lisonjeiro e o amigo. Um amigo não teme dizer a seu amigo verdades desagradáveis, censurá-lo fortemente, contradizê-lo para o seu bem e de resistir a seus apetites de um modo importuno, ao passo que um lisonjeiro aplaude tudo e assim leva seu homem ao precipício. Tudo isso é bem observado e se tem razão em concluir que os que nos amam nos são algumas vezes mais rudes do que aqueles que não nos amam. Mas é preciso ter cuidado para tirar essa máxima de seu lugar. Pode-se, eu o confesso, transportá-la para a religião, sendo certo que um pastor que tem um verdadeiro zelo pela salvação de suas ovelhas censura-as firmemente e, em lugar de lisonjeá-las em seus vícios, reprime-as e persegue-as para tratar de corrigi-las; o que não faz um pastor frouxo e indiferente, resignado à condenação eterna de seu rebanho, como é suave para mostrar-lhe o prejuízo que carregam seus maus costumes. Mas se um pastor quisesse fazer a mesma coisa a respeito dos estrangeiros, em relação aos dogmas, eu não sei se ele faria tão bem como se aí pregasse com maneiras de civilidade, porque é bastante comum que se agrida antes seus adversários pela paixão que lhes testemunham, do que se não os determinam a deixarem suas opiniões. Seja o que for, sempre é certo que não há, de modo algum, consequência das censuras firmes às penas que as leis infligem. As censuras são permitidas entre amigos e inimigos e assim cada um pode se servir quando crê que a ocasião é boa, mas o roubo e as vias de fato não estão nesse mesmo gênero. Não é permitido servir-se nem contra seus amigos nem contra seus inimigos, nem direta nem indiretamente. Não podemos nem tirar de nós mesmos o bem de nosso próximo, nem induzir um outro a fazê-lo, nem aprovar aqueles que o fazem. Ainda menos devemos cassá-lo de sua casa e de sua pátria, ou fazê-lo fazer por outros, e assim por mais permitido que nos seja opor-nos rudemente aos prazeres ilícitos de nossos amigos, não se segue que possamos solicitar ao príncipe a despojá-los de seus bens, aprisioná-los, bani-los. E se o príncipe o faz, nós somos obrigados pela consciência a considerar isso como um exercício de abuso do poder que Deus lhe conferiu. Enfim, porque eu volto sempre a esse ponto, se o confisco dos bens de um particular fosse uma usurpação injusta, se fosse ortodoxo e se ela tornasse uma ação muito justa, apenas porque ela não o é de modo algum, se segue que uma mesma ação torna

um pecado uma virtude, apenas porque ela é feita para os interesses da religião, o que é a ruína de toda a moral e de toda a religião natural, como creio ter demonstrado. Então não há meio de sustentar que os exílios, as prisões, os confiscos e semelhantes penas sejam também permitidas por causa da utilidade prometida, como as censuras e a falta de complacência.

O que S. Agostinho acrescenta, que vale mais em certas circunstâncias tirar o pão de um homem do que lhe dar, é um modo de metáfora que não pode ser um argumento muito demonstrativo, porque: em 1º lugar é preciso fazer essa restrição, que haveria mais crime em deixar um homem de fome do que dar-lhe, após ter provado a sua perseverança no mal. Não é de modo algum permitido deixar morrer um homem por mais desregrado que ele seja em seus costumes e, assim, seria um crime se tivessem pão para lhe dar e que deixassem-no expirar sem alimento. Não é também o pensamento de S. Agostinho. Ele quer dizer que se a abundância é uma ocasião para o homem fazer o mal, vale mais tirar-lhe essa abundância do que fornecer-lhe. Mas permanece esta dificuldade: quem lhe tirará essa abundância? Não serão os particulares, porque não lhes é permitido aproveitarem-se dos bens de um homem pródigo e debochado. Será o soberano? Mas não vejo que isso seja o caso: não podemos colocá-lo sob ameaça, nem na prisão, nem enviar ao exílio os que fazem gastos supérfluos. E mesmo que o fizéssemos, como creio que se pode fazê-lo pelo bem da polícia, não se segue que se tenha o mesmo direito sobre as opiniões como sobre as ações, pois as opiniões não prejudicam como as ações na prosperidade, na força e na tranquilidade da República.

#### VIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Atar um frenético e acordar um letárgico é incomodá-los, mas é amá-los. Deus nos ama com um amor mais verdadeiro do que ninguém poderia. Entretanto, ele nunca cessa de juntar às doçuras de suas instruções os terrores salutareos de suas ameaças, e vemos que ele exerceu pelas fomes os mais religiosos patriarcas, etc.*

#### RESPOSTA

Santo Agostinho sempre nos engana. Não se trata tanto de saber se é possível amar aqueles que se castiga, (quem disso duvida?) do que de saber se é justo tirar de um homem seus bens e sua liberdade, porque ele não crê nas mesmas coisas da religião de seu príncipe. Aliás, o exemplo de seu frenético e letárgico, que ele mais uma vez nos propõe, não importa à questão. Amam-se essas pessoas ainda que se lhes faça coisas que se sabe que as enraivecerão e não se regra sobre o que lhes apraz, porque é sabido que ainda que se lhes fizesse, nada ser-lhes-ia proveitoso e que tudo ser-lhes-ia nocivo, a menos que elas com isso não consentissem e que não se agradassem, seria não uma amizade, mas uma insigne crueldade atá-los ou acordá-los a despeito do que tivessem. Isso arruína de cima para baixo as pequenas compa-

rações de S. Agostinho. Aprisioneis um herético, inundeis suas casas de soldados, carregueiros de correntes, não farás nada para sua salvação se seu entendimento não se esclarece, se não aquiesce inteiramente a vossos desejos. Ora, como é difícil crer que os conversores sejam ignorantes até o ponto de imaginarem que as prisões e a miséria iluminam um homem e lhe dão um grande gosto pela religião de seus perseguidores, é bem difícil de se persuadir que essas pessoas ajam de outro modo senão pela vaidade, brutalidade e avaréza. Quanto às punições implementadas por Deus sobre seus filhos, elas em nada concluem a favor de S. Agostinho: Deus, que é tanto o motor como o escrutador dos corações, pode fazer valer seus castigos para a conversão ulterior, mas como ele jamais nos prometeu acompanhar com sua graça a perseguição que faríamos aos heréticos, é não somente uma temeridade e uma tentação indigna de Deus afligir com mil penas temporais um herético com o desígnio de o converter, mas também uma espécie de impiedade propor aos príncipes o exemplo de Deus nessas coisas. Os conversores estariam bem à vontade, como Deus exerceu pelas fomes os patriarcas, o rei muito-cristão exerceria da mesma maneira seu clero e tirar-lhe-ia seus grandes rendimentos reduzindo-o a pão e água, a fim que ele se convertesse. Coisa lamentável! Zombariam de nós se no caso de o rei da França assumisse o controle de todos os bens da Igreja, diríamos que é uma marca de sua amizade com o clero e que o castiga assim a fim de obrigá-lo a viver cristãmente. Crer-se-ia que nós insultaríamos os miseráveis, contudo, raciocinaríamos como S. Agostinho. Outra coisa lamentável: não há o que as opiniões digam pela mudança dos que nos dizem que é preciso submeter à ameaça as pessoas, mas não nos citam leis e não se pode citar nenhuma cruzada dos dragões instituída para a conversão dos costumes. Vergonha e opróbrio do cristianismo que se tirenize as pessoas por opiniões e que se empregue o braço secular, em vez de se contentar em pregar contra o vício! Porque é incrível que tivessem conversores de costumes, que tenham feito decretos contra o luxo, a mendicância, o jogo, a fornicção, os discursos impudicos, etc. e que tenham solicitado pessoas de guerra para fazerem os católicos mudarem de vida.

## IX. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Credeis que não se deve constranger ninguém a bem fazer, mas não vistes que o pai de família ordena os seus a forçar a entrar na festa todos que eles encontrassem? Não vistes com que violência Saul foi forçado por J.C. a reconhecer e a abraçar a verdade? Não sabeis que os pastores algumas vezes servem-se dos bastões para fazerem entrar as ovelhas no redil? Não sabeis que Sara, segundo o poder que tinha lhe sido dado, subjogava por um tratamento cheio de dureza o espírito ranzinza de sua serva, não por nenhum ódio que ela tinha por Agar, visto que a amava até querer que Abraão a fizesse se tornar mãe, mas para abater seu orgulho. Ora, não ignoreis que como Sara e seu filho Isaac são a figura dos espirituais, Agar e seu filho Ismael representam os carnisais. Entretanto ainda que a Escritura nos ensine que Sara fizera Agar e Ismael sofrerem muito, S. Paulo não deixou de dizer que era Ismael que perseguia*



*Isaac, dando a entender aos que têm inteligência, que ainda que a Igreja Católica trate de reconduzir os carnais pelas penas temporais, são eles que a perseguem mais do que ela os persegue.*

#### RESPOSTA

Podemos considerar quatro coisas nesse discurso: 1. As palavras da parábola, *Forçai-os a entrar*; 2. A violência que J.C. cometeu à S. Paulo, arrancando-lhe os olhos e o lançando por terra; 3. O que os pastores fazem algumas vezes; 4. O que Sara fez contra a serva Agar. Eu falei bastante em meu Comentário da primeira dessas quatro coisas. A 2ª decorre, de resto, do que eu já disse acima<sup>58</sup>, que Deus sendo o motor tanto como o escrutador dos corações, acompanha quando lhe apraz da eficácia de sua graça os castigos que nos envia. Ele achou apropriado assinalar a potência de seu braço na conversão de Saul; apareceu para ele e o lançou por terra, em uma palavra, conquistou essa alma com mão forte e o braço estendido. Mas disso se segue que os homens devam imitar isso quando querem converter um perseguidor? Que eles o bem façam, visto que podem tanto como Deus dobrar o coração, ao mesmo tempo que reprimem o corpo; mas como eles não estão nesse passo, não devem se envolver em um ponto tão delicado. As punições entre as mãos do próprio Deus não produzem sempre a conversão do pecador, só serviram para o endurecimento do Faraó, ainda que Deus as implementasse do modo mais extraordinário possível. As que ele dispensa comumente, seja por meio dos homens, seja por meio dos outros seres criados, se sucedem muito diferentemente. É bem raro que elas mudem as opiniões que se tem sobre o culto devido à Deus, elas são mais do que as pessoas honestas imaginam, que elas devem no futuro ter mais zelo pela sua religião. É porque nessa grande aparência que há que as penas temporais não persuadirão um homem que está em uma falsa religião, mas mais do que não ser bastante zeloso pela sua religião, não há nada mais absurdo do que propor aos príncipes a conduta que Deus tem, castigando seus filhos para seu proveito. Além de que, uma vez limitado a esse exemplo, seguir-se-á que os reis deverão de tempos em tempos queimarem as campanhas, as vinhas e as madeiras de seus súditos e enviarem satélites por todo o reino para dizimar todas as crianças e para enviar vários pais às minas e às galeras, pois como Deus se serve dos flagelos da fome para testemunhar sua afeição a seus filhos, castigando-os para que se amedrontem, os reis, seus oficiais em terra, do conselho do seu clero, poderiam fazer tudo o que eu disse em seus Estados pelo amor que eles teriam por seus súditos e no pensamento que eles mesmos inculcariam e que despertariam da letargia do pecado no qual adormecem. Se os reis fizessem isso, não encontrariam eles sua justificação completa em S. Agostinho e no exemplo dos imperadores que acabrunharam os sectários de leis penais. Não, digamos, pelo ódio que tivessem por eles, mas antes por caridade a fim que eles se convertessem? Vê-se então que esta doutrina de S. Agostinho ridiculariza toda a moral, visto que ela fornece expedientes

<sup>58</sup> No fim do capítulo precedente.

para a justificação das ações mais criminosas e mais extravagantes.

O exemplo dos pastores, que algumas vezes conduzem com o bastão as ovelhas ao redil não é mais felizmente imaginada do que a do frenético, porque seria preciso que a outra parte da comparação não fosse de criaturas dotadas de liberdade, da qual a conversão depende essencialmente e totalmente do consentimento. Alegam-nos o constrangimento que é feito às ovelhas para salvá-las das mãos do ladrão e da boca do lobo. Um pastor que vê que elas se recusam a entrar no redil ou que elas não se apressam o bastante, procede sabiamente em empurrá-las ou com o pé ou com o cajado e mesmo prendê-las se for preciso. Por que essa conduta é sábia? Porque ela cumpre todos os deveres e todo o fim a que se propõe um pastor. Ele se propõe a proteger a ovelha da boca do lobo ou de algum outro perigo externo e, desde que a coloque no redil, eis que está feito, eis que está salva, seja ela entrando de bom grado ou à força. Mas não é o mesmo com um pastor das almas. Ele não as salva das mãos do demônio, não as cura das feridas da heresia, transportando o herético para uma casa que se chama Nossa Senhora, S. Pedro, S. Paulo, etc., ou jogando-lhe no rosto algumas gotas de água benta. Não é daí que dependem seus destinos. É preciso que ele conheça seus erros, que queira abjurá-los e abraçar a santa doutrina: por meio disso, ele está salvo da garra do demônio, mas sem isso o arrastariam, a corda no pescoço, mil vezes ao pé dos altares, empurrar-lhe-iam mil hóstias na boca à força, pegar-lhe-iam cem vezes a mão para fazer-lhe escrever o que abjura, obrigar-lhe-iam à força a apertar os polegares ou torturá-lo, a dizer que ele crê no que a Igreja crê e que renuncia à Lutero e à Calvino, não obstante, ele permanece na armadilha se aí estava antes, e quem é ortodoxo como ele era segundo eu, torna-se pérfido, hipócrita e escravo do diabo, até que Deus o levante de sua queda. É um prodígio que tenha na Igreja romana tantas pessoas que não veem a absurdidade monstruosa de todas essas comparações.

Demos-lhe uma que os obriga a melhor pensar no que dizem. Se eu visse na porta de uma casa um homem que se molhasse durante uma chuarada e que tendo piedade dele eu quisesse livrá-lo do incômodo no qual eu o via, eu poderia me servir desses dois meios, ou de chamá-lo para entrar na casa, ou de tomar-lhe o braço se eu fosse mais forte do que ele, e de empurrá-lo para dentro. Essas duas maneiras são igualmente boas para obter o efeito que eu me proporia, que seria de impedir esse homem de se molhar. Pouco importa que ele entre de bom grado ou à força sob um teto, pois seja que ele entre por sua vontade ou espere que o chamem, seja que o empurrem com força, está igualmente coberto da chuva. Se fosse assim quanto a evitar o inferno, confesso que nossos conversores estariam bem fundados, porque aí bastaria para isso estar sob as abóbadas de uma igreja, pouco importando que se entrasse de bom grado ou que os pés e os punhos fossem atados e, assim, seria preciso ganhar as maiores manobras ou porteiros que estejam no mundo para agarrarem os heréticos, desde que aparecessem na rua e agarrá-los pelo pescoço na igreja mais próxima, até mesmo seria preciso abrir suas portas com explosivos, se fosse o caso e ir tirá-los da cama para levá-

los rapidamente em qualquer igreja. Mas infelizmente para os senhores conversores eles não têm espírito suficiente, nem tão extravagante para dizer que só precise isso para salvar uma alma: confessam que seu consentimento ao transporte de uma comunhão à outra é tão necessário que, sem isso, não se faz nada para sua salvação. Sendo assim, não é absurdo comparar-nos a violência que é feita a pessoas que se tiram do fogo ou da água, as quais se pegam sem escrúpulos pelos cabelos para tirá-los do perigo, com um constrangimento que é feito a um calvinista metendo-lhe a adaga no pescoço, ou cem dragões em sua casa para forçá-las a abjurar a sua crença. Isso, digo, é o maior absurdo, visto que não somente é uma coisa que supõe, por ela mesma, que um homem que cai no fogo ou na água não exija mais do que ser retirado a qualquer preço que for, mas também que o perigo é de uma tal natureza que não é necessário, para preservar alguém, que ele consinta em ser retirado: preservam-no igualmente mesmo quando o tiram contra a sua vontade. Mas para mostrar a impertinência dos que pretendem que se tem obrigação quando é arrancado à força do seio da comunhão onde nasceu, que é crida como boa e que os conversores creem má. Eu peço-lhes para imaginarem um homem ao qual seu confessor ordenou por penitência suportar a chuva durante duas horas diante de uma porta. Se o anfitrião da habitação, não contente por ter exortado esse homem a entrar na casa dele, o pegasse pelos seus valetes e o tirasse da chuva, causar-lhe-ia bem ou prazer? É claro que não e que dar-lhe-ia uma tarefa ruim porque contrariaria a sua devoção. *Invitum qui servat, idem facit accidenti*. É a mesma coisa com esses violentos conversores que tiram as pessoas dos exercícios de sua piedade. Eu tenho alguma dificuldade em acreditar que as infelizes máximas desses carrascos de consciência não sejam advindas dessa baixa e ridícula prevenção que para obter a graça de Deus é preciso ser registrado precisamente em uma determinada comunhão e que só isso é preciso. Depois disso, eles agem com os heréticos como com bestas que querem proteger da chuva e que pelas quais tudo se dá em relação a esse fim, seja elas indo por si mesmas para o estábulo, seja empurradas a golpes de bastões.

Em relação ao pensamento de S. Agostinho sobre Sara e sobre Agar, sua serva, ele é apropriado para expor a Escritura à zombaria dos profanos, porque, enfim, se Sara é o tipo dos filhos do mundo, da maneira que entende S. Agostinho, que se seguirá senão que os filhos de Deus forcem as pessoas do mundo a irem buscar retiros nos desertos, não podendo resistir à dureza do tratamento e, entretanto, que serão as pessoas do mundo que perseguirão os filhos de Deus? Já houve comédia mais cômica do que esta? Eu nada digo do desprezo bastante espantoso de S. Agostinho quando pretende, para encontrar o seu casamento entre a caridade e a perseguição, que Sara tratava Agar de uma forma muito dura ao mesmo tempo que ela a amava muito ternamente para querer que ela partilhasse a cama de seu marido. Não é assim que a Escritura ajusta essas coisas, ela só fala do mau humor de Sara com Agar depois que esta, vendo-se grávida, se orgulha e despreza a outra.

## X. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Os bons e os maus fazem e sofrem frequentemente as mesmas coisas e não é nem pelo que eles fazem nem pelo que eles sofrem que é preciso julgar o que fazem, mas pelo motivo que os faz agirem e sofrerem. Faraó abatia o povo de Deus por trabalhos acabrunhantes. Moisés, por sua vez, punia a impiedade do mesmo povo com penas muito severas. As ações de um e de outro assemelhavam-se, mas seus fins eram bem diferentes: um era um tirano inflado por seu poder e o outro um pai cheio de caridade. Jesabel matou os profetas e Elias os falsos profetas, mas o que arma a mão de um e de outro não é menos diferente que o que atraiu a morte a uns e a outros. No mesmo livro onde vemos que S. Paulo abatido pelos judeus, vemos também o judeu Sóstenes abatido por S. Paulo pelos gregos: uns e outros são semelhantes pelo exterior da ação, mas são bem diferentes pelo motivo. Entregam S. Paulo a um carcereiro para colocar-lhe ferros nos pés e o próprio S. Paulo entrega o incestuoso de Corinto à satã, do qual a crueldade é bem outra do que a dos carcereiros mais bárbaros. Mas ele só entrega esse homem à satã a fim de que, a sua carne sendo mortificada, sua alma fosse salva. Quando o mesmo S. Paulo entregou Fileu e Himeneu à satã para ensinar-lhes a não blasfemar, ele não buscava pagar o mal com o mal, mas julgava que era um bem curar o mal pelo mal.*

### RESPOSTA

São ainda razãozinhas boas para declamar perante um monte de ignorantes, incapazes de ver em que uma comparação erra: S. Agostinho se atormenta para provar o que não lhe é negado. É que uma mesma ação é boa ou má segundo a diversidade das circunstâncias. Que um príncipe puna severamente uma província sediciosa e que tenha como objetivo impedi-la no futuro de amotinar-se é uma ação de justiça, mas seria de uma crueldade e de uma avareza castigar rigorosamente uma leve falta de uma província no entendimento de que essa severidade desproporcional a faria levantar e que, então, ter-se-ia um pretexto especioso de reduzir todos os habitantes à miséria. Então, concedo à S. Agostinho que Moisés punindo os israelenses fazia bem e que Faraó, os oprimindo, fazia mal, diferença que não procedia somente de que Moisés propunha a melhora desse povo e Faraó a sua ruína, mas também de que esse povo era castigado sem causa razoável por Faraó e não por Moisés. Mas para desmontar de uma vez as comparações de S. Agostinho, só há que dizer que ele aí coloca, de uma parte, certas ações violentas que procediam do ódio ou de alguma outra paixão injusta e, de outra, certas ações que incomodavam, na verdade, o próximo, mas que eram ordenadas por Deus por revelação especial e, por consequência, que eram exploradas nas circunstâncias nas quais o agente estava certo de que elas produziriam um bom efeito. Eu falo de Moisés, de Elias e de S. Paulo. Eram profetas que sabiam por ordens imediatas de Deus que era preciso proceder pela via dos castigos e, então, é justo empregar a sua severidade, porque não há como duvidar que Deus a ordene, não tendo desejo de servir-se de um modo especial para a sua

glória. Então, estão certos da justiça, da ação e da oportunidade das circunstâncias e do bom sucesso. Pode-se dizer a mesma coisa das perseguições de Teodósio contra os arianos, ou de Honório contra os donatistas? Estavam certos de que Deus abençoava essas violências e que se serviria, como de um instrumento eficaz, da iluminação dos errantes e do amolecimento de seu coração? É certo que ninguém tinha nenhuma segurança e que as conjecturas podiam rapidamente levar os errantes a confirmarem-se em seu erro ou à sua conversão fingida, do que à sua conversão real. Assim, era uma temeridade muito injusta servir-se da violência em uma tal situação de casos. Em relação aos gregos abatendo Sóstenes, não faço o que S. Agostinho quer inferir, visto que era uma ação de pessoas reunidas, que sem respeitar nem o pró-cônsul lá presente nem o lugar onde estavam, lançaram-se de forma tumultuada sobre o chefe da sinagoga.

Eu tenho ainda uma observação que desmontará todos os argumentos de S. Agostinho. É claro que toda a força de suas provas consiste nesta suposição: que quando se maltrata os heréticos, a fim de convertê-los, age-se por um princípio de caridade, motivo que muda de tal maneira a natureza desses maus tratos, que eles tornam-se uma boa ação, ao passo que seriam um crime se fossem feitos por orgulho, por ódio ou por avaréza. Também é claro que a razão que faz encontrar aí um motivo de caridade só pode ser essa ou uma aproximada: é que veem esses maus tratos como muito apropriados para fazerem um homem pensar em sua instrução e na busca do verdadeiro caminho da salvação. Então, eis aqui o raciocínio de S. Agostinho.

Maltratar seu próximo por um princípio de caridade é uma boa obra.

Ora, é maltratá-lo por um princípio de caridade fazer maus tratos que o obrigam a instruir-se e a curar os males de sua alma:

Logo, é fazer uma boa obra dar-lhe esta maneira de mau tratamento.

É um sofisma mais perigoso e, ao mesmo tempo, o mais absurdo da moral que se possa ver, porque por aí eu justificaria as ações mais execráveis. Se eu vejo o meu próximo cheio de orgulho, alimentado em sua vaidade por suas riquezas e pela estima que teriam pela sua pessoa, eu poderia tratar de empobrecê-lo e arruinar a reputação. Para isso, eu poderia queimar a sua casa e publicar mil calúnias contra ele, e se um particular não o pudesse, o soberano poderia, como S. Agostinho pretende que ele pode empobrecer um herético a fim de despertá-lo de sua sonolência. Um soberano, digo, poderia arruinar pelos soldados esse homem soberbo e apresentar falsas acusações contra ele, sobre as quais ele se declararia caído da nobreza e convencido de fatos infamantes. Se alguém se queixasse desses maus tratos, dir-lhe-íamos, segundo a tablatura de S. Agostinho, que, na verdade, seriam injustos se não fossem feitos por um motivo de caridade, mas que somente sendo feitos para tirar um homem de sua condenação, na qual sua vaidade fundada sobre a sua opulência e sobre a glória o precipitava, eram muitos justos. Não peço a meu leitor senão que compare tranquila e ponderadamente o efeito que devem causar sobre um herético as prisões, as emendas, as chicanas, as amarguras conti-

nuas da vida para obrigá-lo a renunciar de coração e de boca a suas opiniões, com o efeito que deveria causar sobre esse homem a ruína de seu bem e de sua reputação. E estou persuadido de que confessar-me-ão que, se os tratamentos acima mencionados são capazes de mudar a alma de um herético, os outros fazem mudar esse homem orgulhoso e, conseqüentemente, poderá arruiná-lo à honra e bens por um princípio de caridade (segundo a premissa menor de meu silogismo) o que será uma boa ação pela premissa maior desse mesmo silogismo. É então um sofisma que poderia justificar as ações mais execráveis: o que era preciso provar.

Quanto mais se examina a coisa, mais se descobre a ilusão na qual esteve S. Agostinho. Ele imaginou que como as coisas que foram deixadas absolutamente à nossa disposição tornam-se boas ou más segundo o motivo que se tem fazendo-as, as que nos foram expressamente ordenadas ou proibidas estão sujeitas à mesma alternativa em virtude de diferentes motivos; mas como seguir-se-ia daí que o roubo, o assassinato, o perjúrio, o adultério não seriam crimes quando fossem praticados visando a humilhar o seu próximo e de levá-lo ao arrependimento, ou em geral por um motivo de caridade, segue-se evidentemente que é preciso distinguir entre as ações de obrigação e as que são deixadas à nossa escolha. É uma coisa de obrigação abster-se do bem e da reputação de outrem, não fazer falsos sermões, não seduzir nem a mulher nem a filha de seu próximo, não o acostrar, injuriá-lo nem o insultar. Assim, alguma vantagem que ele pôde tirar das injúrias que far-lhe-íamos ou dos golpes que dar-lhe-íamos, etc., alguma vantagem, digo, que ele pôde tirar em relação à sua salvação, não nos é permitido de maneira alguma tratá-lo dessa maneira. Deus não exige de modo algum que trabalhem na salvação de nossos irmãos, desobedecendo atualmente a suas ordens e devemos deixar à sua providência, se ele achar propositado curá-los, pelas doenças, pela pobreza e pela infâmia, do abuso que eles fazem de sua boa fortuna. Tudo isto mostra que é uma grande ilusão que essa pretensa caridade que leva a fazer mal a seu próximo, a fim de corrigi-lo e, conseqüentemente, que os soberanos abusem grosseiramente quando arruinam os seus súditos, que os exilam, os aprisionam e os submetam a mil desgostos e perplexidades sob pretexto de obrigá-los a instruírem-se. Então uma apologia das perseguições fundada sobre esse mau fundamento não pode subsistir.

Só há um caso que eu posso imaginar que podem ser dispensados os preceitos do decálogo, pela esperança do proveito espiritual que será feito a seus irmãos é quando se sente ornado da virtude profética, do dom dos milagres, e conduzido extraordinária e imediatamente pelo espírito de Deus. Então, pode-se matar um homem como são Pedro matou Ananias com a sua mulher Safira, pode-se estropiá-lo, cobri-lo de úlceras, encalhar as suas embarcações onde ele tem seus bens, etc., porque, como eu disse antes, far-se-ia por uma ordem expressa de Deus, que pela eminência suprema de sua natureza que está acima de tudo e pela qualidade de escrutador dos reinos e dos corações, conhece a aptidão e a congruidade das ações corporais com as inflexões e as modificações de nossas almas, tão bem que não se saberia duvidar do bom sucesso dessas investidas violentas e dolorosas. É por isso que S.

Paulo assegura positivamente que ele entrega à satã o incestuoso de Corinto a fim de salvar a sua alma e Himeneu e Filete a fim de ensinar-lhes a não blasfemarem mais. Contudo, pequenos particulares limitados à esfera dos conhecimentos humanos e que não sabem qual efeito fará a pobreza e a dor sobre a alma de um herético se insurgem para lançar por terra a proibição de roubar e de acossar o seu próximo sob esse belo pretexto que, para isentar-se da fome e da pena, examinará seus erros e os conhecerá, é certamente a pretensão mais ridícula do mundo.

Noteis ainda que Moisés, punindo os israelenses, tinha de lidar com pessoas que não estavam de modo algum no erro de boa fé, porque sabiam bem que as ações pelas quais eles sofreriam eram más. Semelhantemente, S. Paulo não excomungava pessoas que acreditassem terem feito bem. O incestuoso de Corinto não era tão louco para sustentar que o incesto fosse uma ação ordenada ou permitida por Jesus Cristo e, em relação à Himeneu e Filete, o Apóstolo assegura que eles tinham rejeitado não somente a fé, mas também a boa consciência. E, conseqüentemente, não erravam de boa fé como aqueles que os príncipes se meteram a perseguir, pela instigação abominável dos padres e dos monges.

Enfim, queria que fosse observado mais uma vez o que eu disse em outras passagens deste Comentário, é que os homens recebendo de Deus uma regra do que eles deviam fazer, não podem mais afastar-se, para imitar o que Deus fez ou por causas naturais ou por pessoas que ele reveste extraordinariamente da virtude dos milagres. Por exemplo, Deus serviu-se das tempestades e dos tremores de terra, das infecções do ar, do granizo, dos nevoeiros, dos gafanhotos, etc., para punir os habitantes de algum país e para levá-los ao arrependimento, ou então cometera um Moisés para causar-lhes feridas semelhantes. Segue-se disso que os reis ou qualquer outro homem deve queimar a colheita, destruir as fontes, introduzir como puderem a esterilidade e a enfermidade em um país no qual os habitantes são maus e impenitentes? Outro exemplo: Deus colocou uma lasca na carne de seu apóstolo, permitiu que um anjo de satã o inquietasse, e isso para o bem de seu servidor, sabendo muito certamente que a sua virtude se realizaria na enfermidade desse apóstolo. Temos o direito de imitar isso para os que vemos orgulharem-se pelos talentos sublimes que Deus lhes concedeu? Há um rei no mundo que, vendo um famoso doutor em seu reino, aplaudido pela ciência, por sua eloquência, por seus bons costumes, tenha o direito de suscitar-lhe uma lasca para humilhá-lo ou para mortificá-lo, como seria subornar falsos-testemunhos que fizessem-no murchar em alguma jurisdição subalterna, ou de dar-lhe uma bebida que lhe enfraquecesse o espírito e o corpo? Não duvidamos de modo algum que, por um favor especial de Deus, não tenha mulheres que em seu advento ao mundo têm a dura mortificação de perder toda a sua beleza pela menor varíola. Deus que as ama e que faz com que elas abusem dessa beleza e que a privação dessa vantagem as prenderá mais firmemente às coisas sólidas do século por vir, estraga-as muito justamente e por graça. Os reis podem imitar isto? E quando eles querem uma dama orgulhosa de sua beleza, arrastando os homens e arrastada por eles nas redes da

volúpia, pode-se sem crime despojar essa mulher de seus charmes naturais? Pode-se subornar alguém que lhe rasgue a pele do rosto? Pode-se enviar-lhe uma caixa que, abrindo-se, acende um fogo de artifício que danifica para sempre o rosto dessa pessoa? Pode apresentar um médico que faça-lhe engolir um pó que lhe cause uma fraqueza, uma horrível icterícia, um emagrecimento, e um odor nojento? Vê-se claramente que não e que esse príncipe tornaria-se visivelmente ridículo se colorisse essa conduta com o belo motivo de caridade, isto é, que ele queria proteger essa bela mulher dos perigos aos quais a sua alma estava exposta e levá-la a renunciar à vaidade e aos prazeres sensuais, para ocupá-la unicamente como pensamentos do alto. Há mil vezes mais aparência que desfigurando uma mulher e causando-lhe uma fraqueza, mortificar-se-ia a sua alma e se a levaria a converter-se, do que enviando cem dragões na casa de um huguenote, o colocassem no caminho de bem convencer-se de que é herético e abraçar sinceramente a fé romana. Entretanto, chama-se a atenção de um príncipe ou de seus diretores de consciência que aprenderam a converter assim as damas e não se deixa de aplaudir aos que pretendem converter assim os protestantes.

Eu concludo este artigo com essa observação de que não há nada mais vão do que a distinção que nos fornece S. Agostinho entre os golpes de bastão, saque dos bens e outras violências cometidas por motivos de caridade e as feitas sem caridade. A verdadeira caridade é obedecer a Deus que nos proíbe o roubo e as brigas, e com esta distinção poder-se-ia inocentemente queimar todas as cidades e matar os grãos, sempre dizendo que se tem por fim humilhar seus súditos que não pensam muito em Deus na abundância.

## XI. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Se fosse sempre um mérito ser perseguido, Jesus Cristo contentar-se-ia em dizer, felizes aqueles que sofrem perseguição, e aí não teria acrescentado, por justiça. Da mesma maneira, se perseguir fosse sempre um mal, Davi não teria dito, eu perseguia aqueles que caluniam secretamente o seu próximo (Salmo 101, v. 5)*

## RESPOSTA

Tenho dificuldade em crer no que vejo, que S. Agostinho se sirva mal das passagens da Escritura. Quem lhe nega que o verdadeiro mérito das perseguições não depende do fato de que se as sofra por justiça? Quem duvida de que um homem vão acharia melhor deixar-se ser devorado do que confessar que errou e que, convencido em seu coração de sua má causa não deixa de sustentá-la, porque aspira à reputação de homem firme; quem duvida, digo, que um tal homem não perca todo o fruto dos males nos quais perdura e não esteja em uma péssima condição? Como o quê se diverte esse padre, pois, ao refutar uma objeção tão pouco razoável? Todo homem de bom senso é persuadido de que para ser feliz em sua perseguição



é preciso fazê-la pelo apreço que se tem pela verdade e pela justiça, o que se pode muito bem fazer quando se está no erro de boa fé. Mas, por mais perverso que possa ser aquele que é perseguido, pois sendo muito teimoso e orgulhoso, não quer confessar aos perseguidores que a sua causa é boa, é sempre verdadeiro, ao menos, que os últimos são injustos e maus. Eis então uma distinção um pouco melhor do que a que S. Agostinho nos fornecera anteriormente. Ele pode pensar que o perseguido não valha nada, mas o perseguidor é sempre<sup>59</sup> injusto, porque a passagem de Davi alegada para mostrar que há bons perseguidores não prova nada sobre esse fato, que somente se trata de perseguições de religião. Davi mostra nesse Salmo que não quer ter nenhuma ligação com os maus e ele nomeia em particular essa peste da sociedade digna da execração das pessoas honestas, a saber, essas línguas envenenadas que maldizem de forma trapaceira o seu próximo. Se Davi fala como rei, ele não pode dizer nada de mais sábio e divino do que declarar que emprega a majestade das leis e o gládio que Deus colocou-lhe à mão para o castigo desses frouxos caluniadores e desses caluniadores preguiçosos. Se ele fala para nos dar uma ideia do que deve fazer o homem honesto, quer nos ensinar a não ter ligação nem comércio com os difamadores. Mas que faz isso para autorizar os conversores que não deixam nem morrer, nem viver em paz, bons cidadãos quanto ao resto e que somente têm certas opiniões diferentes das suas? Em uma palavra, S. Agostinho pensava no que dizia alegando-nos a pena que um rei inflige aos caluniadores e delatores, quando precisaria dar exemplos das penas infligidas simples e puramente por dogmas.

## XII. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Os maus jamais cessaram de perseguir os bons, nem os bons de perseguirem os maus, mas estes agem nisto injustamente e para ferirem aqueles caridosamente e enquanto a necessidade de corrigir o exige [...] Como ímpios matam profetas, profetas matam ímpios. Como se viu os judeus com chicotes à mão contra J.C. viu-se J.C. com o chicote à mão contra os judeus. Os homens entregaram apóstolos aos poderes seculares e os Apóstolos homens aos poderes infernais. Em que é preciso tomar cuidado em todos esses exemplos, senão que uns e outros agem pela verdade ou pela iniquidade, para ferir ou para corrigir?*

## RESPOSTA

Eis então a mais detestável moral por suas consequências jamais vistas, pois visto que fariéis as coisas em favor de uma opinião verdadeira e que tendeis o desígnio de corrigir vosso próximo, ser-vos-á permitido, quanto ao resto, imitar a conduta dos maus e, ao contrário daqueles que pecaram, fareis uma ação celeste. Assim, representemo-nos duas pessoas, uma

<sup>59</sup> Notais que aqui e em algumas outras ocasiões é preciso tomar as coisas sem nenhuma relação com a opinião particular no tocante à consciência errante e desculpante.

ortodoxa, a outra heterodoxa. A primeira vê um grande senhor no outro partido, muito zeloso por esta causa e apoiando-a com seu grande bem, com a sua autoridade e seu espírito. A segunda vê um semelhante senhor no partido ortodoxo. A primeira destina-se a arruinar esse grande senhor e suscitar-lhe tantas coisas infelizes que, arriscando a sua honra como as suas riquezas, não pode pensar nos interesses do partido, mas no doméstico somente. De resto, essa pessoa não deseja fazer mal a esse grande senhor, só quer impedi-lo de ferir e levá-lo a converter-se. Eis uma ação para canonizar ou, ao menos, muito inocente, se é julgada conforme aos princípios de S. Agostinho. Não importa que tenham arruinado esse homem, queimando à noite seus celeiros, seus moinhos e seus castelos e suscitando-lhe processos que fizeram-lhe perder. Tudo isso é bom, visto que só tenha o desígnio de levá-lo a instruir-se e deixar os seus erros. Mas se a outra pessoa agisse dessa maneira com o grande senhor ortodoxo, seria um monstro e um celerado. Por quê? Por que teria cometido ações contrárias ao decálogo? Não, mas porque teria feito isso com o desígnio de ferir a ortodoxia e o seu próximo ortodoxo. Sem que eu o especifique, vê-se então que está aqui a confirmação do que eu disse tão resumidamente no Cap. 4 da 1ª Parte, que é que reverte essa santa e fundamental barreira que Deus colocou entre o vício e a virtude, e que só nos deixa para todo o caráter da virtude a utilidade dos que seguem certas opiniões, e para todo o caráter do vício, como seu dano. Eu não queria acusar S. Agostinho de ter visto essa consequência, mas ela está encerrada em suas palavras, *em que é preciso tomar cuidado em todos esses exemplos* (isto é, assassinato, chicotadas, cativeiros) *senão que uns e outros agem pela verdade ou pela iniquidade, para ferir ou para corrigir?*

Aqui não se pode impedir-se de lembrar das máximas da moral desmazelada, de que a corte de Roma condenou sob o presente Pontificado, porque a distinção de S. Agostinho não é melhor do que a desses maus casuístas. Eles dizem: 1. *Que é possível, sem pecado mortal, afligir a vida de qualquer um, visto que se faça com a devida moderação e mesmo deleitar-se com a sua morte natural, exigi-la e desejá-la por um desejo que não tem efeito algum, visto que não seja porque sua pessoa nos desagrade, mas por algum proveito temporal que nos deva voltar.* 2. *Que é permitido desejar a morte de seu pai por um desejo absoluto, não como um mal de seu pai, mas enquanto um bem para ele que se a deseja, porque ele deve recolher uma rica sucessão.* 3. *Que é permitido a um filho deleitar-se com o parricídio que cometeu, estando bêbado, na pessoa de seu pai, devido a grandes riquezas que ele encontrou em sua herança.* Vê-se que esses casuístas fazem uma tão grande diferença entre dois homens que se deleitam com a morte de seu pai, ou mesmo que o matem estando bêbados, que um é inocente, contanto que ele não tenha de modo algum essa alegria por nenhum motivo de ódio contra seu pai, mas pela afeição que ele carrega, e que o outro é culpado quando funda essa alegria sobre o mal que tinha por seu pai. Isso é muito pior do que a diferença que S. Agostinho coloca entre dois perseguidores, na qual um dá cem golpes de bastão em seu próximo não para lhe fazer mal, mas para corrigi-lo? Não seria preciso, para raciocinar conseqüentemente, dizer também que de dois homens dos quais um mataria seu

próximo por um motivo de ódio e o outro a fim de livrá-lo da pobreza, aquele pecaria e o último não pecaria? Ou para evitar qualquer chicana, servindo-nos de outro exemplo, não seria preciso dizer que de dois homens dos quais um matasse seu próximo, porque a pessoa lhe desagradava, e o outro, porque vendo-a em estado de graça após ser bem confessada e bem comungada, ele consideraria que nesta condição iria para o paraíso, que vivendo mais cairia no pecado e aí poderia morrer? Não seria preciso dizer, afirmo, que o primeiro desses dois homens seria culpado e o último inocente e, assim, seria uma boa ação e muito caridoso a um padre assumir seu penitente pouco após a absolvição e a comunhão, contanto que não o fizesse por rancor e por vingança, mas a fim de assegurar-lhe a sua predestinação livrando-o do pecado no qual poderia sucumbir no futuro sem reerguer-se pela penitência. Sobre esse princípio, uma nutriz ou uma serva que sufocassem quantas crianças pudessem, não porque as desagradassem, mas para enviá-las certamente ao paraíso nessa idade que elas ainda não perderam o benefício do batismo, seria uma boa ação. E, assim, a distinção de S. Agostinho subverte toda a moral e torna todo o decálogo o joguete de nossas distinções, de nossas intenções e de nossos caprichos.

Eis duas crianças que desejam a morte de seu pai, sendo então criminosas. Nego a consequência, podem dizer o que quiser, apoiada sobre a distinção de S. Agostinho, porque uma delas deseja a morte de seu pai, pois esse pai é um pilar da ortodoxia ou porque ele desagrada a seu filho. Esse é criminoso. Mas o outro o deseja porque seu pai favorece a heresia ou porque ele acha melhor que seu pai goze da felicidade do paraíso do que da vida presente incomparavelmente menos feliz que aquela. Esse é inocente.

Eis dois homens que matam, cada um, um passante, sendo então culpados. Esperais, diga quem quiser sobre o mesmo fundamento, não vamos tão rápido. É preciso ver se um matou pela verdade ou pela iniquidade, para ferir ou para aproveitar-se, porque se um matou um passante, adversário da verdade, ou para livrá-lo de uma só vez de uma doença que o teria feito enlanguescer vários anos. Fez muito bem. Mas se o outro matou um passante, promotor de sua doutrina ou por qualquer outra inimizade, é criminoso.

Dois homens roubaram uma soma considerável, são ladrões que é preciso castigar. Nego a consequência, poder-se-á ainda dizer, é preciso distinguir, pois todos dois tiraram essa soma dos ortodoxos, que empregam seus bens na manutenção de seu partido, ou pela vontade de acabrunhar quem lhes tiraram esse dinheiro, confessa-se que ele são puníveis; mas se eles tiraram dos heréticos que iriam pagar o procurador ou advogado da causa, em um processo que o procurador ou esse advogado teriam deixado perder, não vendo-se pagos de seu salário, eles fizeram uma boa obra; como também se eles fizeram isso não por nenhuma má vontade que trouxessem ao possuidor, mas ao contrário, para aliviá-lo de seu fardo ou porque esperavam que sendo menos rico faria menos despesas supérfluas e se corrigisse de sua vaidade.

Assim, podem sair todos os deveres que a lei de Deus nos impõe e, antes que se possa

dizer que um homem pego em flagrante delito com uma mulher é criminoso, é preciso saber se fez isso não para satisfazer seus sentidos, mas para aliviar essa mulher de uma paixão importuna, de um incômodo de continência, para ajudar o marido a sustentar as funções muito pesadas de seu emprego com essa mulher; porque se vissem que ele fez isso não para ferir essa mulher ou seu marido, ou por sensualidade, mas para corrigir alguma intempérie e para o proveito comum dos casados, ele faria uma ação de caridade muito cristã.

Não é estranho que os senhores conversores, que veem tão evidentemente a absurdidade abominável dessas consequências e sua ligação necessária com seus princípios, não deixam de vir nos dizerem eternamente que bater, aprisionar e vexar um pobre cristão é uma boa obra, contanto que seja feito não por ódio por sua pessoa, mas para corrigir os seus erros? Confesseis então, diria eu, que todas as outras ações contrárias ao decálogo serão boas contra uma coquete e um rico voluptuoso. Reter seus equipamentos, e seus bens, tirar-lhes suas belas vestimentas e suas pedras preciosas, esfolar e rasgar seus rostos, os enervar e enlanguescer com algum medicamento, contanto que isso seja feito por um motivo de caridade ou, o que é a mesma coisa aqui, a fim de corrigi-los de seus maus hábitos.

Eu poderia observar que o pouco de exatidão de S. Agostinho, no que ele se serve do termo vago ferir e corrigir para assinalar o caráter que distingue os maus perseguidores dos bons. Pois, o que ele quer dizer por aí? Quer ele dizer que os bons perseguidores só perseguem a fim de levarem os que erram à abjuração de seus erros, ao passo que os maus perseguidores só propõem arruinar e atormentar o seu próximo? Ou quer dizer que os bons perseguidores só castigam com muita moderação, enquanto os maus matam os que eles perseguem. Se ele entende o 1º sentido, seguir-se-á, segundo ele, que os heréticos que perseguem os ortodoxos não o fazem de modo algum para levá-los a mudar de sentimento e a abjurar o que parece aos heréticos uma grande e capital falsidade. Ora, isso é manifestamente falso, pois, para não dizer que os próprios pagãos fariam cessar toda sorte de procedimentos violentos para os que pareceriam renunciar à fé judaica ou cristã, não é sabido que os arianos e todos os que, em geral, que a Igreja romana trata como heréticos jamais exerceram violências sobre as outras seitas, para engajarem-nas a abraçarem a sua? Se ele entende o 2º sentido também se engana, visto que não somente há perseguidores que ele chama de bons, isto é, que ele crê ortodoxos, que matam, mas também que os perseguidores heterodoxos se contentam muito frequentemente com penas tão moderadas que o fazem uma outra classe de perseguidores. Então, não vejo que o único sentido de razoável nas palavras de S. Agostinho é que os perseguidores heterodoxos tendo sempre por objetivo atrair as pessoas para o partido do erro e os ortodoxos de atraí-los para o partido da verdade, estes só buscam o proveito e aqueles o dano daqueles que perseguem. Mas é sempre mal caracterizar as coisas, visto que é limitar-se principalmente ao que só lhe é accidental. Só é por acidente que os perseguidores que erram ferem e os que são ortodoxos podem aproveitar. Uns e outros têm igualmente em vista livrar o seu próximo do que eles creem mau e de instruírem com o que creem a verdade. Então, não

é preciso dizer que os primeiros tenham desejo de ferir, porque seu fim é, ao contrário, livrar do inferno, e se acontece de fazer mudar de sentimento um ortodoxo, eles colocam-no no caminho do inferno, é por acidente e contra a sua intenção. Uns então fazem igual aos outros quanto à intenção e se algumas vezes o sucesso dos ortodoxos é melhor, é por acidente e frequentemente se termina em pegar as coisas, em hipocrisia e no pecado contra a consciência. Assim, para falar precisamente, o caráter que propõe S. Agostinho para o discernimento das boas e das más perseguições só reduzir-se-á a isso: que os perseguidores ortodoxos perseguem pela ortodoxia e os heterodoxos pela heterodoxia, o que é uma tautologia ridícula que de nada serve para conhecer o que se busca.

### XIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Mas dissestes que de modo algum são encontrados, nem no Evangelho nem nos Escritos dos Apóstolos, que eles jamais tenham recorrido aos Reis da Terra contra os inimigos da Igreja. É verdade, mas é porque essa Profecia, Escuteis, Reis da Terra, instrui-vos, vós que julgais os povos e servis o Senhor com medo, não estava ainda cumprida, etc.*

### RESPOSTA

Essa passagem de S. Agostinho e seu Nabucodonosor, modelo da Igreja Cristã perseguida, enquanto ordena adorar seu ídolo e da mesma Igreja perseguidora, como ordena punir os que blasfemariam contra o Deus dos hebreus, é talvez a mesma coisa que dizem os canonistas, que se os primeiros cristãos não tomaram as armas contra os pagãos, é porque eram muito fracos para empreendê-lo. É certo que S. Agostinho insinua-nos claramente que se Tibério tivesse abraçado o cristianismo, os apóstolos teriam todo o direito a ele para pedir-lhe editos de constrangimento e de vexação, tais como os de Honório para a seita dos donatistas. E é preciso renunciar ao senso comum para pretender que os apóstolos nesse caso não teriam de modo algum proposto o rigor das prescrições à resistência que encontrariam, porque é absurdo supor que é segundo o espírito do Evangelho empregar os confiscos, os banimentos, a soldadesca, os golpes de bastão, as prisões e as galeras; mas não a pena de morte quando a obstinação do doente exige um remédio mais violento. Não repito o que já disse bastante resumidamente contra a desigualdade de conduta que é atribuída ao filho de Deus quando se pretende que sua intenção foi que só se violentasse alguém depois de algum tempo. Que vejam o que eu disse no fim do 5º Cap. da 1ª Parte e verão que seria justamente o original do Papa Bonifácio VIII, no qual foi dito que se insinua como raposa para reinar como leão, *intravit ut vulpes, regnavit ut leo* [chegou como uma raposa, reinou como um leão].

## XIV. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Como se pode fazer que entre os cristãos mesmos que se deixaram seduzir, aí tenha ovelhas de Jesus Cristo, que tão perdidas como estão devam cedo ou tarde entrar no redil, é para isso que se tempera a severidade usada a seu respeito e que se mantenha toda a doçura e toda a moderação possível nas perdas e nos banimentos que obriga a fazê-los sofrerem para fazê-los entrar por eles mesmos.*

## RESPOSTA

Eis como fala esse autor somente tendo de fazer a apologia de certas leis, que não levariam as coisas ao extremo contra os donatistas. Se tivesse suplicado aos imperadores para condená-los à morte, não deixaria de ter outra linguagem e de inventar também desculpas plausíveis. E, com efeito, como eu já amplamente provei no Cap. 3 da 2ª Parte, desde que se suponha que é permitido violentar, não há mais outra regra do mais e do menos que as circunstâncias dos tempos, dos lugares e das pessoas, e ocorrerá que imediatamente que pecarão por não terem levado as penas justas até a pena de morte, como por não ter se contentado com uma severidade menor. O que disse S. Agostinho dessas ovelhas desgarradas que devem voltar cedo ou tarde ao redil não importa, porque se elas têm necessidade de emendas e de prisões, exílios e de tais outras penas para instruírem-se, não há dúvida alguma de que o medo da morte ser-lhes-ia ainda mais útil.

## XV. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Não há ninguém entre nós, não mais que entre vós (donatistas) que não aprove as leis dos imperadores contra os sacrifícios dos pagãos. Entretanto, elas as levam a penas bem mais severas e punem com a morte os que cometem essas impiedades, ao passo que naquelas que fizeram contra vocês, imaginaram tirar-vos do erro antes de punir vosso crime.*

## RESPOSTA

Seria difícil contar todas as faltas de julgamento que se descobre nessas palavras. Lembremos do que S. Agostinho disse um pouco antes: 1. Que os bons perseguidores diferem dos maus, aqueles atêm-se a justos limites, ao passo que os últimos entregam-se ao seu furor; os primeiros, querendo curar, tomam cuidado com aqueles que golpeiam, os últimos, querendo somente matar, não observam de modo algum onde eles batem; os primeiros só querem a gangrena, os últimos querem a vida. 2. Que ainda que os profetas tenham matado ímpios, como ímpios mataram profetas e que Nabucodonosor, modelo dos diversos tempos da religião cristã, nos mostra que sob os reis fieis os cristãos devem fazer os ímpios sofrerem o que

estes fizeram os cristãos sofrerem sob os reis infiéis, entretanto, atenuam a sua severidade e mantêm toda a moderação possível, porque ENTRE ELES COMO ENTRE OS CRISTÃOS, MESMO *que se tenham deixado seduzir, há os predestinados*. Lembremo-nos, digo, disso e vejamos como S. Agostinho pode ajustá-lo com o que ele disse aqui, que todos os cristãos aprovam as leis que punem com a morte os pagãos que exerciam a sua religião.

Em 1º lugar, o que se tornou essa marca distintiva dos maus perseguidores, que querem a vida, que não tomam cuidado com os que eles golpeiam e essa outra marca distintiva dos bons perseguidores, que eles só querem curar, que querem somente a gangrena? O que se tornarão, digo, essas marcas de discernimento, se os bons perseguidores aprovados por S. Agostinho e de todo o corpo dos cristãos, matam sem remissão os sectários do gentilismo? Em 2º lugar, se a razão pela qual não se preenche toda a extensão da severidade prefigurada por Nabucodonosor, modelo da Igreja Cristã perseguidora tanto como da perseguida, é que há, mesmo entre os cristãos que se deixaram levar no cisma ou na heresia, ovelhas que retornarão cedo ou tarde ao curral se, digo, é a razão que faz com os castigos sejam atenuados, por que não é preciso moderá-los para os pagãos? É que não pode aí ter entre eles essas almas predestinadas, essas ovelhas que Deus deu a seu filho e que se juntarão no redil cedo ou tarde? Mas seria a mais estranha doutrina de todos os tempos e que dispensaria os ministros do Evangelho de trabalharem na conversão dos infiéis, porque no sistema da predestinação que é atribuída a S. Agostinho, só é por causa dos eleitos que é anunciado o Evangelho ao gênero humano e, assim, não o anunciariam a um povo, se fosse assegurado que não contentasse nenhuma alma predestinada. É preciso então que o paganismo possa ter essas almas, visto que é a eles principalmente que os apóstolos anunciaram Jesus Cristo. E quem somos nós senão a posteridade dos pagãos que acreditaram no Evangelho? Mais do que isso, S. Agostinho reconhece nessa carta que as leis dos imperadores cristãos contra os idólatras tinham convertido um grande número de pagãos e ainda converteriam todos os dias.

Parece, talvez alguém dirá, que S. Agostinho somente pudera servir-se desta expressão *pode ser que, entre os cristãos mesmos que se deixaram seduzir, haja ovelhas de Jesus Cristo*, para assinalar que os cristãos que abandonaram a Igreja estão em uma condição mais funesta do que os pagãos. É o que ordinariamente pretendem os teólogos. Eles querem que um homem que, após ter conhecido e professado a verdade e a abandone, seja mais criminoso do que aquele que, não tendo jamais a conhecido, também nunca a professou. É então por isso que S. Agostinho põe somente no número das coisas que não são impossíveis, que haja eleitos na sociedade dos cismáticos e dos heréticos e que não diz que é uma coisa bem provável, bem aparente, ou mesmo certa. Ora, se é uma coisa, no máximo, não impossível, é preciso que ele tenha acreditado mais aparente que tivesse havido entre os pagãos ovelhas que estariam um dia no redil e que a partícula *mesmos*, da qual se serviu, tivesse relação com isso. Mas alguém que falasse dessa maneira sutilizaria muito. O próprio S. Agostinho declara pouco depois que olhem todos os donatistas como sendo menos afastados da Igreja do que os idólatras e é

o que faz com que os punissem menos rigorosamente. Deixando então essas sutilezas, quem não vê que nada pode estar mais afastado da justeza do bom senso do que dizer, de um lado, o que S. Agostinho observa no tocante ao caráter dos maus perseguidores e no tocante à razão que fazia moderar a pena dos donatistas e, de outro, aprovar as leis que condenavam à morte os pagãos que sacrificavam os seus deuses, segundo o rito imemorial de seus ancestrais?

Um autor<sup>60</sup> moderno, após ter relatado em várias passagens de S. Agostinho que mostram que se empregava junto aos poderes para impedir que se chegasse até à pena de morte contra os sectários, diz que *não se saberia recusar, sem injustiça, a qualidade do mais humano e do mais doce de todos os homens*. Mas é certo que pode ser recusado sem injustiça, visto que ele se declarou como o aprovador dos assassinatos dos que entre os pagãos queriam perseverar na religião de seus pais. Eu não falo da aprovação que ele deu a uma infinidade de outras leis, que ainda que não chegassem até à efusão do sangue e à morte, entretanto, eram muito duras, submetendo à infâmia, ao banimento, aos confiscos e às degradações dos privilégios da sociedade. Mas eu devo dizer que ele falava pouco conseqüentemente e que não tinha nenhuma justeza, nem harmonia em seus princípios. Mas ainda valia mais que ele fosse culpado por inconseqüência do que levar a crueldade até exigir que os heréticos fossem punidos com a morte, não menos do que os pagãos. Seja como for, um<sup>61</sup> dos apologistas dos conversores modernos foi muito inábil e bastante destituído de bons comentários para publicar que todas as máximas de doçura no tocante à conversão das pessoas observam os pagãos mas não os cristãos que romperam a união da Igreja e para alegar, ao mesmo tempo, a autoridade de S. Agostinho em relação ao constrangimento empregado sobre os errantes. O pobre homem não viu que se ele tem razão, S. Agostinho não sabe o que diz e, conseqüentemente, é um testemunho para calar nessas matérias, mas que se S. Agostinho tem razão, é ele mesmo digno de todas as vaias públicas. S. Agostinho aprova a violência e, a respeito dos heréticos e dos pagãos, mas sobre estes até a pena de morte, como estando mais afastados da Igreja, ao passo que ele quer, por essa mesma razão, que não maltratem os heréticos até matá-los e, ao contrário, o Sr. Brueys pretende que a Igreja deve somente empregar a instrução para com os pagãos e que ela pode castigar os heréticos como filhos rebeldes, sobre quem ela tem direitos e pretensões infinitamente mais do que sobre os estrangeiros e os infiéis. Sem contar, ele acrescenta, que os pagãos se mantêm afastados da Igreja somente pela incompreensibilidade de seus dogmas, ao passo que os heréticos o fazem por aversão a ela.

É uma ideia estranha de doçura a formada pelas pessoas do clero. Nós vimos o P. Thomassin exaltando a suavidade de S. Agostinho como algo de transcendente, pois ele não queria mergulhassem as suas mãos no sangue dos donatistas, mas que, aliás, bem os castigassem, e é sabido, por outro lado, que S. Bernardo,<sup>62</sup> que passa pela própria doçura, aprova o zelo de uma população amotinada que matam os heréticos e enforcam-nos: *Approbamus*

<sup>60</sup> Thomassin, da unidade da Igreja, 1ª parte, cap. 1. Tomo II.

<sup>61</sup> Sr. Brueys, *Resposta à queixa dos Protestantes*.

<sup>62</sup> Sermão 66, in *Cântico*.



*zelum, sed facit non suademus, quia fides suadenda est non imponenda.* Nós aprovamos o seu zelo, diz ele, mas não lhe aconselhamos a fazer assim, porque é preciso persuadir a fé e não a ordenar. Esse bom abade conhecia ainda a verdade e a santidade dessa máxima, mas não deixava de louvar o zelo dos que a violavam barbaramente e com dificuldade ele ocultou a máxima que, como se ele tivesse avançado muito, ele parece querer retirar a palavra, pois ele diz de uma só vez: *Quanquam melius procul coëcerentur, illius videlicet qui non sine causa gladium portat, quam in suum errorem multos trajicere permittantur:* “Ainda que, entretanto, sem dúvida, valesse mais reprimi-los pelo gládio daquele que não o levanta sem causa, do que suportar que eles arrastassem muitas pessoas em seu erro”. Ele diz em um outro lugar<sup>63</sup> que o melhor é vencer os heréticos por razões, mas não o podendo, é preciso caçá-los ou acorrentá-los. Não estão aí pessoas bem firmes no espírito da doçura e da equidade? Mas espantamo-nos mais que um doutor nutrido na comunhão romana e naturalmente doce e benigno, pudera conservar esses restos de humanidade, do que ver que ele mistura tantas durezas e injustiças em sua clemência. Um autor<sup>64</sup> moderno abordou como é preciso a clemência eclesiástica.

#### XVI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Em relação a solicitar aos imperadores a fazerem leis contra os cismáticos ou os heréticos, ou fazê-los executar quando elas são feitas, vos lembrareis da violência a qual os outros donatistas destinaram não somente aos maxiministas, etc. e, sobretudo, não esqueceréis que na petição pelo qual eles imploraram contra nós a autoridade do imperador Juliano, dizem a esse príncipe que ele conheciam-no como um apóstata e um idólatra, que só era tocado pela justiça e que nada mais podia sobre ele.*

#### RESPOSTA

Isso não me interessa, visto que é somente um argumento *ad hominem* ou uma recriminação. Os donatistas terão cometido todas as irregularidades que quiserem, isso não desculpará as dos católicos, porque não é preciso pecar por exemplo. Aliás, como eu só examino aqui a tese geral e as razões que S. Agostinho alega para o constrangimento de consciência em geral, não tenho o que fazer de todas essas torsões ou dessas razões fundadas sobre as represálias. Direi somente que se não tivesse alguma espécie de engajamento em não acusar S. Agostinho de má fé, eu teria alguma dificuldade em não dizer que ele usa aqui não somente pequenos artifícios de retórica, mas de sofistaria. Pois como nomear de outro jeito o que ele diz, que os donatistas concedendo elogios a Juliano ou mentiam de um modo infame, ou reconheciam que a idolatria era uma coisa justa? Como isso é pequeno e que cheira à chicana! O senso comum não dita que se padres tivessem dito em uma petição ao rei, que S[ua] M[ajestade]

<sup>63</sup> Sermão 64, in *Cântico*.

<sup>64</sup> *Notícias da República das Letras*, Fev. 1686, artigo do Sr. Maimbourg.

só escutasse a razão e a justiça, eles não quereriam dizer com isso que a religião anglicana, da qual o rei fazia profissão, era justa e verdadeira; mas somente que quando se tratava de terminar um processo, só era em relação ao direito das partes, sem aceitação das pessoas. O imperador Juliano era tão exato nesse aspecto e nas outras virtudes morais que ele podia ser louvado em uma petição sem que ninguém tocasse na corda da religião para significar que mesmo neste ponto particular somente se deixava bater na verdadeira luz da justiça. Se S. Agostinho tivesse visto os elogios que o papa Gregório, o grande, fez ao imperador Phocas e à rainha Brunehaud, ele talvez tivesse prometido de bom coração aos donatistas jamais lhes reprovar em sua petição a Juliano, contanto que eles poupassem o grande lisonjeiro S. Gregório.

Uma outra chicana ao menos muito aparente de S. Agostinho, ei-la, é de argumentar *à dicto simpliciter ad dictum secundum quid*. Os seus adversários lamentavam-se do que recorriam contra eles no poder no braço secular para oprimi-los por leis imperiais e, como é bem o costume de fazer proposições universais ou, ao menos, indefinidas, por pouco que se tome a coisa no coração, não é preciso duvidar que eles não dizem que não era bom nas disputas de religião recorrer ao soberano e que é preciso somente que a Igreja recorra. S. Agostinho querendo arruinar esse princípio pela absurdidade das consequências, toma a coisa ao pé da letra e com todo o rigor e infere que jamais é preciso aí recorrer, nem mesmo nas causas criminais ou para terminar processos de polícia eclesiástica. De modo que como os donatistas aí tivessem recorrido em caso semelhante, ele os acusa de refutarem eles mesmos a sua própria regra. Mas isso não desagrade a esse grande bispo de Hipona, ele entende de uma outra maneira, porque ainda que seja recorrer a péssimos meios, como solicitar a um rei um edito constando que um bispo ou um ministro que não abjurar a sua crença será punido de tal ou tal maneira, é bem permitido pedir a um rei mão-forte para impedir que um homem não assuma cargos eclesiásticos e não os retenha por desprezíveis meios. Ou se a contestação sobre o que não se possa terminar pelas vias ordinárias, solicitar ao príncipe que ele julgue a disputa. Em uma palavra, é permitido se curvar ao príncipe para ele impedir que um bispo, criminoso, ou suspeito de crime não se dispensem de justificarem a sua conduta.

## XVII. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Vedes agora, asseguro-me, que não é preciso ver se forçam, mas a quem forçam, isto é, se é ao bem ou ao mal. Somente é que ninguém se torna bom à força: mas o temor do que não se quer sofrer de maneira alguma faz abrir os olhos para a verdade.*

## RESPOSTA

E eu digo a meus leitores que veem agora, estou certo, que não é preciso ver a quem forcem em caso de religião, mas se forcem e que, desde que forcem, fazem uma ação vil e muito oposta ao gênio de toda religião e, especialmente, ao Evangelho. De resto, S. Agostinho era bastante simples para esperar que os adversários que ele tinha e que, conseqüentemente, poderia ter, deixaram-se enganar por seu raciocínio? Ei-lo reduzido na forma:

Só fazem mal, quando forcem, quando forcem os que estão na verdade a passarem ao erro:

Ora, não forçamos os que estavam na verdade a passarem ao erro (porque nós que somos ortodoxos vos forçamos, a vós que éreis cismáticos, ou heréticos, a passarem para o nosso partido:)

Então não fizemos mal;

E séreis somente vós que faríeis mal se forçassem-nos.

Não é o sofisma chamado *petitio principii*, ao qual neste caso não há melhor resposta a ser dada do que converter a *menor* de negativa em afirmativa e concluir diretamente contra aquele que dele se serviu. É a este respeito que se pode dizer do cristianismo o que o senhor de Meaux queria inferir da suposição dos protestantes no tocante à falibilidade da Igreja, que é *que é certamente a mais fraca de todas as sociedades que estão no mundo, a mais exposta a irremediáveis divisões, a mais abandonada aos inovadores e aos facciosos*, porque se os que têm a verdade de seu lado podem justamente servirem-se da violência contra as outras religiões, eis um direito que será alegado por todas as seitas e do qual cada uma se servirá precisamente com as mesmas desculpas que a outra, sem que jamais se possa aí trazer outro remédio senão a discussão do fundamento mesmo das controvérsias, discussão que esgotaria a vida de Matusalém pelo menor artigo. De modo que se, na impossibilidade de se convencerem mutuamente, não se restringir às leis comuns da sociedade e da moral, isto é, absterem-se uns para com os outros do roubo, do assassinato e de semelhantes vias de fato, o cristianismo só pode ser um teatro de furor e uma sequência de guerras civis para os quais não se saberia encontrar remédio.

Quanto a esse temor que faz abrir os olhos à verdade, vejais nosso Comentário, no Cap. 1 da 2ª parte.

## XVIII. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Podemos produzir a vós não somente particulares, mas cidades inteiras que, de donatistas que eram outrora são agora católicas, detestam o crime diabólico de sua antiga separação e que não seriam, de modo algum, católicas sem essas leis que vós desejais.*

## RESPOSTA

Esse raciocínio é tão indigno de ser refutado em um Comentário Filosófico, que eu teria vergonha de mostrar toda a sua fraqueza; e o todo bom S. Agostinho me causa piedade com a ingenuidade que teve de confessar que seus colegas o tinham feito voltar de seu primeiro sentimento, o mesmo que sustento, mostrando-lhes as utilidades do constrangimento. É assim que na França há eclesiásticos e laicos crédulos, que creem que as infâmias que são praticadas pelos dragões foram amplamente retificadas e legitimadas pela conquista de tantos milhares de almas, que estão reunidas no papado. É preciso que essas pessoas tenham a vista bem curta, pois não se apercebem que raciocinam sobre esse princípio, que tudo o que os sucesos fazem feliz é justo, de onde se segue que a religião de Maomé e seu constrangimento são justos e que um católico romano deverá convir que as leis de Eduardo e da Rainha Elizabeth eram tão justas como as da Rainha Maria e que, assim, a humildade sendo a regra da justiça, as coisas mais diametralmente opostas são igualmente justas.

Eu não reflito sobre o que S. Agostinho relata do que diziam os donatistas reunidos, no tocante às causas que os impediram de reunirem-se e sobre a gratidão que eles testemunharam para os que tinham usado de constrangimento. O senhor Arnaud fez a aplicação aos protestantes da França que tinham abjurado diante da dragonaria. Um<sup>65</sup> autor, que citei em um outro lugar, examinou isso. Para mim, eu me esquivo, pois somente me proponho refutar as razões gerais do constrangimento, as que são particulares aos donatistas e que, desde que se queira aplicá-las a todos que cedem ao constrangimento, far-se-á lugares-comuns que se refutarão por si mesmos, servindo aqui para os bons perseguidores, para os maus e de juguete aos que veem as coisas sem preconceitos.

## XIX. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Devo eu impedir que não confiscassem o que chamais de vossos bens, enquanto proscrevias impunemente Jesus Cristo? Que não vos tirassem a liberdade de dispô-los por testamento segundo o direito romano, enquanto por vossas acusações caluniosas lançais por terra o testamento que Deus mesmo fez em favor de nossos padres, etc.*

## RESPOSTA

S. Agostinho coloca sete ou oito antíteses que poderão ser alegadas por toda sorte de perseguidores, mais ou menos, porque cada um supõe que o partido que ele persegue é inimigo de Deus: de modo que se essa suposição bastasse para perseguir, eis que ficamos armados todo o tempo uns contra os outros, sempre sobre os mesmos pretextos. Dizer que só há os

<sup>65</sup> Continuação da Crítica de Maimbourg.

que supõem isso com razão que possam perseguir não é dizer nada, porque esperando que seja mostrado aos maus perseguidores que eles se creem bem fundados e não o são, eles perseguirão toda a sua vida. E somente será disputar sobre o fundo e não curar a horrível tempestade que oprimirá aqui a verdadeira Igreja, lá a falsa, e causará por toda parte esse amontoado horroroso de insolências, crueldades, sacrilégios, hipocrisias, as quais cada um pode imaginar. Para não dizer que poderiam ser lançadas todas essas belas antíteses sobre os católicos que vivem mal, sobre os caluniadores, sobre os avaros, sobre os que vão todos os dias aos cabarés, etc. Se os príncipes confiscassem todo o seu patrimônio ou os impedissem de deixá-lo a seus filhos, não se poderia dizer: *Que vós acheis estranho que vos tirem a faculdade de testar, enquanto por vossos costumes desregrados não tens respeito algum ao testamento de vosso pai celeste?*

## XX. PALAVRAS DE SANTO AGOSTINHO

*Sendo encontradas pessoas que abusam dessas leis que os imperadores fizeram contra vós (donatistas) e das quais se servem para exercer os seus ódios particulares, em lugar de servirem-se como de um instrumento de caridade para tirar-vos do erro, nós desaprovamos seu procedimento e o suportamos com dificuldade. Não é que ninguém possa dizer que uma coisa lhe pertença a menos que ela não seja dele ou por direito divino, pelo qual tudo é aos justos, ou pelo direito que os homens estabeleceram e que depende dos poderes temporais. Assim vós não saberíeis chamar de vosso o que não saberíeis pretender como justas que, aliás, as leis do imperador tiram-vos e que não saberiam, conseqüentemente, ser recebidas dizendo isso é nosso e o adquirimos por nosso trabalho, pois está escrito<sup>66</sup> que os justos aproveitaram o que os maus acumularam. Entretanto, quando o favor dessas leis se usurpa o que possuíis, desaprovamos esse procedimento e nos causa uma extrema tristeza. Do mesmo modo, ordenamos a todos os que a avareza, antes que a justiça, leva a tirar ou o bem dos pobres ou os lugares das assembleias, ainda que vós só possuais um e outro sob o nome da Igreja e que aí tenha somente a verdadeira Igreja de J.C. que tenha um verdadeiro direito a essas coisas.*

## RESPOSTA

Essa passagem contém paradoxos tão misteriosos, tão odiosos e tão absurdos que é preciso enumerar por ordem as nossas reflexões.

Eu digo: 1º. Que é uma desculpa vã e um mau remédio paliativo dizer a pessoas perseguidas e molestadas em seus bens e em suas pessoas que se desaprova o procedimento dos que abusam das leis do príncipe, porque além mesmo que ninguém abusasse, essas pobres pessoas que sofrem a perseguição seriam expostas a mil angústias pelas quais os autores não seriam de modo algum desaprovados pelos senhores eclesiásticos. De onde se segue que lhes

<sup>66</sup> Provérbios, 13, 22.

deve ter pouco em conta quando dizem que desaprovam os abusos. Além disso, digo que não é zombar do mundo solicitar com ardor leis as quais, executando-as, seriam inevitavelmente acompanhadas de mil abusos e de pretender estar quite para dizer muito gravemente que se desaprova esse abuso? E se vós desaproveis, infelizes que sois!, por que não solicitais a punição com a mesma insistência que solicitastes as próprias leis? Por que sedes os primeiros a dissimularem esse abuso, a negá-los, a publicá-los por todo um reino como se não tivessem cometido? É o que eu observo em geral contra essas penas frouxas e venais que falam tão lisonjeiramente das conversões na dragona da França.

Em 2º lugar, não é uma coisa abominável, ainda que velada com um grande ar misterioso, dizer que tudo é dos justos pelo direito divino? Que confusão é essa? Por acaso as mercadorias que um judeu comprou e pagou com o seu dinheiro e as conduziu da Ásia à Europa com mil perigos e mil dificuldades não são dele, são um roubo e uma usurpação que ele cometeu em prejuízo dos membros da verdadeira Igreja? Pareceria ao contrário, que como Jesus Cristo tinha o mesmo privilégio das raposas e dos pássaros que têm tocas e ninhos, enquanto não tinha onde descansar a sua cabeça, seus membros deveriam ser apartados dos bens do mundo. Entretanto, eis uma teologia que, tão quimérica como o sábio dos estoicos, apodera-se de toda a terra e de todos os bens móveis e imóveis dos judeus, turcos, pagãos e sectários, um punhado de gente chamado de católicos. Sem mentir, eis grandes visões e, ao mesmo tempo, eis as pretensões dos papas sobre o temporal dos reis claramente estabelecidas, pois se tudo é da Igreja por direito divino, segue-se que as monarquias e os principados da terra pertencem-lhe e de que podem dispor no antigo continente com a mesma autoridade que o fizeram no novo.

3º. Isso mesmo arruína a alternativa que nos fala S. Agostinho, pois se uma vez que tudo é dos justos por direito divino, segue-se que os poderes só puderam dispor dos bens do mundo em favor dos profanos e dos ímpios por uma usurpação notória do direito que os justos aí tinham pela doação de Deus. É então falso que um judeu possa dizer que as coisas que um príncipe infiel deixa-o desfrutar pertençam-lhe, porque a concessão do príncipe sendo somente um roubo feito aos justos não torna o judeu o legítimo possuidor e, conseqüentemente, S. Agostinho se contradiz de um modo inexplicável quando ele concorda que há dois meios de ser legítimo possuidor de um bem: um quando se é justo, o outro quando os soberanos o dão ou querem que desfrutem. Tudo o que ele poderia concordar é que os justos, não tendo bastante forças para possuírem tudo o que pertence-lhes, suportam que os detentores injustos como os príncipes os possuam tirando os frutos. Eis então os judeus punidos com suas pretensões quiméricas, o modelo e a origem das de S. Agostinho. Seus doutores sustentam que só os israelitas que possuem legitimamente alguma coisa e que os bens dos outros são como o deserto no qual o primeiro que aproveita torna-se possuidor legítimo, contanto que seja judeu, de acordo.

Em 4º lugar não renunciemos de forma alguma ao humor complacente desse padre. Ele

então quer que os justos deixem adormecer todos os direitos e que tenham bastante complacência pelos soberanos para não se enraivecem que eles autorizem as partilhas estabelecidas no mundo desde há muito tempo. De que se segue tudo isto? É que todo príncipe que subverte essa partilha é um tirano e um ladrão. Confessar-me-ão que seria um roubo propriamente dito se um rei fosse tomar em um mercado todas as vestimentas que encontrasse e não lhes pagasse o valor. Eu excetuo o caso no qual todo o reino corresse o risco se não fossem sacrificados os bens de alguns particulares, mas, repito, ou confessar-me-ão que seria um roubo se um rei agarrasse os hábitos e, para satisfazer as suas fantasias, todas as joias dos ourives e todo o dinheiro em moeda dos banqueiros sem jamais restituí-lo. Seria também uma ladroeira e uma tirania tirar de João e de José seu patrimônio na França, na Espanha, etc. para apropriar-se dos rendimentos ou para dá-los a cortesãos, a janotas, a músicos ou a outras pessoas. Seria a mesma coisa, mesmo se fosse sob pretexto de alguma desobediência semelhante a esta: é que o príncipe, ordenando por um edito solene que todos os seus súditos fossem de um certo tamanho e de uma certa idade, tivessem os olhos azuis, o nariz aquilino, os cabelos negros, se agradassem com a música, com a caça e com o estudo, achassem melhor certas carnes do que outras, acreditassem firmemente que a neve não é branca nem o fogo quente no sentido dito pelos peripatéticos e que a Terra não gira em torno do Sol, etc., vários de seus súditos não se conformariam com as suas ordens. Eu digo que se o príncipe castigasse semelhantes desobediências pelo confisco dos bens, por emendas, por uma mudança de partilha dos bens situados em seus Estados, ele tornar-se-ia um tirano muito injusto e destituiria seus súditos de um bem que seria deles legitimamente. Do que se segue, como já provei longamente em uma outra<sup>67</sup> passagem que, a fim que uma desobediência seja punida justamente com a perda de um bem é necessário que a lei a qual desobedeceram seja justa ou, ao menos, tal que não tenha uma negligência desarrazoada que a infrinja. Como então as leis pelas quais os príncipes ordenam que se tenha de acreditar nisso ou naquilo no tocante ao culto a Deus e fazer isso ou aquilo para cumprir os deveres da religião, não são dessa natureza, pois é manifesto que um homem persuadido de que só deve crer de Deus o que ele crê e somente honrá-lo segundo as maneiras que lhe foram ensinadas na casa de seu pai e que, mesmo que o faça se encontra convencido de que crendo e agindo de outra maneira, atrairia para ele a condenação eterna, não desobedece a uma lei por uma negligência desarrazoada. Segue-se então que um príncipe que pune a desobediência nesta espécie de leis por confiscos, prisões e exílios exerce tiranicamente o poder do soberano do qual se encontra revestido e, conseqüentemente, S. Agostinho não tem razão alguma em dizer que desde que um homem não se conforme com as leis do príncipe, que condenam ao fisco os bens dos que aí não se conformarão, não há nada dele, não há mais nenhum direito sobre seu patrimônio e sobre os frutos do suor de seu rosto. Precisar-se-ia acrescentar, ao menos, esta condição de que as leis eram tais que os súditos aí não podiam conformar-se em consciência, mas não é o que pode

<sup>67</sup> Cap. 6 da 1ª Parte. Ver também o Cap. IV.

ser dito de modo algum das leis que observam a religião e que ordenam a alguns dos súditos a abjurarem o que eles creem como a verdadeira e divina fé. Então os que aí desobedecessem permanecem como outrora os possuidores legítimos de seus bens e não se pode caçá-los como se caçasse aquele que não obedecesse a seu príncipe, ordenando-lhe a crer que uma tal falta é melhor do que outra e que o Sr. Descartes deu a verdadeira causa dos fenômenos do amante. Ou então diríamos que os caçariam como teriam caçado Nabot pela herança de seus pais.

Esse exemplo é terrível. Acabe tão<sup>68</sup> mal rei que era, só quis dispor da vinha de Nabot à maneira dos particulares, isto é, pela troca ou por compra e mesmo oferecera ao proprietário uma vinha melhor em um outro lugar se mais não gostasse tocar no preço da sua. A conduta desse rei não podia ser mais razoável a esse respeito e, aliás, é bem permitido a um príncipe que tem uma casa de veraneio desejar um jardim maior, ao que a vinha de Nabot era bem apropriada. Entretanto, esse homem não teve nenhuma complacência com o seu rei: disse-lhe muito secamente que não tinha intenção de alienar a herança de seus pais, no que se pretende que ele agiria por razões de consciência e para não infringir os preceitos do Levítico. Não há como isso possa desculpá-lo de uma insigne brutalidade. Acabe não teve nada a dizer-lhe e se reduziu a desgostar-se mortalmente. A sua mulher, mais ousada do que ele, entretanto, não ousou aconselhar-lhe a obter essa vinha, mas ela condenou Nabot à morte sob outro pretexto, a saber, blasfêmia contra Deus e o rei e então a vinha ficou para Acabe. Conceder-me-ão que se esse príncipe, com a recusa do proprietário de submeter-se à vontade do rei, no tocante à troca ou à compra, tivesse confiscado essa vinha, teria sido censurado pelo profeta Elias como uma ação injusta. Exemplo que mostra aos príncipes que eles não devem perturbar ninguém na posse dos bens dos quais se desfruta de boa fé e segundo as leis civis, a menos que as necessidades urgentes do Estado exijam-no, mas jamais para punir os que seguem os movimentos de sua consciência sem causar nenhum dano ao público e a seus concidadãos.

Há muitos grandes homens que sustentam que é tão contrário à verdade que os reis possam transpor os bens das famílias como queiram e empobrecê-las para enriquecer aqueles, que eles não podem, mesmo justamente, lançar impostos sobre o seu povo sem seu<sup>69</sup> consentimento. Eis como fala o famoso Jean Juvenal dos ursulinos, Arcebispo de Reims, em uma Exortação a Charles VII. *Alguma coisa que dizem de vosso poder ordinário vós não podeis colocar a mão. O que é meu, não é vosso. Pode bem ser que na justiça vós sejais o soberano e vai o poder para vós: vós tendes o vosso domínio e cada particular o seu.* Jean Gerson<sup>70</sup> diz que é um erro declarar a um rei que ele tem o justo direito de usar de seus súditos e de seus bens à sua vontade sem outro título de utilidade pública ou de necessidade, impondo toda sorte de tributos como quiser, pois fazer assim, sem outra razão, seria tyrannizar e não reinar. O autor das máximas que citei à margem prova no mesmo lugar que não somente os príncipes pecam grandemente quando não impedem por todos

<sup>68</sup> Livro dos Reis, Cap. 21.

<sup>69</sup> Vejais o Livro intitulado *Compêndio das Máximas verdadeiras e importantes para a instituição do Rei*, Cap. II.

<sup>70</sup> *Contra adul. Prin., consid. 6.*



*os meios os roubos e as opressões que os militares cometem ao povo, mas também que eles estão em boa consciência reparando os erros e danos que seus soldados causaram a seus súditos e restituindo os bens que lhes foram tomados pela força e violência. E, verdadeiramente, ele prossegue, espanto-me que esse ponto seja tão negligenciado e que os confessores e diretores tenham tanta complacência, que em uma coisa tão importante e tão manifesta e que não pode aí ter equívoco, eles apreendam de tal maneira tão pouco a afligir sobre esse artigo com penitência as almas que eles governam.* Eis lições não somente para os molinistas confessores dos reis, mas também para S. Agostinho, o antípoda de Molina. S. Agostinho, digo, que nos declama a mais corrompida moral que pode ser vista. É que logo que um príncipe visa a fazer editos de religião e constranger por confiscos e emendas a consciência de seus súditos, os que não obedecem perdem a posse legítima de seu patrimônio que, conseqüentemente, pode ser tão bem ocupado e saqueado pelos soldados aos quais o príncipe o entrega do que por um outro.

Mas em 5º lugar, quem não admirará a aplicação que esse padre faz das passagens da Escritura como se Salomão, predicando que as riquezas dos maus não permanecerão em sua família, mas passarão ao poder das pessoas de bem, tinha entendido que sê-lo-ia por confiscos e penhoras. Não se vê que todas essas belas sentenças da Escritura observam não os que erram na religião, mas os que cometem crimes? De outro modo, onde estaria a verdade fora da Judeia, visto que ninguém segundo os princípios dos conversores era um perverso abominável? Quais justos teriam aproveitado na Pérsia, na Grécia, na Itália, etc., o que os maus acumulassem? É uma quimera transportar ao que se chama de ortodoxia o que só é prometido à retidão do coração e à boa vida. É que não há nenhuma boa moral fora do reduto dessa sociedade, que S. Agostinho cria ortodoxa? Outra quimera. Nós acreditamos que os papistas estão no erro e eles acreditam que nós aí estamos, entretanto, eles e nós seríamos grandes loucos se acreditassem eles que não há, de modo algum, pessoas de bem entre nós, como nós, que não há entre eles.

Em 6º lugar, admiremos a piedade de S. Agostinho: ele aprova com todo o seu coração que as leis destituam um donatista de seu bem e desaprova o procedimento dos católicos que obtêm esse bem. Isso é bastante agradável, censurar o executor e louvar o que ordena a execução.

Enfim, o que ele disse, que os templos dos donatistas e os fundos que eles tinham feito para a manutenção dos pobres e doentes, pertenciam à verdadeira Igreja é tão miserável que eu não me digno de refutá-lo. Não é de modo algum o direito das pessoas, não é uma emanção de toda sociedade e um apanágio inseparável das leis humanas a fundação dos hospitais? Cada Estado, república, reino não pode consagrar certas somas à subsistência dos doentes indigentes e de todos os outros pobres e de certos lugares à celebração das cerimônias de sua religião sem que esses bens pertençam à religião cristã? Que as mesquitas de Constantinopla pertençam aos cristãos e se eles podiam tomar posse a despeito dos turcos, eles deveriam fazê-lo, como também de todos os bens da religião maometana? Na verdade, é justamente

tornar o cristianismo odioso e sobre essas máximas, somente se deveria ver os missionários cristãos como espiões que vêm abrir o caminho à invasão do temporal, persuadindo-se de que os outros homens o detêm injustamente, ainda que não saibam bem frequentemente que tenham cristãos no mundo.

#### XXI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Mas, ainda que vós vos lamenteis desses modos de tratamento, tende-vos dificuldade em provar que vós fazeis e, quando provardes, nós não podemos sempre corrigir nem punir esses de que vós lamentais e nós somos algumas vezes obrigados a tolerá-los.*

#### RESPOSTA

É o que se diz hoje sobre as queixas dos protestantes da França. Que eles provem, dizem, pelo teor das ordenanças que os importunaram, bateram-lhes, privados do sono, etc. Eles não têm intenção de fazê-lo, visto que os conversores só deram sobre isso algumas permissões verbais, não querendo que se possa conservar um monumento público a todos os povos e a todos os séculos futuros de suas perniciosas máximas sempre petrificadas e feitas com má fé. Mas há outras provas válidas como as que são hauridas de uma ordem verificada e registrada. Sobre a tolerância desses excessos, eu repito, é uma frívola desculpa: se quisessem impedi-los, teriam feito e se não o pudessem teriam ao menos desejado punir, nada teria sido mais fácil. Luís XIV é tão absoluto em seu reino e tão exatamente obedecido que é principalmente dele que se pode dizer essa palavra do historiador Niceias: *Nihil est quod ab Imperatoribus emendari non queat, nec ullum peccatum quod vires eorum superet, & quidquid permittunt facere videntur.*

Doravante, vejamos o que há para ser visto na carta de S. Agostinho à Bonifácio. É a 185 da nova edição e antes era a 50. Ela foi escrita aproximadamente no ano de 417.

#### XXII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Quando Nabucodonosor ordenou que quem blasfemasse o Deus dos hebreus, acabaria com toda a sua casa; se houvesse alguém que desprezando essa lei sofresse a pena, poderiam eles dizer, como eles, que eram justos e alegar como prova a perseguição que lhes fizeram pela autoridade do rei?*

#### RESPOSTA

Já que a ocasião se apresenta para falar desse edito de Nabucodonosor, o grande modelo que S. Agostinho propôs, e o arquétipo no qual ele crê, da religião cristã sob todos os imperadores cristãos e perseguidores, não será inútil mostrar aqui que não é um modelo a ser

seguido. Para isso, eu digo que é preciso atentar para duas coisas: uma, que a religião pagã admitindo a pluralidade dos deuses e crendo que aqueles que jamais tinham os adorados, nem conhecido poderiam perfeitamente saber que era do proveito da religião já estabelecida honrar a eles também. Os príncipes pagãos não tinham as mesmas razões que os cristãos de não fazerem leis de constrangimento em matéria de religião e, quando fizessem, tinham mais motivo de acreditar que os delinquentes eram facciosos, que não desobedeceriam por motivo de religião. Eu vejo que os babilônios desprezavam a divindade da Judeia: como ela tinha lhes manifestado o seu poder pelo milagre da fornalha, era completamente provável que eles não teriam escrúpulo algum em falar com estima e em pensar que ela tinha tanto crédito no universo e que protegia os seus devotos. Se bem que a corte podia ser persuadida de que se alguém não entrasse nesses sentimentos após o edito, seria um amotinado e um bruto digno da pena ameaçada. Em 2º lugar, é preciso observar que o edito do rei da Babilônia não impunha de modo algum a necessidade de cultuar o Deus dos hebreus, mas somente não dizer coisas injuriosas e blasfematórias a quem é muito fácil conformar-se por mais persuadido que esteja da falsidade de uma religião, porque um homem de bem não é obrigado a cantar nas ruas, ou alhures, à divindade do país onde a submetem. As razões propostas modesta, civil e honestamente são tudo o que é preciso.

Por aí, coloca-se uma grande diferença entre o edito de Nabucodonosor e os que são feitos na França desde há pouco e em cem outros países desde há muito tempo, porque estes se voltam para os cristãos instruídos na unidade de uma boa religião e persuadidos de que Deus condenará os que se afastam do caminho que uma vez foi traçado em sua palavra e ordenam não somente que terão circunspecções de honestidade pela religião dominante, mas também que a professarão que a declararão como a única boa. Mas de modo algum temo dizer conseqüentemente o que tanto provei e esclareci, que se algum babilônio convencido em sua consciência de que o Deus dos hebreus era um falso Deus, o diria diante dos juízes que ter-lhe-iam ordenado sob sermão que a sua religião exigia-lhe que declarasse esse sentimento e seria punido com a morte por isso, o rei da Babilônia teria feito uma ação injusta, considerando que ele tivesse usurpado sobre a consciência um direito que não lhe pertencia e para o exercício do qual não tinha uma vocação especial, fundada sobre as razões que tinha Moisés. Vê-se então cada vez mais o pouco de justiça de espírito de S. Agostinho nos exemplos que ele apanhou com uma memória tão feliz. Mas, para responder à instância que é feita aqui, e me atrelar precisamente ao ponto que está em questão nessa passagem, repito o que já insinuei alhures: é que se há alguma razão para censurar o raciocínio dos donatistas, pretendendo que eles, porque eram perseguidos, eles eram o bom partido, temos menos razão em dizer que aqueles que os perseguiram faziam uma má ação e, a esse respeito, saíam da natureza, da essência de sua religião e, principalmente, da cristã.

## XXIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Agar não foi perseguida por Sara? Entretanto, a que perseguia era santa, e a que sofria a perseguição era má.*

## RESPOSTA

Sempre a mesma ilusão de comparar a pena que infligiram a pessoas por crimes de moral com a que infligem por opiniões de religião. Que diriam de um homem que provasse que era preciso perseguir os protestantes, pela razão que em todas as repúblicas bem policiadas perseguem os ladrões de estradas ou separam os prebostes entre eles para buscá-los em todos os seus retiros, e que acrescentasse que, como nesse caso os perseguidos são maus e os perseguidores ministros da justiça, do mesmo modo que os protestantes perseguidos são maus e os que os perseguem são bons e justos? Zombariam com fundamento de uma tão deplorável maneira de raciocinar. Francamente, o exemplo que dão aqui de uma mulher honesta, na verdade, piedosa e virtuosa, mas não livrada dos acessos de ciúme, do mau humor doméstico e dos arrebatamentos ranzinzas que uma serva muito altiva pode excitar. Esse exemplo, digo, não tem mais propósito. Sara era uma santa, eu vejo, mas não enquanto perseguia Agar. Não era a sua santidade que agia nessa ocasião, mas o seu ciúme, o seu desgosto, o seu despeito, a sua cólera, em uma palavra, as fraquezas de seu sexo sustentadas, se quiserem, pelo direito que ela tinha de não manter uma serva que usava mal.

Eu já observei o equívoco que S. Agostinho fez reinar em seu escrito quando confunde as acusações que levam contra um prelado por seus crimes ou pelas faltas de sua ordenação, com as penas que lhe infligem por suas opiniões. Ele abusa desse equívoco para convencer os donatistas de serem injustos por seus próprios princípios, pois, diz ele, eles perseguiram Ceciliano e dizem que jamais perseguem com justiça. Fraca torsão considerada em geral, pois há tanta diferença entre acusar um homem e buscá-lo convencer-se de seus crimes que ele nega e castigá-lo por opiniões que ele nega e as quais ele glorifica. Ora, tendo observado isso antes, não mais insistirei ainda que S. Agostinho rebata-nos aqui o seu pensamento mais de uma vez.

## XXIV. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Se as pessoas de bem jamais perseguem ninguém e que só sofrem a perseguição que lhes fazem, não é então nem um santo nem um homem de bem de que se fala no Salmo 17, onde é dito: Eu perseguirei meus inimigos, eu os acoossarei e os esperarei e de modo algum lhes darei sossego até que eu os tenha derrotado.*

## RESPOSTA

Aplicação ainda mais falsa do que as precedentes, porque Davi só fala aqui de suas façanhas guerreiras e de uma vitória alcançada sobre seus inimigos. Eu confesso que se uma vez Abraão marchando após os quatro reis que tinham pilhado Sodoma, Josué exterminando os Cananeus, Davi ganhando batalhas sobre os Filisteus, etc., são exemplos das perseguições de religião que encontraremos modelos por toda a parte, mas também que não zombará e murmurará vendo a Escritura tão pouco judiciosamente aplicada?

A descrição que nos fez S. Agostinho do furor dos donatistas e das destruições desumanas que eles faziam aos católicos surpreende, quando se considera que as leis de que ele fez apologia só condenavam a emendas, banimentos, etc. Mas o que ele acrescenta, *a Igreja sendo então reduzida a esses extremos, como pode-se pretender que precisaria tudo suportar, antes de implorar o auxílio que Deus nos arranhou pelos imperadores cristãos, e por onde poderíamos nos desculpar com Deus por uma tal negligência?* Isso, digo, é uma reiteração do sofisma *ignoratio elenchi*, que eu refutei desde o começo desta 3ª Parte, pois tinha aí um homem sobre a Terra que pretendesse que se tenha errado pedir ao imperador que reprimissem os assassinos e os incendiários que fossem encontrados na seita dos donatistas? Não era unicamente dessas leis que visariam aos donatistas pacíficos e que elas somente puniriam precisamente devido à sua religião, que se lamentavam? Por que então enganar tão pouco finamente os hábeis leitores, ainda que muito sutilmente as pessoas preocupadas e pouco penetrantes?

Não se sei ousarei dizer que parece que os católicos exageravam muito as coisas quando descreviam as violências dos donatistas, porque não se compreende que Honório com toda a sua moleza pôde ser tão paciente, solicitado, sobretudo, como era pelos eclesiásticos. Mas eis o que sempre fazem os mais fortes e os que perseguem: extenuam o mais que podem a severidade que empregam e amplificam como recompensa a longa paciência que eles diziam ter. Descrevem com todos os artifícios da retórica os perseguidos como culpados de uma enorme insolência, de crueldades inimagináveis, de rebeliões furiosas. Eu estou muito enganado se não houve alguma coisa dessa natureza nessa perseguição. Expõem-nos tragicamente o que faziam os circuncelianos, e em lugar de convir que se os tivessem castigado segundo o seu mérito, só nos falam de correções e dos castigos mitigados de todos os donatistas em geral. Que disparidade é essa? Não vemos aqui, de modo algum, as estradas e os lugares cheios de forcas e carrascos para a punição de circuncelianos que o bem mereciam se fossem tais como os caracterizaram, e nós vemos confiscos, exílios e mil outras penas sobre os donatistas honestos. Como uma história fiel é rara entre os conversores e seus defensores!

## XXV. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Um é o serviço que os reis rendem a Deus como homens e outro o que eles rendem como reis. Enquanto homens, o servem vivendo como verdadeiros fiéis, mas enquanto reis só o servem estabelecendo e fazendo observar com firmeza leis injustas, que servem para fazer o bem e para impedir o mal.*

## RESPOSTA

Todo esse discurso, bem entendido, pode ser admitido, mas o mal é que ao fim é repleto de equívocos, pois por leis justas S. Agostinho entende as leis que favorecem o seu partido e por bem entende o que é conforme às suas ideias, como por mal entende o que lhes é contrário. De modo que máximas tão vagas e suscetíveis, segundo diversos partidos, de mil sentidos diferentes, não dizem nada que seja capaz de esclarecer o espírito, nem de parar as perseguições recíprocas que as seitas mais poderosas farão entre si em diversos países. Para fazer alguma coisa dessas máximas, seria preciso convir um princípio comum para a definição das leis justas, para a do bem e para a do mal, é o que encontrar-se-ia na hipótese da tolerância, porque diriam que as leis justas são as que tendem à vantagem da república e da religião por meios proporcionais à natureza de cada assunto. De onde se seguirá que a religião só se servirá da instrução e da persuasão e que a república somente punirá os males que impedem os cidadãos de viverem tranquilamente. É certo que os reis, enquanto tais, devem manter firmemente leis como aquelas e em relação a produzirem o bem moral, como eles não saberiam ser úteis com todo o seu poder, se eles não produzem o que é conhecido por bem, é evidente que o seu dever acaba por fazer conhecer o bem pela via das instruções. Eles não saberiam impedir o mal se antes não o conhecer, pois enquanto uma alma tomará por bem o que é mal, atrelar-se-á a esse mal, e se a forçam a afastar-se exteriormente, far-lhe-ão dois males por um porque ela recairá na hipocrisia. Então, somente há a hipótese da tolerância que fornece aos príncipes o meio de bem reduzir na prática o que S. Agostinho assinalou. Ver-se-á no cap. 6 da nossa 2ª parte a verdadeira solução dessa passagem do Padre.

## XXVI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Seria preciso perder o senso para dizer aos príncipes: Não condenais se atacam ou se reverenciam em vosso reino a Igreja daqueles que vos adoram. Que eles terão cuidado em fazer os homens viverem segundo as leis da honestidade e do pudor, sem que ninguém ouse dizer-lhe que isso não os visa e ousaram dizer-lhe que não é com eles tomar conhecimento se em seus Estados seguem as leis da verdadeira religião, ou se se abandonam à impiedade e ao sacrilégio? Pois se desde que Deus deu ao homem o livre arbítrio, o sacrilégio deve-lhe ser permitido, por que punirão o adultério? A alma que viola a fidelidade que deve a seu Deus é menos criminosa do que a mulher que viola a que ela deve ao seu marido? E ainda*

*que punissem menos severamente os homens pelos pecados que eles cometem por ignorância contra a religião, é preciso por isso deixá-los derrubá-la impunemente?*

#### RESPOSTA

Isso é muito especioso e merece por isso mesmo mais que aí se satisfaça com ordem e com exatidão.

1. Eu concedo a S. Agostinho que seria preciso ter perdido o senso para achar mal que os príncipes se punam caso se ataque ou reverencie em seu reino a Igreja do Deus que eles adoram. Tanto é verdade que eles não devem se punir que, ao contrário, eles devem nisso prestar atenção assiduamente. Mas de que maneira? Pois está aí toda a dificuldade e o único motivo da disputa: é que se sua religião é atacada pelas armas, eles devem defendê-la pelas armas. Se ela é atacada por livros e sermões, devem defendê-la com esses mesmos instrumentos. Elevando-se em seu reino uma seita que queira apoderar-se das igrejas e que tome as pessoas pela gola para forçarem a segui-la, eles devem enviar todos os prebostes de toga-curta, seus soldados e sua milícia para ir de encontro aos sectários, reprimir as suas violências e castigá-los segundo a exigência do caso. Mas se essa seita só usa de razões e exortações, eles só devem refutá-la pelas melhores razões que puderem e trabalhar em instruí-los com a verdade, porque é evidente a todo homem que bem examina a coisa que se eles empregam as forcas e os cadafalsos contra pessoas que lhes opõem as razões e as explicações da Escritura com suas provas, eles lançam por terra o respeito que é devido à razão e à Escritura e que se eles extorquem pelo medo dos suplícios uma assinatura dessas pessoas, eles forçam-nas a negar de boca o que seu coração adora como a verdade, o que é cometer-lhes um crime maior do que é o seu erro.

2. Daí parece que eles podem e devem tomar conhecimento se em seus Estados seguem as leis da verdadeira religião ou se se abandonam à impiedade e ao sacrilégio, mas a questão é saber o que eles devem estatuir quando descobrem que uma parte de seus súditos não segue a religião que os príncipes creem com a verdadeira e pratica um culto que eles chamam impiedade ou sacrilégio. Eu creio ter provado muito evidentemente, para os que não se deixam, de modo algum, se cegarem com seus preconceitos, que os príncipes devem contentar-se então em esclarecer as disputas e convencer, por boas razões, os que erram. Tendo feito por essa via tudo o que depende deles, devem estar quites com Deus e fazer com que, quanto ao resto, com que essa seita, diferente da sua, se contenha nos limites de bons súditos e compatriotas. Mas, dirão, essa seita comete todos os dias impiedades e sacrilégios? Sim, respondo, definindo as coisas como vós as definistes, mas não as tomando como ela as define, pois ela pretende que é vós que cometeis impiedades e sacrilégios e que o serviço que ela rende a Deus é o único bom e verdadeiro. Eu remeto à aplicação que já fiz<sup>71</sup> de um pensamento do

<sup>71</sup> Ver acima, cap. XVII.

senhor Bispo de Meaux. Se cada seita do cristianismo se apodera do direito de definir as blasfêmias, os sacrilégios e as impiedades por princípios que lhes sejam próprios e de premiar as pessoas com penas, como blasfemadores e sacrílegos convencidos por uma definição que eles não reconhecem, o cristianismo é a mais frágil de todas as sociedades e a mais sujeita a males irremediáveis, pois enquanto os protestantes queimariam na Inglaterra os católicos como blasfemadores e sacrílegos, os últimos queimariam os protestantes na Itália e na França como blasfemadores e sacrílegos. De modo que as mesmas opiniões seriam tratadas, ao mesmo tempo, como piedosas e ímpias, santas e blasfematórias, o que é o cúmulo do horror, veríamos pessoas morrerem nas chamas como blasfemadores que protestariam sinceramente que eles morrem, para nada dizer do que eles creem desagradável a Deus e para testemunhar que a verdade que lhes foi revelada em sua palavra é mais cara do que a vida. A única ordem que poderiam colocar nessas confusões seria definir as blasfêmias e os sacrilégios por princípios comuns ao acusador e ao acusado e então, desde que convencessem um homem de blasfêmia e de sacrilégio, o enforcariam ou o queimariam e os que amam tanto as penas de morte dos heréticos estariam contentes. É assim que se pune justamente um cristão que nega Deus ou que rouba as sacristias, o tronco dos pobres, etc., pois segundo seus próprios princípios ele é blasfemador e sacrílego. Mas é verdade que é exigir muito de S. Agostinho querer que ele qualifique as coisas de outro modo senão segundo a instigação de seus preconceitos.

A minha 3ª observação nasce da segunda. É com bom motivo que os príncipes devem fazer observar com penas e castigos as leis de honestidade e de pudor, porque todos os seus súditos confessam que essas leis são justas e que, assim, eles somente saberiam infringi-las maliciosa, voluntariamente e acreditando que isso desagrada a Deus. Mas para os dogmas da religião e as leis estabelecidas pelos príncipes, no tocante ao culto de Deus, todos os seus súditos não reconhecem a justiça. Há os que as acham ímpias e abomináveis. Assim, não é por malícia, por rebelião, por desprezo pelo soberano que eles não as observam, mas por medo de desobedecer a Deus, o senhor comum dos príncipes e dos súditos. Eis a grande e capital razão que coloca a diferença entre as ações civis e as ações religiosas, em relação à jurisdição do soberano e porque ele pode manter por penas e recompensas as leis que concernem àquelas e que não podem de modo algum punir os que as infringem as leis que decidem delas.

4. Agora a resposta é bastante fácil à comparação que S. Agostinho nos dá sobre o sacrilégio e o adultério. Por que, diz ele, punem o adúltero e não o sacrílego? É porque o que cometer o adultério convém com seu acusador e seu juiz que é um adúltero, uma má ação e que, bem longe de convir com eles que ele cometa um sacrilégio servindo a Deus segundo os princípios de sua seita, ele acredita fazer uma ação piedosa e que seria uma impiedade e um sacrilégio se imitasse o seu acusador e o seu juiz. Os juízes não encontram nada na alma de um adúltero a que devam ter respeito. Veem que o motivo desse homem é mal e que ele soube que fazia mal e, conseqüentemente, que não tem nenhuma consideração nem por Deus, nem pelo seu próximo. Assim, tudo soa vingança. Mas quando um juiz católico quer



punir o que ele chama de impiedade, blasfêmia, sacrilégio de um calvinista sustentando que as hóstias consagradas somente são do pão e tirando-lhe a adoração, ele vê na alma desse herético um motivo digno de respeito, a saber, o medo de desagradar a Deus, o horror da idolatria e o desejo firme de incorrer antes em ódio pelos homens do que fazer o que crê que Deus lhe proibiu. Uma disposição como essa não deveria ser um asilo inviolável contra todas as jurisdições humanas, e é possível que os homens tivessem bastante furor e audácia gigantesca para matar um homem porque ele tomava como regra de suas ações a mesma coisa que tomava como as ordens e pela vontade de Deus?

5. Em relação à comparação de uma mulher que viola a fé conjugal e de uma alma que não permanece nas verdadeiras opiniões (é o que S. Agostinho chama de violar a fidelidade que se deve a Deus) não tenho nada a dizer, esse padre não podia posicionar-se tão mal como o fez, não saberia se ater um momento contra o autor moderno<sup>72</sup> que citei em outro momento, aprovado em parte e desaprovado em outra. Remeto-o então a esse autor que lhe mostrará pelo exemplo de uma mulher que, enganada pela semelhança e persuadida de que é seu esposo um impostor que se oferece a ela como seu marido o recebe em sua cama sem ofender Deus de forma alguma. Como um herético, que toma a falsidade pela verdade deve honrá-la como se fosse efetivamente a verdade e não pode ser responsável perante Deus como negligência ou malícia, por meio das quais ele teria tomado uma pela outra. Assim não se saberia censurar S. Agostinho pelo pouco de exatidão que ele teve em seus paralelos. Ele friamente compara, como se se referisse a prostitutas, uma mulher que deita com um homem que ela não sabe de forma alguma não ser o seu marido e uma alma que adota opiniões falsas, mas que só as adota porque está plenamente persuadida de que elas são verdadeiras; se bem que o único título de recomendação que elas tenham a seu respeito só vem da disposição firme e sincera na qual está essa alma de amar e respeitar a verdade.

## XXVII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Convimos que as crianças levadas pela doçura e pelo amor valem muito mais do que as outras, mas elas não são o maior número. Há, antes sem comparação, as que são levadas pelo medo. Também vemos na Escritura<sup>73</sup> que o mau servidor não volta de modo algum por palavras e exortações: o que supõe que é preciso aí empregar alguma coisa de mais forte. Em uma outra passagem, ela assinala que é preciso recorrer aos corpos, não somente contra os maus servidores, mas contra as crianças indóceis. É verdade, diz ela<sup>74</sup>, que os golpes que vós dais fazem seu corpo sofrer, mas livrais a sua alma da morte; e, *alhures*,<sup>75</sup> o que poupa os açoites só tem ódio por seu filho.*

<sup>72</sup> *Novas Cartas do Autor da Crítica geral de Maimbourg*, tomo I.

<sup>73</sup> Provérbios, 29; 19.

<sup>74</sup> Provérbios, 25; 14.

<sup>75</sup> Provérbios, 13, 24.

## RESPOSTA

*Pergis pignantia secum frontibus adversis componere* [“você está tentando reconciliar coisas que são opostas em suas naturezas”, Horácio], poderiam dizer de alguma maneira a S. Agostinho, pois é verdade que não foi tão infeliz em comparações como o é aqui, ainda que encontre apanhados bastante apropriados para impor aos espíritos que só examinam a superfície das coisas. Vejamos se a educação dos filhos e a conversão dos heréticos devem ser feitas pelas mesmas vias.

Eu digo que não e me fundo neste argumento essencial: é que os filhos, até uma certa idade, não formando julgamento sólido ou raciocinado sobre o que fazem, mas seguindo as imprecisões da máquina, os sentimentos de prazer ou de dor que os objetos fazem-lhes surgir, é preciso principalmente obter deles certas ações. Mas como eles são mal tocados pelos motivos de honestidade e que não penetram bastante a extensão de uma razão para dar preferência a isso sobre as paixões, é preciso ameaçá-los e bater neles frequentemente, se se quer fazer com que façam certas coisas. Ora, contanto que eles façam, ganha-se bastante, mesmo que não lhes esclarecesse o espírito e que não lhes fornecesse uma opinião sã. Por exemplo, um pai quer que seu filho aprenda a escrever e ordena que ele escreva tantas horas por dia, o filho acha melhor jogar por mais razões que lhes deem. O que é preciso fazer? É preciso castigá-lo se não escreve. Valeria mais antes, confesso, colocar-lhe no espírito este conhecimento, *para mim é bom e vantajoso escrever por tal razão* e dar-lhe como regra de obediência a seu pai, que quer que escreva. Mas se seu espírito não está em condições de se imprimir essa ideia, entretanto, é preciso fazê-lo escrever, porque seja que ele creia que é belo e honesto escrever, seja que não o creia, seu pai não deixará de levá-lo a seu objetivo que é de ensinar-lhe a escrever, pois basta para isso que o filho escreva e que, com medo de ser açoitado ele então trata de escrever. Não se tem o que fazer com suas opiniões para esse desejo particular, o fundamental é que tenha medo se não fizer o que lhe indicam.

É preciso, guardando as proporções, dizer o mesmo do serviço dos criados. Um senhor razoável será muito feliz em esclarecê-los sobre sua obrigação e de conduzi-los por motivos dignos da natureza humana, mas se isso não bastar, ele se servirá das ameaças e dos golpes e então ensinará as coisas segundo as ideias ordinárias. Por que então o fará? Porque em relação às ações que ele ordena a seus criados é a mesma coisa para ele, seja que as façam persuadidos disto ou daquilo, seja que eles façam sem estarem persuadidos. Assim, que um cozinheiro se persuade como queira, que seu senhor é indigno de viver e que mereceria que lhes aprontassem mal a sua ceia, se, contudo, o medo do bastão o impedisse de aprontá-lo mal não é tudo o que o seu senhor busca? Ele acharia melhor um ensopado se seu cozinheiro pensasse de outra forma? Vê-se então porque as ameaças e os castigos são necessários aos filhos e aos criados indóceis. É porque não se tem o que fazer com as suas opiniões, mas com as suas ações e que pouco importa que essas ações sejam conformes a suas opiniões, contanto

que eles as façam.

Mas não é a mesma coisa na conversão dos heréticos. Não se obtém nada se não mudam as opiniões e, assim, não se chega de modo algum ao objetivo que se deve ter se é obtido somente que um herético frequente certas assembleias, assista aos divinos ofícios e se conforme exteriormente à prática do rei. Dever-se-ia ter como objetivo arrancá-lo dos entraves do erro, de enchê-lo do conhecimento da verdade, e nada foi feito; há somente ações externas que eram uma consequência do objetivo e do desígnio principal. Eu não me entretenho em provar que as ameaças e os golpes não são o que esclarecem o espírito e que, no mais, eles só agitam a máquina pela dor ou pelo medo que chega à alma. Então que resta senão dizer que S. Agostinho comparou coisas que são completamente diversas quanto ao ponto no qual elas deveriam assemelhar-se para serem colocadas paralelamente?

Virão me dizer, sem dúvida, o que já suficientemente<sup>76</sup> respondi, a saber, que os golpes instruem mediatamente fazendo com que a alma se aplique melhor em examinar as coisas e eu remeto às minhas soluções precedentes.

Que se há algum temor necessário ao homem para se converter é o dos julgamentos de Deus, mas como não se teme ser castigado por Deus pelas coisas que se creem boas e que cada um crê boas as opiniões que tem em sua religião, segue-se evidentemente que não serve de nada ameaçar um herético com a cólera de Deus para desenganá-lo. Ele jamais acreditará que isso pareça outra coisa como a sua não devoção, seus costumes corrompidos, e todo o efeito que isso deve produzir naturalmente é de obstiná-lo em sua heresia. Entretanto, S. Agostinho não tinha intenção de acrescentar às suas comparações paralogísticas a dos filhos rebeldes com Deus, que se aproveitaram das aflições que Deus enviou-lhes. Eu bem o creio, mas era em relação aos costumes, ou se as opiniões tiveram parte, é que Deus se imiscuiu de um modo singular. Ora, não é preciso contar esses casos particulares, nem lançar por terra, por essa vã pretensão, as leis mais sacras do decálogo.

## XXVIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*O próprio Jesus Cristo cometeu violência a Paulo para forçá-lo a crer. Que essas pessoas não digam mais como eles fazem, é livre a cada um crer ou não crer.*

## RESPOSTA

Na verdade, a paciência escapa quando, após ter encontrado tantos sofismas, encontramos outros ainda, pois não é uma ilusão indigna desse grande doutor da graça vir nos dizer que, visto que Jesus Cristo somente converteu Paulo perseguidor após tê-lo lançado por terra, o cegado e consternado, Honório podia então converter os donatistas tirando-lhe primeira-

<sup>76</sup> Ver o cap. I da 2ª Parte.

mente os seus bens, a sua pátria e sua liberdade? Mas Honório tinha uma graça tão completa como Jesus Cristo para ter sucesso com os castigos? Ele conhecia as circunstâncias apropriadas para vexar e atormentar? Estava certo de que seus constrangimentos seriam eficazes? É um abuso tirar consequências de tudo o que Deus fez para o que os príncipes devem fazer. Deus empregou os castigos para converter Faraó e, contudo, esse príncipe obstinou-se em sua malícia: mas eles produziram um efeito contrário na alma de Paulo perseguidor. Isso nos mostra que entre as mãos de Deus, toda espécie de instrumentos é boa quando lhe apraz. Que, entretanto, os homens não se meteram de modo algum a imitar essa conduta. De outro modo, por que eles não imitariam o que Deus fez a S. Paulo para impedi-lo de orgulhar-se, colocando-lhe uma farpa na carne? Por que não fariam as pessoas que abusam de sua saúde e de sua beleza engolirem um pó que lhes tirasse todo o seu excesso de peso, ou publicar contra elas um libelo difamatório que as impedisse de ousarem se mostrar? Por que elas não matariam os filhos a fim de punirem os pais e separá-los da terra, como Deus fez com vários e, assim, outros flagelos com o qual avança a salvação de seus eleitos? Se os príncipes tinham os dois caracteres dos quais Jesus Cristo é revestido, no momento certo que eles atormentassem as pessoas ainda mais do que S. Paulo foi atormentado, mas eles têm o direito que Jesus Cristo tem de afligir, quem bem lhe pareça, por doenças, naufrágios, perdas de filhos e de bens? E eles podem, como ele, assegurar e persuadir os que eles afligem, por suas opiniões, de que elas são desagradáveis a Deus? A esse respeito, a autoridade dos reis é a menor do mundo, porque quando eles dissessem cem vezes por dia a um herético, *Vossos sentimentos não valem nada*, isso não seria uma razão tão forte como se um padre o dissesse, pois é mais presumível que um padre examinou as religiões do que um rei as tenha examinado. Assim, as penas que ele inflige não são de forma alguma apropriadas para fazer nascerem dúvidas no espírito dos perseguidos, ainda que elas possam inspirar-lhes a vontade de acomodarem-se frouxamente com o tempo.

#### XXIX. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Por que a Igreja não empregaria a força para fazer entrar em seu seio os filhos que ela perdeu, visto que esses infelizes filhos não temem de modo algum empregá-la para matar os outros?*

#### RESPOSTA

É fácil satisfazer a essa questão, dizendo que não é preciso de modo algum pecar, por exemplo e que uma mãe que faria uma bobagem, porque a sua filha também teria feito uma, se tornaria ainda mais ridícula do que se ela não se servisse dessa razão. Se os donatistas tivessem usado de violência contra os seus irmãos, não tinham muitas leis no direito romano para puni-los e muitos tribunais de judicatura para condená-los às penas que eles merece-

riam? Seria preciso que a Igreja, ao lugar de exortar os juizes a fazerem o seu dever contra esses perseguidores, se tornasse ela mesma perseguidora dos que não tinham participado do crime? S. Agostinho no começo queria que só fosse exigida a segurança dos católicos, mas ele mudou de ideia.

### XXX. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Por exemplo, se virmos dois homens em uma casa, que sabemos pronta para cair e que por mais cuidado que tomemos em adverti-los, eles não quisessem acreditar em nós e se obstinassem a aí permanecer, não haveria crueldade em retirá-los mesmo pela força.*

### RESPOSTA

É a objeção um pouco alterada do frenético que impede com toda a força de se lançar pela janela. Nós, sobre isso, fornecemos<sup>77</sup> uma confrontação tão invencível que não tememos ver jamais essa objeção recolocada em seu inverso. Tudo consiste nesse termo: quando uma casa vai cair, impede-se igualmente um homem de ser esmagado, seja que persuadam-lhe de sair, seja que o tirem pela força, mas não se salva um homem que está em uma falsa religião se não lhe persuadem de deixá-la. Fazeis tudo quanto quiserdes, exceto isso, não fizestes nada e, assim, o constrangimento e o arrastão, como por uma corda, na Igreja dos fiéis é um passo totalmente perdido e o mais supérfluo que se possa dizer em relação à salvação.

### XXXI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Quanto ao que eles dizem, que queremos os seus bens e que os levamos; que eles se façam católicos e consintamos não somente que eles possuam o que chamam de seus bens, mas que entrem em parte nos nossos. A paixão os cega de tal forma que eles não tomam cuidado em não se contradizerem. Eles reprovam-nos como algo de muito odioso, que empregamos a autoridade das leis para fazê-los entrar à força em nossa comunhão. Fá-lo-íamos então se quiséssemos os seus bens?*

### RESPOSTA

Isso é dito muito espiritualmente, mas jamais me impedirão de crer que vários dentre os que exortam os reis a confiscarem os bens dos sectários o façam por avareza, pois eles estão persuadidos de que encontrarão bom número dos que gostarão mais de perder os seus bens do que abandonarem a sua religião. Foram vistos na França, durante a dragonaria, vários oficiais e soldados irritados porque o seu hóspede assinava logo e não lhes dava tempo de

<sup>77</sup> Acima, Cap. VIII.

melhor encher a sua bolsa na casa dele. Quantos católicos nesse reino que estariam irritados que os refugiados aí fossem retomar os seus bens? Se fosse possível fazer a história de todas as afrontas e fraudes que tiveram lugar na concessão de alguns passaportes ocultos, diriam muito bem.

#### XXXII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO

*Serão os cananeus que se vão se elevar no dia do julgamento contra o povo de Israel, ainda que os tenham cassado de seu país e que tenham levado o fruto de seu trabalho, mas será Nabot que se elevará contra Acabe, porque Acabe levou o fruto do trabalho de Nabot. E por que um e não os outros? É que Nabot era justo e que os Cananeus eram ímpios.*

#### RESPOSTA

É a última coisa que examino nesta carta de S. Agostinho à Bonifácio. Essa passagem é notável. Aí é colocado clara e expressamente o princípio que os heréticos, apoderando-se dos bens dos católicos, fazem mal e que os católicos, apoderando-se dos bens dos heréticos, fazem uma boa obra. Já foi vista alguma vez uma moral mais jesuítica do que essa? Não é a visão e a quimera de diversas seitas abomináveis, que se vangloriaram de que era pecado a respeito dos outros homens, uma ação permitida e inocente em sua comunhão? Para mim, é preciso que eu confesse que não sei mais onde estou quando vejo que atrelam tais princípios de impecabilidade à profissão da ortodoxia. Eu sempre tinha acreditado que mais se era ortodoxo, mais se era obrigado a ser equitativo para com todos os homens, mas eis o que S. Agostinho nos ensina, apoderar-se do bem de outrem e levar o fruto de seu trabalho. É uma ação excelente, contanto que sejam os católicos que a façam contra os heterodoxos. Não é justo aí permanecer porque o roubo seria melhor condição do que o assassinio e a calúnia? É preciso então dizer que agredir e matar as pessoas, denegri-las com calúnias e enganá-las com falsos sermões, são todas boas ações quando é um membro da verdadeira Igreja que as fazem contra um membro da falsa Igreja. Quem quisesse moralizar não diria que a justiça de Deus permite que aqueles que se afastam de uma maneira tão grande das trilhas da retidão e do espírito evangélico em favor dos perseguidores, caem de precipício em precipício até nas impiedades de moral que causam horror? Dessa maneira, o pecado de Davi, levando a mulher e a vida de Urias só foi um pecado porque Urias era judeu, e se tivesse sido por acaso um tírio que estivesse refugiado na Judeia a ação teria sido lícita. Pelo menos, no caso que Davi só ter lhe subtraído as pedras preciosas, o dinheiro e as vestimentas que tivesse trazido de Tiro ou as terras que teria comprado com os seus fundos com a permissão do rei? O que terá aí depois disso no direito das gentes e natural que a religião cristã não aniquile, ela que deveria mantê-lo e afirmá-lo?

Eis a minha resposta às duas cartas de S. Agostinho, que o senhor arcebispo de Paris imprimiu à parte para tratar de justificar a sua conduta pelas razões desse padre. Eu poderia permanecer aí, supondo que é tudo o que os conversores puderam dizer de mais forte. Contudo, como há algumas outras cartas de S. Agostinho nas quais essas mesmas coisas foram faladas, eu penso em respondê-las também para não deixar nada para trás.

### XXXIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Carta 164, a Emérito.

*Quando os poderes temporais pesavam as suas mãos sobre os cismáticos, é porque eles veem a sua separação como um mal e que eles são estabelecidos por Deus para punir o mal. Segundo essa regra do apóstolo, quem resiste aos poderes, resiste à ordem de Deus e os que lhe resistem atraem para si mesmos a condenação, etc. Toda a questão então se reduz a ver se o cisma não é um mal e se vós não fizestes cismas, pois se assim o é, não o é por um bem, mas por um mal que resististes aos poderes. Mas, direis, não se deve perseguir mesmo os maus cristãos? Quando assim fosse, poderiam se defender aí contra os poderes estabelecidos por Deus para a punição dos maus? Podemos nos afastar do que diz S. Paulo na passagem que eu relato?*

### RESPOSTA

Não se saberia compreender em que pensava S. Agostinho quando citava tão mal a Escritura. Não via ele que lhe dava uma extensão na qual o apóstolo jamais sonhara? Pois, da maneira que ele cita S. Paulo, faz-lhe dizer muito visivelmente que todos os súditos que não se conformem às leis de seu príncipe são maus, puníveis e resistem ao próprio Deus, o que é a mais ímpia falsidade que jamais foi afirmada, visto que ela condena a rebelião contra Deus e de uma maldade punível, todos os confessores, todos os mártires, em geral todos os cristãos da Igreja primitiva e os primeiros apóstolos que não obedeceram aos imperadores proibidores de professar o cristianismo. É preciso forçosamente suportar o jugo dessa abominável consequência ou reconhecer que há exceções essencialmente subentendidas nessas palavras de S. Paulo. Exceções que encerram, ao menos, o caso no qual não é possível se conformar às leis do príncipe sem gostar mais em obedecer-lhe do que em obedecer a Deus. Ora, todo homem que se conforme às leis do príncipe é persuadido de que Deus lhe ordena o contrário, gostar mais de obedecer ao príncipe do que obedecer a Deus (não há de modo algum chicana que possa obscurecer a evidência dessa proposição a respeito dos que, por menos que seja, pesarão os termos.) Então S. Paulo excetua todos os casos nos quais se é persuadido de que Deus ordena o contrário do que os príncipes ordenam; se bem que os cismáticos, contra os quais S. Agostinho tem de fazer, estando nesse caso, era uma razão muito frívola alegar-lhes a passagem de S. Paulo que não serve de nada, tomada nessa generalidade, sem provar que é preciso ser turco em Constantinopla, ariano sob Constâncio, pagão sob Nero, protestante na

Suécia, papista em Roma, etc.

*Quando os poderes temporais pesavam as suas mãos sobre os cismáticos, é porque eles veem a sua separação como um mal e que eles são estabelecidos por Deus para punir o mal.* Formemos esse raciocínio de S. Agostinho.

Se estavam<sup>78</sup> errados os poderes em pesarem a sua mão sobre os cismáticos, seria porque eles não viam o cisma como um mal e porque Deus não os teria estabelecido para punir o mal.

Ora, eles veem o cisma como um mal, e Deus os estabeleceu para punir o mal;

Então não é errado eles pesarem as suas mãos sobre os cismáticos.

Iremos ver logo que esse temível silogismo se reduz à petição de princípio: eu vos persigo justamente, porque sou ortodoxo, por onde se poderia dizer também: eu vos mato, calunio, engano, traio justamente porque sou ortodoxo.

Um bispo ariano sob Constâncio que teria raciocinado assim:

Se fosse errado o imperador pesar a sua mão sobre os que admitem a divindade eterna de Jesus Cristo, seria porque ele não via essa opinião como um mal e que Deus não o teria estabelecido para punir o mal.

Ora, ele vê essa opinião como um mal, e Deus o estabeleceu para punir o mal.

Então, não é errado ele pesar a sua mão sobre os defensores dessa opinião.

Se, digo eu, um bispo ariano tinha assim raciocinado, o que S. Agostinho teria lhe respondido? Nada além disso, a saber, que Constâncio via como um mal o que não era e que Deus não o tinha estabelecido para punir o que não era um mal. Desde então, não é preciso mais falar da passagem do apóstolo que ele citou como uma prova invencível. Não será mais senão disputar sobre o fundo das controvérsias e se se pode convencer, bom: se não, será preciso que cada um permaneça sobre seus pés e sirva a Deus segundo seus princípios. Somente essa observação basta para provar que a autoridade secular não tem nenhuma jurisdição sobre as disputas de religião, para constranger ninguém a crer nisso ou naquilo, mas somente para esclarecer as matérias e impedir que a paz pública seja perturbada por diferentes sentimentos.

Retornando ao silogismo do bispo ariano, eu digo que para responder a ele seria preciso negar, porque que um imperador veja uma coisa como um mal, ele está no direito de punir e de exercer o estabelecimento do qual fala S. Paulo quando ele diz que Deus estabeleceu os poderes para a punição do mal. Mas negando isso, coloca-se S. Agostinho em uma tal desordem nessa passagem que é preciso que ele mude a sua proposição desta maneira: *O imperador não pesava a sua mão sobre vós se não porque a vossa separação é um mal e que Deus o estabeleceu para punir o mal.* Ora, é manifesto que é supor o que está em questão, visto que os donatistas sustentavam que eles faziam muito bem em se manterem separados dos outros

<sup>78</sup> A fim de que não creiam que este argumento não está formado, o Leitor é convocado a consultar a Lógica de Port-Royal, 3ª Parte, Cap. 3.



cristãos e, conseqüentemente, S. Agostinho disse apenas que é assim, *vós errastes e eu tenho razão* do que, sem dúvida, se segue que não serve de nada a longa passagem que ele cita de uma Epístola de S. Paulo.

Ele mesmo bem viu que só dizia isso, visto que acrescenta: *toda a questão se reduz a ver se o cisma não é um mal e se vós não fizestes cisma*. Estando aí toda a questão, é preciso esvaziá-la por raciocínios e, então, se S. Agostinho alega razões tão fortes que elas convençam os donatistas, não será mais necessário nem emendas, nem prisões, porque eles se reuniram ao abrigo da árvore de bom grado. Mas se as razões de S. Agostinho não os convencem, a questão e a disputa sempre subsistirão e, conseqüentemente, será uma manifesta petição de princípio de S. Agostinho se ele raciocina absolutamente assim:

Vós fizestes uma má ação;

O imperador é obrigado a punir os que fizeram uma má ação;

Então o Imperador é obrigado a punir-vos.

Ora, é uma coisa absurda agir em uma disputa por pura petição de princípio e, ainda mais absurdo, infligir penas, banir, aprisionar, pilhar as pessoas por pura petição de princípio. Segue-se então que a causa de S. Agostinho é muito má nessa passagem.

Pois ele mesmo confessa que tudo se reduz a esta questão, *o cisma é um mal e os donatistas fizeram cisma?* A ordem quer que se examine isso e que se dispute antes de condenar ou os que a negam ou os que a afirmam. Qual será o efeito da discussão ou da disputa? Necessariamente ocorrerá de três coisas uma: que cada partido persistirá crendo que tem razão; que um deles, reconhecendo que errou, fará o que o outro deseja; ou, enfim, que cada um esteja convencido de seu erro, não querendo mudar de condição. Se supormos, no 1º caso, os donatistas e qualquer outra seita acusada de heresia, a questão e o motivo da disputa sempre persiste e, assim, S. Agostinho não deverá recorrer às leis do príncipe, visto que só pode supor por petição de princípio que ele tem razão e que não há nenhuma regra comum entre ele e os adversários por meio da qual ele possa pronunciar que eles são maus. Se o supusermos no 2º caso, não é, de forma alguma, necessário empregar as leis do príncipe contra eles. No 3º caso, poderíamos muito bem recorrer às leis do príncipe, contanto que saibamos certamente que eles perseveraram em sua facção contra as luzes de sua consciência. Mas como saber isso? Não somos escrutadores dos corações e devemos supor que um homem não está convencido ainda quando protesta que não o está de modo algum e, por mais que tenhamos alguma conjectura do contrário, não temos de maneira alguma o direito de proceder contra ele segundo a nossa conjectura, do que segundo o seu protesto. Assim, não se pode imaginar nenhum caso nos quais em puras disputas de religião seja necessário e legítimo armar-se com o braço secular e com a autoridade das leis penais.

De resto, não compreendo nada do que disse aqui S. Agostinho que mesmo não sendo devido perseguir os maus cristãos, não poderia se defender dessa maneira contra os poderes estabelecidos por Deus para a punição dos maus. Parece-me que essas coisas se contradizem,

pois suposto que os maus cristãos não devem ser perseguidos, é uma boa razão para alegar contra os príncipes que quisessem os envolver em uma dificuldade, da qual deveriam estar isentos. Eu quero dizer do que os poderes estabelecidos por Deus devem empregar contra os maus. Mas sem me entreter com o pouco de justiça do nosso autor, observemos que os cristãos que só são maus devido a crerem como reveladas por Deus coisas falsas, não são de modo algum dessa ordem de maus para a punição das quais os príncipes receberam o gládio de Deus. Esse gládio só vê os que cometem crimes e que violam as leis políticas do Estado, como são os assassinos, os ladrões, os falsos-testemunhos, os adúlteros, etc.

Parece-me que essa passagem de S. Agostinho é a fonte da qual o monsenhor bispo de Meaux tirou a questão que ele fez a um de seus Diocesanos: *Diga-me, ele pede, em qual passagem da Escritura os heréticos e os cismáticos são excetuados do número desses malfeitores contra os quais S. Paulo disse que o próprio Deus armou os príncipes.* Não era necessário excetuá-los, pois é claro a quem quer que consulte atentivamente o gênio do Evangelho que essa espécie de maus não deve ser tratada como a outra. O que ela faz, o faz na melhor intenção de servir a Deus e de evitar o que lhe é desagradável e só é preciso então desenganá-la e melhor instruí-la. E não há como almas brutais, ferozes ou cegadas estupidamente por suas loucas preocupações que possam ter a desumanidade de punir faltas feitas com essa intenção e involuntariamente. Além do que, todas as razões que já tratei amplamente em meu Comentário sobre o *Forçai-os a entrar* são provas demonstrativas de que Deus não entende de modo algum que os príncipes estejam armados do gládio vingador, *gladio ultore*, contra os erros de sua consciência.

Lembro-me de uma passagem de S. Paulo da qual me servi<sup>79</sup> alhures, *façam o bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé* e eu sustento que basta para responder à questão do monsenhor de Meaux, porque é claro que essa ordem do apóstolo observa todos os cristãos e, conseqüentemente, os soberanos. Então, é verdade que os soberanos são obrigados a fazer o bem a outras pessoas como aos domésticos da fé, pois sem isso seria absurdo dizer-lhes que façam bem principalmente aos domésticos da fé. Mas se desde que não é doméstico da fé, sendo do número desses maus que a justiça humana deve punir ou pelos castigos dos quais Deus arma os príncipes com o gládio, é claro, contra a ordem do apóstolo, que eles só poderiam fazer bem aos domésticos da fé. De onde se segue que o apóstolo ordena fazer uma distinção essencial entre os seus súditos não-conformistas e os assassinos, ladrões, falsos-testemunhos, adúlteros e outros perturbadores da paz pública, aos quais é evidente que Deus não quer que os magistrados façam outro bem senão o de punir os seus crimes e, conseqüentemente, essa única passagem de S. Paulo basta para provar que Deus tira os heréticos e os cismáticos vivendo, aliás, segundo as leis do Estado e honestamente, do número de malfeitores aos quais a punição é cometida pelos príncipes que Deus arma com o seu gládio.

---

<sup>79</sup> Parte II, Cap. X.

## XXXIV. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Carta 166 aos donatistas

*Não é preciso ter perdido toda a vergonha para recusar submeter-se ao que a verdade ordena pela voz do imperador?*

## RESPOSTA

Confesso que teriam se perdido se recusassem a se submeter aos imperadores nos quais se acreditasse ordenarem somente a verdade, mas, se ousou dizê-lo, é preciso se expor ao risco de todas as pessoas razoáveis pretender que é preciso ter perdido toda a vergonha para recusar a submeter-se ao que imperadores que se crê que são opostos à verdade, ordenam contra sua consciência. Ora, é a condição de todos os perseguidos. É então quase ridículo ir dizer-lhes que recusem a submeterem-se à verdade falando pela boca de um imperador. Isso só pode ser dito justamente a um homem que, persuadido de que seria a verdade, recusasse a aí submeter-se.

## XXXV. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Ibid.

*Sendo o cuidado que tomamos em tirar-vos do erro e da perdição que torna vosso ódio mais ardente contra nós, tomai-vos em Deus que faz aos maus pastores, na Escritura, essa censura ameaçadora: Vós não fizestes voltar quem estava perdido e não fostes buscar quem estava perdido.*

## RESPOSTA

S. Agostinho estava tão teimoso em sua perseguição que a encontra em uma infinidade de passagens da Escritura nas quais se trata tão pouco como dos interesses do grande Mogol. O menor homem entenderia perfeitamente que Deus se queixa somente nessa passagem desses pastores que negligenciam a salvação de seu próximo e que não empregam todas as instruções, censuras e exortações possíveis para corrigi-los de seus maus hábitos e para retirá-los das heresias, onde as falsas sutilezas, a ambição, um casamento, etc., tê-los-iam arrastado. Mas é uma quimera palpável imaginar que Deus faz ameaças terríveis aos pastores que não vão implorar a autoridade do braço secular e que não se colocam em campo os prebostes com seus arqueiros, dragões, couraceiros, e outra semelhante corja para engrandecer o seu redil. Se assim fosse, todos os pastores da Igreja romana que melhor estão imbuídos desse pretenso dever para com os calvinistas da França, na última cruzada dragona, seriam ainda criminosos diante de Deus por uma conivência e por uma covardia criminoso, visto que não engajam seu rei a dragonar os avaros, os impudicos, os caluniadores, os jogadores, os beberrões, os gluttons, os egoístas e todos os outros mundanos que são infinitamente conhecidos pelo meio da

confissão. Segundo essa bela máxima de S. Agostinho, um confessor vendo que uma mulher recai no pecado da luxúria e que não faz de modo que lhe enviem vinte dragões, mais ou menos, segundo ela seja mais ou menos rica, que quebram todos os seus móveis e que estragam tudo em sua casa até que ela assine a renúncia ao vício, merece a censura ameaçadora que a Escritura faz aos pastores que não fazem o seu dever. Que visões!

XXVI. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Carta 204 aos Donatistas.

*Se não é preciso forçar ninguém, nem mesmo a fazer o bem, lembrai-vos que o episcopado é um bem, pois o apóstolo o disse. Entretanto, há vários que cometem violência para obrigar a aceitá-lo. Pegam-nos, levam-nos à força, mantêm-nos presos até que tenham os feito querer esse bem.*

RESPOSTA

Eis aqui uma razão que é dos velhos tempos e que não precisaria temer que nem o arcebispo de Paris nem nenhum outro prelado da França imprimissem com os outros sofismas de S. Agostinho, pois eles não estão contentes que saibam que eles chegaram ao episcopado de um modo tão afastado do dos antigos que seria preciso forçar, isto é, que eles concorram, que sigam por brigas, e por muito tempo bajulando o padre La Chaise ou alguma outra armadura dos lobos de boca aberta. Ainda que o seja, dirão, outras vezes aí tinham menos pessoas que precisariam ser forçadas a serem bispos. Ora, é um bem ser bispo, então seria forçado ao bem: esse constrangimento então não é legítimo.

Para dissipar a ilusão dessa paridade, só tenho essa observação a fazer: é que as pessoas que recusassem o episcopado não o fizeram com o pensamento de que fosse um mal, mas porque não se creem dignos de uma tal honra. Eles eram tão humildes e tão modestos que, se eles não se sentiam com forças para esse fardo, e como eles sabem que a glória de Deus e o bem da Igreja dependem de que esse cargo estivesse entre as mãos de um sujeito capaz, persuadiram-se de que, aceitando-o, impediriam o bem e o fruto mais considerável do que um outro aí teria podido fazer. Eles imaginariam também que seria preciso sentirem uma vocação interior de Deus para aceitar esse emprego, e não sentindo-a, que não precisaria aceitá-lo, mas esperar que Deus se declarasse por uma vocação muito sensível aos ouvidos da alma ou por um conjunto de circunstâncias das quais se pudesse inferir que tal era a vontade de Deus. Essas circunstâncias poderiam ser a perseverança dos que ofereciam esse emprego, em solicitar e exortar a pegá-lo, uma vontade de que o pegassem e que declarassem, por constrangimentos e por cativeiros obrigatórios, uma ordem reiterada de aceitar sob pena de desobediência e tais outras coisas que, bem longe de incomodar a consciência, poderiam e deveriam livrá-la de todo escrúpulo; pois tem todo o momento de se consolar de que se aceite um emprego que crê acima de suas forças, quando o aceita somente para ceder às instâncias

redobradas e, de algum modo, a um comando de seus diretores. Deve-se estar completamente assegurado de que fazendo o melhor que pudesse nesse emprego, não teria nada a ser reprovado sob pretexto que permanece em um lugar que poderia ser melhor ocupado. Assim, a comparação de um homem que fizeram bispo à força com a de um homem que forçaram a abjurar sua religião não vale nada.

1. O que forçaram a ser bispo estava persuadido de que o episcopado é uma coisa excelente, ao passo que o herético que forçaram a abjurar sua religião está persuadido que a outra religião é muito má.

2. O que recusasse o bispado só o faria por modéstia, ao passo que o herético se recusa a abjurar por aversão que tem ao que lhe propõem e, assim, tanto é obsequioso pressionar um a aceitar o bem que não ousa aceitar, como é desonesto e brutal pressionar o outro a se lançar no precipício que ele abomina. S. Agostinho compara entre elas essas duas coisas (vejamos se ele se entende), a ação de um homem que prenda um outro no jantar, que o coloque no lugar mais honroso, que o force a aquiescer a mil honras as quais recusaria civilmente, e a ação de um homem que iria na casa de outro e o enxotasse de seu próprio domicílio a golpes de bastão.

3. O constrangimento que fizessem a um bispo era muito apropriada para lhe cessar todos os seus escrúpulos e os cessava efetivamente, ao passo que o que fizeram com os heréticos não foi senão afligir-lhes o corpo e a alma, sem dar-lhes nenhuma luz e expô-los a mil penas criminosas e a cem desígnios perniciosos.

4. Enfim, há isso a ser considerado: é que um homem que estivesse obstinado em recusar um bispado e que dissesse que o conhecimento que ele tinha de sua fraqueza não lhe permitia em consciência a encarregar-se de um tal fardo, que um outro sustentasse mais gloriosamente pela honra de Deus e da Igreja, teria sido reenviado em paz e admirado por sua humildade, ao passo que um herético somente vê fim às as penas pela abjuração que lhe exigem.

#### XXXVII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Ibid.

*Sabemos bem que só é a má vontade que condena os homens, não há boa vontade que possa salvá-los, mas o amor que devemos ter por eles permite abandoná-los à sua má vontade? Não é uma crueldade deixá-los, por assim dizer, com a corda no pescoço, e não se pode, tanto quanto possível, impedir os homens de fazerem o mal e forçá-los a fazer o bem?*

#### RESPOSTA

Sem dúvida, é preciso fazer tudo isso tanto quanto se puder, mas como só é pela instrução e pela persuasão que se pode consegui-lo, os golpes de bastão podendo bem levar a alma a abalar o corpo, como os conversores o desejam, mas não para mudar a sua má vontade,

segue-se evidentemente que não os salvam ao empregá-los na conversão das almas. É muito testemunhar o seu amor ao próximo e opor-nos à sua má vontade, raciocinar com ele para lhe fazer conhecer, o mais que nos seja possível, os seus erros e as suas desordens. Se isso não bastasse, é preciso remeter o caso a Deus, o Soberano Médico da alma. Que se o herético quer fazer mal aos outros, é preciso impedi-lo cuidadosamente, isto é, opor um bom antídoto de razões ao veneno das suas e, em caso de ele usar de violência, castigá-lo pelos julgamentos ordinários, ao instar de outros malfeitores que maltratam seus concidadãos. Forçar a fazer o bem é uma frase contraditória, não menos que essa, *cogere voluntariam* [obrigar voluntariamente], a menos que não se a entenda por um bem maquinal, tal como o de uma fonte que jorra vinho para o uso da plebe. Deste modo, forçariam um avaro a dar esmola, mas não seria por isso uma boa obra.

#### XXXVIII. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Ibid.

*Se é preciso sempre abandonar a má vontade à sua liberdade natural, porque tantos flagelos e aguilhões tão sensíveis para forçar os israelitas, malgrado seus murmúrios e sua obstinação, a avançar para a terra prometida? Etc.*

#### RESPOSTA

S. Agostinho amontoa aqui os exemplos já refutados de S. Paulo<sup>80</sup> lançado por terra, de um pai<sup>81</sup> que deve açoitar seus filhos, de um<sup>82</sup> pastor que deve correr atrás da ovelha desgarrada e reconduzi-la de bom grado ou à força, na falta de que Deus lhe reprove como um frouxo e um negligente. Eu refutei tanto isso que estou cansado. Nunca se compreenderá então a diferença essencial que se encontra entre os atos pelos quais a boa vontade é requerida e os pelos quais ela não é. Entre as ações que se faz sabendo que desagradam a Deus e as que se faz pensando em agradar-lhe? Os israelitas murmuradores e recusadores de marchar para a terra de Canaã não eram tão embrutecidos para acreditarem que isso a Deus apraz, que a sua consciência e a sua religião exigiam deles essas recusas e essas queixas. Eles mereceriam então ser castigados e os castigos que Deus lhes fazia sentirem apropriados para corrigi-los de sua malícia, porque estavam seguros de que era Deus que os castigava por causa dessa malícia. Mas um cismático, ou um herético, que os conversores carregam de correntes, ou dragões, não sabe que é Deus que o castiga pelas opiniões que ele tem. Ao contrário, ele imagina que o diabo o castiga porque não teve bastante zelo por sua religião e, assim, as prisões, os dragões e as galeras não podem corrigir o mal ao qual os conversores se propõem curar, como os castigos dos israelitas poderiam curar a sua impaciência e os seus murmúrios.

<sup>80</sup> Acima, cap. XVIII.

<sup>81</sup> Acima, cap. XVII.

<sup>82</sup> Acima, cap. IX.

No mais, em relação à conquista do país de Canaã, era tudo a mesma coisa, seja que os israelitas cedessem de bom grado, seja que cedessem por temor da pena. É porque o fundamental é que eles marchassem e cedessem. Um general do exército somente saberia dizer: não é incômodo que os seus soldados vão ao assalto de bom coração e alegremente, mas se estava certo de que o medo lhe fará desferir tão grandes golpes, que seria a sua afeição por ele, ele se consolaria facilmente de sua má vontade. É suficiente para ele que ela não os impeça de irem ao fogo com tanta prontidão. Considerando então precisamente só a marcha para a terra prometida e o ataque dos cananeus, pouco importava a Deus que o povo agisse por medo ou por amor. Assim, seria preciso castigá-lo quando se recusasse a ir. Mas desde que se tratasse do culto de Deus e de religião, é preciso necessariamente que as opiniões aí estejam e a boa vontade, e S. Agostinho não encontrará exemplo contrário.

Eu não sei porque ele discute tanto sobre a conversão de S. Paulo. Ele imagina, talvez, (o que seria uma ilusão bem pequena) que sem a violência que Jesus Cristo cometeu em seu corpo, ele não teria sido iluminado pelo conhecimento do Evangelho. Abuso: Jesus Cristo podia convertê-lo sem nenhum fracasso e, por assim dizer, dormindo. Se ele quis então tornar essa ação tão brilhante é devido ao efeito que ela podia fazer sobre todos os que a aprendessem. Que faz tudo isso para as leis de Honório e para os dragões de Luís XIV?

Se Salomão ordena aos pais a castigarem seus filhos, não é a fim de inspirar-lhes tais ou tais opiniões de religião (o açoite não é necessário para isso, os filhos creem no que quiserem), mas para corrigi-los de sua malícia, sua preguiça, sua gulodice, seu gosto pelo jogo, os quais, se deixassem se habituar, tornar-se-iam incorrigíveis.

S. Agostinho escreve aqui a um donatista que quis se matar, mas tinha sido impedido pelos satélites dos conversores e disse-lhe que, visto que para salvar-lhe a vida do corpo causaram-lhe um constrangimento que era justo, com a mais forte razão deve causá-lo para salvar a vida da alma. A fim de ter a ocasião para dizer a mais do que foi dito em um outro lugar, eu considero esse donatista como querendo se matar por motivo de consciência. É verdade, dir-me-ão, nessa suposição, que cometeram uma violência justa à consciência, logo todo constrangimento de consciência não é injusto.

Eu respondo que forcem a consciência de duas maneiras: uma impedindo, por exemplo, um católico que quisesse se colocar de joelhos, vendo passar a hóstia, não o faça porque três ou quatro homens o farão e terão o direito, ou então um homem da religião fazendo-o e dobrando os joelhos quando a hóstia passa. A outra, propondo-lhe a alternativa: ou abjurar sua religião ou sofrer tais e tais penas. No 1º caso, não fazem de modo algum um homem pecar. No 2º expõem-no a uma violenta tentação e então por causa disso frequentemente ele a isso sucumbe. Os que tinham impedido o donatista de se matar só tinham violentado a sua consciência da primeira maneira e, assim, eles não tinham reduzido nenhuma tentação de pecar, é por isso que não se deve censurá-los; mas também não é preciso compará-los com os que constroem da segunda maneira, como S. Agostinho, sempre infeliz em comparações,

os compara. Se perguntassem o meu sentimento em relação aos que, da maneira que representei, impedissem um católico de adorar o que ele crê ser seu Deus ou que se colocassem de joelhos a um protestante quando uma hóstia passasse, eu responderia que fariam muito mal ainda que não forçassem seu próximo a cometer um crime, porque não é um crime estar de joelhos diante de um ídolo quando essa genuflexão não é ordenada pela vontade.

XXXIX. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Ibid.

*Enquanto Jesus Cristo estava na terra e antes que os príncipes o adorassem, a Igreja somente servia-se da exortação, mas desde essa época ela não se contenta em convidar para o bem, ela força a isso. Esses dois tempos foram prefigurados na parábola do festim. Na primeira vez o anfitrião se contentara em ordenar que se fizesse entrar as pessoas, mas, em seguida, que as forçassem a entrar.*

RESPOSTA

Ver-se-á a refutação disso nas duas primeiras partes desse Comentário.

XL. PALAVRAS DE S. AGOSTINHO – Carta 167, à Festus.

*Se se compara o que uma severidade caridosa lhe faz sofrer com os excessos aos quais o seu furor os conduz, não se terá dificuldade em ver quem são os perseguidores, deles ou de nós. Eles o seriam mesmo a nosso respeito sem isso, pois ainda que seja que nossos pais e mães possam fazê-lo para reconduzir seus filhos a seu dever, isso jamais pode ser chamado de perseguição. E, ao contrário, desde que filhos vivam mal, são eles que perseguem os seus pais e as suas mães quando, de alguma maneira, não usarem de nenhuma violência contra eles.*

RESPOSTA

S. Agostinho faz tudo o que pode para desculpar as violências dos seus sobre as que os donatistas tinham cometido, mas é um mau meio de desculpar-se tanto que, além de que não é preciso pecar por exemplo, não se contentava em causar o mal aos que o tinham cometido, mas também se confundia o inocente com o culpado. Seria preciso contentar-se com a punição dos circunceliões e de todos os outros que tinham matado ou pilhado, puni-los como assassinos e bandidos, ver por doçura e por razões se se poderia reconduzir os outros, não colocar impostos sobre sua religião e observá-la, como fazem os empreiteiros em certas províncias, onde querem exercer amplamente as suas depredações. Como é uma pura questão de nome saber se um filho que vive mal persegue seu pai e sua mãe ou se um pai e uma mãe que tiram seu filho de casa, que o deserdam, que dão-lhe estribos para fazê-lo retomar



as opiniões de seu catecismo nas quais acreditou reconhecer a falsidade, perseguem essa criança, eu aí não me deterei. Eu me asseguro que meus leitores, se prestarem atenção, verão que um pai e uma mãe merecem, em algumas ocasiões, o título de perseguidores, por mais intenção que possam ter de corrigir seu filho das heresias nas quais eles o creem caído. S. Agostinho não era tão delicado acima, quando confessara que os bons perseguem os maus e que os maus perseguem os bons.